



# Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 869

Segunda-feira - 21 de Novembro de 2011

Florianópolis/SC

## Sumário

### Municípios

Alto Bela Vista.....	1
Antônio Carlos .....	2
Braço do Trombudo .....	3
Caçador.....	6
Camboriú.....	12
Campo Alegre .....	16
Campos Novos .....	18
Canoinhas.....	19
Capinzal .....	20
Catanduvas.....	20
Chapadão do Lageado .....	21
Concórdia .....	22
Cordilheira Alta .....	23
Coronel Martins.....	24
Corupá .....	24
Curitibanos .....	25
Eral Valho .....	85
Forquilha .....	85
Fraiburgo.....	89
Garopaba.....	103
Garuva .....	107
Gaspar .....	108
Guaramirim.....	109
Herval do Oeste .....	110
Imbituba .....	111
Iomerê .....	115
Irineópolis .....	139
Itapoá .....	139
Joaçaba .....	140
José Boiteux .....	144
Lages .....	144
Lauro Muller .....	145
Leoberto Leal.....	147
Lindóia do Sul .....	150
Luzerna .....	167
Maracajá .....	168
Meleiro .....	169
Navegantes.....	169
Palhoça .....	170
Paulo Lopes .....	176
Pinheiro Preto .....	177
Porto Belo.....	178
Porto União.....	179
Rio do Sul.....	179
São Bento do Sul.....	198
São Lourenço do Oeste.....	203
Schroeder .....	204
Timbó .....	223
Tunápolis.....	223
Turvo .....	225

Videira.....	227
Vitor Meireles.....	232

### Consórcios

CIGA .....	233
CINCO.....	235

## Alto Bela Vista

### PREFEITURA

**Decreto N° 1.430, de 04 de Novembro de 2011**  
SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SERGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando a necessidade de adequação orçamentária para o atendimento das despesas em diversas ações Orçamentária;

Considerando a possibilidade e autorização legal prevista no art. 7º, III, da Lei Municipal nº 532 de 13 de dezembro de 2010;

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente da Prefeitura Municipal, crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.900,00 (onze mil, novecentos reais), para utilizar recursos do excesso de arrecadações nas seguintes ações orçamentárias:

#### 06.00 GERENCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 06.02 Fundo Mun. de Assistência Social - FMAS

#### 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 08.241 Assistência ao Idoso

##### 08.241.0020 Vida Melhor aos de Melhor Idade

##### 08.241.0020.1.000 Atenção e Assistência às Pessoas Idosas

#### 3 DESPESAS CORRENTES

##### 3.3 Outras Despesas Correntes

##### 3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 3.500,00

##### 06.02 Fundo Mun. da Infância e Adolescência - FIA

#### 08 ASSISTÊNCIA SOCIAL

##### 08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente

##### 08.243.0022 Preservação dos direitos das Crianças e Adolescentes

##### 08.243.0022.2.044 Atividades do Conselho Tutelar e CMDCA

#### 3 DESPESAS CORRENTES

##### 3.3 Outras Despesas Correntes

##### 3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 2.400,00

#### CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

João Romão - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Guilherme Noronha - Diagramador

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**09.00 GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO**

09.01 Alimentação Escolar

**12 EDUCAÇÃO**

12.306 Alimentação e Nutrição

12.306.0042 Alimentação Escolar de Qualidade

12.306.0042.2.073 Atividades de alimentação Escolar

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 1.000,00

**10.00 GERÊNCIA DE ESPORTES, CULTURA E TURISMO**

10.02 Esportes e Lazer

**27 DESPORTO E LAZER**

27.813 Lazer

27.813.0052 Lazer de Integração Comunitária

27.813.0052.2.094 Atividades de Integração e Lazer

**3 DESPESAS CORRENTES**

3.3 Outras Despesas Correntes

3.3.90.00.0.1.0000 Aplicações Diretas

R\$ 5.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional Suplementar, aberto nos termos do artigo anterior, serão utilizados recursos decorrentes do excesso de arrecadação, exclusivamente no vínculo 0.1.0000:

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista/SC, em 04 de Novembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.

Responsável Pelas Publicações

**Decreto Nº 1.431, de 11 de Novembro de 2011.****DECRETA PONTO FACULTATIVO**

SÉRGIO LUIZ SCHMITZ, Prefeito Municipal de Alto Bela Vista, SC, usando das atribuições conferidas pelo Artigo 99 item VIII da Lei Orgânica

Considerando a necessidade de contenção de despesas nos diversos setores da Administração Municipal;

**DECRETA:**

Art. 1º - Será considerado Ponto Facultativo no dia 14 de novembro de 2011; dia que antecede o feriado de 15 de novembro de 2011, comemorando a Proclamação da República ; nas Repartições Públicas Municipais.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Bela Vista (SC), em 11 de Novembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

ALICE SCHWAMBACH LEMKE.

Responsável pelas Publicações

**Contrato Administrativo Nº 063/2011 - FMS**

Extrato de Contrato - FMS 2011. 063/2011

Partes Município de Alto Bela Vista e CAROLINE DE MARCO

Objeto O MUNICÍPIO contrata com a CONTRATADA a prestação de serviços profissionais de Medicina Clínica Geral, para trabalhar junto a Gerencia Municipal de Saúde, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atender nas unidades de Saúde do Município e em visitas domiciliares do Programa de Saúde da Família.

Valor Total R\$ 9.579,61 (nove mil, quinhentos e setenta e nove reais e sessenta e um centavos)

Vigência O presente instrumento terá a vigência a partir de 16 de novembro e inspirará em 31 de outubro de 2011.

Base Legal Contrato Administrativo Nº 063/2011 - FMS

Alto Bela Vista (SC), em 16 de novembro de 2011.

SERGIO LUIZ SCHMITZ

Prefeito Municipal

CAROLINE DE MARCO

Contratada

**Antônio Carlos****PREFEITURA****Extrato de Rerratificação do Termo Aditivo ao Contrato Nº. 125/2010****EXTRATO DE RERRATIFICAÇÃO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 125/2010**

No Quarto Termo Aditivo publicado no DOM de 04 de Novembro de 2011, pág. 3, Edição 859 onde se lê: "Fica alterada a cláusula 5º (quinta), item 5.1 do presente contrato - Do Valor de R\$ 2.379.220,58 (dois milhões, trezentos e setenta e nove mil, duzentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos), sendo decrescido a menos 10,27% sobre o valor do contrato aditivado, representando uma supressão no valor de R\$ 222.053,86 (duzentos e vinte e dois mil, cinquenta e três reais e oitenta e seis centavos), tendo em vista a quantidade de materiais e serviços de mão de obra não necessários a sua execução do projeto original, resultando o valor final do contrato em R\$ 2.157.166,72 (dois milhões, cento e cinquenta e sete mil, cento e sessenta e seis reais e setenta e dois centavos).". Leia-sê: "Fica alterada a cláusula 5º (quinta), item 5.1 do presente contrato - Do Valor de R\$ 2.379.220,58 (Dois milhões trezentos e setenta e nove mil duzentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos), sendo decrescido a menos 8,78% sobre o valor do contrato aditivado, representando uma supressão no valor de R\$ 209.010,58 (duzentos e nove mil e dez reais e cinquenta e oito centavos), tendo em vista a quantidade de materiais e serviços de mão de obra não necessários a sua execução do projeto original, resultando o valor final do contrato em R\$ 2.170.210,00 (dois milhões, cento e setenta mil, duzentos e dez reais)"

Antônio Carlos, 04 de Novembro de 2011.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

# Braço do Trombudo

## PREFEITURA

### Decreto 056/2011

DECRETO 056/2011 10.11.2011

SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

Vilberto Muller Shovinder, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei 0666/2010 de 16.12.2010, etc

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional, suplementar no valor de R\$ 150.300,00 (cento e cinquenta mil, trezentos reais), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

02.01 - Gabinete do Prefeito e Vice

04.122.0040.2.002 - Manutenção e Reequipamento do Gabinete do Prefeito

3390.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

10.01 - Secretaria de Educação

12.361.0120.2.025 - Manutenção e Reequipamento do Transporte Escolar - Ensino Fundamental

3390.00.00.00.00.00.0058 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

3390.00.00.00.00.00.0022 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

12.306.0120.2.031 - Manutenção de Merenda Escolar - Fundamental

3390.00.00.00.00.00.0060 - Aplicações Diretas R\$ 7.000,00

12.365.0120.2.032 - Manutenção de Merenda Escolar - Creche

3390.00.00.00.00.00.0060 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

12.365.0120.2.033 - Manutenção de Merenda Escolar - Pré-escolar

3390.00.00.00.00.00.0060 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

3390.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

11.01 - Secretaria da Cultura do Turismo e Lazer

13.392.0130.1.022 - Reforma e Melhorias no Antigo Hotel Serril

4490.00.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas R\$ 63.300,00

- Total R\$ 150.300,00

Art. 2º. Utilizar-se-á como fonte de recursos, o superávit financeiro do exercício de 2010.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 10 de novembro de 2011.

VILBERTO MULLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

### Decreto 057/2011

DECRETO 057/2011 17.11.2011

Altera membros do Conselho Municipal de Educação.

Vilberto Müller Schovinder, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado no Art.3º da Lei Municipal nº 103/94 de 29.03.94, etc

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam alterados membros do Conselho Municipal de Educação, que passará a ter a seguinte redação:

I - Representante dos Professores do Ensino Fundamental da Rede Municipal

1ª a 4ª Série - Titular: Isolete Aparecida Dias Meyer  
Suplente: Permanece

5ª a 8ª Série - Titular: Permanece  
Suplente: Permanece

II - Representante dos Professores da Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino  
Titular: Permanece  
Suplente: Permanece

III - Representante da Secretaria Municipal de Educação  
Titular: Permanece  
Suplente: Permanece

IV - Representante Secretaria de Estado da Educação Cultura e Desporto  
Titular: Letícia Vogel  
Suplente: Ricardo Hames

V- Representante do Poder Legislativo:  
Titular: Permanece  
Suplente: Permanece

VI- Representante das Associações de Pais e Professores das Escolas do Município:  
Titular: Permanece  
Suplente: Permanece

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art.3º - Fica alterado o Decreto nº 028/2011 de 14.07.2011.

Braço do Trombudo, em 17 de novembro de 2011.

VILBERTO MÜLLER SCHOVINDER

Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato 47/2011

EXTRATO DE CONTRATO 47/2011

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67, sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: Grilo Instalações Elétricas Me  
CNPJ nº 05.567.019/0001-38, sito Rua Tiradentes, 107  
Cidade de Braço do Trombudo - SC

Objeto: Contratação de empresa para Pintura de Equipamentos Urbanos - Postes e Pontes de Concretos no Município de Braço do Trombudo.

Valor: 18.250,00 (dezoito mil e duzentos e cinquenta reais).

Vigência até 31.12.2011

Data da assinatura: 18.11.2011

VILBERTO MULLER SCHOVINDER  
Prefeito Municipal

**Ata de Registro de Preço 2/2011FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA**

Página: 1/1

**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRACO DO TROMBUDO****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 2/2011****Número do Registro de Preços: 2/2011****Data do Registro: 21/02/2011****Válido até: 21/02/2012****Objeto da Compra:** Aquisição de pneus novos para a frota a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Pneu 185/60 R 14 82 H (1696)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (6443)	WANLI S1032	0	150,0000	1
2	Pneu 175/70 R 14 88 T (1691)	UND	MODELO PNEUS LTDA (6325)	F-580 Firestone	0	234,0400	1
			COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA (6127)	GOODYER	0	280,0000	2
			JK PNEUS LTDA (6279)	FIRES/F-580	0	300,0000	3
3	Pneu 175/70 R 13 82 T (1692)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (6443)	ROSAVA BC11	0	114,0000	1
4	Pneus 205/75 R 16 (1694)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (6443)	WESTLAKE H170	0	354,0000	1
5	Pneu 225/70 R 15 (2413)	UND	TURBO AUTO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (6443)	NANKANG CW25	0	287,0000	1

BRACO DO TROMBUDO , 21 de Fevereiro de 2011.

## Ata de Registro de Preço 4/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

Página: 1/1

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 4/2011**

Número do Registro de Preços: 4/2011      Data do Registro: 21/02/2011      Válido até: 21/02/2012

Objeto da Compra: Aquisição de pneus novos para manutenção de diversas secretarias.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PNEU 175/70R 13 82T (5726)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ROSAVA BC11	0	106,0000	1
2	Pneu 195/55 R 15 85 H (6672)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	WANLI S-1200	0	215,0000	1
3	Pneu 185x60 R 14 82 H (6673)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	WANLI S-1032	0	150,0000	1
4	Pneu 185 R 14 C 102 profundidade de sulco mínima de 9,5 mm (6683)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	WESTLAKE H160	0	200,0000	1
5	Pneu 18.4x30 com 12 lonas convencional, com câmara. (6965)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PNEU ALTURA SAMRAT	0	1.900,0000	1
6	Pneu liso convencional 900x20, 14 lonas, profundidade de sulco mínimo de 12,3mm, com câmara e protetor (6968)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	TAIFA TP001	0	600,0000	1
7	Pneus borrachudo 900x20, 14 lonas com profundidade mínima de sulco de 19.6mm convencional, com câmara e protetor (6969)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	GOODRIDE CL946	0	600,0000	1
9	Pneu 1000x20 radial, borrachudo, 16 lonas, profundidade mínima de sulco de 24mm câmara e protetor (7874)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	Firestone/Vulcan/SBN	0	1.227,3100	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	Fir.T-831/RS/TOPTec	0	1.248,0000	2
			COMERCIAL AUTOMOTIVA LTDA. (6087)	GOODYER	0	1.408,7500	3
10	Pneu 17.5x25 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor (6972)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	GOODRIDE CB716	0	2.250,0000	1
11	Pneu 1400x24 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor (6973)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ALTURA GRADER G2/L2	0	1.700,0000	1
13	Pneu 18.4x34 com 12 lonas convencional, com câmara (6976)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PETLAS TA60	0	2.050,0000	1
15	Pneu 1300x24 com 16 lonas convencional com câmara e protetor (7781)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	WESTLAKE G2/L2	0	1.500,0000	1
16	Pneu 225/70 R 15 (7872)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	NANKANG CW25	0	292,0000	1

BRACO DO TROMBUDO , 21 de Fevereiro de 2011.

# Caçador

## PREFEITURA

### Lei Complementar Nº 230

LEI COMPLEMENTAR Nº 230, de 19 de outubro de 2011.

Autoriza indenizar dano patrimonial decorrente de área absorvida e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, faço saber a todos os habitantes que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte,

#### LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a pagar, a título de indenização por dano patrimonial decorrente de área absorvida, a importância de R\$ 100.556,97 (cem mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos), à Senhora Viviane Zeni Figueroa, portadora do RG 2.401.837-SC e CPF 774.147.139-20, a ser paga em três parcelas mensais e iguais de R\$ 33.518,99 (trinta e três mil, quinhentos e dezoito reais e noventa e nove centavos), após a aprovação desta Lei.

Parágrafo único. A indenização referida neste artigo, destina-se a ressarcir parte dos prejuízos advindos da absorção de áreas pelas Rodovias Estaduais SC-303 e SC-451, no Loteamento Arrueira II, especificamente da área de 1.339,64m² (um mil, trezentos e trinta e nove metros e sessenta e quatro decímetros quadrados) pertencente a área total de 12.095,42 m² (doze mil noventa e cinco metros e quarenta e dois decímetros quadrados), de propriedade dos Herdeiros de José Figueroa, conforme prevê a Lei Municipal nº 78, de 28 de novembro de 1985.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão às expensas da seguinte dotação orçamentária:

02.03 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

15.452.0021.1.053 - Aquisição de Imóveis

4.5.90.00.00 - Aplicações Diretas R\$ 100.556,97

(cem mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e noventa e sete centavos)

Art. 3º O art. 2º da Lei nº 8, de 13 de junho de 1983, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Para efeito da aprovação do referido Loteamento, a área doada a Prefeitura, excede em 12.095,42 m² (doze mil e noventa e cinco metros e quarenta e dois centímetros quadrados), que será indenizada ou compensada e descontada dos doadores, no primeiro Loteamento a ser futuramente implantado pelos doadores. (NR)

Art. 4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Lei Complementar nº 195, de 23 de fevereiro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 19 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda.

### Decreto Nº 5.016

DECRETO nº 5.016, de 03 de outubro de 2011.

Suplementa dotação orçamentária no Fundo Municipal de Assistência Social de Caçador, por conta de remanejamento de Despesa.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.784, de 22/12/2010, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2011,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada por remanejamento a seguinte modalidade de Despesa, na importância de R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais), conforme segue:

#### 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.030 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3.3.90.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 4.300,00

SOMA . . . . . R\$ 4.300,00

TOTAL . . . . . R\$ 4.300,00

(quatro mil e trezentos reais).

2º Para atender a suplementação orçamentária constante do artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação da modalidade de aplicação abaixo discriminada:

#### 05.01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.030 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

4.4.90.00.0000 - Aplicações diretas . . . . . R\$ 3.000,00

3.3.50.00.0000 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 1.300,00

SOMA . . . . . R\$ 4.300,00

TOTAL . . . . . R\$ 4.300,00

(quatro mil e trezentos reais).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 03 de outubro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda..

### Decreto Nº 5.044

DECRETO nº 5.044, de 26 de outubro de 2011.

Dá nova redação ao Decreto nº 4.524, de 17/06/2010, que aprova "Loteamento Sorgatto", e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso XXIV, da Lei Orgânica do Município de Caçador, Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82 e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano,

#### DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o "Loteamento Sorgatto", situado no Bairro Paraíso, nesta cidade de Caçador, Estado de Santa Catarina, de propriedade de Imobiliária Almar Ltda, com área total de 120.711,84m² (cento e vinte mil, setecentos e onze metros e oitenta e quatro decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 26.981, tudo em conformidade com o Mapa e o Memorial Descritivo em anexo, que ficam fazendo parte integrante do mesmo.

**Art. 2º** Ficam assim distribuídas as áreas do "Loteamento Sorgatto":

I - 50.921,92m<sup>2</sup> (cinquenta mil, novecentos e vinte e um metros e noventa e dois decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 26.981 do R.I. desta Comarca destinada à formação de 111 (cento e onze) lotes;

II - 29.156,97m<sup>2</sup> (vinte e nove mil, cento e cinquenta e seis metros e noventa e sete decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 26.981 do R.I. desta Comarca destinada à área de vias públicas;

III - 12.178,03m<sup>2</sup> (doze mil, cento e setenta e oito metros e três decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 26.981, do R.I. desta Comarca, destinada a área verde, na seguinte forma:

a) 1.831,50 m<sup>2</sup> (um mil, oitocentos e trinta e um metros e cinquenta decímetros quadrados), constituída pela área verde nº 01, do mapa e memorial descritivo, mencionado no artigo anterior deste Decreto;

b) 5.174,18 m<sup>2</sup> (cinco mil, cento e setenta e quatro metros e dezoito decímetros quadrados), constituída pela área verde nº 02, do mapa e do memorial descrito, mencionado no artigo anterior deste Decreto;

c) 5.172,35 m<sup>2</sup> (cinco mil, cento e setenta e dois metros e trinta e cinco decímetros quadrados), através de doação dos lotes nºs 86, 87, 88 e 89 da Quadra "G", 102, 103, 104 e 105 da Quadra "H" e 112, 113, 114, 115 e 116 da Quadra I, do mapa e memorial descritivo mencionado no artigo anterior, deste Decreto.

IV - 6.070,57 m<sup>2</sup> (seis mil, setenta metros e cinquenta e sete decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 26.981, do R.I. desta Comarca, destinada a área institucional, na seguinte forma:

a) 2.294,74 m<sup>2</sup> (dois mil, duzentos e noventa e quatro metros e setenta e quatro decímetros quadrados), constituída pela área institucional nº 01, do mapa e memorial descritivo, mencionado no artigo anterior deste Decreto;

b) 1.216,85 m<sup>2</sup> (um mil, duzentos e dezesseis metros e oitenta e cinco decímetros quadrados) constituída pela área institucional nº 02, do mapa e memorial descritivo, mencionado no artigo anterior deste Decreto;

c) 2.558,98 m<sup>2</sup> (dois mil, quinhentos e cinquenta e oito metros e noventa e oito decímetros quadrados), através da doação dos lotes nºs 106,107,108, 109,110 e 111 da Quadra "I", do mapa e memorial descrito, mencionado no artigo anterior deste Decreto.

V - 22.384,35 m<sup>2</sup> (vinte e dois mil, trezentos e oitenta e quatro metros e trinta e cinco decímetros quadrados) objeto da matrícula nº 26.981, destinada a área de preservação permanente.

**Art. 3º** O registro do "Loteamento Sorgatto", no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste ato, sob pena de caducidade da aprovação, na forma prevista no art. 14, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

**Art. 4º** Os serviços de infraestrutura deverão ser efetuados num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses de total responsabilidade do loteador.

**Art. 5º** Ficam caucionados junto à Prefeitura Municipal de Caçador, os lotes da quadra "H", de nºs 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100 e 101, do "Loteamento Sorgatto", até que as obras de infraestrutura sejam totalmente concluídas, em cumprimento às exigências da Lei Complementar nº 128/2008.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**Art. 7º** Fica revogado o Decreto nº 4.524 de 17 de junho de 2010.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 26 de outubro de 2011.

**IMAR ROCHA**

Prefeito Municipal.

**CELSO LUIZ THOMÉ**

Secretário da Administração e Fazenda..

### **Decreto Nº 5.049**

DECRETO nº 5.049, de 28 de outubro de 2011.

Suplementa dotações Orçamentárias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Caçador - IPASC, por conta do Superávit Financeiro do exercício anterior.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 2.784, de 22/12/2010, que estima a Receita e fixa a Despesa para o exercício de 2011,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Fica suplementada por remanejamento a seguinte modalidade de Despesa, na importância de R\$ 365.000,00 (trezentos e sessenta e cinco mil reais), conforme segue:

09.01 - INSTITUTO PREVIDENCIA SOCIAL SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAÇADOR

04.122.0007.2.034 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO IPASC

3.1.90.00.0156 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 125.000,00

4.4.90.00.0156 - Aplicações Diretas . . . . . R\$ 240.000,00

SOMA . . . . . R\$ 365.000,00

TOTAL . . . . . R\$ 365.000,00

(trezentos e sessenta e cinco mil reais).

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 28 de outubro de 2011.

**IMAR ROCHA**

Prefeito Municipal.

**CELSO LUIZ THOMÉ**

Secretário da Administração e Fazenda..

### **Decreto Nº 5.059**

DECRETO nº 5.059, de 08 de novembro de 2011.

Designa Comissão Especial de Avaliação.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21/06/1993,

#### **D E C R E T A :**

Art. 1º - Ficam designados os cidadãos SÉRGIO ELÓI BISOTTO, VANDERLEI DE LIMA e OSMAR PEREIRA DIAS, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Avaliação, para emissão de Atestado de Vistoria as empresas que participaram do Pregão Presencial nº 35/2011 do Fundo Municipal de Saúde para Registro de Preços para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com aplicação e fornecimento de peças e acessórios para manutenção da frota de veículos.

**Art. 2º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 08 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

DINAMAR APARECIDA GOMES

Secretária de Saúde.

### **Decreto Nº 5.061**

DECRETO nº 5.061, de 11 de novembro de 2011.

Designa Comissões Especiais.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666, de 21/06/93,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Ficam designados os cidadãos abaixo relacionados, para, sob a presidência dos primeiros, comporem as Comissões Especiais de Julgamento, que analisarão e julgarão as propostas dos interessados, de acordo com as exigências dos processos licitatórios, abaixo elencados:

I - LEANDRO CHIARELLO DE SOUZA, ARION MARÇAL SANTOS e CARINE MARCON, Processo Licitatório nº 92, de 20/10/2011, Tomada de Preços nº 01/2011, contratação de empresa para a construção da Ponte do Trabalhador, a comissão reunir-se-á na Sala de Licitações, às 14h do dia 24 de novembro de 2011;

II - NEWTON MARÇAL SANTOS, PEDRO MASIERO e CAROLINE FREUT DE LIMA, Processo Licitatório nº 85, de 28/09/2011, Concorrência nº 03/2011, contratação de empresa para construção de uma unidade de Educação Infantil - Creche, com área total de 1.118,48 m² (um mil, cento e dezoito metros e quarenta e oito decímetros quadrados), a comissão reunir-se-á na Sala de Licitações, às 14h do dia 06 de dezembro de 2011;

III - PEDRO MASIERO, ARION MARÇAL DOS SANTOS e CAROLINE FREUT DE LIMA, Processo Licitatório nº 28, de 01/11/2011, Tomada de Preços nº 3/2011, contratação de mão-de-obra (serviços) para execução da rede de esgotos sanitários da Vila Santa Terezinha, a comissão reunir-se-á na Sala de Licitações, às 14h do dia 29 de novembro de 2011.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda..

### **Decreto Nº 5.062**

DECRETO nº 5.062, de 11 de novembro de 2011.

Altera dispositivos do Decreto nº 5.007, de 27/09/2011, que aprova unificação de áreas.

O Prefeito Municipal, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, 05/04/1990,

#### **DECRETA:**

Art. 1º Os dispositivos abaixo elencados, do Decreto nº 5.007, de 27/09/2001, que aprova a unificação de áreas, passa a vigorar com a seguinte redação:

#### **"Art. 1º**

I -

II- uma área de 364,53m<sup>2</sup> (trezentos e sessenta e quatro metros e cinquenta e três decímetros quadrados), constituído pelo lote nº 16, da quadra "D" do Loteamento Vila Busato, situado à Rua Francisco Novaski, objeto da matrícula nº 8.931, do Registro de Imóveis desta Comarca de Caçador, de propriedade de Valdemar Coldebella, Cleuza dos Santos Coldebella e Reguina Retkva, confrontando: ao Norte com Renato Antonio da Cruz e Vera Lúcia da Cruz (matrícula nº 7.964), medindo 12,57m; ao Leste, com Eliete Catarina D'Agostini (matrícula nº 10.217), medindo 29,00m; ao Oeste, com Valdemar Coldebella, Cleuza dos Santos Coldebella e Reguina Retkva (matrícula nº 8052), medindo 29,00m; e ao Sul, com a Rua Francisco Novaski, medindo 12,57metros.(NR)"

"Art. 2º A unificação dos terrenos urbanos dispostos no art. 1º deste Decreto, resulta em uma área total de 729,06m<sup>2</sup> (setecentos e vinte e nove metros e seis decímetros quadrados), de propriedade de Valdemar Coldebella, Cleuza dos Santos Coldebella e Reguina Retkva, situado à Rua Francisco Novaski, no Loteamento Vila Busato, confrontando: ao Norte com Luiz Fernando Mariano e Josiane Cintia Merlo Mariano (matrícula nº 8026) e Renato Antonio da Cruz e Vera Lúcia da Cruz (matrícula 7.964), medindo 25,14m; ao Leste, com Eliete Catarina D'Agostini (matrícula nº 10.217), medindo 29,00m; ao Oeste, com Maria Ivone Mannes, Rosilene Mannes, Eliana Mannes e Fabricio Mannes (matrícula nº 8.665), medindo 29,00m; e ao Sul, com a Rua Francisco Novaski, medindo 25,14 metros.(NR)"

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 11 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda..

### **Portaria Nº 21.166**

PORTARIA Nº 21.166, de 09 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 07, de 27/12/99, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Vencimentos, Carreira dos Servidores Públicos Municipais do Magistério, e dá outras providências

#### **RESOLVE:**

Art. 1º - COLOCAR a Servidora Pública Municipal GLÓRIA RIBEIRO DOS SANTOS, ocupante do cargo de Professora de ciências, lotada nas EMEB Henrique Júlio Berger e EMEB Morada do Sol, com carga horária de 39 (trinta e nove) horas semanais, à disposição da Secretaria de Educação, durante o período de 1º/11/11 a 20/12/11.

Art. 2º - DESIGNAR a referida Servidora para exercer a Função Gratificada- FGR- 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos básicos, para desenvolver projeto na área de prevenção e saúde na escola, durante o período de 1º/11/11 a 20/12/11.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

### Portaria Nº 21.167

PORTARIA Nº 21.167, de 09 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto no Termo de Cooperação Técnica e Financeira firmado entre o Município de Caçador e o Centro Social Marista,

RESOLVE:

COLOCAR a Servidora Pública Municipal FRANCIELLE MARIN MENZEL, ocupante do cargo de Professora de séries iniciais, com 20h semanais lotada na EMEB Hilda Granemann de Souza, e contratada em caráter temporário 20h semanais na EMEB Ulysses Guimarães, à disposição do Centro Social Marista - CESMAR, de acordo com Convênio firmado entre as partes, a contar de 04 de novembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

### Portaria Nº 21.168

PORTARIA Nº 21.168, de 09 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências

RESOLVE:

CONTRATAR, por tempo determinado, os(as) cidadãos(ãs), a seguir relacionados, para atuarem junto a Secretaria de Educação, especificando: nome, cargo, carga horária, motivo, escola de atuação e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	C.H.	Escola	Motivo	Período da Contratação
Fernanda da Silva Prestes	Servente Educação	44	EMEB Ulysses Guimarães	v.v.v Iliane P. dos Santos - licença saúde	08/11/11 a 20/11/11
Gerusa Bassani	Prof. ciências	21	EMEB Morada do Sol e EMEB Henrique J. Berger	v.v. Glória R. dos Santos - disposição Educação	01/11/11 a 20/12/11

Maria Selma Konflanz	Professora 5ª a 8ª	18	EMEB Henrique J. Berger e EMEB Morada do Sol	v.v. Glória R. Santos - disposição Sec. Educação	01/11/11 a 20/12/11
Mariana Susin Frigotto	Aux. Biblioteca	40	EMEB Henrique J. Berger	Vaga excedente	01/11/11 a 20/12/11
Marieli Zago	Prof. 1º ao 5º ano	20	EMEB Morada do Sol	Vaga transitória - desdobramento turma	01/11/11 a 20/12/11
Silmara Aparecida Foragatto	Prof. 1º ao 5º ano	20	EMEB Tabajara	v.v. Sandra Muncinelli - licença saúde	01/11/11 a 20/12/11
Soeli de Souza Batista	Meren-deira	44	EMEB Morada do Sol	Vaga excedente	01/11/11 a 20/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

### Portaria Nº 21.169

PORTARIA nº 21.169, de 09 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso V, mais o previsto na Lei Complementar nº 7, de 17/12/99 e a Lei Complementar nº 22, 28/12/2001, que dispõe sobre o novo Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais da Educação do Município de Caçador, e dá outras providências

RESOLVE:

ALTERAR TEMPORARIAMENTE a carga horária dos Servidores Públicos Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionados, especificando código, nome, cargo, alteração de carga horária, motivo, local de atuação e período, conforme segue:

Cód.	Nome	Cargo	Alteração DE PARA	Escola de Atuação	Motivo	Período
10751	Áurea Adriana de Mello Cordeiro	Professora	30 33	EMEB Henrique J. Berger	v.v Flaviane Quaresma - licença maternidade	07/11/11 a 20/12/11
10914	Luana Cristina Ramos	Professora	20 40	EMEB Hilda G. de Souza	v.v Franciele Menzel - disposição CESMAR	04/11/11 a 20/12/11
10755	Cristiane Moreira Camargo	Professora	20 40	EMEB Pierina Perret	v.v. Juliana V. Ferreira - licença saúde	09/11/11 a 06/12/11

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

**Portaria Nº 21.170**

PORTARIA Nº 21.170, de 09 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, e dá outras providências

**RESOLVE:**

PRORROGAR O CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, da Servidora CLENIR APARECIDA NURILLES, no cargo de Professora, Ref. 1.3A, carga horária de 20h semanais, para atuar na EMEB Ulysses Guimarães em vaga vinculada à Servidora titular Francielle Marin Menzel cedida ao Projeto CESMAR, durante o período de 04/11/11 a 20/12/11.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

**Portaria Nº 21.171**

PORTARIA Nº 21.171, de 09 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do inciso V, art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24/02/10, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, e Anexo único da Lei Complementar nº 207, de 23/02/11, que altera e acrescenta dispositivos na Lei que instituiu o FUNDEMA, e dá outras providências,

**RESOLVE:**

CONTRATAR em caráter temporário, a cidadã CRISTIANE APARECIDA RODRIGUES, no cargo de Agente de Serviços e Obras Públicas, Ref. 01, com 44h semanais, em vaga vinculada a Lindamir Souza Silveira que se encontra em férias, durante o período de 1º/11/2011 a 30/12/2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda.

**Portaria Nº 21.172**

PORTARIA nº 21.172, de 09 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 99, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004- Estatuto dos servidores Públicos Municipais de Caçador,

**RESOLVE:**

CONCEDER as Servidoras Públicas Municipais da Secretaria de Educação, abaixo relacionadas, licença para tratamento de saúde,

conforme Laudo Médico, especificando: código, nome, cargo, secretaria de lotação e período de afastamento, conforme segue:

Cód	Nome	Cargo	C.H	Sec.	Dias de afastamento	A contar de
4612	Ivanise Aparecida de Souza Mello	Merendeira	44	005	30	24/10/11
2410	Olinda Susin Parizotto	Professora	20	005	54	27/10/11
206	Rosely Aparecida Sorgatto	Orientadora Educacional	40	005	15	13/10/11
5699	Sandra Elisa Muncinelli	Professora	20	005	60	21/10/11
588	Sueli Ribeiro	Servente	44	005	60	25/10/11

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

LUCIANE REGINA PEREIRA

Secretária de Educação.

**Portaria Nº 21.173**

PORTARIA Nº 21.173, de 09 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o art. 120, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/04 - Estatuto do Servidor Público Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER, 02 (dois) anos de licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares, a Servidora Pública Municipal JACIRA MARIA LEITE DA SILVA, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Assistência Social, a contar de 14 de novembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário da Administração e Fazenda..

**Portaria Nº 21.174**

PORTARIA Nº 21.174, de 08 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador e mais o previsto na Lei Municipal nº 2.833, de 17 de agosto de 2011, que autoriza o Município a firmar Termo de Convênio com o com a Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador.

**RESOLVE:**

COLOCAR o Servidor Público Municipal, abaixo relacionado, à disposição da Associação de Serviços Sociais Voluntários de Caçador,

com ônus para o Município de Caçador, a contar de 10 de novembro de 2011, na forma do Termo de Convênio de Cooperação, aprovado pela Lei Municipal nº 2.833, de 17/08/11, até 31 de dezembro de 2012, especificando: código, nome, cargo, carga horária e secretaria de lotação:

Cód.	Nome	Cargo	C.H	Sec.
10917	Sérgio Borges	Auxiliar de Serviços e Obras Públicas	44	003

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 21.175

PORTARIA Nº 21.175, de 09 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 101, inciso II, da Lei Orgânica do Município, e art. 31, parágrafo único, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004- Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

COLOCAR A DISPOSIÇÃO da Secretaria de Agricultura, da Pecuária e do Abastecimento, o Servidor Público Municipal abaixo relacionado, lotado na Secretaria de Infra-Estrutura, especificando: nome, cargo, carga horária e data da disposição, conforme segue:

Nome	Cargo	C.H	Data da disposição
Sebastião Ribeiro dos Santos	Operador Máquinas Pesadas	44	03/10/2011

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de novembro de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda.

### Portaria Nº 21.176

PORTARIA nº 21.176, de 09 de novembro de 2011.

O Prefeito Municipal DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 184, § 3º e 4º, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2005 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

CONCEDER ao Servidor Público Municipal PAULO NORBERTO COMBIN, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, lotada na Secretaria de Infra-Estrutura, a sexta parte dos seus vencimentos, por ter completado 25 (vinte e cinco) anos de trabalho junto a Prefeitura Municipal de Caçador, a contar de 1º de novembro de 2011.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador, em 09 de novembro

de 2011.

IMAR ROCHA

Prefeito Municipal.

CELSO LUIZ THOMÉ

Secretário de Administração e Fazenda.

### Contrato 131-2011 PREFEITURA

Contrato nº 131/2011 - Contratação de empresa especializada em sistemas de informática para locação de sistemas contabilidade pública, planejamento, tesouraria, compras e licitações, patrimônio público, folha de pagamento, recursos humanos, ponto eletrônico, tributação municipal, atendimento ao cidadão via internet, escrituração fiscal via internet, controle de frota, controle de estoque, controle de notas fiscais eletrônicas, controle de índices de gestão, controle de procuradoria, educação, controle de biblioteca, ouvidoria, controle de protocolo e controle de legislação. Referente ao processo licitatório nº 71/2011 CC nº 02/2011. Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA/CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67. Valor Global: R\$ 308.600,00. Prazo: 12 meses.

### Contrato 132-2011 PREFEITURA

Contrato nº 132/2011 - 1º aditamento ao contrato de permissão nº 148-2010, prorrogação de prazo da Seleção de funcionários para ocupar e explorar, a título precário, através de permissão de uso das salas números 01 a 07 que compõe o terminal rodoviário Comendador Selvino Caramori pelo período de 12 meses, e aplicação de reajuste no percentual de 6,95 (seis vírgula noventa e cinco por cento) de conformidade com o § 1º da Cláusula Terceira do Contrato Principal. Referente ao processo licitatório nº 132/2010 CC nº 01/2010. Autorizado/Contratado: GENOINO PIEROG - ME/CNPJ nº 02.208.040/0001-59. Prazo: 17/11/2012. O valor que passa a vigorar a contar da data assinatura do presente instrumento, com a aplicação do reajuste referente ao IGP-M acumulado nos últimos doze meses, sendo o valor mensal de R\$ 208,56 (duzentos e oito reais e cinquenta e seis centavos) totalizando o valor de R\$ 2.502,72 (dois mil quinhentos e dois reais e setenta e dois centavos) :

12	Mês	Autorização de Uso sala nº 05 do Terminal Rodoviário	208,56
----	-----	--	--------

### Contrato 133-2011 PREFEITURA

Contrato nº 133/2011 - 1º aditamento ao contrato de permissão nº 149-2010, prorrogação de prazo da Seleção de funcionários para ocupar e explorar, a título precário, através de permissão de uso das salas números 01 a 07 que compõe o terminal rodoviário Comendador Selvino Caramori pelo período de 12 meses, e aplicação de reajuste no percentual de 6,95 (seis vírgula noventa e cinco por cento) de conformidade com o § 1º da Cláusula Terceira do Contrato Principal. Referente ao processo licitatório nº 132/2010 CC nº 01/2010. Autorizado/Contratado: SOLANGE DE LOURDES CONSTANTINI GRISOTTI - ME/CNPJ nº 06.122.312/0001-54. Prazo: 17/11/2012. O valor que passa a vigorar a contar da data assinatura do presente instrumento, com a aplicação do reajuste referente ao IGP-M acumulado nos últimos doze meses, no percentual de 6,95% (seis vírgula noventa e cinco por cento) sendo os seguintes valores abaixo descritos:

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	UNIT	TOTAL
1	12	MÊS	LOJA 1	502,24	6.026,88
2	12	MÊS	LOJA 2	363,58	4.362,96
3	12	MÊS	LOJA 3	589,57	7.074,84
4	12	MÊS	LOJA 6	269,19	3.230,28
5	12	MÊS	LOJA 7	787,06	9.444,72



TOTAL GERAL					30.139,68
-------------	--	--	--	--	-----------

**Contrato 134-2011 PREFEITURA**

Contrato nº 134/2011 - Locação de parte de um imóvel urbano sem benfeitorias localizada na Rua Alfredo Cachoeira, Bairro Bom Jesus, Caçador (SC), para a exploração de pedreira para retirada de materiais, cascalho e pedras, destinados à melhorias nas estradas vicinais urbanas e rurais e instalação de um britador para aproveitamento de todo o material retirado pela Prefeitura Municipal de Caçador/SC. Referente ao processo licitatório nº 96/2011 DL nº 17/2011. Contratados/Locadores: SUELI MARIA ZENI/ CPF-480.783.959-49. Valor: R\$ 500,00 mensais. Total: R\$ 6.000,00. Prazo: 16/11/2012.

**Contrato 51-2011 SAÚDE**

Contrato 51/2011 FMS - aquisição de veículos novos referente ao processo licitatório nº 50/2011, PR 37/2011. Contratado: AUTO MECÂNICA GERAL LTDA. Valor: R\$ 159.500,00. Prazo: 12 meses

QTD	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
05	Veículo potência do motor no mínimo 1.4 Hach, 04 (quatro) portas, fabricação nacional, 0 (zero) km, ar condicionado, ar quente, direção hidráulica, jogo de tapetes de borracha, equipamentos de segurança obrigatórios, desembaçador, limpador de vidro traseiro, combustível álcool/gasolina, vidros elétricos dianteiros, roda aro 14 ou 15, com rádio MP3 USB, cintos de segurança de três pontos, para-choque na cor do veículo, proteção do motor, ano e modelo 211/2012, cor branca, assistência técnica dentro do município de Caçador.	31.900,00

**Contrato 52-2011 SAÚDE**

Contrato 52/2011 FMS - aquisição de veículos novos referente ao processo licitatório nº 50/2011, PR 37/2011. Contratado: COLUSSI & COLUSSI LTDA. Valor: R\$ 106.900,00. Prazo: 12 meses

QTD	DESCRIÇÃO	R\$ UNID.
02	Veículo para 07 (sete) lugares, fabricação nacional, 0 (zero) km, ar condicionado, direção hidráulica, jogo de tapetes de borracha, equipamentos de segurança obrigatórios, limpador de vidro traseiro, bio combustível, travas elétricas, alarme, potência do motor no mínimo 1.4, roda aro 14 ou 15, com rádio MP3 USB, cintos de segurança individuais de três pontos, bancos em tecido, para-choque na cor do veículo, proteção do motor, ano e modelo 211/2012, cor branca, assistência técnica dentro do município de Caçador.	53.450,00

**CÂMARA MUNICIPAL****Publicação resumida**

Câmara Municipal de Caçador  
Publicação resumida

Considerando as impugnações ao edital 021/2011 pregão presencial 05/2011, a Câmara Municipal de Caçador decide ACO-LHER PARCIALMENTE as impugnações do edital em comento, determinando a efetivação das alterações nesta propostas e, por

consequente, SUSPENDENDO a realização da reunião pública de credenciamento no certame - a qual estava marcada inicialmente para 18.11.2011, às 14:00 horas - até que se publique o edital com as alterações determinadas, no qual se especificará nova data para o credenciamento.

Caçador/SC, 16 de novembro de 2011.  
SIRLEY DE FÁTIMA TIBES CECCATTO  
Presidente

**Camboriú****PREFEITURA****Lei Nº. 2.379/2011**

LEI Nº 2.379/2011

Dispõe sobre a declaração de utilidade pública da Área de Preservação Permanente - APP que especifica para fins de abertura de via pública e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública, com fundamento na Resolução CONAMA nº 369/2006, que prevê a possibilidade de intervenção ou supressão em Área de Preservação Permanente, as áreas de terras localizadas da Rua Leopoldo Leite, s/nº, bairro Tábuleiro, Camboriú/SC, com as seguintes medidas e confrontações:

I - Área A1-A: um terreno, com área de 696,72m², representado pela Área A1-A, parte do todo da Área A1 inscrita no Ofício de Registro de Imóveis sob a Matrícula de nº. 83852, estrema a Norte com a Área A8 e parte da Área A7, onde mede 45,98 metros; estrema ao Sul com a Área de Preservação, onde mede 26,06 metros; estrema ao Oeste, com a Área A1-Remanescente, onde mede 25,36 metros; estrema ao Leste, com a Área de Preservação, onde mede 41,09 metros;

II - Área A7-A: um terreno, com área de 33,75 m², representado pela Área A7-A, parte do todo da Área A7, inscrita no Ofício de Registro de Imóveis sob a Matrícula de nº. 83858, estrema ao Oeste com a Área A7 - Remanescente, onde mede 11,74 metros; estrema ao Sul com a Área A1-A, onde mede 7,43 metros; estrema ao Leste, com a Área A8, onde mede 9,10 metros;

III - Área A8: um terreno, com área de 440,88m², representado pela Área A8, inscrita no Ofício de Registro de Imóveis sob a Matrícula de nº. 83859, faz frente ao Norte com a Rua Pedra Branco e Lote 60 do Loteamento Nova Camboriú, onde mede 50,99 metros; fundos ao Sul, com a Área A1, onde mede 38,55 metros; estrema ao Oeste, com a Área A7, onde mede 12,26 metros; estrema ao Leste, com o Rio Peroba, onde mede 13,88 metros;

IV - Área de Preservação: um terreno, com área de 4.742,20 m², representado pela Área de Preservação, faz frente ao Sul com a Rua Leopoldo Leite, onde mede 31,46 metros; fundos ao Norte, com a Área A1, em duas linhas quebradas, partindo do sentido Oeste a Leste, onde mede 26,06 metros, seguindo no sentido Sudoeste a Nordeste, onde mede 41,09 metros; estrema ao Oeste, em duas linhas quebradas com Área C, partindo do sentido Sul a Norte, onde mede 89,75 metros, seguindo no sentido Sudoeste a Nordeste onde mede 6,81 metros e estrema com Área B, onde mede 61,67 metros; estrema ao Leste, com o Rio Peroba em três linhas quebradas, partindo do sentido Sul a Norte mede 76,20 metros, segue em 94,20 metros, terminando com 17,95 metros.

Art. 2º As áreas descritas nos incisos do artigo 1º desta Lei destinam-se a implantação de uma via pública no Bairro Tabuleiro, em razão da importância de se criar uma alternativa para o trânsito de Camboriú, com a finalidade de possibilitar o desenvolvimento econômico e social da região.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 16 de novembro de 2011.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

### **Lei Nº. 2.380/2011**

LEI Nº 2.380/2011

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 1.773 de 14 de junho de 2007.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o caput e o inciso I do artigo 2º da Lei Municipal nº 1.773/2007, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º O Conselho será constituído por 11 membros titulares, acompanhados de seus respectivos suplentes, conforme representação e indicação a seguir discriminadas:

I - dois representantes do Poder Executivo Municipal, dos quais pelo menos 01 (um) será da Secretaria Municipal de Educação e Cultura ou órgão educacional equivalente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 16 de novembro de 2011.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

### **Lei Nº. 2.381/2011**

LEI Nº 2.381/2011

Denominação de Rua.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de RUA: "URUBICI", a rua situada no loteamento Jardim Tatiana, Bairro Várzea do Ranchinho, registrada na Secretaria do Planejamento como "Rua O", devidamente cadastrada na Secretaria Municipal de Finanças sob o código 149,

na Cidade de Camboriú.

Art. 2º Fica estabelecido ao Poder Executivo o prazo de noventa dias, para colocar a placa de identificação na rua denominada.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 16 de novembro de 2011.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicada no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrada no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

### **Decreto Nº. 1.352/2011**

DECRETO Nº 1.352/2011

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar autorizado pelo artigo 17 da Lei nº 2.218 de 19/11/2010-LOA e artigo 30 da Lei 2.217 de 26/10/2010-LDO.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 755.000,00 (setecentos e cinquenta e cinco mil reais) no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Camboriú.

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú  
Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria de Administração  
Função: 04 - Administração  
Sub-função: 122 - Administração Geral  
Programa: 0003 - Gestão da Administração Governamental  
Atividade: 2.028 - Manutenção da Iluminação Pública - COSIP  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0017 - Contribuição Custeio Serviços de Iluminação  
Código Reduzido: 38  
VALOR: R\$ 120.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú  
Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria de Administração  
Função: 04 - Administração  
Sub-função: 122 - Administração Geral  
Programa: 0003 - Gestão da Administração Governamental  
Atividade: 1.007 - Melhoria e Ampliação da Iluminação Pública  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0017 - Contribuição Custeio Serviços de Iluminação  
Código Reduzido: 26  
VALOR: R\$ 220.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú  
Unidade Orçamentária: 03 - Secretaria de Administração  
Função: 04 - Administração  
Sub-função: 122 - Administração Geral  
Programa: 0003 - Gestão da Administração Governamental  
Atividade: 2.017 - Manutenção dos Encargos Gerais da Administração  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários

Código Reduzido: 33  
VALOR: R\$ 200.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú  
Unidade Orçamentária: 06 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico  
Função: 23 - Comércio e Serviços  
Sub-função: 695 - Turismo  
Programa: 0006 - Gestão e Apoio ao Desenvol. do Turismo e Cultura  
Atividade: 2.024-Manut. dos Eventos Turísticos e de Lazer do Município  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 72  
VALOR: R\$ 115.000,00

Órgão: 02 - Prefeitura Municipal de Camboriú  
Unidade Orçamentária: 07 - Secretaria de Obras e Serviços Urbanos  
Função: 15 - Urbanismo  
Sub-função: 451 - Infra-Estrutura Urbana  
Programa: 0008 - Gestão das Obras e Infra-Estrutura Urbana  
Atividade: 1.005 - Paviment., Conserv. e Recuperação de Ruas e Avenidas  
Elemento de Despesa: 3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas  
Fonte de Recurso: 1.0000 - Recursos Ordinários  
Código Reduzido: 77  
VALOR: R\$ 100.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes do provável excesso de arrecadação de recursos ordinários da Prefeitura Municipal de Camboriú no montante de R\$ 415.000,00 (quatrocentos e quinze mil reais) e dos recursos da COSIP no montante de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), a serem apurados no exercício corrente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,  
Em, 03 de novembro de 2011.  
LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS  
Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

### **Decreto Nº. 1.354/2011**

DECRETO Nº 1.354/2011

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Defesa Civil.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO que o § 1º do art. 9º da Lei Municipal nº 2.172/10 estabelece que a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Defesa Civil será feita por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros integrantes do Conselho Municipal de Defesa Civil do Município de Camboriú, conforme dispõe o artigo 9º da Lei Municipal nº 2.172/2010, estando assim constituído:

I - Coordenadora de Defesa Civil e presidente do Conselho:

a) Carla Rosana Krug.

II - Representantes de cada órgão a seguir indicado e seus respectivos suplentes, assim determinados:

a) Gabinete da Prefeita:

1. titular: Luana Letizia Lazzaris;

2. suplente: Maria Nazaré Demétrio Coppi.

b) Procuradoria-Geral do Município:

1. titular: Jameston Powala de Moura;

2. suplente: Ligia Karin Minela.

c) Secretaria Municipal de Administração:

1. titular: John Lenon Teodoro;

2. suplente: João Calixto Faqueti.

d) Secretaria Municipal de Finanças:

1. titular: Nánias Benvenuti;

2. suplente: Sebastião Aparecido Fernandes Dias.

e) Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

1. titular: Fátima Nair Bambinetti Gervásio;

2. suplente: Sidneia Teixeira Pereira.

f) Secretaria Municipal de Saúde:

1. titular: Marcia Regina Oliveira Freitag;

2. suplente: Maurício José Satiro de Oliveira.

g) Secretaria Municipal de Saneamento Básico:

1. titular: Janir Francisco de Miranda;

2. suplente: Paulo Ludwig Batista.

h) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos:

1. titular: José Pedro Costa;

2. suplente: Arnaldo Bastos Júnior.

i) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente:

1. titular: Márcio da Rosa;

2. suplente: Marcos da Silva.

j) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

1. titular: Matias Fidelis Angeli;

2. suplente: Luiz Henrique Machado.

k) Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social:

1. titular: Mari Stela de Oliveira;

2. suplente: Luciane Coito dos Santos.

l) Secretaria Municipal de Planejamento Urbano:

1. titular: Christian Eduardo Sgorla;

2. suplente: Carlos Alberto Ghiorzi.

m) União das Associações de Moradores de Camboriú - UAMCA:

1. titular: Claudete Tavares Jorge da Rosa;

2. suplente: Mario César Silva.

n) Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL:

1. titular: Fernando Rocha;

2. suplente: Saul Jovino Silva.

o) Polícia Civil:

1. titular: Adriel Santos de Souza;

2. suplente: Lea Regina Oliveira do Prado.

p) Polícia Militar:

1. titular: 2º Tenente Pedro Carlos Machado Júnior;

2. suplente: 3º Sargento Paulino César da Silva Martins.

q) Corpo de Bombeiros Militar:

1. titular: Murilo Silvestre Ennes do Valle;

2. suplente: Edson Costa.

r) Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC:

1. titular: João da Silva.

Art. 2º Consoante deliberado pelo Plenário, restou a Diretoria do Conselho eleita, tendo ficado composta na seguinte forma:

I - vice-presidente: Márcio da Rosa;

II - secretária: Luciane Katirini Schuster Jung.

Art. 3º Os membros do Conselho Municipal de Defesa Civil não serão remunerados, sendo os serviços prestados considerados de

relevância social.

Art. 4º Ficam revogados os Decretos Municipais nº 1.083/2010 e nº 1.336/2011.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 04 de novembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

### **Decreto Nº. 1.355/2011**

DECRETO Nº 1.355/2011

Revoga o Decreto Municipal nº 1.339, de 05 de outubro de 2011.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de sua atribuição conferida pela Constituição da República Federativa do Brasil e pelo inciso VII, do artigo 79, da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO que a abertura de crédito adicional suplementar para o Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros é oriunda de um crédito especial aberto no exercício corrente, de modo que sua suplementação deverá ser realizada por meio de outro crédito especial;

DECRETA:

Art. 1º Fica revogado o Decreto Municipal nº 1.339, de 05 de outubro de 2011, que dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar, autorizado pelo artigo 17 da Lei nº 2.218 de 19/11/2010-LOA e artigo 30 da Lei nº 2.217 de 26/10/2010-LDO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ/SC,

Em, 04 de novembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

Publicado no Diário Oficial dos  
Municípios de Santa Catarina  
[www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br) e  
Registrado no Livro de Publicações

JOHN LENON TEODORO  
Secretário M. de Administração

### **Aviso de Concorrência 003/11 - FME**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 003/2011 - FME

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL NO BAIRRO RIO PEQUENO, CONFORME PROJETO BÁSICO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas

no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 28(vinte e oito)de Dezembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 18 de Novembro de 2011

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### **Aviso de Concorrência 09/11 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 009/2011 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTA SEXTAVADA E DRENAGEM PLUVIAL DA RUA CABO HENRIQUE BERNARDES BAIRRO CEDRO, CONFORME PROJETO BÁSICO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 26 (vinte e seis) de Dezembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 18 de Novembro de 2011

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

### **Aviso de Licitação PR 29/11 - PMC**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 029/2011-PMC

OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA DISTRIBUIÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS ATIVOS E INATIVOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 2081/2009 E TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 10:00 horas do dia 01 (primeiro) de Dezembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 18 de Novembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**Aviso de Tomada de Preços 1/11 - FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2011 - FMS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADE DE SAÚDE NO LOTEAMENTO JARDIM CONDE VILA VERDE, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 13:30 horas do dia 13 (treze) de Dezembro de 2011, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: [www.cidadedecamboriu.sc.gov.br](http://www.cidadedecamboriu.sc.gov.br).

Camboriú, 18 de Novembro de 2011

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**Dispensa de Licitação 023/2011 - FMS**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

DISPENSA LICITATÓRIA Nº. 023/2011 - FMS

Data: 18/11/2011

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NA RUA MONTE AGULHAS NEGRAS, ESQ. C/ A RUA MONTE RORAIMA, LOTE 728, BAIRRO MONTE ALEGRE, PARA ABRIGAR A SEDE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MONTE ALEGRE (SALA 02), CONSULTÓRIO DE PSICOLOGIA E FONOAUDIOLOGIA (SALA 03), DEPÓSITO DE MATERIAL DE ENFERMAGEM E ODONTO (SALA 06), DEPÓSITO DE MEDICAMENTOS (SALA 07), SEDE DA FARMÁCIA POPULAR DO BRASIL (SALA 01) E DEPÓSITO DA FARMÁCIA POPULAR (SALA 08) DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Valor total: R\$ 13.200,00(Treze Mil e Duzentos Reais)

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde.

Locador: AMALIA MIRTA OLMEDO PARRY

Embasamento legal: Artigo 24, inciso "X", da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 18 de Novembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

**Edital de Chamamento Nº. 002/2011**

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº. 002/2011

(Edital de Concurso Público nº. 001/2011)

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que lhe faculta a Lei Municipal nº. 990 de 27 de agosto de 1993 e na Lei Complementar nº. 008 de 18 de outubro de 2007; Art. 1º - Ficam convocados os aprovados no concurso público de que trata o Edital nº. 001/2011, conforme os Cargos constante do Anexo I, parte integrante do presente Edital. Art. 2º - Os convocados por este Edital, deverão comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de publicação deste, ao Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal da Administração, Rua Getulio Vargas, nº. 77 nesta Cidade, para apresentar os documentos de que trata

o artigo 3º do presente edital, no horário de funcionamento da Prefeitura Municipal. Art. 4º - O candidato que não comparecer para apresentação da documentação acima descrita, dentro do prazo estabelecido no artigo 2º, será considerado desistente e eliminado, sendo substituído pelo próximo aprovado, obedecida à ordem de classificação.

Gabinete da Prefeita do Município de Camboriú, Estado de Santa Catarina, aos 18 dias do mês de novembro de 2011.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

ANEXO I

CARGO: CONTADOR

2º. CLASSIFICADO - RENATA PEREIRA

## Campo Alegre

### PREFEITURA

**Decreto Nº 6.708 de 16 de Novembro de 2011**

DECRETO Nº 6.708 DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011

CONSTITUI E NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO INTERNO E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições privativas que lhe são conferidas pelos Incisos VII e XIII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal; DECRETA: Art.1º) Fica constituída a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado Interno, entre os Servidores Efetivos - Professores, lotados na Secretaria Municipal de Educação, sob a Coordenação do primeiro.

Art.2º) Para compor a Comissão de que trata o caput deste Artigo ficam nomeados os seguintes membros:

I - Ângela Aparecida Reckziegel Hübner, matrícula nº 954715;

II - Ester Maria Forlin Fritsch, matrícula nº 000141;

III - José Carlos Neneve Cordeiro, matrícula nº 000084;

IV - Maria Maurene Ottvagen May, matrícula nº 000082;

V - Sirley Drancka de Souza Freitas, matrícula nº 000069,

Art.3º) A Comissão fica instituída com o intuito de acompanhar o processo de escolha de vagas na Rede Municipal de Ensino para o ano letivo de 2012.

Art.4º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre "SC", 16 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretaria Municipal de Administração e Finanças

Registrado e Publicado na forma da Lei Municipal nº 2.416 de: 16/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 6.710 de 17 de Novembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.710 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011

REVOGA AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO MUNICIPAL Nº 6.707

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, que lhe são conferidas por Lei, em especial o Artigo 71 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal, DECRETA:

Art.1º) Ficam revogadas as disposições do Decreto Municipal nº. Municipal nº 6.707, a partir de 16 de novembro de 2011.

Art.2º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 16 de novembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 17 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Decreto Nº 6.711 de 03 de Novembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 6.711 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011

ALTERA DISPOSIÇÕES DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º DO DECRETO Nº 6.691 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 333, da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; DECRETA:

Art.1º) Alterar as disposições do Parágrafo Único do Art. 1º do Decreto nº 6.691 de 03 de novembro de 2011, o qual passa a ter a seguinte redação:

“Art.1º) Contratar a Srª. INEZ SILVANE NEPL LISCZKOVSKI, para exercer o cargo de Professor I - Educação Infantil e Ensino Fundamental, Registro no Sistema sob o nº 954961, Regime Jurídico: Especial Administrativo, (Contrato Temporário) previsto no Inciso IX, do Artigo 37 da CF/88, e no Capítulo IV da Lei Complementar Municipal nº 006/02, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vencimentos Nível P1, Sub-Nível 11, Referência A, no valor de R\$ 968,37 (novecentos e sessenta e oito reais, trinta e sete centavos) mensais, pelo período de 03 de novembro de 2011 à 20 de dezembro de 2011, em substituição a Professora I Titular Srª. LUZIA KOBUS LEAL, Matrícula Funcional nº 000397, Registro no Sistema sob o nº 954249, por encontrar-se em Licença para Tratamento de Saúde”.

Art.2º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de novembro de 2011.

Art.3º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre “SC”, 17 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicado e registrado na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 17/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Portaria Nº 8.501 de 11 de Novembro de 2011**

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 8.501 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; RESOLVE:

Art.1º) Conceder 05 (zero cinco) dias de férias a Agente Operacional I, MARIA FRANCISCA GOMES DA SILVA, Matrícula Funcional nº 0190, Registro no Sistema sob nº 443000, referente ao período aquisitivo 28 de setembro de 2010 a 27 de setembro de 2011.

Art.2º) A servidora gozará as férias no período de 07 de novembro de 2011 à 11 de novembro de 2011, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 07 de novembro de 2011.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC, 11 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

AURIENE ROEPKE

Secretária Municipal de Administração Interina

Publicada e registrada na forma da Lei Municipal nº 2.416 em: 11/11/2011

PEDRO FAGUNDES DOS SANTOS JUNIOR

Chefe de Gabinete do Prefeito

**Ata Circunstanciada Processo Licitatorio 75/2011**

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 75/2011)

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, na cidade de Campo Alegre, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se às dez horas, em sessão pública, Joceli de Souza, Josiane Alquini Cubas e Maria Cristina Marciniak Munhoz, integrantes da Comissão de Licitações, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 75/2011, modalidade Convite, para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objetivo a prestação de serviços de recapagem e recauchutagem de pneus para manutenção da frota municipal. Empresas convidadas: FM Pneus Ltda, Recapadora São Bento Ltda, Renovadora de Pneus Fleischmann Ltda, Comercial de pneus taquarense Ltda e Recauchutadora de Pneus Néri. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão, nominando os presentes, além dos membros da Comissão já nominados, se fizeram presentes o Sr. Alessandro Munhoz, representante da empresa FM Pneus Ltda, Sr. Sírío Paulinho Uberziner, representante da empresa

Recauchutadora de Pneus Neri Ltda. Passou-se ao recebimento dos envelopes nº 01 (documentos) e nº 02 (proposta) das empresas proponentes: FM Pneus Ltda e Recauchutadora de Pneus Neri Ltda. A empresa Recauchutadora de Pneus Neri Ltda apresentou a Certidão Simplificada que comprova o enquadramento como ME ou EPP para valer-se da Lei Complementar 123/2006. Passou-se a abertura do envelope contendo a documentação das empresas proponentes. A Comissão julgou as empresas FM Pneus Ltda, Recauchutadora de Pneus Neri Ltda, HABILITADAS. Conforme desistência de recurso por parte dos proponentes, quanto o julgamento dos documentos, prosseguiu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO total de cada LOTE. PARA O LOTE 01: a empresa FM Pneus Ltda apresentou o valor total de R\$ 6.850,00, sendo que a empresa Recauchutadora de Pneus Neri Ltda apresentou proposta com o valor total de R\$ 7.310,00, a empresa Recauchutadora de Pneus Neri Ltda fez uso de seu direito de preferência conforme Certidão simplificada apresentada, sendo declarada vencedora do Lote 01 com o valor de R\$ 6.800,00. PARA O LOTE 02: A Comissão julgou a empresa Recauchutadora de Pneus Neri Ltda vencedora com o valor total de R\$ 8.105,00, sendo que a empresa FM Pneus Ltda apresentou proposta com o valor total de R\$ 3.690,00 sendo DESCLASSIFICADA por apresentar a proposta do Lote 02 com a quantidade de itens em desacordo com o exigido no edital. Está aberto prazo recursal quanto o julgamento das propostas. Não havendo nada mais a tratar encerrou-se a presente sessão com a lavratura da presente ata, que vai assinada por todos os presentes:

### **Pregão 77/2011**

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

RESUMO EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 77/2011 - Registro de Preços

Objeto: A licitação tem como objeto o Registro de preços para aquisição de óleo diesel para manutenção da frota municipal no exercício 2012.

Critério de julgamento: Menor preço unitário, com fixação de valor máximo unitário.

Abertura: 01/12/2011, às 10 horas, no prédio da Prefeitura Municipal, sito à Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro - Campo Alegre-SC.

Prazo para entrega dos envelopes (documentação e proposta): até às 09h45min do dia 01/12/2011, no Protocolo da Prefeitura Municipal (conforme endereço acima).

O edital na íntegra está disponível no site do Município: [www.campoalegre.sc.gov.br](http://www.campoalegre.sc.gov.br).

Campo Alegre, 17 de novembro de 2011.

VILMAR GROSSKOPF

Prefeito Municipal

## **Campos Novos**

### **PREFEITURA**

### **Decreto Nº 6.371 de 05/10/11 - Republicado**

R E P U B L I C A D O

DECRETO Nº 6.371 DE 05/10/11

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL - COMDEC

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

### **DECRETA:**

Art. 1º - Ficam nomeadas as pessoas a seguir relacionadas, para comporem a Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC do Município de Campos Novos:

#### **a) GRUPO DE DIREÇÃO**

Presidente: Sangento Dhiêmes Metz Pinheiro

Vice-Presidente: Geraldo Mafioleti

Secretária: Margarete Terezinha Nicoloti

#### **b) GRUPO PERMANENTE**

Conselho Técnico:

Sady Jacomel: Engenheiro Civil

Aldemir Scolaro: Secretário de Planejamento e Coordenação Geral

Conselho Comunitário:

Fernando Sérgio Rosar: Presidente do Sindicato Rural de Campos Novos

#### **c) GRUPO DE EMERGÊNCIA**

Suleide Maria Gehrke Gomes: Secretaria Mun. de Educação e Cultura

Nelson de Paula: Chefe de Gabinete

Cidinei Cordeiro: Secretário Municipal da Agricultura

Ivonete Trombeta: Secretária Mun. do Desenv. Social, Família e Trabalho

Márcia Nunes: Representante do Departamento de Pessoal

Eliamar Antunes Mayer: Representante da Fundação Cultural

Carlito Durlí: Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo

José Dirceu Bevilaqua: Secretário Mun. da Indústria, Comércio e Turismo

Sônia Trúculo: Representante do Departamento de Contabilidade

Joel Francisco Fagundes: Diretor do SAMAE

Nilza Wilpert: Presidente do Lions Clube Centenário

Claiton Nilberto de Moraes: Presidente Rotary Clube Campos Novos

João Carlos Didomênico: Presidente da COOCAM

Luiz Carlos Chiocca: Presidente da Copercampos

José Adelar Carpes: Presidente da Câmara de Vereadores

Maria Rossi: Gerente da Rádio Cultura

Rui Tomazoni: Gerente Regional da CIDASC

Nelson Cruz: Representante da ACIRCAN

Marlene Martins de Souza: Presidente da CDL

Dr. Mauro Luiz Vieira: Representante dos Médicos

Dr. Alvadi Mantovani: Representante dos Advogados

Marliese Da Cass Mecabô: Administradora Geral Hospital Dr. José Athanázio

Claudemir Durlí: Gerente Regional da EPAGRI

Marcos Pegoraro: Representante da Celesc

Luiz Carlos Bial: Representante dos Radioamadores

Alcedir José Cavidon: Representante da COTRACAN

Marcelo Capelari: Presidente Associação Engenheiros Agrônomos

Art. 2º - O mandato dos membros acima citados será até 05/10/2012.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se o Decreto nº 6.129/10-A de 05/10/10.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 05 de outubro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

**Decreto Nº 6.409 de 17/11/2011**

DECRETO Nº 6.409 DE 17/11/2011

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO

Vilibaldo Erich Schmid, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.454/09 de 22/10/09 (Plano Plurianual), Lei nº 3.519 de 21/05/2010 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.582 de 09/12/2010 (Lei Orçamentária),

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento geral do município, nos projetos e na atividades abaixo discriminados os seguintes elementos de despesas:

ÓRGÃO: 08 - SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

UNIDADE: 25 - DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 1.009 - Realização de Obras e Ref. na Sec. de Transp. e Obras e Urbanismo

Elemento de despesa: 55-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 2.400,00

PROJETO/ATIVIDADE: 1.010 - Pavimentação e Asfaltamento de Ruas

Elemento de despesa: 41-4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.037 - Manutenção do Departamento de Estradas e Rodagem

Elemento de despesa: 64-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 80.000,00

PROJETO/ATIVIDADE: 2.078 - Recolhimento e destinação de resíduos sólidos

Elemento de despesa: 71-3.1.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 39.850,00

Elemento de despesa: 72-3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000.0-Aplicações Diretas R\$ 145.450,00

Art. 2º - Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, será utilizado o valor de R\$ 270.700,00 (duzentos e setenta mil e setecentos reais), provenientes da subtração do provável excesso do arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em, 17 de novembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação Pregão 45\_11**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2011

O Município de Campos Novos torna público que fará realizar no dia 02/12/2011 às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura, Pregão Presencial do Tipo Menor Preço global, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE CADEIRAS FIXAS E GIRATÓRIAS PARA AS NOVAS INSTALAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NOS ANEXOS.

O Edital que está amparado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no site [www.camposnovos.sc.gov.br](http://www.camposnovos.sc.gov.br), ou na sede da Prefeitura, que está temporariamente funcionando nas

dependências do Salão Paroquial, na Rua São João Batista, Praça Lauro Muller no horário das 13:00 às 17:30 horas diariamente.

Campos Novos, 18 de novembro de 2011.

VILIBALDO ERICH SCHMID

Prefeito Municipal

## Canoinhas

### PREFEITURA

**Edital de Tomada de Preços n.º 40/2011**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 164/2011

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 40/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08 de dezembro de 2011, às 14h15min, a abertura das propostas para contratação de empresa para implantação de estrutura de telecomunicações única, destinada aos Centros de Educação Infantil e Escolas da Rede Municipal de Ensino. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

**Edital de Tomada de Preços n.º 47/2011**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 190/2011

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 47/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 08 de dezembro de 2011, às 10h15min, a abertura das propostas para contratação de empresa para execução de obra relativa a instalação da Rede de Dados e Telefonia no Centro de Múltiplo Uso, Conselho Tutelar e Guarita. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

**Edital de Tomada de Preços n.º 48/2011**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 191/2011

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS N.º 48/2011

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 13 de dezembro de 2011, às 14h15min, a abertura das propostas para contratação de empresa para execução de obras relativas a construção de 05 (cinco) unidades habitacionais, com área de 36,67 m², no loteamento Campo da Água Verde. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

**Republicação do Edital de Pregão Presencial n.º 78/2011**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 189/2011  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 78/2011  
REPUBLICAÇÃO

O Município de Canoinhas-SC, CNPJ n.º 83.102.384/0001-80, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 06/12/2011, às 14h05min, a abertura das propostas para contratação de empresa para realização do transporte de tijolos, madeiras e outros materiais, em diversos bairros e localidades do interior, destinados a famílias carentes do Município. Informações (47) 3621-7705. Edital disponível no site [www.pmc.sc.gov.br](http://www.pmc.sc.gov.br) no link licitações.

LEOBERTO WEINERT  
Prefeito

**Capinzal****PREFEITURA****Concorrência p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0134/2011**

MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO  
Diretoria de Licitações  
AVISO DE LICITAÇÃO  
Concorrência p/Obras e Serviços de Engenharia Nº 0134/2011

OBJETO: contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia com fornecimento de materiais para a implantação de rede coletora de esgoto sanitário, interceptores, estação elevatória, ligações e emissário, de parte da sub-bacia B3, do projeto do Sistema de Esgotamento Sanitário do Município de Capinzal, decorrente do Termo de Compromisso celebrado com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1) do Governo Federal - TC/PAC nº 0455/08, - Recursos da União/FUNASA. Valor máximo fixado em R\$ 2.028.618,25.

ENTREGA E ABERTURA: Documentos e propostas, até as 14:00 horas, para abertura às 14:05 horas do dia 21/12/2011.

MENOR PREÇO GLOBAL

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATORIO: Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, sala de Licitações, RUA CARMELO ZOCOLLI, 155.

HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas.

TELEFONE No (0\_\_49)3555-8719, FAX No 3555-8744

Capinzal, 17 de novembro de 2011.

LEONIR BOARETTO  
Prefeito de Capinzal

**Termo Aditivo 001/2011 - Contrato Superior 0102/2011**

EXTRATO DE CONTRATO  
TERMO ADITIVO 001/2011  
CONTRATO SUPERIOR 0102/2011

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPINZAL  
CONTRATADA: AGRO FLORA RECH LTDA  
OBJETO: Termo aditivo de acréscimo no item 1, referente ao

pregão 0049/2011 e contrato 0102/2011, para dar continuidade a manutenção mensal de corte e plantio de grama e de mudas, reposição de plantas, retirada de ervas daninhas, manutenção de jardins, praças, escadarias, trevos, ruas e controle natural de plantas espontâneas com extrato de "jasmim, alfazema" em áreas municipais, deste município, devendo disponibilizar pessoal e ferramentas para o mesmo. Com valor orçado de aproximadamente VALOR R\$: 9.450,00

VIGÊNCIA: 18/11/2011 A 31/12/2011

**Catanduvás****PREFEITURA****Primeiro Termo Aditivo ao Contrato Nº 0136/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS  
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 0136/2011

Convite nº 0039/2011 (Processo Licitatório nº 0080/2011).

Objeto: Contratação de empresa de Serviços de Publicidade e Propaganda para divulgação da 7ª Festa do Chimarrão de Catanduvás.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS- SC.

Contratado (a): FOCO PROPAGANDA LTDA.

Para altera-lo nos seguintes termos:

CONSIDERANDO, o disposto na Cláusula 4.3 do contrato originário combinado com o artigo 65, § 1º da Lei 8666/93 (com alterações);  
CONSIDERANDO, solicitação da Comissão Organizadora da 7ª Festa do Chimarrão de Catanduvás; e

CONSIDERANDO, a necessidade de realizar maior divulgação da 7ª Festa do Chimarrão

RESOLVE

CLÁUSULA PRIMEIRA - Aditiva-se o valor do contrato, acrescentando a este a importância de R\$ 6.896,00 (seis mil, oitocentos e noventa e seis reais).

CLÁUSULA SEGUNDA - O valor global pactuado no item 4.1 da cláusula IV do contrato originário (136/2011) que antes era de R\$ R\$ 36.943,22 (trinta e seis mil, novecentos e quarenta e três reais e vinte e dois centavos), após o acréscimo de R\$ 6.896,00 (seis mil, oitocentos e noventa e seis reais), passa a ser de R\$ 43.839,22 (quarenta e três mil, oitocentos e trinta e nove reais e vinte e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA - O objeto constante no item 2.1 da cláusula II do contrato originário (136/2011) passa a vigorar acrescido das quantidades e valores assim distribuído:

- R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) - Divulgação Rádio Band FM, sendo 45 comerciais de 30";

- R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) - Divulgação Rádio Band FM - 02 boletins informativos de um minuto e meio, sendo uma entrevista com a Comissão Organizadora da 7ª Festa do Chimarrão, Prefeita municipal dentre outros;

- R\$ 576,00 (quinhentos e setenta e seis reais) - Divulgação Rádio Tropical FM, sendo 60 comerciais de 30";

- R\$ 600,00 (seiscentos reais) - Divulgação Rádio 96FM, sendo 40 comerciais de 30";

- R\$ 4.050,00 (quatro mil e cinquenta reais) - Divulgação RBS TV, sendo Jornal Nacional (dias 08/11 e 09/11), Globo Esporte (dias 5/11 e 09/11), RBS Notícias (dias 05/11 e 07/11); e

- R\$ 800,00 - Divulgação no site Lovatel.

CLÁUSULA QUARTA - As despesas para cobertura e empenhamento dos serviços ora contratados, correrão por conta do orçamento da Prefeitura Municipal de Catanduvás - SC para o ano de 2011, através da seguinte classificação:

004.0405 Divisão da Cultura e Turismo

04.0405.13.392.0049.2030 Manutenção de Atividades Culturais e Turísticas

04.0405..13.392.0049.2030.33000000 Outras Despesas Correntes  
CLÁUSULA QUINTA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato aditado.

Fundamento jurídico: O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, Inciso II "d" da Lei Federal nº 8.666 de 21 de julho de 1993.

Data e assinatura do contrato: 27 de outubro de 2011.

GISA APARECIDA GIACOMIN  
Prefeita Municipal.

## Chapadão do Lageado

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 071/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 071/2011

"AUTORIZA A BAIXA DE BEM PATRIMONIAL EM DECORRENCIA DE SINISTRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

JOSÉ BRAULIO INÁCIO, Prefeito Municipal de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de sua competência legal, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Decreto 041/2009,

- CONSIDERANDO, que o bem foi atingido pelas enchentes ocorridas no dia 08.09.2011, na cidade de Rio do Sul/SC;

- CONSIDERANDO, ainda o Laudo da Empresa Seguradora, que avaliou o bem como irrecuperável;

- CONSIDERANDO, o estado do bem impróprio para o uso, em decorrência da perda total.

#### DECRETA:

Art. 1º Ficam baixados do Sistema Patrimonial do Município de Chapadão do Lageado, o bem patrimonial a seguir relacionado:

Nº Pla- queta	Descrição	Centro Custos - Lo- calização	Valor R\$
1216	PAS/ONIBUS VOLARE V6 ES, ANO 2005/2006 - CHASSI 93PB- 37D2M6C017525, Cor Branca	Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes	85.521,92

Art. 2º Fica a encargo do servidor responsável pelo Controle Patrimonial a efetuar a baixa aqui autorizada no Sistema de Patrimônio e a encargo do Setor de Contabilidade proceder os ajustes contábeis nas contas do Ativo Permanente no sistema contábil do município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 17 de novembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

#### Decreto Nº 70/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

DECRETO Nº 70/2011

"PRORROGA O DECRETO Nº 041/2011, DE 11 DE AGOSTO DE 2011, QUE DECLAROU SITUAÇÃO ANORMAL, CARACTERIZADA COMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, A ÁREA DO MUNICÍPIO, AFETADA POR ENXURRADA".

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado - SC, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 50, inciso XVIII da Lei Orgânica do Município, pelo art. 7º do Decreto Federal no 7.257, de 04 de agosto de 2010, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução no 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

#### CONSIDERANDO:

- a continuidade dos efeitos da enxurrada, ocorrida nos dias 7, 8 e 9 de agosto de 2011, atingindo todo o município, resultando em danos e prejuízos, constantes do Formulário de Avaliação de Danos e Mapa das Áreas Afetadas pelo Desastre, anexos a este Decreto.

- a recomendação da Comissão Municipal de Defesa Civil, que reavaliou os efeitos do desastre e recomendou a prorrogação da situação de Emergência, em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC;

- concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade: o grau de vulnerabilidade do cenário e da população afetada, agravado pelo despreparo da defesa civil local frente ao desastre.

#### DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o Decreto nº 041/2011 de 11 de agosto de 2011, que decretou Situação de Emergência por desastre.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida para todas as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 11/11/2011, devendo vigorar por um prazo de 90 (noventa) dias.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, 17 de novembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 437 de 18.11.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA Nº 437/2011

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 50, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, c/c o art.78, caput, da Lei Complementar nº. 008/99,

**RESOLVE:**

Art.1º Conceder férias regulamentares relativas ao período aquisitivo de 05/01/2010 à 04/01/2011, a MARCIO MACIEL, Matrícula nº2508/01, Secretário Municipal de Saúde, na condição de Agente Político na Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º Autorizar o servidor a gozar férias de 20(vinte) dias no período de 21.11.2011 à 10.12.2011, acrescidas de 1/3 do abono constitucional e conversão de 1/3 em abono pecuniário, conforme arts. 46 e 78, § 3º, da LC nº. 008 de 23/12/99.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de novembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 438 de 18.11.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 438/2011

- CONSIDERANDO, os efeitos da Portaria nº. 437/2011 de 18.11.11.

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, e de acordo com a Lei Complementar nº 007, de 23.12.99,

**RESOLVE:**

Art. 1º Designar o servidor público JOSIR JACO KALBUSCH, para responder pela Secretaria Municipal da Saúde, no período de 21.11.2011 a 10.12.2011.

Art. 2º O servidor supra mencionado acumulará a função referida com as provenientes do Cargo em Comissão de Diretor de Atenção Básica a Saúde.

Art. 3º O servidor designado não receberá remuneração adicional pelo acúmulo das funções.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 18 de novembro de 2011.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

**Portaria Nº 439 de 18.11.2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

P O R T A R I A Nº 439/2011

- CONSIDERANDO, o atestado médico de 60 (sessenta) dias,

período de 21.09.2011 a 19.11.2011, onde os primeiros quinze dias foram pago pelo município;

- CONSIDERANDO, o recebimento do novo atestado médico de mais 15 (quinze) dias pelo período de 16.11.2011 a 30.11.2011; O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

**RESOLVE:**

Art. 1º Prorrogar a licença para tratamento de saúde da servidora pública ANGELITA MARIA DA SILVA WESTPHAL; matrícula nº. 1954/04, pelo período de 15 (quinze) dias, conforme Atestado Médico, de 16.11.11 a 30.11.11, remunerada pelo Regime Geral de Previdência Social, na forma de benefício.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a partir de 16.11.2011.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 18 de novembro de 2011.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

## Concórdia

### PREFEITURA

**Portaria Nº 35/2011, de 14 de Novembro de 2011**

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON

PORTARIA Nº 35/2011, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição à servidora ROSA MARIA CAVALLI FRETTE.

A Diretora-Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações e no Decreto nº 4.152, de 2 de setembro de 1999 e alterações, c/c o disposto no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005 e no art. 31-D da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999, acrescido pela Lei Complementar nº 544, de 17 de novembro de 2009.

**RESOLVE:**

Art. 1º Conceder, a partir de 14 de novembro de 2011, à servidora ROSA MARIA CAVALLI FRETTE, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, nível 4-40-GFA1, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação, matriculada sob nº 93050-00, Aposentadoria por Tempo de Contribuição, com proventos integrais, correspondentes à totalidade da remuneração da servidora no cargo referido, e reajuste na forma paritária.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON.

LUCILENE LOURDES DAL PRÁ LAZZAROTTI

Diretora-Presidente do IPRECON

Publicada no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Concórdia - IPRECON, em 14 de novembro de 2011.

RONI FINGER GONÇALVES  
Escrevente

## Aviso de Licitação Nr. 2/2011

**INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON**  
Travessa Antônio Bruneto, 37 - Sala 1 - 1.º Andar - Centro  
89.700-000 - Concórdia - SC  
Fone: (49) 3444-8384 (49)3442-3149 CNPJ: 03.383.321/0001-00  
e-mail: [iprecon@iprecon.sc.gov.br](mailto:iprecon@iprecon.sc.gov.br) - site: [WWW.iprecon.sc.gov.br](http://WWW.iprecon.sc.gov.br)  
Convite p/Compras e Serviços 2/2011  
Processo: 2/2011  
**AVISO DE LICITAÇÃO Nr. 2/2011**

A Comissão Permanente de Licitação, do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - IPRECON no exercício das atribuições que lhe confere, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação, para o seguinte:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA NA SEDE DO IPRECON  
COM LOCAÇÃO DE MATERIAIS DE LIMPEZA PELO PERÍODO DE  
2.01.2012 A 31.12.2012.

Concórdia, SC, 17(dezessete) de novembro de 2011(dois mil e onze).

RONI FINGER GONÇALVES  
Comissão Permanente de Licitação

### Extrato do Resultado da Habilitação Tomada de Preços Nº 34/2011 - PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC  
TOMADA DE PREÇOS Nº 34/2011 - PMC

**OBJETO:** contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para elaboração de projetos de pavimentação das Ruas Severina Bortoli Minozzo, Travessa Lourenço Vivan, Rua A no Loteamento Flor Jardim, Rua Rovigo, Pico 31 de Março, Mato Grosso, Pedro Antonio Balena, Jordânia, Canadá, Carlos Franke, Ceneda, Leonel Mosele e Jacarandás, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "D" do Edital.

### EXTRATO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, torna-se público o resultado do julgamento da fase de habilitação da licitação em epígrafe, nos seguintes termos: a empresa MAIS ENGENHARIA E CONSULTORES LTDA, deixou de apresentar o envelope 2 - Proposta de Preços, desatendendo desta forma ao subitem 1.3 do Edital, ou seja: "O recebimento dos envelopes 02 - PROPOSTA, contendo as propostas de preços dos proponentes CADASTRADOS, bem como dos NÃO CADASTRADOS, dar-se-á até às 16:00h do dia 16 de novembro de 2011, no Setor de Protocolo Geral deste Município." Assim, a licitante supra citada restou DESQUALIFICADA deste certame pela Comissão Permanente de Licitações e a empresa M.S.D. SERVIÇOS DE AGRIMENSURA LTDA ME, deixou de apresentar o documento exigido no subitem 5.1 do Edital, alíneas "h", ou seja, Atestado de capacidade técnica por execução de serviço(s) de características semelhantes ao objeto desta licitação fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado e expedido em nome de responsável técnico da licitante (cujo nome deverá constar da Certidão de Registro de Pessoa Jurídica no CREA, referida na alínea "g" acima) e acompanhado da competente Certidão de Acervo Técnico - CAT a que estiver vinculado. Portanto, com fulcro no subitem 7.4 do Edital, portanto, a licitante foi julgada pela Comissão de Licitações INABILITADA. já as licitantes: BAUER ENGENHARIA

LTDA; GEOVIAS ENGENHARIA LTDA e SANETAL ENGENHARIA E CONSULTORIA EM SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA EPP, atenderam plenamente todos os requisitos de habilitação constantes do instrumento convocatório e, por conseguinte, foram julgadas HABILITADAS. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas que dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato, a Comissão Permanente de Licitações dará vistas ao respectivo processo licitatório as proponentes participantes, para se tiver interesse, interpor recurso. Não havendo interposição de recursos, ficam as licitantes habilitadas desde já convocadas a participar da sessão de abertura de seus Envelopes nº 02 - Propostas de Preços, no dia 01 (um) de dezembro de 2011, às 14h (quatorze horas), na Sala de Licitações da Prefeitura de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro.

Concórdia, SC, 18 de novembro de 2011.  
NAIR KOPPE  
Vice Presidente da C.P.L.

# Cordilheira Alta

**PREFEITURA**

## Errata de Processo Licitatório

ESTADO DE SANTA CATARINA  
MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
EXTRATO DE ERRATA  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 10/2011-FMS  
PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2011-FMS

**OBJETO:** Aquisição de móveis para escritório e equipamentos de informática, a serem instalados na Unidade de Saúde deste Município, nos termos estabelecidos no Edital e seus Anexos.

## ERRATA:

Onde lê - se: Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 13/11/2011.

Leia - se: Abertura dos Envelopes: 09:30 horas do dia 30/11/2011.

Demais informações permanecem inalteradas.

Cordilheira Alta, em 18 de novembro de 2011.  
RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO  
Prefeito

## Extrato de Edital de Tomada de Preços

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO 09/2011  
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE  
ENGENHARIA Nº 04/2011

O Município de Cordilheira Alta, nos termos da Lei 8.666/93 atualizada, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA sob nº 04/2011, do tipo menor preço total por item, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO EM ALVENARIA E, AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE GRADE EM PVC A SEREM EXECUTADOS

JUNTO AO CENTRO EDUCATIVO MUNICIPAL MEDIAÇÃO, de acordo com especificações constantes no edital e seus anexos.

Secretaria Requisitante: Secretaria de Educação.

O recebimento dos envelopes será até às 09:00 horas do dia 06 de Dezembro de 2011. Abertura da sessão será realizada às 09:20 horas do mesmo dia, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Cordilheira Alta. Informações: de segunda a sexta, no horário de expediente da Prefeitura Municipal, Rua Celso Tozzo, 27, centro ou pelo fone (49) 3358-9100.

Cordilheira Alta, em 17 de novembro de 2011.

RIBAMAR ALEXANDRE ASSONALIO

Prefeito Municipal

## Coronel Martins

### PREFEITURA

#### Portaria Nº. 135, de 31 de Outubro de 2011.

PORTARIA Nº. 135, DE 31 DE OUTUBRO DE 2011.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo nº. 82 da Lei Complementar nº. 005/2003, e pela Lei Orgânica do Município de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da moralidade pública, e da legalidade, resolve;

#### CONCEDER:

Art. 1º Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família a Servidora Pública Municipal, Senhora Lidia de Barba, ocupante do Cargo de Técnico em Enfermagem, por um período de 30 (trinta) dias, a partir do dia 31 de outubro de 2011 à 29 de novembro de 2011, conforme cópia de atestados médico em anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 31 de outubro de 2011.

DARCI CABRAL DE MEDEIROS

Prefeito Municipal.

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

LUCAS CUCHI

Chefe de Gabinete

## Corupá

### PREFEITURA

#### Portaria Nº 1577/11

PORTARIA Nº 1577/11

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 165/2011.

CARLOS DIETER WERNER, Prefeito em Exercício do Município de

Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 165/2011, o senhor Antonio Vicente Tureck, matrícula funcional nº 4796-01, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Infra Estrutura, cujo objeto do contrato CONSISTE NA AQUISIÇÃO DE VEÍCULO USADO TIPO CAMINHÃO, MOTOR A DIESEL, CARROCERIA TIPO MADEIRA ANO E MODELO MÍNIMO 2004, - 4 CILINDROS - TANQUE DE COMBUSTÍVEL 100 LITROS - COMPRIMENTO DE CABINE 1.630 - INJEÇÃO DIRETA. 4300 CM³ - CARGA UTIL MAIS CARROCERIA 3.535, PARA COMPOR A FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ-SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TERMO DE REFERÊNCIA.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 16 de novembro de 2011.

CARLOS DIETER WERNER

Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

#### Portaria Nº 1579/11

PORTARIA Nº 1579/11

DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 163/2011.

CARLOS DIETER WERNER, Prefeito em Exercício do Município de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade no que determina o Artigo 67, caput e seus §§ 1º e 2º da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e demais alterações, e usando da competência que lhe confere o inciso VII do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal;

#### RESOLVE:

Art. 1º - Nomear como responsável pela execução do contrato nº 163/2011, o senhor Jurandir Alves de Souza, matrícula funcional nº 5736-02, ocupante do cargo de Jardineiro, Lotado na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, cujo objeto do contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE TINTAS PARA USO NA PINTURA DA SEDE ADMINISTRATIVA.

Art. 2º - Atribui ao servidor designado, anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário á regularização das faltas ou defeitos observados, bem como, quando necessário for, acompanhar o recebimento provisório e definitivo dos objetos contratuais.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser solicitadas aos seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

Art. 4º - É facultado ao responsável, sempre que entender necessário ao melhor cumprimento de suas obrigações, a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá, 17 de novembro de 2011.

CARLOS DIETER WERNER  
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

### **Resultado da Avaliação do Processo Seletivo Nº 10/2011**

RESULTADO DA AVALIAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO Nº 10/2011  
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 10/2011

O Prefeito Municipal DE CORUPÁ EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, torna público que realizou no período de 08 a 10 de novembro de 2011 o Processo Seletivo Simplificado, para atender as necessidades do Município, conforme relação integrante no presente edital, assim sendo divulga o resultado da avaliação, publicando ainda, conforme Edital Processo Seletivo Nº 10/2011:

FUNÇÃO: AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO  
VAGAS: 2

CLASSIFICAÇÃO	Nº INSC.	NOME DO CANDIDATO
01	01	JOSÉ DAVI SADOCK

Corupá, 16 de novembro de 2011  
CARLOS DIETER WERNER  
Prefeito Municipal EM EXERCÍCIO

SANDRO ROGÉRIO GLATZ  
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

**Curitibanos**

**PREFEITURA**

### **Republicação Edital de Pregão Presencial Nº 164/2011**

REPUBLICAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 164/2011

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço GLOBAL, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL DA AVENIDA LEOBERTO LEAL, EM CURITIBANOS, CONFORME ABNT 11.862 E MEMORIAL DESCRITIVO.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 05/12/2011.

A partir das 14:00 horas do dia 05/12/2011, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na página da Prefeitura [www.curitibanos.sc.gov.br](http://www.curitibanos.sc.gov.br).

Curitibanos, 09 de novembro de 2011.

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito

ADAILTON ALVES  
Pregoeiro

## Anexos da RREO - Município de Curitiba

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>48.258.228,00</b>	<b>48.258.228,00</b>	<b>9.984.973,87</b>	<b>20,69</b>	<b>44.273.038,46</b>	<b>91,74</b>	<b>3.985.189,54</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>47.996.228,00</b>	<b>47.996.228,00</b>	<b>8.202.048,46</b>	<b>17,09</b>	<b>42.504.323,99</b>	<b>88,56</b>	<b>5.491.904,01</b>
RECEITA TRIBUTARIA	7.181.171,00	7.181.171,00	848.089,96	11,81	6.235.804,89	86,84	945.366,11
IMPOSTOS	5.615.233,00	5.615.233,00	774.387,54	13,79	5.012.336,32	89,26	602.896,68
TAXAS	1.282.798,00	1.282.798,00	72.836,11	5,68	1.216.664,25	94,84	66.133,75
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	283.140,00	283.140,00	866,31	0,31	6.804,32	2,40	276.335,68
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.720.300,00	2.720.300,00	396.633,96	14,58	1.945.284,64	71,51	775.015,36
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	1.268.300,00	1.268.300,00	211.060,77	16,64	904.286,49	71,30	364.013,51
CONTRIBUICOES ECONÔMICAS	1.452.000,00	1.452.000,00	185.573,19	12,78	1.040.998,15	71,69	411.001,85
RECEITA PATRIMONIAL	834.570,00	834.570,00	348.636,21	41,77	1.701.095,15	203,83	-866.525,15
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	834.570,00	834.570,00	348.636,21	41,77	1.701.095,15	203,83	-866.525,15
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	34.214.480,00	34.214.480,00	6.284.361,38	18,37	30.637.615,07	89,55	3.576.864,93
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	34.062.405,00	34.062.405,00	6.284.361,38	18,45	30.637.615,07	89,95	3.424.789,93
Transf. de Instituições Privadas	4.180,00	4.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180,00
Transf. de Pessoas	4.180,00	4.180,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.180,00
Transf. de Conv.	143.715,00	143.715,00	0,00	0,00	0,00	0,00	143.715,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.045.707,00	3.045.707,00	324.326,95	10,65	1.984.524,24	65,16	1.061.182,76
Multas e Juros de Mora	1.595.687,00	1.595.687,00	141.294,23	8,85	672.728,83	42,16	922.958,17
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	52.690,00	52.690,00	23.878,23	45,32	233.818,59	443,76	-181.128,59
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	926.530,00	926.530,00	136.847,57	14,77	784.741,45	84,70	141.788,55
RECEITAS DIVERSAS	470.800,00	470.800,00	22.306,92	4,74	293.235,37	62,28	177.564,63
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>262.000,00</b>	<b>262.000,00</b>	<b>1.782.925,41</b>	<b>680,51</b>	<b>1.768.714,47</b>	<b>675,08</b>	<b>-1.506.714,47</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	25.000,00	25.000,00	1.250.000,00	000,00	1.250.000,00	000,00	-1.225.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	25.000,00	25.000,00	1.250.000,00	000,00	1.250.000,00	000,00	-1.225.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	47.500,00	47.500,00	0,00	0,00	27.399,31	57,68	20.100,69
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	36.500,00	36.500,00	0,00	0,00	27.399,31	75,07	9.100,69
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	11.000,00	11.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	189.500,00	189.500,00	532.925,41	281,23	491.315,16	259,27	-301.815,16
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	189.500,00	189.500,00	532.925,41	281,23	491.315,16	259,27	-301.815,16
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>2.480.500,00</b>	<b>2.480.500,00</b>	<b>417.727,97</b>	<b>16,84</b>	<b>1.791.043,57</b>	<b>72,20</b>	<b>689.456,43</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>2.480.500,00</b>	<b>2.480.500,00</b>	<b>417.727,97</b>	<b>16,84</b>	<b>1.791.043,57</b>	<b>72,20</b>	<b>689.456,43</b>
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	16,84	1.791.043,57	72,20	689.456,43
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	16,84	1.791.043,57	72,20	689.456,43
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>50.738.728,00</b>	<b>50.738.728,00</b>	<b>10.402.701,84</b>	<b>20,50</b>	<b>46.064.082,03</b>	<b>90,79</b>	<b>4.674.645,97</b>

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>50.738.728,00</b>	<b>50.738.728,00</b>	<b>10.402.701,84</b>	<b>20,50</b>	<b>46.064.082,03</b>	<b>90,79</b>	<b>4.674.645,97</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	50.738.728,00	50.738.728,00	10.402.701,84	20,50	46.064.082,03	90,79	4.674.645,97
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	2.088.371,46	—	—	1.290.446,36	—	—
Superávit Financeiro	—	2.058.371,46	—	—	1.260.446,36	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	30.000,00	—	—	30.000,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>48.258.228,00</b>	<b>16.073.102,54</b>	<b>64.331.330,54</b>	<b>10.713.929,83</b>	<b>47.354.763,80</b>	<b>8.757.115,35</b>	<b>35.068.632,97</b>	<b>54,51</b>	<b>29.262.697,57</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>42.856.096,00</b>	<b>5.946.123,78</b>	<b>48.802.219,78</b>	<b>8.096.531,85</b>	<b>38.613.337,53</b>	<b>8.067.532,69</b>	<b>33.674.853,67</b>	<b>69,00</b>	<b>15.127.366,11</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.611.800,00	26.157,79	23.637.957,79	3.846.576,05	17.746.391,45	3.846.576,05	17.745.501,06	75,07	5.892.456,73
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	363.000,00	55.000,00	418.000,00	68.685,19	343.830,45	68.685,19	343.830,45	82,26	74.169,55
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	18.881.296,00	5.864.965,99	24.746.261,99	4.181.270,61	20.523.115,63	4.152.271,45	15.585.522,16	62,98	9.160.739,83
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>4.861.432,00</b>	<b>10.364.817,72</b>	<b>15.226.249,72</b>	<b>2.617.397,98</b>	<b>8.741.426,27</b>	<b>689.582,66</b>	<b>1.393.779,30</b>	<b>9,15</b>	<b>13.832.470,42</b>
INVESTIMENTOS	4.366.432,00	10.534.817,72	14.901.249,72	2.564.862,59	8.479.426,60	637.047,27	1.131.779,63	7,60	13.769.470,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	495.000,00	-170.000,00	325.000,00	52.535,39	261.999,67	52.535,39	261.999,67	80,62	63.000,33
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>540.700,00</b>	<b>-237.838,96</b>	<b>302.861,04</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>302.861,04</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>2.480.500,00</b>	<b>-101.000,00</b>	<b>2.379.500,00</b>	<b>290.291,69</b>	<b>1.722.712,29</b>	<b>290.291,69</b>	<b>1.722.712,29</b>	<b>72,40</b>	<b>656.787,71</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2.480.500,00	-101.000,00	2.379.500,00	290.291,69	1.722.712,29	290.291,69	1.722.712,29	72,40	656.787,71
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>50.738.728,00</b>	<b>15.972.102,54</b>	<b>66.710.830,54</b>	<b>11.004.221,52</b>	<b>49.077.476,09</b>	<b>9.047.407,04</b>	<b>36.791.345,26</b>	<b>55,15</b>	<b>29.919.485,28</b>

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>50.738.728,00</b>	<b>15.972.102,54</b>	<b>66.710.830,54</b>	<b>11.004.221,52</b>	<b>49.077.476,09</b>	<b>9.047.407,04</b>	<b>36.791.345,26</b>	<b>55,15</b>	<b>29.919.485,28</b>
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	9.272.736,77	—	—
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>50.738.728,00</b>	<b>15.972.102,54</b>	<b>66.710.830,54</b>	<b>11.004.221,52</b>	<b>49.077.476,09</b>	<b>9.047.407,04</b>	<b>46.064.082,03</b>	<b>55,15</b>	<b>29.919.485,28</b>

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 899.549,29

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c” )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	48.258.228,00	64.331.330,54	10.713.929,83	47.354.763,80	8.757.115,35	35.068.632,97	95,32	54,51	29.262.697,57
Legislativa	1.466.300,00	1.466.300,00	485.296,84	1.232.769,01	275.797,73	1.023.269,90	2,78	69,79	443.030,10
Ação Legislativa	1.466.300,00	1.466.300,00	485.296,84	1.232.769,01	275.797,73	1.023.269,90	2,78	69,79	443.030,10
Administração	5.952.696,00	7.341.805,66	1.466.432,91	5.956.663,55	2.169.032,38	5.519.344,11	15,00	75,18	1.822.461,55
Planejamento e Orçamento	430.100,00	683.938,96	124.158,97	594.828,84	366.802,08	586.183,40	1,59	85,71	97.755,56
Administração Geral	5.324.596,00	6.480.866,70	1.317.530,53	5.230.677,38	1.777.186,59	4.805.293,58	13,06	74,15	1.675.573,12
Administração Financeira	121.000,00	121.000,00	16.768,00	87.536,00	16.768,00	87.536,00	0,24	72,34	33.464,00
Normatização e Fiscalização	77.000,00	56.000,00	7.975,41	43.621,33	8.275,71	40.331,13	0,11	72,02	15.668,87
Segurança Pública	1.494.300,00	1.552.331,80	125.979,36	390.621,82	59.297,07	190.873,97	0,52	12,30	1.361.457,83
Policiamento	1.494.300,00	1.552.331,80	125.979,36	390.621,82	59.297,07	190.873,97	0,52	12,30	1.361.457,83
Assistência Social	1.793.650,00	1.843.650,00	192.782,21	1.216.775,84	261.641,58	1.041.943,32	2,83	56,52	801.706,68
Assistência à Criança e ao Adolescente	200.200,00	250.200,00	16.912,56	133.259,87	28.896,39	114.059,27	0,31	45,59	136.140,73
Assistência Comunitária	1.593.450,00	1.593.450,00	175.869,65	1.083.515,97	232.745,19	927.884,05	2,52	58,23	665.565,95
Previdência Social	3.489.700,00	3.489.700,00	620.300,87	2.946.393,04	620.300,87	2.946.393,04	8,01	84,43	543.306,96
Previdência do Regime Estatutário	3.489.700,00	3.489.700,00	620.300,87	2.946.393,04	620.300,87	2.946.393,04	8,01	84,43	543.306,96
Saúde	8.906.750,00	9.983.652,22	1.302.742,71	8.091.482,20	1.589.750,62	7.396.430,68	20,10	74,09	2.587.221,54
Atenção Básica	8.391.950,00	9.266.137,93	1.212.660,89	7.418.164,07	1.463.188,78	6.927.471,38	18,83	74,76	2.338.666,55
Vigilância Sanitária	23.650,00	29.669,62	2.652,30	20.472,03	5.570,58	18.575,21	0,05	62,61	11.094,41
Vigilância Epidemiológica	57.200,00	113.894,67	565,00	104.257,02	11.968,83	102.030,85	0,28	89,58	11.863,82
Alimentação e Nutrição	433.950,00	573.950,00	86.864,52	548.589,08	109.022,43	348.353,24	0,95	60,69	225.596,76
Educação	11.706.850,00	13.646.522,38	1.505.539,86	10.112.920,49	2.290.651,21	8.924.751,48	24,26	65,40	4.721.770,90
Ensino Fundamental	6.921.900,00	7.619.572,38	667.932,72	5.644.491,98	1.298.189,22	4.831.068,23	13,13	63,40	2.788.504,15
Ensino Médio	192.500,00	102.500,00	12.529,21	67.207,41	14.437,21	65.299,41	0,18	63,71	37.200,59
Ensino Superior	70.950,00	47.000,00	0,00	47.000,00	26.750,00	33.625,00	0,09	71,54	13.375,00
Educação Infantil	4.444.000,00	5.839.450,00	825.077,93	4.316.221,10	938.674,78	3.960.958,84	10,77	67,83	1.878.491,16
Educação de Jovens e Adultos	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Especial	57.500,00	38.000,00	0,00	38.000,00	12.600,00	33.800,00	0,09	88,95	4.200,00
Cultura	528.000,00	433.000,00	51.553,46	282.007,67	48.755,28	272.107,99	0,74	62,84	160.892,01
Difusão Cultural	528.000,00	433.000,00	51.553,46	282.007,67	48.755,28	272.107,99	0,74	62,84	160.892,01
Urbanismo	5.054.882,00	15.712.434,64	4.305.199,06	11.565.047,61	654.664,50	2.896.632,78	7,87	18,44	12.815.801,86
Serviços Urbanos	5.034.882,00	15.692.434,64	4.305.199,06	11.564.087,61	654.664,50	2.895.672,78	7,87	18,45	12.796.761,86

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	48.258.228,00	64.331.330,54	10.713.929,83	47.354.763,80	8.757.115,35	35.068.632,97	95,32	54,51	29.262.697,57
Urbanismo	5.054.882,00	15.712.434,64	4.305.199,06	11.565.047,61	654.664,50	2.896.632,78	7,87	18,44	12.815.801,86
Preservação e Conservação Ambiental	20.000,00	20.000,00	0,00	960,00	0,00	960,00	0,00	4,80	19.040,00
Habitação	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Habitação Urbana	102.500,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00
Saneamento	180.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Saneamento Básico Urbano	180.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	80.000,00
Gestão Ambiental	400.000,00	376.420,00	19.446,42	272.382,70	30.593,34	216.509,97	0,59	57,52	159.910,03
Preservação e Conservação Ambiental	400.000,00	376.420,00	19.446,42	272.382,70	30.593,34	216.509,97	0,59	57,52	159.910,03
Agricultura	1.584.700,00	1.737.952,80	75.255,29	1.503.966,80	90.667,77	1.265.963,27	3,44	72,84	471.989,53
Promoção da Produção Animal	775.000,00	780.002,80	0,00	730.002,80	0,00	728.341,45	1,98	93,38	51.661,35
Extensão Rural	809.700,00	957.950,00	75.255,29	773.964,00	90.667,77	537.621,82	1,46	56,12	420.328,18
Indústria	568.700,00	458.700,00	57.733,62	306.927,14	66.956,73	300.921,59	0,82	65,60	157.778,41
Promoção Industrial	568.700,00	458.700,00	57.733,62	306.927,14	66.956,73	300.921,59	0,82	65,60	157.778,41
Comércio e Serviços	45.000,00	45.000,00	0,00	12.615,00	1.246,40	10.553,31	0,03	23,45	34.446,69
Turismo	45.000,00	45.000,00	0,00	12.615,00	1.246,40	10.553,31	0,03	23,45	34.446,69
Energia	1.452.000,00	1.452.000,00	148.129,41	785.914,98	165.781,49	761.102,64	2,07	52,42	690.897,36
Energia Elétrica	1.452.000,00	1.452.000,00	148.129,41	785.914,98	165.781,49	761.102,64	2,07	52,42	690.897,36
Transporte	605.000,00	1.975.000,00	14.430,54	757.439,77	103.961,38	478.348,52	1,30	24,22	1.496.651,48
Transporte Aéreo	110.000,00	110.000,00	5.007,40	27.746,51	6.807,32	24.186,48	0,07	21,99	85.813,52
Transporte Rodoviário	495.000,00	1.865.000,00	9.423,14	729.693,26	97.154,06	454.162,04	1,23	24,35	1.410.837,96
Desporto e Lazer	998.500,00	1.118.500,00	119.868,67	842.106,40	104.778,40	744.767,78	2,02	66,59	373.732,22
Desporto Comunitário	954.500,00	1.074.500,00	119.868,67	798.965,40	97.212,40	709.016,78	1,93	65,99	365.483,22
Lazer	44.000,00	44.000,00	0,00	43.141,00	7.566,00	35.751,00	0,10	81,25	8.249,00
Encargos Especiais	1.388.000,00	1.313.000,00	223.238,60	1.078.729,78	223.238,60	1.078.718,62	2,93	82,16	234.281,38
Serviço da Dívida Interna	858.000,00	743.000,00	121.220,58	605.830,12	121.220,58	605.830,12	1,65	81,54	137.169,88
Outros Encargos Especiais	530.000,00	570.000,00	102.018,02	472.899,66	102.018,02	472.888,50	1,29	82,96	97.111,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	540.700,00	302.861,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	302.861,04
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	2.480.500,00	2.379.500,00	290.291,69	1.722.712,29	290.291,69	1.722.712,29	4,68	72,40	656.787,71
Legislativa	73.700,00	73.700,00	11.076,32	53.526,47	11.076,32	53.526,47	0,15	72,63	20.173,53
Ação Legislativa	73.700,00	73.700,00	11.076,32	53.526,47	11.076,32	53.526,47	0,15	72,63	20.173,53

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	2.480.500,00	2.379.500,00	290.291,69	1.722.712,29	290.291,69	1.722.712,29	4,68	72,40	656.787,71
Administração	935.000,00	835.000,00	129.442,77	625.920,49	129.442,77	625.920,49	1,70	74,96	209.079,51
Administração Geral	935.000,00	835.000,00	129.442,77	625.920,49	129.442,77	625.920,49	1,70	74,96	209.079,51
Saúde	605.000,00	480.000,00	221,36	294.431,80	221,36	294.431,80	0,80	61,34	185.568,20
Atenção Básica	605.000,00	480.000,00	221,36	294.431,80	221,36	294.431,80	0,80	61,34	185.568,20
Educação	836.000,00	960.000,00	145.361,00	727.642,86	145.361,00	727.642,86	1,98	75,80	232.357,14
Ensino Fundamental	418.000,00	444.000,00	65.072,59	334.836,72	65.072,59	334.836,72	0,91	75,41	109.163,28
Educação Infantil	418.000,00	516.000,00	80.288,41	392.806,14	80.288,41	392.806,14	1,07	76,13	123.193,86
Desporto e Lazer	30.800,00	30.800,00	4.190,24	21.190,67	4.190,24	21.190,67	0,06	68,80	9.609,33
Desporto Comunitário	30.800,00	30.800,00	4.190,24	21.190,67	4.190,24	21.190,67	0,06	68,80	9.609,33
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>50.738.728,00</b>	<b>66.710.830,54</b>	<b>11.004.221,52</b>	<b>49.077.476,09</b>	<b>9.047.407,04</b>	<b>36.791.345,26</b>	<b>100,00</b>	<b>55,15</b>	<b>29.919.485,28</b>

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI	EDSON TADEU BROCARDO	FLAVIO LUIZ ZILIO
Prefeito Municipal	Secretário de Administração	Contador - CRC 020710-0

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2010 A OUTUBRO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	4.149.148,29	5.295.732,51	4.209.584,07	4.535.287,71	5.914.403,45	4.547.126,85	4.912.083,79	4.484.412,64	4.408.214,69	4.933.812,11	4.342.742,60	4.777.440,45	56.509.989,16	53.368.848,00
RECEITA TRIBUTÁRIA	313.396,99	448.333,42	343.779,46	652.074,97	2.067.141,95	552.531,04	500.414,38	442.806,89	418.128,37	410.837,87	419.150,05	428.939,91	6.997.535,30	7.181.171,00
I.P.T.U.	11.027,74	15.399,27	532,82	72.851,23	1.280.909,19	108.318,66	51.944,01	50.134,01	46.830,08	43.953,31	37.802,07	10.082,97	1.729.785,36	2.492.600,00
I.S.S.	147.553,60	235.567,12	209.190,61	197.247,42	175.654,34	191.205,60	209.910,25	222.249,19	198.910,17	190.161,41	191.551,75	232.574,60	2.401.776,06	1.815.000,00
I.T.B.I.	92.985,29	86.965,40	77.377,35	45.645,06	62.901,56	105.101,42	127.333,35	71.419,24	83.500,20	82.398,72	89.316,87	111.417,00	1.036.361,46	726.000,00
I.R.R.F	37.907,53	73.305,56	36.076,70	35.845,61	39.035,68	46.657,58	48.523,82	38.823,30	44.534,21	42.140,16	57.360,28	44.126,52	544.336,95	574.266,00
Outras Receitas Tributárias	23.922,83	37.096,07	20.601,98	300.485,65	508.641,18	101.247,78	62.702,95	60.181,15	44.353,71	52.184,27	43.119,08	30.738,82	1.285.275,47	1.573.305,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	172.017,69	259.877,68	180.225,33	169.140,76	280.885,00	196.620,30	185.351,02	190.675,11	187.189,60	158.563,56	216.739,85	179.894,11	2.377.180,01	2.720.300,00
RECEITA PATRIMONIAL	112.502,58	201.823,48	63.724,30	95.769,70	181.683,51	115.444,37	192.203,21	93.101,19	133.008,36	477.524,30	157.791,92	190.844,29	2.015.421,21	834.570,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.356.489,53	4.214.977,26	3.434.582,96	3.485.468,75	3.199.554,99	3.547.457,69	3.678.311,87	3.587.084,23	3.501.908,71	3.561.534,27	3.372.986,37	3.829.509,60	42.769.866,23	39.587.100,00
Cota-Parte do F.P.M.	1.077.239,27	1.872.415,33	1.301.993,79	1.402.707,44	915.715,92	1.213.778,52	1.393.163,75	1.257.428,43	1.069.663,95	1.103.377,49	880.861,12	1.157.829,73	14.646.174,74	12.980.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	929.303,53	995.212,60	862.386,00	770.377,21	873.363,95	868.056,06	848.387,47	850.649,98	906.947,93	900.360,16	951.142,55	961.498,14	10.717.685,58	11.550.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	165.182,11	100.214,32	88.299,60	136.383,45	183.234,40	181.931,83	216.567,41	220.869,86	218.434,01	245.080,86	241.917,31	239.465,22	2.237.580,38	1.705.000,00
Cota-Parte do ITR.	3.460,05	3.835,70	3.466,85	847,57	427,98	2.639,21	216,40	1.918,38	3.232,98	685,32	11.594,03	100.200,88	132.525,35	72.600,00
Transferências da LC 61/1989	20.652,33	24.279,67	18.946,07	17.822,65	13.091,09	17.684,58	14.904,00	16.476,57	16.192,41	16.248,73	15.063,00	21.278,85	212.639,95	299.200,00
Transferências da LC 87/1996	5.451,86	5.451,86	4.912,19	4.912,19	4.912,19	4.912,19	4.912,19	4.912,19	4.912,19	4.912,19	4.912,19	4.912,19	60.025,62	256.300,00
Transferências do FUNDEB	719.850,90	786.212,31	784.377,70	726.322,32	751.105,48	790.692,89	808.406,42	789.470,82	771.092,56	785.074,60	808.876,50	848.703,67	9.370.186,17	7.700.000,00
Outras Transferências Correntes	435.349,48	427.355,47	370.200,76	426.095,92	457.703,98	467.762,41	391.754,23	445.358,00	511.432,68	505.794,92	458.619,67	495.620,92	5.393.048,44	5.024.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	194.741,50	170.720,67	187.272,02	132.833,53	185.138,00	135.073,45	355.803,31	170.745,22	167.979,65	325.352,11	176.074,41	148.252,54	2.349.986,41	3.045.707,00
DEDUÇÕES (II)	532.797,98	683.631,67	547.450,02	557.818,73	498.089,41	555.749,24	599.644,88	561.261,43	548.344,69	665.680,98	553.605,89	596.718,67	6.900.793,59	6.657.420,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor	84.772,75	170.736,55	83.681,76	82.943,49	91.675,17	89.683,63	95.749,49	90.810,60	95.127,47	63.554,11	121.943,48	89.117,29	1.159.795,79	1.263.900,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	7.767,59	15.535,18	7.767,59	8.265,34	8.265,34	8.265,34	8.265,34	0,00	9.340,74	147.994,19	10.564,60	10.564,60	242.595,85	20.900,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	440.257,64	497.359,94	456.000,67	466.609,90	398.148,90	457.800,27	495.630,05	470.450,83	443.876,48	454.132,68	421.097,81	497.036,78	5.498.401,95	5.372.620,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	3.616.350,31	4.612.100,84	3.662.134,05	3.977.468,98	5.416.314,04	3.991.377,61	4.312.438,91	3.923.151,21	3.859.870,00	4.268.131,13	3.789.136,71	4.180.721,78	49.609.195,57	46.711.428,00

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
CURITIBANOS, 09/11/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	134.126,78	-	134.126,78	-	89.670,00	6.106.381,59	122.678,56	5.022.342,37	1.051.030,66
<b>EXECUTIVO</b>										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	105.910,93	0,00	105.910,93	0,00	89.670,00	3.486.120,19	46.336,90	2.720.737,19	808.716,10
CHEFIA DO EXECUTIVO	0,00	105.910,93	0,00	105.910,93	0,00	89.670,00	3.486.120,19	46.336,90	2.720.737,19	808.716,10
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CURITIBANOS	0,00	2.403,66	0,00	2.403,66	0,00	0,00	8.855,32	929,89	7.925,43	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	2.403,66	0,00	2.403,66	0,00	0,00	8.855,32	929,89	7.925,43	0,00
FUNDO DE SAUDE DE CURITIBANOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.811,93	26.632,95	156.178,98	-0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	182.811,93	26.632,95	156.178,98	-0,00
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE CURITIBANC	0,00	23.812,09	0,00	23.812,09	0,00	0,00	2.260.069,32	48.778,82	1.968.975,94	242.314,56
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	0,00	23.812,09	0,00	23.812,09	0,00	0,00	2.260.069,32	48.778,82	1.968.975,94	242.314,56
FUNREBOM DE CURITIBANOS	0,00	2.000,10	0,00	2.000,10	0,00	0,00	55.103,66	0,00	55.103,66	0,00
FUNREBOM	0,00	2.000,10	0,00	2.000,10	0,00	0,00	55.103,66	0,00	55.103,66	0,00
<b>LEGISLATIVO</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.421,17	0,00	113.421,17	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	113.421,17	0,00	113.421,17	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>134.126,78</b>	<b>0,00</b>	<b>134.126,78</b>	<b>0,00</b>	<b>89.670,00</b>	<b>6.106.381,59</b>	<b>122.678,56</b>	<b>5.022.342,37</b>	<b>1.051.030,66</b>

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTIN  
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.454.200,00	1.454.200,00	436.309,70	2.138.066,68	1.870.330,06
RECEITAS CORRENTES	1.454.200,00	1.454.200,00	436.309,70	2.138.066,68	1.870.330,06
Receita de Contribuições dos Segurados	1.263.900,00	1.263.900,00	211.060,77	904.286,49	880.721,51
Pessoal Civil	1.263.900,00	1.263.900,00	211.060,77	904.286,49	880.721,51
Ativo	1.240.250,00	1.240.250,00	208.996,67	895.664,67	877.675,53
Inativo	15.400,00	15.400,00	1.105,04	5.370,52	1.312,58
Pensionista	8.250,00	8.250,00	959,06	3.251,30	1.733,40
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	165.000,00	204.119,73	1.014.487,11	715.064,80
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	165.000,00	165.000,00	204.119,73	1.014.487,11	715.064,80
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.900,00	20.900,00	21.129,20	219.293,08	274.543,75
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.900,00	20.900,00	21.129,20	219.293,08	273.778,45
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
RECEITAS CORRENTES	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
Receita de Contribuições Patronais	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
Pessoal Civil	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
Ativo	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>3.934.700,00</b>	<b>3.934.700,00</b>	<b>854.037,67</b>	<b>3.929.110,25</b>	<b>3.590.647,65</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.724.000,00	3.724.000,00	640.264,54	3.029.560,96	2.706.288,11
ADMINISTRAÇÃO	234.300,00	234.300,00	19.963,67	83.167,92	189.966,51
Despesas Correntes	220.000,00	220.000,00	16.563,67	78.722,52	189.056,51
Despesas de Capital	14.300,00	14.300,00	3.400,00	4.445,40	910,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.489.700,00	3.489.700,00	620.300,87	2.946.393,04	2.516.321,60
Pessoal Civil	0,00	0,00	620.242,05	2.946.098,94	2.516.321,60
Aposentadorias	0,00	0,00	499.858,34	2.357.469,00	1.955.602,66
Pensões	0,00	0,00	120.383,71	588.629,94	560.718,94
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	294,10	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	294,10	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>3.724.000,00</b>	<b>3.724.000,00</b>	<b>640.264,54</b>	<b>3.029.560,96</b>	<b>2.706.288,11</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>210.700,00</b>	<b>210.700,00</b>	<b>213.773,13</b>	<b>899.549,29</b>	<b>884.359,54</b>

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/3

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	77.683,46	388.101,06	405.868,54
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	77.683,46	388.101,06	405.868,54
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	77.683,46	388.101,06	405.868,54

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	210.700,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	274.238,93	263.436,67	255.689,75
Investimentos	9.046.464,55	9.165.270,27	7.609.311,10

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.454.200,00	1.454.200,00	436.309,70	2.138.066,68	1.870.330,06
RECEITAS CORRENTES	1.454.200,00	1.454.200,00	436.309,70	2.138.066,68	1.870.330,06
Receita de Contribuições dos Segurados	1.263.900,00	1.263.900,00	211.060,77	904.286,49	880.721,51
Pessoal Civil	1.263.900,00	1.263.900,00	211.060,77	904.286,49	880.721,51
Ativo	1.240.250,00	1.240.250,00	208.996,67	895.664,67	877.675,53
Inativo	15.400,00	15.400,00	1.105,04	5.370,52	1.312,58
Pensionista	8.250,00	8.250,00	959,06	3.251,30	1.733,40
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	165.000,00	204.119,73	1.014.487,11	715.064,80
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	165.000,00	165.000,00	204.119,73	1.014.487,11	715.064,80
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.900,00	20.900,00	21.129,20	219.293,08	274.543,75
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.900,00	20.900,00	21.129,20	219.293,08	273.778,45
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
RECEITAS CORRENTES	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
Receita de Contribuições Patronais	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
Pessoal Civil	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
Ativo	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>3.934.700,00</b>	<b>3.934.700,00</b>	<b>854.037,67</b>	<b>3.929.110,25</b>	<b>3.590.647,65</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.724.000,00	3.724.000,00	640.264,54	3.029.560,96	2.706.288,11
ADMINISTRAÇÃO	234.300,00	234.300,00	19.963,67	83.167,92	189.966,51
Despesas Correntes	220.000,00	220.000,00	16.563,67	78.722,52	189.056,51
Despesas de Capital	14.300,00	14.300,00	3.400,00	4.445,40	910,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.489.700,00	3.489.700,00	620.300,87	2.946.393,04	2.516.321,60
Pessoal Civil	0,00	0,00	620.242,05	2.946.098,94	2.516.321,60
Aposentadorias	0,00	0,00	499.858,34	2.357.469,00	1.955.602,66
Pensões	0,00	0,00	120.383,71	588.629,94	560.718,94
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	294,10	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	294,10	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>3.724.000,00</b>	<b>3.724.000,00</b>	<b>640.264,54</b>	<b>3.029.560,96</b>	<b>2.706.288,11</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>210.700,00</b>	<b>210.700,00</b>	<b>213.773,13</b>	<b>899.549,29</b>	<b>884.359,54</b>

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/3

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	77.683,46	388.101,06	405.868,54
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	77.683,46	388.101,06	405.868,54
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	77.683,46	388.101,06	405.868,54

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	210.700,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	274.238,93	263.436,67	255.689,75
Investimentos	9.046.464,55	9.165.270,27	7.609.311,10

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	1.454.200,00	1.454.200,00	436.309,70	2.138.066,68	1.870.330,06
RECEITAS CORRENTES	1.454.200,00	1.454.200,00	436.309,70	2.138.066,68	1.870.330,06
Receita de Contribuições dos Segurados	1.263.900,00	1.263.900,00	211.060,77	904.286,49	880.721,51
Pessoal Civil	1.263.900,00	1.263.900,00	211.060,77	904.286,49	880.721,51
Ativo	1.240.250,00	1.240.250,00	208.996,67	895.664,67	877.675,53
Inativo	15.400,00	15.400,00	1.105,04	5.370,52	1.312,58
Pensionista	8.250,00	8.250,00	959,06	3.251,30	1.733,40
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	4.400,00	4.400,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	165.000,00	165.000,00	204.119,73	1.014.487,11	715.064,80
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	165.000,00	165.000,00	204.119,73	1.014.487,11	715.064,80
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	20.900,00	20.900,00	21.129,20	219.293,08	274.543,75
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	20.900,00	20.900,00	21.129,20	219.293,08	273.778,45
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
RECEITAS CORRENTES	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
Receita de Contribuições Patronais	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
Pessoal Civil	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
Ativo	2.480.500,00	2.480.500,00	417.727,97	1.791.043,57	1.720.317,59
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/3

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)</b>	<b>3.934.700,00</b>	<b>3.934.700,00</b>	<b>854.037,67</b>	<b>3.929.110,25</b>	<b>3.590.647,65</b>
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	3.724.000,00	3.724.000,00	640.264,54	3.029.560,96	2.706.288,11
ADMINISTRAÇÃO	234.300,00	234.300,00	19.963,67	83.167,92	189.966,51
Despesas Correntes	220.000,00	220.000,00	16.563,67	78.722,52	189.056,51
Despesas de Capital	14.300,00	14.300,00	3.400,00	4.445,40	910,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	3.489.700,00	3.489.700,00	620.300,87	2.946.393,04	2.516.321,60
Pessoal Civil	0,00	0,00	620.242,05	2.946.098,94	2.516.321,60
Aposentadorias	0,00	0,00	499.858,34	2.357.469,00	1.955.602,66
Pensões	0,00	0,00	120.383,71	588.629,94	560.718,94
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	294,10	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	3.489.700,00	3.489.700,00	58,82	294,10	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)</b>	<b>3.724.000,00</b>	<b>3.724.000,00</b>	<b>640.264,54</b>	<b>3.029.560,96</b>	<b>2.706.288,11</b>
<b>RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)</b>	<b>210.700,00</b>	<b>210.700,00</b>	<b>213.773,13</b>	<b>899.549,29</b>	<b>884.359,54</b>

Continua 2/3

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 3/3

## RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/2011	Até o Bimestre/2010
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	77.683,46	388.101,06	405.868,54
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	77.683,46	388.101,06	405.868,54
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	77.683,46	388.101,06	405.868,54

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Valor	210.700,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	SETEMBRO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2011	2010
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	274.238,93	263.436,67	255.689,75
Investimentos	9.046.464,55	9.165.270,27	7.609.311,10

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Ago 2011 (B)	Em 31 Out 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.328.232,52	1.118.768,24	2.316.232,85
DEDUÇÕES (II)	8.416.082,00	11.658.497,35	10.892.976,18
Disponibilidade de Caixa Bruta	8.550.208,78	12.420.483,38	11.920.585,52
Demais Haveres Financeiros	0,00	1.284,26	6.505,20
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	134.126,78	763.270,29	1.034.114,54
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-7.087.849,48	-10.539.729,11	-8.576.743,33
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-7.087.849,48</b>	<b>-10.539.729,11</b>	<b>-8.576.743,33</b>

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2011 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>1.962.985,78</b>	<b>-1.488.893,85</b>

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-190.000,00</b>

REGIME PREVIDENCIÁRIO

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Ago 2011 (B)	Em 31 Out 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	29.645.606,79	29.645.606,79	29.645.606,79
Passivo Atuarial	29.645.606,79	29.645.606,79	29.645.606,79
DEDUÇÕES (VIII)	8.138.897,67	9.135.096,11	9.426.552,42
Disponibilidade de Caixa Bruta	2.114,51	186.612,07	263.436,67
Investimentos	8.136.783,16	8.950.150,54	9.165.270,27
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	1.666,50	2.154,52
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	21.506.709,12	20.510.510,68	20.219.054,37
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>21.506.709,12</b>	<b>20.510.510,68</b>	<b>20.219.054,37</b>

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>49.642.158,00</b>	<b>8.271.140,22</b>	<b>42.594.272,41</b>	<b>37.556.999,68</b>
Receita Tributária	7.181.171,00	848.089,96	6.235.804,89	5.173.263,18
I.P.T.U.	2.492.600,00	47.885,04	1.703.358,35	1.572.843,39
I.S.S.	1.815.000,00	424.126,35	2.018.655,34	1.458.311,31
I.T.B.I.	726.000,00	200.733,87	856.410,77	709.212,40
I.R.R.F.	581.633,00	101.642,28	433.911,86	346.128,42
Outras Receitas Tributárias	1.565.938,00	73.702,42	1.223.468,57	1.086.767,66
Receita de Contribuição	5.200.800,00	814.361,93	3.736.328,21	3.604.216,07
Receitas Previdenciárias	3.748.800,00	628.788,74	2.695.330,06	2.601.039,10
Outras Contribuições	1.452.000,00	185.573,19	1.040.998,15	1.003.176,97
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	834.570,00	348.636,21	1.701.095,15	1.123.126,77
(-) Aplicações Financeiras	834.570,00	348.636,21	1.701.095,15	1.123.126,77
Transferências Correntes	34.214.480,00	6.284.361,38	30.637.615,07	26.523.656,99
F.P.M.	10.384.000,00	1.630.952,73	9.357.216,35	7.477.259,50
I.C.M.S.	9.240.000,00	1.530.112,73	7.034.536,42	6.647.717,38
Convênios	143.715,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	14.446.765,00	3.123.295,92	14.245.862,30	12.398.680,11
Demais Receitas Correntes	3.045.707,00	324.326,95	1.984.524,24	2.255.863,44
Dívida Ativa	926.530,00	136.847,57	784.741,45	1.048.444,74
Diversas Receitas Correntes	2.119.177,00	187.479,38	1.199.782,79	1.207.418,70
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>262.000,00</b>	<b>1.782.925,41</b>	<b>1.768.714,47</b>	<b>1.161.139,36</b>
Operações de Crédito (III)	25.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	47.500,00	0,00	27.399,31	16.006,23
Transferências de Capital	189.500,00	532.925,41	491.315,16	1.145.133,13
Convênios	189.500,00	532.925,41	491.315,16	1.145.133,13
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>189.500,00</b>	<b>532.925,41</b>	<b>491.315,16</b>	<b>1.145.133,13</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>49.831.658,00</b>	<b>8.804.065,63</b>	<b>43.085.587,57</b>	<b>38.702.132,81</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>51.181.719,78</b>	<b>8.357.824,38</b>	<b>35.397.565,96</b>	<b>30.330.093,44</b>
Pessoal e Encargos Sociais	26.017.457,79	4.136.867,74	19.468.213,35	17.155.991,06
Juros e Encargos da Dívida (IX)	418.000,00	68.685,19	343.830,45	377.355,66
Outras Despesas Correntes	24.746.261,99	4.152.271,45	15.585.522,16	12.796.746,72
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>50.763.719,78</b>	<b>8.289.139,19</b>	<b>35.053.735,51</b>	<b>29.952.737,78</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>15.226.249,72</b>	<b>689.582,66</b>	<b>1.393.779,30</b>	<b>2.249.354,49</b>
Investimentos	14.901.249,72	637.047,27	1.131.779,63	2.004.108,28
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	325.000,00	52.535,39	261.999,67	245.246,21
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>14.901.249,72</b>	<b>637.047,27</b>	<b>1.131.779,63</b>	<b>2.004.108,28</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>302.861,04</b>	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>302.861,04</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>65.967.830,54</b>	<b>8.926.186,46</b>	<b>36.185.515,14</b>	<b>31.956.846,06</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-16.136.172,54</b>	<b>-122.120,83</b>	<b>6.900.072,43</b>	<b>6.745.286,75</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	1.290.446,36	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.260.446,36	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	30.000,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-49.070,00</b>

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
 WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
 Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
 EDSON TADEU BROCARDO  
 Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
 FLAVIO LUIZ ZILIO  
 Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>49.642.158,00</b>	<b>8.271.140,22</b>	<b>42.594.272,41</b>	<b>37.556.999,68</b>
Receita Tributária	7.181.171,00	848.089,96	6.235.804,89	5.173.263,18
I.P.T.U.	2.492.600,00	47.885,04	1.703.358,35	1.572.843,39
I.S.S.	1.815.000,00	424.126,35	2.018.655,34	1.458.311,31
I.T.B.I.	726.000,00	200.733,87	856.410,77	709.212,40
I.R.R.F.	581.633,00	101.642,28	433.911,86	346.128,42
Outras Receitas Tributárias	1.565.938,00	73.702,42	1.223.468,57	1.086.767,66
Receita de Contribuição	5.200.800,00	814.361,93	3.736.328,21	3.604.216,07
Receitas Previdenciárias	3.748.800,00	628.788,74	2.695.330,06	2.601.039,10
Outras Contribuições	1.452.000,00	185.573,19	1.040.998,15	1.003.176,97
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	834.570,00	348.636,21	1.701.095,15	1.123.126,77
(-) Aplicações Financeiras	834.570,00	348.636,21	1.701.095,15	1.123.126,77
Transferências Correntes	34.214.480,00	6.284.361,38	30.637.615,07	26.523.656,99
F.P.M.	10.384.000,00	1.630.952,73	9.357.216,35	7.477.259,50
I.C.M.S.	9.240.000,00	1.530.112,73	7.034.536,42	6.647.717,38
Convênios	143.715,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	14.446.765,00	3.123.295,92	14.245.862,30	12.398.680,11
Demais Receitas Correntes	3.045.707,00	324.326,95	1.984.524,24	2.255.863,44
Dívida Ativa	926.530,00	136.847,57	784.741,45	1.048.444,74
Diversas Receitas Correntes	2.119.177,00	187.479,38	1.199.782,79	1.207.418,70
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>262.000,00</b>	<b>1.782.925,41</b>	<b>1.768.714,47</b>	<b>1.161.139,36</b>
Operações de Crédito (III)	25.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	47.500,00	0,00	27.399,31	16.006,23
Transferências de Capital	189.500,00	532.925,41	491.315,16	1.145.133,13
Convênios	189.500,00	532.925,41	491.315,16	1.145.133,13
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>189.500,00</b>	<b>532.925,41</b>	<b>491.315,16</b>	<b>1.145.133,13</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>49.831.658,00</b>	<b>8.804.065,63</b>	<b>43.085.587,57</b>	<b>38.702.132,81</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>51.181.719,78</b>	<b>8.357.824,38</b>	<b>35.397.565,96</b>	<b>30.330.093,44</b>
Pessoal e Encargos Sociais	26.017.457,79	4.136.867,74	19.468.213,35	17.155.991,06
Juros e Encargos da Dívida (IX)	418.000,00	68.685,19	343.830,45	377.355,66
Outras Despesas Correntes	24.746.261,99	4.152.271,45	15.585.522,16	12.796.746,72
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>50.763.719,78</b>	<b>8.289.139,19</b>	<b>35.053.735,51</b>	<b>29.952.737,78</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>15.226.249,72</b>	<b>689.582,66</b>	<b>1.393.779,30</b>	<b>2.249.354,49</b>
Investimentos	14.901.249,72	637.047,27	1.131.779,63	2.004.108,28
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	325.000,00	52.535,39	261.999,67	245.246,21
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>14.901.249,72</b>	<b>637.047,27</b>	<b>1.131.779,63</b>	<b>2.004.108,28</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>302.861,04</b>	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>302.861,04</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>65.967.830,54</b>	<b>8.926.186,46</b>	<b>36.185.515,14</b>	<b>31.956.846,06</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-16.136.172,54</b>	<b>-122.120,83</b>	<b>6.900.072,43</b>	<b>6.745.286,75</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	1.290.446,36	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.260.446,36	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	30.000,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-49.070,00</b>

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>49.642.158,00</b>	<b>8.271.140,22</b>	<b>42.594.272,41</b>	<b>37.556.999,68</b>
Receita Tributária	7.181.171,00	848.089,96	6.235.804,89	5.173.263,18
I.P.T.U.	2.492.600,00	47.885,04	1.703.358,35	1.572.843,39
I.S.S.	1.815.000,00	424.126,35	2.018.655,34	1.458.311,31
I.T.B.I.	726.000,00	200.733,87	856.410,77	709.212,40
I.R.R.F.	581.633,00	101.642,28	433.911,86	346.128,42
Outras Receitas Tributárias	1.565.938,00	73.702,42	1.223.468,57	1.086.767,66
Receita de Contribuição	5.200.800,00	814.361,93	3.736.328,21	3.604.216,07
Receitas Previdenciárias	3.748.800,00	628.788,74	2.695.330,06	2.601.039,10
Outras Contribuições	1.452.000,00	185.573,19	1.040.998,15	1.003.176,97
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	834.570,00	348.636,21	1.701.095,15	1.123.126,77
(-) Aplicações Financeiras	834.570,00	348.636,21	1.701.095,15	1.123.126,77
Transferências Correntes	34.214.480,00	6.284.361,38	30.637.615,07	26.523.656,99
F.P.M.	10.384.000,00	1.630.952,73	9.357.216,35	7.477.259,50
I.C.M.S.	9.240.000,00	1.530.112,73	7.034.536,42	6.647.717,38
Convênios	143.715,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	14.446.765,00	3.123.295,92	14.245.862,30	12.398.680,11
Demais Receitas Correntes	3.045.707,00	324.326,95	1.984.524,24	2.255.863,44
Dívida Ativa	926.530,00	136.847,57	784.741,45	1.048.444,74
Diversas Receitas Correntes	2.119.177,00	187.479,38	1.199.782,79	1.207.418,70
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>262.000,00</b>	<b>1.782.925,41</b>	<b>1.768.714,47</b>	<b>1.161.139,36</b>
Operações de Crédito (III)	25.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	47.500,00	0,00	27.399,31	16.006,23
Transferências de Capital	189.500,00	532.925,41	491.315,16	1.145.133,13
Convênios	189.500,00	532.925,41	491.315,16	1.145.133,13
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>189.500,00</b>	<b>532.925,41</b>	<b>491.315,16</b>	<b>1.145.133,13</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>49.831.658,00</b>	<b>8.804.065,63</b>	<b>43.085.587,57</b>	<b>38.702.132,81</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>51.181.719,78</b>	<b>8.357.824,38</b>	<b>35.397.565,96</b>	<b>30.330.093,44</b>
Pessoal e Encargos Sociais	26.017.457,79	4.136.867,74	19.468.213,35	17.155.991,06
Juros e Encargos da Dívida (IX)	418.000,00	68.685,19	343.830,45	377.355,66
Outras Despesas Correntes	24.746.261,99	4.152.271,45	15.585.522,16	12.796.746,72
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>50.763.719,78</b>	<b>8.289.139,19</b>	<b>35.053.735,51</b>	<b>29.952.737,78</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>15.226.249,72</b>	<b>689.582,66</b>	<b>1.393.779,30</b>	<b>2.249.354,49</b>
Investimentos	14.901.249,72	637.047,27	1.131.779,63	2.004.108,28
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	325.000,00	52.535,39	261.999,67	245.246,21
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>14.901.249,72</b>	<b>637.047,27</b>	<b>1.131.779,63</b>	<b>2.004.108,28</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>302.861,04</b>	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>302.861,04</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>65.967.830,54</b>	<b>8.926.186,46</b>	<b>36.185.515,14</b>	<b>31.956.846,06</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-16.136.172,54</b>	<b>-122.120,83</b>	<b>6.900.072,43</b>	<b>6.745.286,75</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	1.290.446,36	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.260.446,36	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	30.000,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-49.070,00</b>

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>49.642.158,00</b>	<b>8.271.140,22</b>	<b>42.594.272,41</b>	<b>37.556.999,68</b>
Receita Tributária	7.181.171,00	848.089,96	6.235.804,89	5.173.263,18
I.P.T.U.	2.492.600,00	47.885,04	1.703.358,35	1.572.843,39
I.S.S.	1.815.000,00	424.126,35	2.018.655,34	1.458.311,31
I.T.B.I.	726.000,00	200.733,87	856.410,77	709.212,40
I.R.R.F.	581.633,00	101.642,28	433.911,86	346.128,42
Outras Receitas Tributárias	1.565.938,00	73.702,42	1.223.468,57	1.086.767,66
Receita de Contribuição	5.200.800,00	814.361,93	3.736.328,21	3.604.216,07
Receitas Previdenciárias	3.748.800,00	628.788,74	2.695.330,06	2.601.039,10
Outras Contribuições	1.452.000,00	185.573,19	1.040.998,15	1.003.176,97
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	834.570,00	348.636,21	1.701.095,15	1.123.126,77
(-) Aplicações Financeiras	834.570,00	348.636,21	1.701.095,15	1.123.126,77
Transferências Correntes	34.214.480,00	6.284.361,38	30.637.615,07	26.523.656,99
F.P.M.	10.384.000,00	1.630.952,73	9.357.216,35	7.477.259,50
I.C.M.S.	9.240.000,00	1.530.112,73	7.034.536,42	6.647.717,38
Convênios	143.715,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	14.446.765,00	3.123.295,92	14.245.862,30	12.398.680,11
Demais Receitas Correntes	3.045.707,00	324.326,95	1.984.524,24	2.255.863,44
Dívida Ativa	926.530,00	136.847,57	784.741,45	1.048.444,74
Diversas Receitas Correntes	2.119.177,00	187.479,38	1.199.782,79	1.207.418,70
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>262.000,00</b>	<b>1.782.925,41</b>	<b>1.768.714,47</b>	<b>1.161.139,36</b>
Operações de Crédito (III)	25.000,00	1.250.000,00	1.250.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	47.500,00	0,00	27.399,31	16.006,23
Transferências de Capital	189.500,00	532.925,41	491.315,16	1.145.133,13
Convênios	189.500,00	532.925,41	491.315,16	1.145.133,13
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>189.500,00</b>	<b>532.925,41</b>	<b>491.315,16</b>	<b>1.145.133,13</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>49.831.658,00</b>	<b>8.804.065,63</b>	<b>43.085.587,57</b>	<b>38.702.132,81</b>
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>51.181.719,78</b>	<b>8.357.824,38</b>	<b>35.397.565,96</b>	<b>30.330.093,44</b>
Pessoal e Encargos Sociais	26.017.457,79	4.136.867,74	19.468.213,35	17.155.991,06
Juros e Encargos da Dívida (IX)	418.000,00	68.685,19	343.830,45	377.355,66
Outras Despesas Correntes	24.746.261,99	4.152.271,45	15.585.522,16	12.796.746,72
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>50.763.719,78</b>	<b>8.289.139,19</b>	<b>35.053.735,51</b>	<b>29.952.737,78</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>15.226.249,72</b>	<b>689.582,66</b>	<b>1.393.779,30</b>	<b>2.249.354,49</b>
Investimentos	14.901.249,72	637.047,27	1.131.779,63	2.004.108,28
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	325.000,00	52.535,39	261.999,67	245.246,21
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>14.901.249,72</b>	<b>637.047,27</b>	<b>1.131.779,63</b>	<b>2.004.108,28</b>
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>302.861,04</b>	-	-	-

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>302.861,04</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>65.967.830,54</b>	<b>8.926.186,46</b>	<b>36.185.515,14</b>	<b>31.956.846,06</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-16.136.172,54</b>	<b>-122.120,83</b>	<b>6.900.072,43</b>	<b>6.745.286,75</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	1.290.446,36	0,00
Superávit Financeiro	-	-	1.260.446,36	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	30.000,00	0,00

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>-49.070,00</b>

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	6.633.640,00	6.633.640,00	925.649,02	5.796.507,15	87,38
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.360.225,00	3.360.225,00	183.169,67	2.390.318,81	71,14
1.1.1- IPTU	2.492.600,00	2.492.600,00	47.885,04	1.704.970,86	68,40
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.125,00	15.125,00	2.179,33	5.022,88	33,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	586.300,00	586.300,00	67.880,07	377.211,50	64,34
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	266.200,00	266.200,00	65.225,23	303.113,57	113,87
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	727.512,00	727.512,00	200.955,27	857.240,88	117,83
1.2.1- ITBI	726.000,00	726.000,00	200.733,87	856.755,77	118,01
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.512,00	1.512,00	221,40	485,11	32,08
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.964.270,00	1.964.270,00	439.881,80	2.115.035,60	107,68
1.3.1- ISS	1.815.000,00	1.815.000,00	424.126,35	2.019.263,29	111,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	18.150,00	18.150,00	2.714,95	12.674,82	69,83
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110.000,00	110.000,00	7.924,65	54.988,88	49,99
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.120,00	21.120,00	5.115,85	28.108,61	133,09
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	581.633,00	581.633,00	101.642,28	433.911,86	74,60
1.4.1- IRRF	581.633,00	581.633,00	101.642,28	433.911,86	74,60
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	26.863.100,00	26.863.100,00	4.590.675,21	22.803.932,99	84,89
2.1- Cota-Parte FPM	12.980.000,00	12.980.000,00	2.038.690,85	11.696.520,14	90,11
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.980.000,00	12.980.000,00	2.038.690,85	11.696.520,14	90,11
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	1.912.640,69	8.793.169,45	76,13
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	256.300,00	256.300,00	9.824,38	49.121,90	19,17
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	299.200,00	299.200,00	36.341,85	167.707,95	56,05
2.5- Cota-Parte ITR	72.600,00	72.600,00	111.794,91	125.229,60	172,49
2.6- Cota-Parte IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	481.382,53	1.972.183,95	115,67
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>33.496.740,00</b>	<b>33.496.740,00</b>	<b>5.516.324,23</b>	<b>28.600.440,14</b>	<b>85,38</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	924.825,00	924.825,00	227.085,33	1.021.877,52	110,49
5.1- Transferências do Salário-Educação	572.000,00	572.000,00	152.636,67	722.571,21	126,32
5.2- Outras Transferências do FNDE	352.825,00	352.825,00	74.448,66	299.306,31	84,83
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	88.000,00	88.000,00	29.036,40	172.283,58	195,78
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.075.450,00</b>	<b>1.075.450,00</b>	<b>256.121,73</b>	<b>1.194.161,10</b>	<b>111,04</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	5.372.620,00	5.372.620,00	918.134,59	4.560.784,37	84,89
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.596.000,00	2.596.000,00	407.738,12	2.339.303,79	90,11
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.310.000,00	2.310.000,00	382.527,96	1.758.633,03	76,13
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	51.260,00	51.260,00	1.964,86	9.824,30	19,17
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	59.840,00	59.840,00	7.268,35	33.541,52	56,05
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	14.520,00	14.520,00	22.358,95	25.045,80	172,49
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	341.000,00	341.000,00	96.276,35	394.435,93	115,67
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	7.737.400,00	7.737.400,00	1.679.737,88	7.965.384,18	102,95
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.700.000,00	7.700.000,00	1.657.580,17	7.864.122,96	102,13
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	37.400,00	37.400,00	22.157,71	101.261,22	270,75
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>2.327.380,00</b>	<b>2.327.380,00</b>	<b>739.445,58</b>	<b>3.303.338,59</b>	<b>141,93</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.421.790,00	6.834.790,00	1.133.496,17	5.192.888,77	75,98
13.1- Com Educação Infantil	2.662.000,00	4.105.000,00	676.134,46	3.145.525,21	76,63
13.2- Com Ensino Fundamental	2.759.790,00	2.729.790,00	457.361,71	2.047.363,56	75,00
14- OUTRAS DESPESAS	2.288.110,00	2.069.782,38	305.620,52	1.251.095,53	60,45
14.1- Com Educação Infantil	693.000,00	463.000,00	22.498,57	116.796,12	25,23
14.2- Com Ensino Fundamental	1.595.110,00	1.606.782,38	283.121,95	1.134.299,41	70,59
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.709.900,00	8.904.572,38	1.439.116,69	6.443.984,30	72,37
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					65,19
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				46.672,38	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				46.672,38	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	8.374.185,00	8.374.185,00	1.379.081,06	7.150.110,04	85,38
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.675.000,00	6.114.450,00	906.285,59	4.137.741,45	67,67
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.355.000,00	4.568.000,00	698.633,03	3.262.321,33	71,42
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.320.000,00	1.546.450,00	207.652,56	875.420,12	56,61
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.750.025,00	7.298.697,38	1.072.588,81	4.639.639,19	63,57
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.354.900,00	4.336.572,38	740.483,66	3.181.662,97	73,37
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.395.125,00	2.962.125,00	332.105,15	1.457.976,22	49,22
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.425.025,00	13.413.147,38	1.978.874,40	8.777.380,64	65,44
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.303.338,59
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					101.261,22
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.672,38
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					24.721,41
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.475.993,60
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.301.387,04
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					18,54

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	572.000,00	801.000,00	362.443,17	599.975,50	74,90
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	352.825,00	386.825,00	64.893,81	240.149,61	62,08
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	924.825,00	1.187.825,00	427.336,98	840.125,11	70,73
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.349.850,00	14.600.972,38	2.406.211,38	9.617.505,75	65,87
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	163.103,11		24.721,41		

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.147.217,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.864.122,96	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	7.365.491,20	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	101.261,22	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.747.110,23	0,00

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.672,38, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	6.633.640,00	6.633.640,00	925.649,02	5.796.507,15	87,38
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.360.225,00	3.360.225,00	183.169,67	2.390.318,81	71,14
1.1.1- IPTU	2.492.600,00	2.492.600,00	47.885,04	1.704.970,86	68,40
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.125,00	15.125,00	2.179,33	5.022,88	33,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	586.300,00	586.300,00	67.880,07	377.211,50	64,34
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	266.200,00	266.200,00	65.225,23	303.113,57	113,87
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	727.512,00	727.512,00	200.955,27	857.240,88	117,83
1.2.1- ITBI	726.000,00	726.000,00	200.733,87	856.755,77	118,01
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.512,00	1.512,00	221,40	485,11	32,08
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.964.270,00	1.964.270,00	439.881,80	2.115.035,60	107,68
1.3.1- ISS	1.815.000,00	1.815.000,00	424.126,35	2.019.263,29	111,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	18.150,00	18.150,00	2.714,95	12.674,82	69,83
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110.000,00	110.000,00	7.924,65	54.988,88	49,99
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.120,00	21.120,00	5.115,85	28.108,61	133,09
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	581.633,00	581.633,00	101.642,28	433.911,86	74,60
1.4.1- IRRF	581.633,00	581.633,00	101.642,28	433.911,86	74,60
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	26.863.100,00	26.863.100,00	4.590.675,21	22.803.932,99	84,89
2.1- Cota-Parte FPM	12.980.000,00	12.980.000,00	2.038.690,85	11.696.520,14	90,11
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.980.000,00	12.980.000,00	2.038.690,85	11.696.520,14	90,11
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	1.912.640,69	8.793.169,45	76,13
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	256.300,00	256.300,00	9.824,38	49.121,90	19,17
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	299.200,00	299.200,00	36.341,85	167.707,95	56,05
2.5- Cota-Parte ITR	72.600,00	72.600,00	111.794,91	125.229,60	172,49
2.6- Cota-Parte IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	481.382,53	1.972.183,95	115,67
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>33.496.740,00</b>	<b>33.496.740,00</b>	<b>5.516.324,23</b>	<b>28.600.440,14</b>	<b>85,38</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	924.825,00	924.825,00	227.085,33	1.021.877,52	110,49
5.1- Transferências do Salário-Educação	572.000,00	572.000,00	152.636,67	722.571,21	126,32
5.2- Outras Transferências do FNDE	352.825,00	352.825,00	74.448,66	299.306,31	84,83
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	88.000,00	88.000,00	29.036,40	172.283,58	195,78
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.075.450,00</b>	<b>1.075.450,00</b>	<b>256.121,73</b>	<b>1.194.161,10</b>	<b>111,04</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	5.372.620,00	5.372.620,00	918.134,59	4.560.784,37	84,89
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.596.000,00	2.596.000,00	407.738,12	2.339.303,79	90,11
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.310.000,00	2.310.000,00	382.527,96	1.758.633,03	76,13
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	51.260,00	51.260,00	1.964,86	9.824,30	19,17
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	59.840,00	59.840,00	7.268,35	33.541,52	56,05
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	14.520,00	14.520,00	22.358,95	25.045,80	172,49
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	341.000,00	341.000,00	96.276,35	394.435,93	115,67
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	7.737.400,00	7.737.400,00	1.679.737,88	7.965.384,18	102,95
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.700.000,00	7.700.000,00	1.657.580,17	7.864.122,96	102,13
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	37.400,00	37.400,00	22.157,71	101.261,22	270,75
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>2.327.380,00</b>	<b>2.327.380,00</b>	<b>739.445,58</b>	<b>3.303.338,59</b>	<b>141,93</b>
<b>ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB</b>					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.421.790,00	6.834.790,00	1.133.496,17	5.192.888,77	75,98
13.1- Com Educação Infantil	2.662.000,00	4.105.000,00	676.134,46	3.145.525,21	76,63
13.2- Com Ensino Fundamental	2.759.790,00	2.729.790,00	457.361,71	2.047.363,56	75,00
14- OUTRAS DESPESAS	2.288.110,00	2.069.782,38	305.620,52	1.251.095,53	60,45
14.1- Com Educação Infantil	693.000,00	463.000,00	22.498,57	116.796,12	25,23
14.2- Com Ensino Fundamental	1.595.110,00	1.606.782,38	283.121,95	1.134.299,41	70,59
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.709.900,00	8.904.572,38	1.439.116,69	6.443.984,30	72,37
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					65,19
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				46.672,38	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				46.672,38	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	8.374.185,00	8.374.185,00	1.379.081,06	7.150.110,04	85,38
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.675.000,00	6.114.450,00	906.285,59	4.137.741,45	67,67
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.355.000,00	4.568.000,00	698.633,03	3.262.321,33	71,42
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.320.000,00	1.546.450,00	207.652,56	875.420,12	56,61
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.750.025,00	7.298.697,38	1.072.588,81	4.639.639,19	63,57
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.354.900,00	4.336.572,38	740.483,66	3.181.662,97	73,37
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.395.125,00	2.962.125,00	332.105,15	1.457.976,22	49,22
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.425.025,00	13.413.147,38	1.978.874,40	8.777.380,64	65,44
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.303.338,59
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					101.261,22
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.672,38
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					24.721,41
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.475.993,60
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.301.387,04
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					18,54

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	572.000,00	801.000,00	362.443,17	599.975,50	74,90
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	352.825,00	386.825,00	64.893,81	240.149,61	62,08
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	924.825,00	1.187.825,00	427.336,98	840.125,11	70,73
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.349.850,00	14.600.972,38	2.406.211,38	9.617.505,75	65,87
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	163.103,11		24.721,41		

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.147.217,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.864.122,96	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	7.365.491,20	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	101.261,22	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.747.110,23	0,00

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988

<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.672,38, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	6.633.640,00	6.633.640,00	925.649,02	5.796.507,15	87,38
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.360.225,00	3.360.225,00	183.169,67	2.390.318,81	71,14
1.1.1- IPTU	2.492.600,00	2.492.600,00	47.885,04	1.704.970,86	68,40
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.125,00	15.125,00	2.179,33	5.022,88	33,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	586.300,00	586.300,00	67.880,07	377.211,50	64,34
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	266.200,00	266.200,00	65.225,23	303.113,57	113,87
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	727.512,00	727.512,00	200.955,27	857.240,88	117,83
1.2.1- ITBI	726.000,00	726.000,00	200.733,87	856.755,77	118,01
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.512,00	1.512,00	221,40	485,11	32,08
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.964.270,00	1.964.270,00	439.881,80	2.115.035,60	107,68
1.3.1- ISS	1.815.000,00	1.815.000,00	424.126,35	2.019.263,29	111,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	18.150,00	18.150,00	2.714,95	12.674,82	69,83
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110.000,00	110.000,00	7.924,65	54.988,88	49,99
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.120,00	21.120,00	5.115,85	28.108,61	133,09
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	581.633,00	581.633,00	101.642,28	433.911,86	74,60
1.4.1- IRRF	581.633,00	581.633,00	101.642,28	433.911,86	74,60
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	26.863.100,00	26.863.100,00	4.590.675,21	22.803.932,99	84,89
2.1- Cota-Parte FPM	12.980.000,00	12.980.000,00	2.038.690,85	11.696.520,14	90,11
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.980.000,00	12.980.000,00	2.038.690,85	11.696.520,14	90,11
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	1.912.640,69	8.793.169,45	76,13
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	256.300,00	256.300,00	9.824,38	49.121,90	19,17
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	299.200,00	299.200,00	36.341,85	167.707,95	56,05
2.5- Cota-Parte ITR	72.600,00	72.600,00	111.794,91	125.229,60	172,49
2.6- Cota-Parte IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	481.382,53	1.972.183,95	115,67
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>33.496.740,00</b>	<b>33.496.740,00</b>	<b>5.516.324,23</b>	<b>28.600.440,14</b>	<b>85,38</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	924.825,00	924.825,00	227.085,33	1.021.877,52	110,49
5.1- Transferências do Salário-Educação	572.000,00	572.000,00	152.636,67	722.571,21	126,32
5.2- Outras Transferências do FNDE	352.825,00	352.825,00	74.448,66	299.306,31	84,83
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	88.000,00	88.000,00	29.036,40	172.283,58	195,78
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.075.450,00</b>	<b>1.075.450,00</b>	<b>256.121,73</b>	<b>1.194.161,10</b>	<b>111,04</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	5.372.620,00	5.372.620,00	918.134,59	4.560.784,37	84,89
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.596.000,00	2.596.000,00	407.738,12	2.339.303,79	90,11
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.310.000,00	2.310.000,00	382.527,96	1.758.633,03	76,13
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	51.260,00	51.260,00	1.964,86	9.824,30	19,17
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	59.840,00	59.840,00	7.268,35	33.541,52	56,05
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	14.520,00	14.520,00	22.358,95	25.045,80	172,49
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	341.000,00	341.000,00	96.276,35	394.435,93	115,67
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	7.737.400,00	7.737.400,00	1.679.737,88	7.965.384,18	102,95
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.700.000,00	7.700.000,00	1.657.580,17	7.864.122,96	102,13
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	37.400,00	37.400,00	22.157,71	101.261,22	270,75
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>2.327.380,00</b>	<b>2.327.380,00</b>	<b>739.445,58</b>	<b>3.303.338,59</b>	<b>141,93</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.421.790,00	6.834.790,00	1.133.496,17	5.192.888,77	75,98
13.1- Com Educação Infantil	2.662.000,00	4.105.000,00	676.134,46	3.145.525,21	76,63
13.2- Com Ensino Fundamental	2.759.790,00	2.729.790,00	457.361,71	2.047.363,56	75,00
14- OUTRAS DESPESAS	2.288.110,00	2.069.782,38	305.620,52	1.251.095,53	60,45
14.1- Com Educação Infantil	693.000,00	463.000,00	22.498,57	116.796,12	25,23
14.2- Com Ensino Fundamental	1.595.110,00	1.606.782,38	283.121,95	1.134.299,41	70,59
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.709.900,00	8.904.572,38	1.439.116,69	6.443.984,30	72,37
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					65,19
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				46.672,38	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				46.672,38	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	8.374.185,00	8.374.185,00	1.379.081,06	7.150.110,04	85,38
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.675.000,00	6.114.450,00	906.285,59	4.137.741,45	67,67
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.355.000,00	4.568.000,00	698.633,03	3.262.321,33	71,42
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.320.000,00	1.546.450,00	207.652,56	875.420,12	56,61
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.750.025,00	7.298.697,38	1.072.588,81	4.639.639,19	63,57
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.354.900,00	4.336.572,38	740.483,66	3.181.662,97	73,37
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.395.125,00	2.962.125,00	332.105,15	1.457.976,22	49,22
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.425.025,00	13.413.147,38	1.978.874,40	8.777.380,64	65,44
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.303.338,59
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					101.261,22
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.672,38
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					24.721,41
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.475.993,60
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.301.387,04
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					18,54

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	572.000,00	801.000,00	362.443,17	599.975,50	74,90
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	352.825,00	386.825,00	64.893,81	240.149,61	62,08
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	924.825,00	1.187.825,00	427.336,98	840.125,11	70,73
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.349.850,00	14.600.972,38	2.406.211,38	9.617.505,75	65,87
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	163.103,11		24.721,41		

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.147.217,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.864.122,96	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	7.365.491,20	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	101.261,22	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.747.110,23	0,00

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.672,38, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	6.633.640,00	6.633.640,00	925.649,02	5.796.507,15	87,38
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	3.360.225,00	3.360.225,00	183.169,67	2.390.318,81	71,14
1.1.1- IPTU	2.492.600,00	2.492.600,00	47.885,04	1.704.970,86	68,40
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	15.125,00	15.125,00	2.179,33	5.022,88	33,21
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	586.300,00	586.300,00	67.880,07	377.211,50	64,34
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	266.200,00	266.200,00	65.225,23	303.113,57	113,87
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	727.512,00	727.512,00	200.955,27	857.240,88	117,83
1.2.1- ITBI	726.000,00	726.000,00	200.733,87	856.755,77	118,01
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	1.512,00	1.512,00	221,40	485,11	32,08
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.964.270,00	1.964.270,00	439.881,80	2.115.035,60	107,68
1.3.1- ISS	1.815.000,00	1.815.000,00	424.126,35	2.019.263,29	111,25
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	18.150,00	18.150,00	2.714,95	12.674,82	69,83
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	110.000,00	110.000,00	7.924,65	54.988,88	49,99
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	21.120,00	21.120,00	5.115,85	28.108,61	133,09
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	581.633,00	581.633,00	101.642,28	433.911,86	74,60
1.4.1- IRRF	581.633,00	581.633,00	101.642,28	433.911,86	74,60
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	26.863.100,00	26.863.100,00	4.590.675,21	22.803.932,99	84,89
2.1- Cota-Parte FPM	12.980.000,00	12.980.000,00	2.038.690,85	11.696.520,14	90,11
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	12.980.000,00	12.980.000,00	2.038.690,85	11.696.520,14	90,11
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	1.912.640,69	8.793.169,45	76,13
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	256.300,00	256.300,00	9.824,38	49.121,90	19,17
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	299.200,00	299.200,00	36.341,85	167.707,95	56,05
2.5- Cota-Parte ITR	72.600,00	72.600,00	111.794,91	125.229,60	172,49
2.6- Cota-Parte IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	481.382,53	1.972.183,95	115,67
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>33.496.740,00</b>	<b>33.496.740,00</b>	<b>5.516.324,23</b>	<b>28.600.440,14</b>	<b>85,38</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	924.825,00	924.825,00	227.085,33	1.021.877,52	110,49
5.1- Transferências do Salário-Educação	572.000,00	572.000,00	152.636,67	722.571,21	126,32
5.2- Outras Transferências do FNDE	352.825,00	352.825,00	74.448,66	299.306,31	84,83
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	62.625,00	62.625,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	88.000,00	88.000,00	29.036,40	172.283,58	195,78
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>1.075.450,00</b>	<b>1.075.450,00</b>	<b>256.121,73</b>	<b>1.194.161,10</b>	<b>111,04</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	5.372.620,00	5.372.620,00	918.134,59	4.560.784,37	84,89
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.596.000,00	2.596.000,00	407.738,12	2.339.303,79	90,11
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.310.000,00	2.310.000,00	382.527,96	1.758.633,03	76,13
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	51.260,00	51.260,00	1.964,86	9.824,30	19,17
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	59.840,00	59.840,00	7.268,35	33.541,52	56,05
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	14.520,00	14.520,00	22.358,95	25.045,80	172,49
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	341.000,00	341.000,00	96.276,35	394.435,93	115,67
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	7.737.400,00	7.737.400,00	1.679.737,88	7.965.384,18	102,95
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	7.700.000,00	7.700.000,00	1.657.580,17	7.864.122,96	102,13
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	37.400,00	37.400,00	22.157,71	101.261,22	270,75
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>2.327.380,00</b>	<b>2.327.380,00</b>	<b>739.445,58</b>	<b>3.303.338,59</b>	<b>141,93</b>
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.421.790,00	6.834.790,00	1.133.496,17	5.192.888,77	75,98
13.1- Com Educação Infantil	2.662.000,00	4.105.000,00	676.134,46	3.145.525,21	76,63
13.2- Com Ensino Fundamental	2.759.790,00	2.729.790,00	457.361,71	2.047.363,56	75,00
14- OUTRAS DESPESAS	2.288.110,00	2.069.782,38	305.620,52	1.251.095,53	60,45
14.1- Com Educação Infantil	693.000,00	463.000,00	22.498,57	116.796,12	25,23
14.2- Com Ensino Fundamental	1.595.110,00	1.606.782,38	283.121,95	1.134.299,41	70,59
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	7.709.900,00	8.904.572,38	1.439.116,69	6.443.984,30	72,37
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					65,19
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				46.672,38	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				46.672,38	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	8.374.185,00	8.374.185,00	1.379.081,06	7.150.110,04	85,38
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.675.000,00	6.114.450,00	906.285,59	4.137.741,45	67,67
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.355.000,00	4.568.000,00	698.633,03	3.262.321,33	71,42
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.320.000,00	1.546.450,00	207.652,56	875.420,12	56,61
24- ENSINO FUNDAMENTAL	6.750.025,00	7.298.697,38	1.072.588,81	4.639.639,19	63,57
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	4.354.900,00	4.336.572,38	740.483,66	3.181.662,97	73,37
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.395.125,00	2.962.125,00	332.105,15	1.457.976,22	49,22
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	11.425.025,00	13.413.147,38	1.978.874,40	8.777.380,64	65,44
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					3.303.338,59
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					101.261,22
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					46.672,38
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					24.721,41
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					3.475.993,60
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					5.301.387,04
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					18,54

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	572.000,00	801.000,00	362.443,17	599.975,50	74,90
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	352.825,00	386.825,00	64.893,81	240.149,61	62,08
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	924.825,00	1.187.825,00	427.336,98	840.125,11	70,73
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	12.349.850,00	14.600.972,38	2.406.211,38	9.617.505,75	65,87
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	163.103,11		24.721,41		

MUNICÍPIO DE CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	1.147.217,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	7.864.122,96	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	7.365.491,20	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	101.261,22	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.747.110,23	0,00

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 46.672,38, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	25.000,00	1.250.000,00		-1.225.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	15.226.249,72	1.393.779,30	0,00	13.832.470,42
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	15.226.249,72	1.393.779,30	0,00	13.832.470,42
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-15.201.249,72	-143.779,30		-15.057.470,42

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2010	1.831.727,51	2.679.691,35	-847.963,84	8.138.897,67
2011	2.930.243,39	3.195.087,37	-264.843,98	7.874.053,69
2012	2.740.482,69	3.132.367,68	-391.884,99	7.482.168,70
2013	2.589.684,81	2.988.996,54	-399.311,73	7.082.856,97
2014	2.437.003,62	2.876.872,53	-439.868,91	6.642.988,06
2015	2.298.477,60	2.749.053,16	-450.575,56	6.192.412,50
2016	2.151.740,55	2.666.074,08	-514.333,53	5.678.078,97
2017	2.017.771,08	2.570.208,42	-552.437,34	5.125.641,63
2018	1.884.947,31	2.492.165,90	-607.218,59	4.518.423,04
2019	1.765.942,44	2.397.280,68	-631.338,24	3.887.084,80
2020	1.651.314,84	2.307.515,57	-656.200,73	3.230.884,07
2021	1.522.188,66	2.271.362,98	-749.174,32	2.481.709,75
2022	1.371.432,33	2.307.064,52	-935.632,19	1.546.077,56
2023	1.226.726,73	2.337.523,23	-1.110.796,50	435.281,06
2024	1.061.095,47	2.440.556,24	-1.379.460,77	-944.179,71
2025	968.539,14	2.358.845,14	-1.390.306,00	-2.334.485,71
2026	846.737,28	2.367.643,94	-1.520.906,66	-3.855.392,37
2027	716.808,46	2.411.160,13	-1.694.351,67	-5.549.744,04
2028	619.886,43	2.379.337,24	-1.759.450,81	-7.309.194,85
2029	547.370,42	2.294.955,61	-1.747.585,19	-9.056.780,04
2030	469.499,58	2.237.429,16	-1.767.929,58	-10.824.709,62
2031	392.504,17	2.190.930,05	-1.798.425,88	-12.623.135,50
2032	330.925,59	2.113.646,67	-1.782.721,08	-14.405.856,58
2033	253.429,15	2.090.210,22	-1.836.781,07	-16.242.637,65
2034	201.749,47	2.013.144,03	-1.811.394,56	-18.054.032,21
2035	156.486,03	1.929.822,65	-1.773.336,62	-19.827.368,83
2036	123.688,05	1.824.907,90	-1.701.219,85	-21.528.588,68
2037	97.992,16	1.712.769,92	-1.614.777,76	-23.143.366,44
2038	79.034,35	1.593.665,83	-1.514.631,48	-24.657.997,92
2039	56.270,13	1.496.151,95	-1.439.881,82	-26.097.879,74
2040	40.580,16	1.389.638,52	-1.349.058,36	-27.446.938,10
2041	27.832,58	1.286.449,04	-1.258.616,46	-28.705.554,56
2042	20.817,52	1.178.063,40	-1.157.245,88	-29.862.800,44
2043	18.018,63	1.068.040,34	-1.050.021,71	-30.912.822,15
2044	12.283,31	974.399,90	-962.116,59	-31.874.938,74
2045	8.358,15	884.604,50	-876.246,35	-32.751.185,09
2046	4.603,99	802.719,83	-798.115,84	-33.549.300,93
2047	3.938,06	720.697,28	-716.759,22	-34.266.060,15
2048	3.325,86	645.689,55	-642.363,69	-34.908.423,84
2049	2.736,81	577.455,11	-574.718,30	-35.483.142,14
2050	1.140,76	517.646,24	-516.505,48	-35.999.647,62
2051	360,99	461.990,10	-461.629,11	-36.461.276,73
2052	0,00	410.605,40	-410.605,40	-36.871.882,13
2053	0,00	363.371,63	-363.371,63	-37.235.253,76
2054	0,00	320.529,26	-320.529,26	-37.555.783,02
2055	0,00	282.228,97	-282.228,97	-37.838.011,99
2056	0,00	247.670,93	-247.670,93	-38.085.682,92
2057	0,00	216.755,77	-216.755,77	-38.302.438,69
2058	0,00	189.220,97	-189.220,97	-38.491.659,66
2059	0,00	164.667,68	-164.667,68	-38.656.327,34
2060	0,00	142.834,10	-142.834,10	-38.799.161,44
2061	0,00	123.451,80	-123.451,80	-38.922.613,24
2062	0,00	106.244,37	-106.244,37	-39.028.857,61
2063	0,00	91.112,78	-91.112,78	-39.119.970,39
2064	0,00	77.976,52	-77.976,52	-39.197.946,91
2065	0,00	66.489,72	-66.489,72	-39.264.436,63
2066	0,00	56.441,12	-56.441,12	-39.320.877,75
2067	0,00	47.702,32	-47.702,32	-39.368.580,07
2068	0,00	40.167,34	-40.167,34	-39.408.747,41
2069	0,00	33.665,94	-33.665,94	-39.442.413,35



Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2070	0,00	28.170,39	-28.170,39	-39.470.583,74
2071	0,00	23.498,68	-23.498,68	-39.494.082,42
2072	0,00	19.561,29	-19.561,29	-39.513.643,71
2073	0,00	16.231,48	-16.231,48	-39.529.875,19
2074	0,00	13.429,60	-13.429,60	-39.543.304,79
2075	0,00	11.082,60	-11.082,60	-39.554.387,39
2076	0,00	9.104,16	-9.104,16	-39.563.491,55
2077	0,00	7.486,53	-7.486,53	-39.570.978,08
2078	0,00	6.152,67	-6.152,67	-39.577.130,75
2079	0,00	5.058,40	-5.058,40	-39.582.189,15
2080	0,00	4.165,84	-4.165,84	-39.586.354,99
2081	0,00	3.444,26	-3.444,26	-39.589.799,25
2082	0,00	2.865,60	-2.865,60	-39.592.664,85
2083	0,00	2.406,12	-2.406,12	-39.595.070,97
2084	0,00	0,00	0,00	-39.595.070,97

Projeção atuarial elaborada em 13/05/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2010	1.831.727,51	2.679.691,35	-847.963,84	8.138.897,67
2011	2.930.243,39	3.195.087,37	-264.843,98	7.874.053,69
2012	2.740.482,69	3.132.367,68	-391.884,99	7.482.168,70
2013	2.589.684,81	2.988.996,54	-399.311,73	7.082.856,97
2014	2.437.003,62	2.876.872,53	-439.868,91	6.642.988,06
2015	2.298.477,60	2.749.053,16	-450.575,56	6.192.412,50
2016	2.151.740,55	2.666.074,08	-514.333,53	5.678.078,97
2017	2.017.771,08	2.570.208,42	-552.437,34	5.125.641,63
2018	1.884.947,31	2.492.165,90	-607.218,59	4.518.423,04
2019	1.765.942,44	2.397.280,68	-631.338,24	3.887.084,80
2020	1.651.314,84	2.307.515,57	-656.200,73	3.230.884,07
2021	1.522.188,66	2.271.362,98	-749.174,32	2.481.709,75
2022	1.371.432,33	2.307.064,52	-935.632,19	1.546.077,56
2023	1.226.726,73	2.337.523,23	-1.110.796,50	435.281,06
2024	1.061.095,47	2.440.556,24	-1.379.460,77	-944.179,71
2025	968.539,14	2.358.845,14	-1.390.306,00	-2.334.485,71
2026	846.737,28	2.367.643,94	-1.520.906,66	-3.855.392,37
2027	716.808,46	2.411.160,13	-1.694.351,67	-5.549.744,04
2028	619.886,43	2.379.337,24	-1.759.450,81	-7.309.194,85
2029	547.370,42	2.294.955,61	-1.747.585,19	-9.056.780,04
2030	469.499,58	2.237.429,16	-1.767.929,58	-10.824.709,62
2031	392.504,17	2.190.930,05	-1.798.425,88	-12.623.135,50
2032	330.925,59	2.113.646,67	-1.782.721,08	-14.405.856,58
2033	253.429,15	2.090.210,22	-1.836.781,07	-16.242.637,65
2034	201.749,47	2.013.144,03	-1.811.394,56	-18.054.032,21
2035	156.486,03	1.929.822,65	-1.773.336,62	-19.827.368,83
2036	123.688,05	1.824.907,90	-1.701.219,85	-21.528.588,68
2037	97.992,16	1.712.769,92	-1.614.777,76	-23.143.366,44
2038	79.034,35	1.593.665,83	-1.514.631,48	-24.657.997,92
2039	56.270,13	1.496.151,95	-1.439.881,82	-26.097.879,74
2040	40.580,16	1.389.638,52	-1.349.058,36	-27.446.938,10
2041	27.832,58	1.286.449,04	-1.258.616,46	-28.705.554,56
2042	20.817,52	1.178.063,40	-1.157.245,88	-29.862.800,44
2043	18.018,63	1.068.040,34	-1.050.021,71	-30.912.822,15
2044	12.283,31	974.399,90	-962.116,59	-31.874.938,74
2045	8.358,15	884.604,50	-876.246,35	-32.751.185,09
2046	4.603,99	802.719,83	-798.115,84	-33.549.300,93
2047	3.938,06	720.697,28	-716.759,22	-34.266.060,15
2048	3.325,86	645.689,55	-642.363,69	-34.908.423,84
2049	2.736,81	577.455,11	-574.718,30	-35.483.142,14
2050	1.140,76	517.646,24	-516.505,48	-35.999.647,62
2051	360,99	461.990,10	-461.629,11	-36.461.276,73
2052	0,00	410.605,40	-410.605,40	-36.871.882,13
2053	0,00	363.371,63	-363.371,63	-37.235.253,76
2054	0,00	320.529,26	-320.529,26	-37.555.783,02
2055	0,00	282.228,97	-282.228,97	-37.838.011,99
2056	0,00	247.670,93	-247.670,93	-38.085.682,92
2057	0,00	216.755,77	-216.755,77	-38.302.438,69
2058	0,00	189.220,97	-189.220,97	-38.491.659,66
2059	0,00	164.667,68	-164.667,68	-38.656.327,34
2060	0,00	142.834,10	-142.834,10	-38.799.161,44
2061	0,00	123.451,80	-123.451,80	-38.922.613,24
2062	0,00	106.244,37	-106.244,37	-39.028.857,61
2063	0,00	91.112,78	-91.112,78	-39.119.970,39
2064	0,00	77.976,52	-77.976,52	-39.197.946,91
2065	0,00	66.489,72	-66.489,72	-39.264.436,63
2066	0,00	56.441,12	-56.441,12	-39.320.877,75
2067	0,00	47.702,32	-47.702,32	-39.368.580,07
2068	0,00	40.167,34	-40.167,34	-39.408.747,41
2069	0,00	33.665,94	-33.665,94	-39.442.413,35



Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2070	0,00	28.170,39	-28.170,39	-39.470.583,74
2071	0,00	23.498,68	-23.498,68	-39.494.082,42
2072	0,00	19.561,29	-19.561,29	-39.513.643,71
2073	0,00	16.231,48	-16.231,48	-39.529.875,19
2074	0,00	13.429,60	-13.429,60	-39.543.304,79
2075	0,00	11.082,60	-11.082,60	-39.554.387,39
2076	0,00	9.104,16	-9.104,16	-39.563.491,55
2077	0,00	7.486,53	-7.486,53	-39.570.978,08
2078	0,00	6.152,67	-6.152,67	-39.577.130,75
2079	0,00	5.058,40	-5.058,40	-39.582.189,15
2080	0,00	4.165,84	-4.165,84	-39.586.354,99
2081	0,00	3.444,26	-3.444,26	-39.589.799,25
2082	0,00	2.865,60	-2.865,60	-39.592.664,85
2083	0,00	2.406,12	-2.406,12	-39.595.070,97
2084	0,00	0,00	0,00	-39.595.070,97

Projeção atuarial elaborada em 13/05/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2010	1.831.727,51	2.679.691,35	-847.963,84	8.138.897,67
2011	2.930.243,39	3.195.087,37	-264.843,98	7.874.053,69
2012	2.740.482,69	3.132.367,68	-391.884,99	7.482.168,70
2013	2.589.684,81	2.988.996,54	-399.311,73	7.082.856,97
2014	2.437.003,62	2.876.872,53	-439.868,91	6.642.988,06
2015	2.298.477,60	2.749.053,16	-450.575,56	6.192.412,50
2016	2.151.740,55	2.666.074,08	-514.333,53	5.678.078,97
2017	2.017.771,08	2.570.208,42	-552.437,34	5.125.641,63
2018	1.884.947,31	2.492.165,90	-607.218,59	4.518.423,04
2019	1.765.942,44	2.397.280,68	-631.338,24	3.887.084,80
2020	1.651.314,84	2.307.515,57	-656.200,73	3.230.884,07
2021	1.522.188,66	2.271.362,98	-749.174,32	2.481.709,75
2022	1.371.432,33	2.307.064,52	-935.632,19	1.546.077,56
2023	1.226.726,73	2.337.523,23	-1.110.796,50	435.281,06
2024	1.061.095,47	2.440.556,24	-1.379.460,77	-944.179,71
2025	968.539,14	2.358.845,14	-1.390.306,00	-2.334.485,71
2026	846.737,28	2.367.643,94	-1.520.906,66	-3.855.392,37
2027	716.808,46	2.411.160,13	-1.694.351,67	-5.549.744,04
2028	619.886,43	2.379.337,24	-1.759.450,81	-7.309.194,85
2029	547.370,42	2.294.955,61	-1.747.585,19	-9.056.780,04
2030	469.499,58	2.237.429,16	-1.767.929,58	-10.824.709,62
2031	392.504,17	2.190.930,05	-1.798.425,88	-12.623.135,50
2032	330.925,59	2.113.646,67	-1.782.721,08	-14.405.856,58
2033	253.429,15	2.090.210,22	-1.836.781,07	-16.242.637,65
2034	201.749,47	2.013.144,03	-1.811.394,56	-18.054.032,21
2035	156.486,03	1.929.822,65	-1.773.336,62	-19.827.368,83
2036	123.688,05	1.824.907,90	-1.701.219,85	-21.528.588,68
2037	97.992,16	1.712.769,92	-1.614.777,76	-23.143.366,44
2038	79.034,35	1.593.665,83	-1.514.631,48	-24.657.997,92
2039	56.270,13	1.496.151,95	-1.439.881,82	-26.097.879,74
2040	40.580,16	1.389.638,52	-1.349.058,36	-27.446.938,10
2041	27.832,58	1.286.449,04	-1.258.616,46	-28.705.554,56
2042	20.817,52	1.178.063,40	-1.157.245,88	-29.862.800,44
2043	18.018,63	1.068.040,34	-1.050.021,71	-30.912.822,15
2044	12.283,31	974.399,90	-962.116,59	-31.874.938,74
2045	8.358,15	884.604,50	-876.246,35	-32.751.185,09
2046	4.603,99	802.719,83	-798.115,84	-33.549.300,93
2047	3.938,06	720.697,28	-716.759,22	-34.266.060,15
2048	3.325,86	645.689,55	-642.363,69	-34.908.423,84
2049	2.736,81	577.455,11	-574.718,30	-35.483.142,14
2050	1.140,76	517.646,24	-516.505,48	-35.999.647,62
2051	360,99	461.990,10	-461.629,11	-36.461.276,73
2052	0,00	410.605,40	-410.605,40	-36.871.882,13
2053	0,00	363.371,63	-363.371,63	-37.235.253,76
2054	0,00	320.529,26	-320.529,26	-37.555.783,02
2055	0,00	282.228,97	-282.228,97	-37.838.011,99
2056	0,00	247.670,93	-247.670,93	-38.085.682,92
2057	0,00	216.755,77	-216.755,77	-38.302.438,69
2058	0,00	189.220,97	-189.220,97	-38.491.659,66
2059	0,00	164.667,68	-164.667,68	-38.656.327,34
2060	0,00	142.834,10	-142.834,10	-38.799.161,44
2061	0,00	123.451,80	-123.451,80	-38.922.613,24
2062	0,00	106.244,37	-106.244,37	-39.028.857,61
2063	0,00	91.112,78	-91.112,78	-39.119.970,39
2064	0,00	77.976,52	-77.976,52	-39.197.946,91
2065	0,00	66.489,72	-66.489,72	-39.264.436,63
2066	0,00	56.441,12	-56.441,12	-39.320.877,75
2067	0,00	47.702,32	-47.702,32	-39.368.580,07
2068	0,00	40.167,34	-40.167,34	-39.408.747,41
2069	0,00	33.665,94	-33.665,94	-39.442.413,35

Município de CURITIBANOS - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS**  
**SERVIDORES**  
**ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**2010 a 2084**

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2070	0,00	28.170,39	-28.170,39	-39.470.583,74
2071	0,00	23.498,68	-23.498,68	-39.494.082,42
2072	0,00	19.561,29	-19.561,29	-39.513.643,71
2073	0,00	16.231,48	-16.231,48	-39.529.875,19
2074	0,00	13.429,60	-13.429,60	-39.543.304,79
2075	0,00	11.082,60	-11.082,60	-39.554.387,39
2076	0,00	9.104,16	-9.104,16	-39.563.491,55
2077	0,00	7.486,53	-7.486,53	-39.570.978,08
2078	0,00	6.152,67	-6.152,67	-39.577.130,75
2079	0,00	5.058,40	-5.058,40	-39.582.189,15
2080	0,00	4.165,84	-4.165,84	-39.586.354,99
2081	0,00	3.444,26	-3.444,26	-39.589.799,25
2082	0,00	2.865,60	-2.865,60	-39.592.664,85
2083	0,00	2.406,12	-2.406,12	-39.595.070,97
2084	0,00	0,00	0,00	-39.595.070,97

Projeção atuarial elaborada em 13/05/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d)=(“d” exercício anterior) + (c)
2010	1.831.727,51	2.679.691,35	-847.963,84	8.138.897,67
2011	2.930.243,39	3.195.087,37	-264.843,98	7.874.053,69
2012	2.740.482,69	3.132.367,68	-391.884,99	7.482.168,70
2013	2.589.684,81	2.988.996,54	-399.311,73	7.082.856,97
2014	2.437.003,62	2.876.872,53	-439.868,91	6.642.988,06
2015	2.298.477,60	2.749.053,16	-450.575,56	6.192.412,50
2016	2.151.740,55	2.666.074,08	-514.333,53	5.678.078,97
2017	2.017.771,08	2.570.208,42	-552.437,34	5.125.641,63
2018	1.884.947,31	2.492.165,90	-607.218,59	4.518.423,04
2019	1.765.942,44	2.397.280,68	-631.338,24	3.887.084,80
2020	1.651.314,84	2.307.515,57	-656.200,73	3.230.884,07
2021	1.522.188,66	2.271.362,98	-749.174,32	2.481.709,75
2022	1.371.432,33	2.307.064,52	-935.632,19	1.546.077,56
2023	1.226.726,73	2.337.523,23	-1.110.796,50	435.281,06
2024	1.061.095,47	2.440.556,24	-1.379.460,77	-944.179,71
2025	968.539,14	2.358.845,14	-1.390.306,00	-2.334.485,71
2026	846.737,28	2.367.643,94	-1.520.906,66	-3.855.392,37
2027	716.808,46	2.411.160,13	-1.694.351,67	-5.549.744,04
2028	619.886,43	2.379.337,24	-1.759.450,81	-7.309.194,85
2029	547.370,42	2.294.955,61	-1.747.585,19	-9.056.780,04
2030	469.499,58	2.237.429,16	-1.767.929,58	-10.824.709,62
2031	392.504,17	2.190.930,05	-1.798.425,88	-12.623.135,50
2032	330.925,59	2.113.646,67	-1.782.721,08	-14.405.856,58
2033	253.429,15	2.090.210,22	-1.836.781,07	-16.242.637,65
2034	201.749,47	2.013.144,03	-1.811.394,56	-18.054.032,21
2035	156.486,03	1.929.822,65	-1.773.336,62	-19.827.368,83
2036	123.688,05	1.824.907,90	-1.701.219,85	-21.528.588,68
2037	97.992,16	1.712.769,92	-1.614.777,76	-23.143.366,44
2038	79.034,35	1.593.665,83	-1.514.631,48	-24.657.997,92
2039	56.270,13	1.496.151,95	-1.439.881,82	-26.097.879,74
2040	40.580,16	1.389.638,52	-1.349.058,36	-27.446.938,10
2041	27.832,58	1.286.449,04	-1.258.616,46	-28.705.554,56
2042	20.817,52	1.178.063,40	-1.157.245,88	-29.862.800,44
2043	18.018,63	1.068.040,34	-1.050.021,71	-30.912.822,15
2044	12.283,31	974.399,90	-962.116,59	-31.874.938,74
2045	8.358,15	884.604,50	-876.246,35	-32.751.185,09
2046	4.603,99	802.719,83	-798.115,84	-33.549.300,93
2047	3.938,06	720.697,28	-716.759,22	-34.266.060,15
2048	3.325,86	645.689,55	-642.363,69	-34.908.423,84
2049	2.736,81	577.455,11	-574.718,30	-35.483.142,14
2050	1.140,76	517.646,24	-516.505,48	-35.999.647,62
2051	360,99	461.990,10	-461.629,11	-36.461.276,73
2052	0,00	410.605,40	-410.605,40	-36.871.882,13
2053	0,00	363.371,63	-363.371,63	-37.235.253,76
2054	0,00	320.529,26	-320.529,26	-37.555.783,02
2055	0,00	282.228,97	-282.228,97	-37.838.011,99
2056	0,00	247.670,93	-247.670,93	-38.085.682,92
2057	0,00	216.755,77	-216.755,77	-38.302.438,69
2058	0,00	189.220,97	-189.220,97	-38.491.659,66
2059	0,00	164.667,68	-164.667,68	-38.656.327,34
2060	0,00	142.834,10	-142.834,10	-38.799.161,44
2061	0,00	123.451,80	-123.451,80	-38.922.613,24
2062	0,00	106.244,37	-106.244,37	-39.028.857,61
2063	0,00	91.112,78	-91.112,78	-39.119.970,39
2064	0,00	77.976,52	-77.976,52	-39.197.946,91
2065	0,00	66.489,72	-66.489,72	-39.264.436,63
2066	0,00	56.441,12	-56.441,12	-39.320.877,75
2067	0,00	47.702,32	-47.702,32	-39.368.580,07
2068	0,00	40.167,34	-40.167,34	-39.408.747,41
2069	0,00	33.665,94	-33.665,94	-39.442.413,35



Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS  
SERVIDORES**  
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL  
2010 a 2084

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = ( a - b )	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2070	0,00	28.170,39	-28.170,39	-39.470.583,74
2071	0,00	23.498,68	-23.498,68	-39.494.082,42
2072	0,00	19.561,29	-19.561,29	-39.513.643,71
2073	0,00	16.231,48	-16.231,48	-39.529.875,19
2074	0,00	13.429,60	-13.429,60	-39.543.304,79
2075	0,00	11.082,60	-11.082,60	-39.554.387,39
2076	0,00	9.104,16	-9.104,16	-39.563.491,55
2077	0,00	7.486,53	-7.486,53	-39.570.978,08
2078	0,00	6.152,67	-6.152,67	-39.577.130,75
2079	0,00	5.058,40	-5.058,40	-39.582.189,15
2080	0,00	4.165,84	-4.165,84	-39.586.354,99
2081	0,00	3.444,26	-3.444,26	-39.589.799,25
2082	0,00	2.865,60	-2.865,60	-39.592.664,85
2083	0,00	2.406,12	-2.406,12	-39.595.070,97
2084	0,00	0,00	0,00	-39.595.070,97

Projeção atuarial elaborada em 13/05/2011 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	47.500,00	27.399,31	20.100,69
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	11.000,00	0,00	11.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	36.500,00	27.399,31	9.100,69
<b>TOTAL</b>	<b>47.500,00</b>	<b>27.399,31</b>	<b>20.100,69</b>

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	47.500,00	27.399,31	0,00	20.100,69
Investimentos	47.500,00	27.399,31	0,00	20.100,69
<b>TOTAL</b>	<b>47.500,00</b>	<b>27.399,31</b>	<b>0,00</b>	<b>20.100,69</b>

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	7.410,16	0,00	7.410,16

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 17/11/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM  
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	33.496.740,00	33.496.740,00	28.600.440,14	85,38
Impostos	5.615.233,00	5.615.233,00	5.014.901,78	89,31
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	2.492.600,00	2.492.600,00	1.704.970,86	68,40
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imóveis e Dir	726.000,00	726.000,00	856.755,77	118,01
Imposto s/ Serviços de Qualquer Natureza	1.815.000,00	1.815.000,00	2.019.263,29	111,25
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	581.633,00	581.633,00	433.911,86	74,60
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.018.407,00	1.018.407,00	781.605,37	76,75
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	34.787,00	34.787,00	18.182,81	52,27
Dívida Ativa dos Impostos	696.300,00	696.300,00	432.200,38	62,07
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	287.320,00	287.320,00	331.222,18	115,28
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	26.863.100,00	26.863.100,00	22.803.932,99	84,89
Da União	13.308.900,00	13.308.900,00	11.870.871,64	89,19
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	12.980.000,00	12.980.000,00	11.696.520,14	90,11
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	72.600,00	72.600,00	125.229,60	172,49
Transf. Financ. ICMS - Desoneração - L.C.Nº 87/96	256.300,00	256.300,00	49.121,90	19,17
Do Estado	13.554.200,00	13.554.200,00	10.933.061,35	80,66
Cota-Parte do ICMS	11.550.000,00	11.550.000,00	8.793.169,45	76,13
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	299.200,00	299.200,00	167.707,95	56,05
Cota-Parte do IPVA	1.705.000,00	1.705.000,00	1.972.183,95	115,67
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	3.185.600,00	3.185.600,00	3.009.332,76	94,47
Da União para o Município	2.275.350,00	2.275.350,00	2.004.671,56	88,10
Do Estado para o Município	795.300,00	795.300,00	935.230,18	117,59
Demais Municípios para o Município	114.950,00	114.950,00	69.431,02	60,40
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	19.429.008,00	19.429.008,00	19.015.093,50	97,87
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-5.372.620,00	-5.372.620,00	-4.560.784,37	84,89
<b>TOTAL</b>	<b>50.738.728,00</b>	<b>50.738.728,00</b>	<b>46.064.082,03</b>	<b>90,79</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	8.665.300,00	9.399.509,58	7.169.257,34	76,27
Pessoal e Encargos Sociais	5.938.900,00	6.205.900,00	4.633.659,95	74,67
Outras Despesas Correntes	2.726.400,00	3.193.609,58	2.535.597,39	79,40
DESPESAS DE CAPITAL	407.000,00	457.164,20	145.163,52	31,75
Investimentos	407.000,00	457.164,20	145.163,52	31,75

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	407.000,00	457.164,20	145.163,52	31,75
Investimentos	407.000,00	457.164,20	145.163,52	31,75
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>9.072.300,00</b>	<b>9.856.673,78</b>	<b>7.314.420,86</b>	<b>74,21</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	9.072.300,00	9.856.673,78	7.314.420,86	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.143.800,00	3.661.173,78	2.611.956,25	35,71
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.143.800,00	3.661.173,78	2.611.956,25	35,71
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>5.928.500,00</b>	<b>6.195.500,00</b>	<b>4.702.464,61</b>	<b>64,29</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	182.811,93	7.904,24

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;=² [(V - VI) / I]</b>	<b>16,41</b>
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	8.991.450,00	9.713.109,49	7.193.814,80	98,35
Vigilância Sanitária	23.650,00	29.669,62	18.575,21	0,25
Vigilância Epidemiológica	57.200,00	113.894,67	102.030,85	1,39
<b>TOTAL</b>	<b>9.072.300,00</b>	<b>9.856.673,78</b>	<b>7.314.420,86</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CURITIBANOS, 09/11/2011

WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0



Município de CURITIBANOS - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2011		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

CURITIBANOS, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDI  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

## Município de CURITIBANOS - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		—	50.738.728,00
Previsão Atualizada		—	50.738.728,00
Receitas Realizadas		10.402.701,84	46.064.082,03
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.290.446,36
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		—	50.738.728,00
Créditos Adicionais		—	15.972.102,54
Dotação Atualizada		—	66.710.830,54
Despesas Empenhadas		11.004.221,52	49.077.476,09
Despesas Liquidadas		9.047.407,04	36.791.345,26
Superavit Orçamentário		—	9.272.736,77
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Despesas Empenhadas		11.004.221,52	49.077.476,09
Despesas Liquidadas		9.047.407,04	36.791.345,26
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>			<b>Até o Bimestre</b>
Receita Corrente Líquida			49.609.195,57
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		854.037,67	3.929.110,25
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		640.264,54	3.029.560,96
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		213.773,13	899.549,29
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		-190.000,00	-1.488.893,85
Resultado Primário		-49.070,00	6.900.072,43
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		134.126,78	0,00
EXECUTIVO		134.126,78	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		6.196.051,59	122.678,56
EXECUTIVO		6.082.630,42	122.678,56
LEGISLATIVO		113.421,17	0,00
<b>TOTAL:</b>		<b>6.330.178,37</b>	<b>122.678,56</b>
<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.301.387,04	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.192.888,77	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		1.250.000,00	-1.225.000,00
Despesa de Capital Líquida		1.393.779,30	13.832.470,42
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>2011</b>	<b>2019</b>
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)		2.930.243,39	1.765.942,44
Despesas Previdenciárias (V)		3.195.087,37	2.397.280,68
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		-264.843,98	-631.338,24

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		27.399,31	20.100,69
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		27.399,31	20.100,69
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.694.560,37	15,00	16,41
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 17/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

## Município de CURITIBANOS - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	50.738.728,00	
Previsão Atualizada		—	50.738.728,00	
Receitas Realizadas		10.402.701,84	46.064.082,03	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.290.446,36	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	50.738.728,00	
Créditos Adicionais		—	15.972.102,54	
Dotação Atualizada		—	66.710.830,54	
Despesas Empenhadas		11.004.221,52	49.077.476,09	
Despesas Liquidadas		9.047.407,04	36.791.345,26	
Superavit Orçamentário		—	9.272.736,77	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		11.004.221,52	49.077.476,09	
Despesas Liquidadas		9.047.407,04	36.791.345,26	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			49.609.195,57	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		854.037,67	3.929.110,25	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		640.264,54	3.029.560,96	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		213.773,13	899.549,29	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-190.000,00	-1.488.893,85	783,63
Resultado Primário		-49.070,00	6.900.072,43	-14.061,69
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
EXECUTIVO	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.196.051,59	122.678,56	5.022.342,37	1.051.030,66
EXECUTIVO	6.082.630,42	122.678,56	4.908.921,20	1.051.030,66
LEGISLATIVO	113.421,17	0,00	113.421,17	0,00
TOTAL:	6.330.178,37	122.678,56	5.156.469,15	1.051.030,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.301.387,04	25%	18,54
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.192.888,77	60%	65,19
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.250.000,00	-1.225.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.393.779,30	13.832.470,42	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	2.930.243,39	1.765.942,44	547.370,42	12.283,31
Despesas Previdenciárias (V)	3.195.087,37	2.397.280,68	2.294.955,61	974.399,90
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-264.843,98	-631.338,24	-1.747.585,19	-962.116,59

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		27.399,31	20.100,69
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		27.399,31	20.100,69
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.694.560,37	15,00	16,41
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 17/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

## Município de CURITIBANOS - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre
<b>RECEITAS</b>			
Previsão Inicial		—	50.738.728,00
Previsão Atualizada		—	50.738.728,00
Receitas Realizadas		10.402.701,84	46.064.082,03
Déficit Orçamentário		—	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.290.446,36
<b>DESPESAS</b>			
Dotação Inicial		—	50.738.728,00
Créditos Adicionais		—	15.972.102,54
Dotação Atualizada		—	66.710.830,54
Despesas Empenhadas		11.004.221,52	49.077.476,09
Despesas Liquidadas		9.047.407,04	36.791.345,26
Superavit Orçamentário		—	9.272.736,77
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO</b>		<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Despesas Empenhadas		11.004.221,52	49.077.476,09
Despesas Liquidadas		9.047.407,04	36.791.345,26
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>			<b>Até o Bimestre</b>
Receita Corrente Líquida			49.609.195,57
<b>RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>No Bimestre</b>	<b>Até o Bimestre</b>
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		854.037,67	3.929.110,25
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		640.264,54	3.029.560,96
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		213.773,13	899.549,29
<b>RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado até o Bimestre (b)</b>
Resultado Nominal		-190.000,00	-1.488.893,85
Resultado Primário		-49.070,00	6.900.072,43
<b>RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>		<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento até o Bimestre</b>
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		134.126,78	0,00
EXECUTIVO		134.126,78	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		6.196.051,59	122.678,56
EXECUTIVO		6.082.630,42	122.678,56
LEGISLATIVO		113.421,17	0,00
<b>TOTAL:</b>		<b>6.330.178,37</b>	<b>122.678,56</b>
<b>DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.301.387,04	25%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.192.888,77	60%
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor apurado até o Bimestre</b>	<b>Saldo não Realizado</b>
Receitas de Operações de Crédito		1.250.000,00	-1.225.000,00
Despesa de Capital Líquida		1.393.779,30	13.832.470,42
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>2011</b>	<b>2019</b>
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores			
Receitas Previdenciárias (IV)		2.930.243,39	1.765.942,44
Despesas Previdenciárias (V)		3.195.087,37	2.397.280,68
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)		-264.843,98	-631.338,24

Continua 1/2

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		27.399,31	20.100,69
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		27.399,31	20.100,69
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.694.560,37	15,00	16,41
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 17/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

## Município de CURITIBANOS - SC

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

## ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	50.738.728,00	
Previsão Atualizada		—	50.738.728,00	
Receitas Realizadas		10.402.701,84	46.064.082,03	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	1.290.446,36	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	50.738.728,00	
Créditos Adicionais		—	15.972.102,54	
Dotação Atualizada		—	66.710.830,54	
Despesas Empenhadas		11.004.221,52	49.077.476,09	
Despesas Liquidadas		9.047.407,04	36.791.345,26	
Superavit Orçamentário		—	9.272.736,77	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		11.004.221,52	49.077.476,09	
Despesas Liquidadas		9.047.407,04	36.791.345,26	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			49.609.195,57	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		854.037,67	3.929.110,25	
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)		640.264,54	3.029.560,96	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		213.773,13	899.549,29	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		-190.000,00	-1.488.893,85	783,63
Resultado Primário		-49.070,00	6.900.072,43	-14.061,69
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
EXECUTIVO	134.126,78	0,00	134.126,78	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	6.196.051,59	122.678,56	5.022.342,37	1.051.030,66
EXECUTIVO	6.082.630,42	122.678,56	4.908.921,20	1.051.030,66
LEGISLATIVO	113.421,17	0,00	113.421,17	0,00
TOTAL:	6.330.178,37	122.678,56	5.156.469,15	1.051.030,66
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		5.301.387,04	25%	18,54
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.192.888,77	60%	65,19
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		1.250.000,00	-1.225.000,00	
Despesa de Capital Líquida		1.393.779,30	13.832.470,42	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2011	2019	2029	2044
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	2.930.243,39	1.765.942,44	547.370,42	12.283,31
Despesas Previdenciárias (V)	3.195.087,37	2.397.280,68	2.294.955,61	974.399,90
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	-264.843,98	-631.338,24	-1.747.585,19	-962.116,59

Continua 1/2

**DOM/SC**

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Município de CURITIBANOS - SC

Continuação 2/2

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS		Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		27.399,31	20.100,69
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		27.399,31	20.100,69
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	4.694.560,37	15,00	16,41
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente	
Total das despesas/RCL (%)		0,00	

FONTE: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CURITIBANOS, 17/11/2011

\_\_\_\_\_  
WANDERLEY TEODORO AGOSTINI  
Prefeito Municipal

\_\_\_\_\_  
EDSON TADEU BROCARDO  
Secretário de Administração

\_\_\_\_\_  
FLAVIO LUIZ ZILIO  
Contador - CRC 020710-0

## Erval Velho

### PREFEITURA

#### Extrato de Edital de Dispensa 019/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 069/2011

Edital de Dispensa de Licitação nº 019/2011

Objeto: Aquisição e instalação de lixeiras

Contratado: Disbraplac Ltda EPP

Valor do Contrato: R\$ 6.800,00 ( Seis mil e oitocentos reais)

Substrato Jurídico: artigo 24, II, da Lei Federal nº 8666/93.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal

#### Extrato de Edital de Pregão 025/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 067/2011

Edital de Pregão Presencial nº 025/2011

Objeto: Aquisição de cestas básicas para servidores municipais. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 09h00min do dia 02/12/2011.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal.

#### Extrato de Edital de Pregão 026/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ERVAL VELHO

PODER EXECUTIVO

Processo Licitatório nº 068/2011

Edital de Pregão Presencial nº 026/2011

Objeto: Aquisição de Pedrisco. Data e horário: a abertura dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será às 10h30min do dia 02/12/2011.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Erval Velho, Rua Nereu Ramos, 204, Centro, Erval Velho/SC, CEP 89613-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 8h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3542-1222 email: [compras@ervalvelho.sc.gov.br](mailto:compras@ervalvelho.sc.gov.br) ou no endereço citado.

LENITA DADALT FONTANA

Prefeita Municipal.

## Forquilha

### PREFEITURA

#### Lei Nº 1.736, de 11 de Novembro de 2011.

LEI Nº 1.736, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.

ACRESCE E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 1.653, DE 16 DE MAIO DE 2011 QUE ESTABELECE NORMAS PARA REGULARIZAÇÃO DAS OBRAS CONSTRUÍDAS EM DESACORDO COM O PLANO DIRETOR URBANO E CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o parágrafo único do art. 5º da Lei nº 1.653, de 16 de maio de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Parágrafo único. Não será cobrada a multa compensatória disposta neste artigo para as construções que forem regularizadas até dia 20/12/2011."

Art. 2º Fica alterado o inciso II do art. 2º da Lei nº 1.653, de 16 de maio de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"II - construções a menos de 1,5m (um metro e meio) da extrema com mais de 01 (um) pavimento em terrenos planos:"

Art. 3º Fica acrescido o § 3º ao art. 1º da Lei nº 1.653, de 16 de maio de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"§ 3º Não são consideradas irregulares as obras que respeitaram as leis da época de sua construção, mesmo que atualmente se encontram em desacordo com o Plano Diretor do Município, Código de Obras ou outra lei municipal."

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 11 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 11 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

#### Decreto Nº. 101, de 07 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 101, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA ANGELO RONCHI NETO PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE SECRETÁRIO DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO, NÍVEL DAS-1.

O Prefeito Municipal DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II, III e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinado com o art. 1º, da Lei Municipal Nº. 005, de 09 de fevereiro de 1990, Lei Municipal Nº. 1.408, de 08 de dezembro de 2008, seus anexos,

**DECRETA:**

Art. 1º Fica nomeado ANGELO RONCHI NETO para ocupar o Cargo em Comissão de Secretário de Obras e Desenvolvimento Urbano, Nível DAS-1.

Art. 2º O servidor acima nomeado terá o vínculo empregatício pelo regime estatutário estabelecido pela Lei nº 487/98, vinculado ao Regime Geral da Previdência Social, nos termos do art. 40, parágrafo 13 da Constituição Federal.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 07 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de novembro de 2011.

ELISANDRA COLOMBO DONATO

Chefe do Departamento de Governo

**Extrato do Termo Aditivo PMF Nº 74/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 74/2011

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº 082/2011

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - FBB ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA

DO OBJETO - prestação de serviços com fornecimento de material na construção do Centro de Triagem A com 600 m², localizado na Rua 267, Bairro Ouro Negro, Forquilha/SC, conforme Processo nº. 25100.063.553/2009-12, Termo de Compromisso nº. TC/PAC 721/09, firmado junto à Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas no memorial descritivo e proposta que, independentemente de transcrição, são partes integrantes deste termo;

DO PRAZO: O presente termo tem por objeto a prorrogação do prazo de execução do contrato 082/PMF/2011 para mais 60 (sessenta dias), sendo que o prazo estipulado anteriormente em 09/11/2011 passará para 08/01/2012 prorrogando automaticamente a vigência do contrato para 16/03/2012.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 01/11/2011

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**Editais de Contribuição de Melhoria Nº. 03/2011.**

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nº. 03/2011.

Ruas Lino Forgiarini, São José e Antonio Machado  
OURO NEGRO

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 03/2011.

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA-SC, nos termos dos artigos 461 a 463 da Lei Municipal nº 494/98, que trata da inscrição da Contribuição de Melhoria, faz saber aos proprietários de imóveis

localizados nas Ruas Lino Forgiarini, São José e Antonio Machado - Bairro Ouro Negro, que o Município executará obra pública de pavimentação em concreto asfáltico usinado a quente ao longo destas.

A partir desta data, os proprietários de imóveis localizados nos referidos logradouros, terão o prazo de 30 (trinta) dias para quaisquer impugnações ou contestações de valores para cobrança de Contribuição de Melhoria pela obra pública.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários, com seus respectivos valores para cobrança de contribuição de melhoria, bem como os dados da obra, orçamento do custo global, projeto, memorial descritivo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 18 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

**EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 03/2011.**

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA-SC, nos termos dos artigos 461 a 463 da Lei Municipal nº 494/98, que trata da inscrição da Contribuição de Melhoria, faz saber aos proprietários de imóveis localizados nas Ruas Lino Forgiarini, São José e Antonio Machado - Bairro Ouro Negro, que o Município executará obra pública de pavimentação em concreto asfáltico usinado a quente ao longo destas.

A partir desta data, os proprietários de imóveis localizados nos referidos logradouros, terão o prazo de 30 (trinta) dias para quaisquer impugnações ou contestações de valores para cobrança de contribuição de melhoria pela obra pública.

A seguir, evidenciamos os elementos das obras com base no Projeto de Engenharia e Memorial Descritivo, parte integrante deste Edital, juntamente com a relação dos imóveis beneficiados e a relação dos contribuinte-devedores (Anexos):

I - Tipo de obra: pavimentação asfáltica usinado a quente.

II - Localização:

a) Rua Lino Forgiarini - Bairro Ouro Negro;

b) Rua São José - Bairro Ouro Negro;

c) Rua Antonio Machado - Bairro Ouro Negro.

III - Dimensão:

a) Rua Lino Forgiarini: 3.198,21m²;

b) Rua São José: 962,99m²;

c) Rua Antonio Machado: 3.577,13m².

IV - Orçamento do custo global da obra:

a) Rua Lino Forgiarini: R\$ 148.211,41 (cento e quarenta e oito mil e duzentos e onze reais e quarenta e um centavos);

b) Rua São José: R\$ 42.920,11 (quarenta e dois mil e novecentos e vinte reais e onze centavos);

c) Rua Antonio Machado: R\$ 155.941,06 (cento e cinquenta e cinco mil e novecentos e quarenta e um reais e seis centavos).

V - Valor de rateio, caberá aos proprietários das ruas beneficiadas a proporção do custo total da obra, tomando-se como base o pagamento à prazo, tendo como fator determinante a metragem de testada de seu imóvel, conforme segue abaixo:

a) Rua Lino Forgiarini: 47,69%;

b) Rua São José: 43,69%;

c) Rua Antonio Machado: 44,61%.

VI - Foi apurado como preço unitário por metro quadrado de área executada para cada rua e avenida, tomando-se como base o pagamento à prazo, com segue abaixo:

a) Rua Lino Forgiarini: R\$ 46,34 (quarenta e seis reais e trinta e quatro centavos);

b) Rua São José: R\$ 44,57 (quarenta e quatro reais e cinquenta e sete centavos);

c) Rua Antonio Machado: R\$ 43,59 (quarenta e três reais e

cinquenta e nove centavos).

VII - Relação dos imóveis beneficiados e correspondentes devedores inscritos estão discriminados em planilhas, em anexo, que faz parte integrante deste Edital, independente de transcrição.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A cobrança será efetuada mediante carnê próprio, nominal a cada proprietário beneficiado pela obra pública;
- b) O valor poderá ser pago em parcela única, com desconto de 20% (vinte por cento), ou de forma parcelada sem descontos e corrigido monetariamente.
- c) Fica isento do pagamento de contribuição de melhoria, o proprietário de imóvel edificado, destinado a sua moradia, quando este apresentar renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos, desde que o mesmo não possua mais imóveis no Município. Fica obrigado ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor, se a renda familiar for de até 3 (três) salários mínimos, sendo o contribuinte também proprietário de um único imóvel no Município.
- d) A isenção e/ou redução acima referidas, deverão ser requeridas e instruídas com as devidas provas, ATÉ 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS APÓS O RECEBIMENTO DESTA EDITAL.

Forquilha/SC, 18 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

#### **Editais de Contribuição de Melhoria Nº. 01/2011.**

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nº. 01/2011.

Ruas Manoel Bonifácio da Silva, Francisco Ronchi, Orlando Sebastião da Silva, Avenida 76 e Avenida 78

NOVA YORK

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 01/2011.

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA-SC, nos termos dos artigos 461 a 463 da Lei Municipal nº 494/98, que trata da inscrição da Contribuição de Melhoria, faz saber aos proprietários de imóveis localizados nas Ruas Manoel Bonifácio da Silva, Francisco Ronchi, Orlando Sebastião da Silva, Avenida 76 e Avenida 78 - Bairro Nova York, que o Município executará obra pública de pavimentação em concreto asfáltico usinado a quente ao longo destas.

A partir desta data, os proprietários de imóveis localizados nos referidos logradouros, terão o prazo de 30 (trinta) dias para quaisquer impugnações ou contestações de valores para cobrança de Contribuição de Melhoria pela obra pública.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários, com seus respectivos valores para cobrança de contribuição de melhoria, bem como os dados da obra, orçamento do custo global, projeto, memorial descritivo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 18 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 01/2011.

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA-SC, nos termos dos artigos 461 a 463 da Lei Municipal nº 494/98, que trata da inscrição da Contribuição de Melhoria, faz saber aos proprietários de imóveis localizados nas Ruas Manoel Bonifácio da Silva, Francisco Ronchi, Orlando Sebastião da Silva, Avenida 76 e Avenida 78 - Bairro Nova York, que o Município executará obra pública de pavimentação em concreto asfáltico usinado a quente ao longo destas.

A partir desta data, os proprietários de imóveis localizados nos referidos logradouros, terão o prazo de 30 (trinta) dias para quaisquer impugnações ou contestações de valores para cobrança de contribuição de melhoria pela obra pública.

A seguir, evidenciamos os elementos das obras com base no Projeto de Engenharia e Memorial Descritivo, parte integrante deste Edital, juntamente com a relação dos imóveis beneficiados e a relação dos contribuinte-devedores (Anexos):

I - Tipo de obra: pavimentação asfáltica usinado a quente.

II - Localização:

- a) Rua Manoel Bonifácio da Silva - Bairro Nova York;
- b) Rua Francisco Ronchi - Bairro Nova York;
- c) Rua Orlando Sebastião da Silva - Bairro Nova York;
- d) Avenida 76 - Bairro Nova York;
- e) Avenida 78 - Bairro Nova York.

III - Dimensão:

- a) Rua Manoel Bonifácio da Silva: 1.053,02m<sup>2</sup>;
- b) Rua Francisco Ronchi: 1.472,33m<sup>2</sup>;
- c) Rua Orlando Sebastião da Silva: 1.048,73m<sup>2</sup>;
- d) Avenida 76: 436,89m<sup>2</sup>;
- e) Avenida 78: 412,88m<sup>2</sup>.

IV - Orçamento do custo global da obra:

- a) Rua Manoel Bonifácio da Silva: R\$ 45.674,82 (quarenta e cinco mil e seiscentos e setenta e quatro reais e oitenta e dois centavos);
- b) Rua Francisco Ronchi: R\$ 59.974,93 (cinquenta e nove mil e novecentos e setenta e quatro reais e noventa e três centavos);
- c) Rua Orlando Sebastião da Silva: R\$ 46.106,36 (quarenta e seis mil e cento e seis reais e trinta e seis centavos);
- d) Avenida 76: R\$ 19.032,01 (dezenove mil e trinta e dois reais e um centavo);
- e) Avenida 78: R\$ 17.895,19 (dezesete mil oitocentos e noventa e cinco reais e dezenove centavos).

V - Valor de rateio, caberá aos proprietários das ruas beneficiadas a proporção do custo total da obra, tomando-se como base o pagamento à prazo, tendo como fator determinante a metragem de testada de seu imóvel, conforme segue abaixo:

- a) Rua Manoel Bonifácio da Silva: 42,93%;
- b) Rua Francisco Ronchi: 44,82%;
- c) Rua Orlando Sebastião da Silva: 43,10%;
- d) Avenida 76: 38,52%;
- e) Avenida 78: 40,76%.

VI - Foi apurado como preço unitário por metro quadrado de área executada para cada rua e avenida, tomando-se como base o pagamento à prazo, com segue abaixo:

- a) Rua Manoel Bonifácio da Silva: R\$ 43,38 (quarenta e três reais e trinta e oito centavos);
- b) Rua Francisco Ronchi: R\$ 40,73 (quarenta reais e setenta e três centavos);
- c) Rua Orlando Sebastião da Silva: R\$ 43,96 (quarenta e três reais e noventa e seis centavos);
- d) Avenida 76: R\$ 43,56 (quarenta e três reais e cinquenta e seis centavos);
- e) Avenida 78: R\$ 43,34 (quarenta e três reais e trinta e quatro centavos).

VII - Relação dos imóveis beneficiados e correspondentes devedores inscritos estão discriminados em planilhas, em anexo, que faz parte integrante deste Edital, independente de transcrição.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A cobrança será efetuada mediante carnê próprio, nominal a cada proprietário beneficiado pela obra pública;
- b) O valor poderá ser pago em parcela única, com desconto de 20% (vinte por cento), ou de forma parcelada sem descontos e corrigido monetariamente.
- c) Fica isento do pagamento de contribuição de melhoria, o proprietário de imóvel edificado, destinado a sua moradia, quando este apresentar renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos, desde que o mesmo não possua mais imóveis no Município. Fica

obrigado ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor, se a renda familiar for de até 3 (três) salários mínimos, sendo o contribuinte também proprietário de um único imóvel no Município.  
d) A isenção e/ou redução acima referidas, deverão ser requeridas e instruídas com as devidas provas, ATÉ 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS APÓS O RECEBIMENTO DESTA EDITAL.

Forquilha/SC, 18 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

### **Editais de Contribuição de Melhoria Nº. 02/2011.**

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

Nº. 02/2011.

Ruas Wagner Nicoski, Aloysius Back, Ângelo Colombo, Manoel Almerindo Costa, Francisco Back, Frederico Tiscoski, Júlio Campagnoni, Anita Garibaldi, Duque de Caxias, Leôncio Rocha, Jaime Minatto

SANTA ISABEL

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 02/2011.

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA-SC, nos termos dos artigos 461 a 463 da Lei Municipal nº 494/98, que trata da inscrição da Contribuição de Melhoria, faz saber aos proprietários de imóveis localizados nas Ruas Wagner Nicoski, Aloysius Back, Ângelo Colombo, Manoel Almerindo Costa, Francisco Back, Frederico Tiscoski, Júlio Campagnoni, Anita Garibaldi, Duque de Caxias, Leôncio Rocha e Jaime Minatto - Bairro Santa Isabel, que o Município executará obra pública de pavimentação em concreto asfáltico usinado a quente ao longo destas.

A partir desta data, os proprietários de imóveis localizados nos referidos logradouros, terão o prazo de 30 (trinta) dias para quaisquer impugnações ou contestações de valores para cobrança de Contribuição de Melhoria pela obra pública.

O Edital, de forma extensa, contendo a identificação individualizada dos proprietários, com seus respectivos valores para cobrança de contribuição de melhoria, bem como os dados da obra, orçamento do custo global, projeto, memorial descritivo e demais informações, estão à disposição dos interessados a partir desta data, no setor de Engenharia da Prefeitura, sito na Av. 25 de julho, 3.400, Paço Municipal "26 de abril" ou através do telefone (048) 463-8100.

Forquilha/SC, 18 de novembro de 2011.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº. 02/2011.

O MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA-SC, nos termos dos artigos 461 a 463 da Lei Municipal nº 494/98, que trata da inscrição da Contribuição de Melhoria, faz saber aos proprietários de imóveis localizados nas Ruas Wagner Nicoski, Aloysius Back, Ângelo Colombo, Manoel Almerindo Costa, Francisco Back, Frederico Tiscoski, Júlio Campagnoni, Anita Garibaldi, Duque de Caxias, Leôncio Rocha e Jaime Minatto - Bairro Santa Isabel, que o Município executará obra pública de pavimentação em concreto asfáltico usinado a quente ao longo destas.

A partir desta data, os proprietários de imóveis localizados nos referidos logradouros, terão o prazo de 30 (trinta) dias para quaisquer impugnações ou contestações de valores para cobrança de contribuição de melhoria pela obra pública.

A seguir, evidenciamos os elementos das obras com base no Projeto de Engenharia e Memorial Descritivo, parte integrante deste Edital, juntamente com a relação dos imóveis beneficiados e a relação dos contribuinte-devedores (Anexos):

I - Tipo de obra: pavimentação asfáltica usinado a quente.

II - Localização:

- a) Rua Wagner Nicoski - Bairro Santa Isabel;
- b) Rua Aloysius Back - Bairro Santa Isabel;
- c) Rua Ângelo Colombo - Bairro Santa Isabel;
- d) Rua Manoel Almerindo Costa - Bairro Santa Isabel;
- e) Rua Francisco Back - Bairro Santa Isabel;
- f) Rua Frederico Tiscoski - Bairro Santa Isabel;
- g) Rua Júlio Campagnoni - Bairro Santa Isabel;
- h) Rua Anita Garibaldi - Bairro Santa Isabel;
- i) Rua Duque de Caxias - Bairro Santa Isabel;
- j) Rua Leôncio Rocha - Bairro Santa Isabel; e
- k) Rua Jaime Minatto - Bairro Santa Isabel.

III - Dimensão:

- a) Rua Wagner Nicoski: 1.329,47m<sup>2</sup>;
- b) Rua Aloysius Back: 1.312,04m<sup>2</sup>;
- c) Rua Ângelo Colombo: 1.242,26m<sup>2</sup>;
- d) Rua Manoel Almerindo Costa: 1.238,83m<sup>2</sup>;
- e) Rua Francisco Back: 1.112,45m<sup>2</sup>;
- f) Rua Frederico Tiscoski: 1.060,68m<sup>2</sup>;
- g) Rua Júlio Campagnoni: 844,41m<sup>2</sup>;
- h) Rua Anita Garibaldi: 743,43m<sup>2</sup>;
- i) Rua Duque de Caxias: 902,75m<sup>2</sup>;
- j) Rua Leôncio Rocha: 1.103,79m<sup>2</sup>;
- k) Rua Jaime Minatto: 617,74m<sup>2</sup>.

IV - Orçamento do custo global da obra:

- a) Rua Wagner Nicoski: R\$ 56.226,17 (cinquenta e seis mil duzentos e vinte e seis reais e dezessete centavos);
- b) Rua Aloysius Back: R\$ 53.475,43 (cinquenta e três mil e quatrocentos e setenta e cinco reais e quarenta e três centavos);
- c) Rua Ângelo Colombo: R\$ 44.527,26 (quarenta e quatro mil e quinhentos e vinte e sete reais e vinte e seis centavos);
- d) Rua Manoel Almerindo Costa: R\$ 47.949,47 (quarenta e sete mil novecentos e quarenta e nove reais e quarenta e sete centavos);
- e) Rua Francisco Back: R\$ 50.449,07 (cinquenta mil e quatrocentos e quarenta e nove reais e sete centavos);
- f) Rua Frederico Tiscoski: R\$ 43.117,14 (quarenta e três mil e cento e dezessete reais e quatorze centavos);
- g) Rua Júlio Campagnoni: R\$ 30.140,94 (trinta mil e cento e quarenta reais e noventa e quatro centavos);
- h) Rua Anita Garibaldi: R\$ 26.920,60 (vinte e seis mil e novecentos e vinte reais e sessenta centavos);
- i) Rua Duque de Caxias: R\$ 33.717,44 (trinta e três mil e setecentos e dezessete reais e quarenta e quatro centavos);
- j) Rua Leôncio Rocha: R\$ 47.250,23 (quarenta e sete mil e duzentos e cinquenta reais e vinte e três centavos);
- k) Rua Jaime Minatto: R\$ 26.310,40 (vinte e seis mil e trezentos e dez reais e quarenta centavos).

V - Valor de rateio, caberá aos proprietários das ruas beneficiadas a proporção do custo total da obra, tomando-se como base o pagamento à prazo, tendo como fator determinante a metragem de testada de seu imóvel, conforme segue abaixo:

- a) Rua Wagner Nicoski: 47,07%;
- b) Rua Aloysius Back: 40,74%;
- c) Rua Ângelo Colombo: 47,02%;
- d) Rua Manoel Almerindo Costa: 47,11%;
- e) Rua Francisco Back: 45,60%;
- f) Rua Frederico Tiscoski: 44,65%;
- g) Rua Júlio Campagnoni: 48,98%;
- h) Rua Anita Garibaldi: 43,87%;
- i) Rua Duque de Caxias: 44,96%;
- j) Rua Leôncio Rocha: 49,33%;
- k) Rua Jaime Minatto: 45,17%.

VI - Foi apurado como preço unitário por metro quadrado de área executada para cada rua e avenida, tomando-se como base o pagamento à prazo, com segue abaixo:

- a) Rua Wagner Nicoski: R\$ 42,29 (quarenta e dois reais e vinte e nove centavos);
- b) Rua Aloysius Back: R\$ 40,76 (quarenta reais e setenta e seis centavos);
- c) Rua Ângelo Colombo: R\$ 35,84 (trinta e cinco reais e oitenta e

quatro centavos);  
d) Rua Manoel Almerindo Costa: R\$ 38,71 (trinta e oito reais e setenta e um centavos);  
e) Rua Francisco Back: R\$ 45,35 (quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos);  
f) Rua Frederico Tiscoski: R\$ 40,65 (quarenta reais e sessenta e cinco centavos);  
g) Rua Júlio Campagnoni: R\$ 35,69 (trinta e cinco reais e sessenta e nove centavos);  
h) Rua Anita Garibaldi: R\$ 36,21 (trinta e seis reais e vinte e um centavos);  
i) Rua Duque de Caxias: R\$ 37,35 (trinta e sete reais e trinta e cinco centavos);  
j) Rua Leôncio Rocha: R\$ 42,81 (quarenta e dois reais e oitenta e um centavos);  
k) Rua Jaime Minatto: R\$ 42,59 (quarenta e dois reais e cinquenta e nove centavos).

VII - Relação dos imóveis beneficiados e correspondentes devedores inscritos estão discriminados em planilhas, em anexo, que faz parte integrante deste Edital, independente de transcrição.

#### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- a) A cobrança será efetuada mediante carnê próprio, nominal a cada proprietário beneficiado pela obra pública;
- b) O valor poderá ser pago em parcela única, com desconto de 20% (vinte por cento), ou de forma parcelada sem descontos e corrigido monetariamente.
- c) Fica isento do pagamento de contribuição de melhoria, o proprietário de imóvel edificado, destinado à sua moradia, quando este apresentar renda familiar de até 2 (dois) salários mínimos, desde que o mesmo não possua mais imóveis no Município. Fica obrigado ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) do valor, se a renda familiar for de até 3 (três) salários mínimos, sendo o contribuinte também proprietário de um único imóvel no Município.
- d) A isenção e/ou redução acima referidas, deverão ser requeridas e instruídas com as devidas provas, ATÉ 45 (QUARENTA E CINCO) DIAS APÓS O RECEBIMENTO DESTA EDITAL.

Forquilha/SC, 18 de novembro de 2011.  
VANDERLEI ALEXANDRE  
Prefeito Municipal

**Fraiburgo**

**PREFEITURA**

#### Decreto Nº 0337/2011

DECRETO Nº 0337, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.  
DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0030 DE 20 DE OUTUBRO DE 2011.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

#### DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0030, de 20 de outubro de 2011, conforme listas anexas.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

FRAIBURGO, SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0030 DE 20 DE OUTUBRO DE 2011**

**Relação de Candidatos Desclassificados na Prova Prática**

Cargo: **Motorista** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**  
Código: **1** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**  
Disciplina: **Motorista**

Número Inscrição	Nome do Candidato	
3	EGON KRUGER	DESCCLASSIFICADO
15	MARCELO RODRIGO CONRADI	DESCCLASSIFICADO
12	FELIX FERREIRA DE OLIVEIRA	DESCCLASSIFICADO
13	PAULO SÉRGIO DE MELLO	DESCCLASSIFICADO
5	VITOR CORDEIRO	DESCCLASSIFICADO
17	MARINHO FRANCISCO DA ROSA PEREIRA	DESCCLASSIFICADO
7	PEDRO TELLES DOS SANTOS	DESCCLASSIFICADO
16	CLAUDINEI PADILHA DE GOIS	DESCCLASSIFICADO
20	EDSON LUIZ MARTINELLI	DESCCLASSIFICADO



Estado de Santa Catarina  
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

**EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT**  
**Nº 0030 DE 20 DE OUTUBRO DE 2011**

**Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina**  
**Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate**

Cargo: **Motorista** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Ensino Fundamental**

Disciplina: **Motorista**

**CrITÉrios de Desempate**

**1º 2º 3º 4º 5º**

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Prova Prática	Soma de Pontos
1	1	MARCIA DOS SANTOS	67	100
2	2	PEDRO FERRARI	63	95
3	4	VALDECIR DE JESUS SANTANA	52	87
4	8	CLAUDIO DE SOUZA	51	77
5	11	ANTONIO PAULO DIAS DA SILVA	63	69
6	19	VILMAR DIAS DE ALMEIDA	51	66
7	14	LAERCIO ROSA	33	65
8	10	VALDIR FERREIRA DE GOSS	31	52
9	6	SIDINEI DE OLIVEIRA	39	39
10	18	JOZIMAR FERREIRA	27	38
11	9	JOZIMAR CORDEIRO PAZ	24	24

Cursos Área	Cursos Outras Áreas	Núm. Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
30	1	3	NÃO	23/5/1982
30	0	2	NÃO	27/11/1962
30	1	0	NÃO	28/8/1975
23	1	1	NÃO	13/3/1977
0	1	0	NÃO	11/9/1963
10	0	2	NÃO	27/2/1961
30	0	1	NÃO	14/8/1969
20	1	0	NÃO	20/4/1983
0	0	1	NÃO	30/6/1982
10	1	1	NÃO	17/7/1986
0	0	0	NÃO	10/7/1987

**Decreto Nº 0338/2011**

DECRETO Nº 0338, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

CANCELA O DESMEMBRAMENTO DA ÁREA DE 65.000.00M², MATRICULADO SOB O N.º 2401/CRIm/FB, DE PROPRIEDADE DE JURANDIR FERREIRA DE DEUS E REVOGA O DECRETO Nº 048/2004.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 097/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica expressamente cancelado o desmembramento da área de 65.000.00m², matriculado sob o n.º 2401 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo, SC., de propriedade de Jurandir Ferreira de Deus, homologado pelo processo administrativo n.º 1.844/2003.

Art. 2º. Ficam cancelados e revogados os atos administrativos de criação e descrição dos lotes objetos do desmembramento, sem prejuízo da incidência de tributos, taxas e emolumentos lançados, bem como a cobrança das despesas administrativas decorrentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando integralmente o Decreto n.º 048/2004, de 11 de Maio de 2003.

**GABINETE DO PREFEITO.**

FRAIBURGO, SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0339/2011**

DECRETO Nº 0339, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

CANCELA O DESMEMBRAMENTO DO LOTE 0001 DA QUADRA 501, MATRICULADO SOB O N.º 3111/CRIm/ FB, DE PROPRIEDADE DE ODACIR NUNES PIRES E REVOGA O DECRETO Nº 0034/2010.

O Prefeito Municipal DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 097/2008,

**DECRETA:**

Art. 1º. Fica expressamente cancelado o desmembramento do imóvel urbano constituído do Lote 0001 da Quadra 501, matriculado sob o n.º 3111 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fraiburgo, SC., de propriedade de Odacir Nunes Pires, homologado pelo processo administrativo n.º 0224/2010.

Art. 2º. Ficam cancelados e revogados os atos administrativos de criação e descrição dos lotes objetos do desmembramento, sem prejuízo da incidência de tributos, taxas e emolumentos lançados, bem como a cobrança das despesas administrativas decorrentes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando integralmente o Decreto n.º 0224/2010.

**GABINETE DO PREFEITO.**

FRAIBURGO, SC, 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRE LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Decreto Nº 0340/2011**

DECRETO Nº 0340, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 14 da Lei Nº 2084, de 09 de Dezembro de 2010;

**DECRETA:**

Art.1º. Fica aberto no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2011 crédito adicional suplementar no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais), nas seguintes dotações:

07.00 - Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

07.01 - Educação Geral

12.365.0010.2.021 - Manutenção da Educação Infantil

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas- Recurso 0.1.0200 (86) R\$ 30.000,00

07.02 - Cultura

13.392.0014.2.030 - Manutenção das Atividades Culturais

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas- Recurso 0.1.0200 (117) R\$ 50.000,00

10.00 - Secretaria de Infraestrutura

10.01 - Secretaria de infraestrutura

15.452.0023.2.049 - Manutenção dos Serviços Urbanos

3.3.90.00.00 - Aplicações Diretas- Recurso 0.1.0200 (151) R\$ 60.000,00

Total R\$ 140.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrá à conta do provável excesso a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas. 417220101 - Cota Parte do ICMS R\$ 140.000,00

Total R\$ 140.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO.**

FRAIBURGO, 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

NELMAR PINZ

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

**Portaria Nº 2003/2011**

PORTARIA Nº 2.003, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Exonera servidor público municipal

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

**RESOLVE:**

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora RUTE TEREZINHA BRAGA GRANDO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o nº 039.311.979-30, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, por 40 horas semanais, em 09 de novembro de 2011.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2011.



NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Portaria Nº 2004/2011**

PORTARIA Nº 2.004, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.  
Amplia Carga Horária de Servidor.

NELMAR PINZ, Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 1028/2011, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes; Considerando que está substituindo a servidora DIANA FÁTIMA RIBEIRO DE OLIVEIRA, que se encontra afastada em Auxílio Maternidade;

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Ampliar de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da servidora LUCIANE DA ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 048.176.679-07, contratada em caráter temporário, na função de PROFESSOR-EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 21 de novembro de 2011 até 16 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA  
Secretário de Administração e Planejamento

#### **Aviso de Dispensa de Licitação Nº 0015/2011-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0223/2011 - PMF  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0015/2011-PMF

Objeto: Aquisição de imóvel rural com área de 600.101,85 m² que será destinado para incentivo econômico à empresa que pretenda instalar empreendimento agropecuário para produção de suínos/leitões. Contratada/Alienante: POMIFRAI FRUTICULTURA S/A., inscrita no CNPJ sob nº 86.548.815/0001-25; Valor Total: R\$ 1.020.000,00 (um milhão e vinte mil reais) Vigência: 17/11/2011 a 29/02/2012; Fundamento legal: Art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93; Justificativa: Compra de imóvel destinado ao atendimento de finalidades precípuas da Administração (incentivo econômico). Preço compatível com o valor de mercado, segundo prévias avaliações imobiliárias efetuadas.

Fraiburgo(SC), 18 de novembro de 2011.  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato Nº 278/2011-PMF**

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC  
EXTRATO DO CONTRATO Nº CT11PMF278

Contratante: Município de Fraiburgo. Contratada: ATERPLAN SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. Objeto: Contratação de empresa do ramo para execução do recapeamento asfáltico com CBUQ sobre pavimento asfáltico e paralelepípedos existentes na rua Arnoldo Frey, situada no Centro, nesta cidade de Fraiburgo. VALOR R\$ 135.632,15 (cento e trinta e cinco mil, seiscentos e trinta

e dois reais e quinze centavos). Data: 17.11.2011. Vigência: de 17.11.2011 a 17.12.2011. Processo Administrativo Licitatório nº 0213/2011-PMF. Tomada de Preços nº 0027/2011. Recursos próprios.

Fraiburgo/SC, 17 de novembro de 2011  
NELMAR PINZ  
Prefeito Municipal

#### **Decisão Alfa**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3575/2011  
IMPUGNANTE: ALFA ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A  
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
DECISÃO

Trata-se de Processo Contencioso Fiscal deflagrado pelo Município de Fraiburgo em face de Alfa Arrendamento Mercantil S/A para apurar eventual falta de recolhimento do ISSQN sobre operações de leasing.

Instado através do Termo de Início de Ação Fiscal nº 017/2011 (fl. 02/03) com aviso de recebimento (fl. 03v) a apresentar ao fisco os documentos nele elencados.

O Autuado apresentou os documentos de fls. 042/112.

Não veio aos Autos qualquer informação ou documento comprobatório do recolhimento do tributo devido (ISSQN).

Nas fls. 113/125 repousa o Auto de Infração nº 017/2011, onde o Sr. Auditor Fiscal apurou as receitas sobre as quais não foi recolhido o ISSQN, ou ao menos, direcionado ao ente público competente, no caso, o Município de Fraiburgo.

Do referido Auto de Infração o Autuado foi intimado em data de 24/09/2011, tendo apresentado impugnação em 19/10/2011 (fls. 129/145).

Nas fls. 143/145 foi oferecida, tempestivamente, pelo Sr. Auditor Fiscal, a contestação, pugnando pela manutenção do Auto.

É o sucinto relatório.

#### **DECIDO**

O Município de Fraiburgo deflagrou o Termo de Início de Ação Fiscal em face de Alfa Arrendamento Mercantil S/A, instaurando-se o contencioso fiscal com a intimação do Autuado para apresentar os documentos necessários à instrução do Processo.

Devidamente intimado, o Autuado apresentou os documentos de fls. 042/112 (contratos de arrendamento mercantil).

Não havendo qualquer objeção aos documentos trazidos pelo Autuado, tenho como reconhecidas as autenticidades dos documentos de fls. 042/112, estando eles aptos à apuração dos tributos incidentes sobre as operações de leasing, formando base de cálculo sólida, dispensando a apuração de valores por meio de arbitramento.

Assim, formada a base de cálculo, resta analisar as razões expostas pelo Impugnante.

#### **I - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

Alega o Autuado que não possui base ou agência no território do Município de Fraiburgo, sendo que a sede da empresa é no Município de Barueri (SP), entendendo, portanto, que qualquer

tributo incidente sobre as operações de leasing são devidos àquele Município.

Inobstante a isso, tenho segurança ao afirmar que o ISSQN devido sobre as operações de leasing deve ser recolhido no Município onde se operou o serviço de financiamento.

Não resta dúvida de que o Autuado firmou os instrumentos de fls. 042/112 no território do Município de Fraiburgo, pois não há qualquer notícia no P.A. de que tenha o Autuado levado a parte para firmá-lo junto a Comarca de Barueri (SP).

Destarte, o ISSQN apurado referente as operações de leasing e arrendamento mercantil é devido ao Município de Fraiburgo, nos exatos termos do item 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar Municipal nº 053/2003:

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

Não há que se discutir acerca da competência do Município em legislar sobre o ISSQN, já que referida competência deriva da própria Constituição Federal:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:  
[ ]

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

No caso concreto, as operações tributáveis foram realizadas no território do Município de Fraiburgo, significando isso que em seu proveito deve ser feito o recolhimento do imposto. Com efeito, como averba Sérgio Pinto Martins, "o ISS será devido no município em que for concedido o financiamento, que é a atividade fim da empresa de leasing" (in Manual do Imposto Sobre Serviços. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 255).

A esse respeito, é a remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ISS. COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A egrégia Primeira Seção desta colenda Corte Superior de Justiça pacificou o entendimento de que o Município competente para realizar a cobrança do ISS é o do local da prestação dos serviços, onde se deu a ocorrência do fato gerador do imposto. 'De acordo com a Constituição, este imposto só pode alcançar os serviços de qualquer natureza (exceto os referidos no art. 155, II, da CF) prestados no território do Município tributante. Por quê? Porque nosso Estatuto Magno adotou um critério territorial de repartição das competências impositivas que exige que a única lei tributária aplicável seja a da pessoa política em cujo território o fato impositivo ocorreu' (Roque Antonio Carrazza, in 'Curso de Direito Constitucional Tributário', 18ª ed., Malheiros Editores, São Paulo, p. 844). Recurso especial provido' (Resp nº 525.067, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 28/10/2003).

Ainda, não há que se considerar que pudesse o revogado artigo 12 do Decreto-Lei nº 406/68 estabelecer competência diversa, bem como, em relação a Lei nº 116/2003, sendo que para tanto, cito o entendimento do STJ, in verbis:

TRIBUTÁRIO. ISSQN. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ART. 12 DO DECRETO-LEI Nº 406/68.

1. Mesmo na vigência do art. 12 do Decreto-Lei nº 406/68, revogado pela Lei Complementar nº 116/03, a Municipalidade

competente para realizar a cobrança do ISS é a do local da prestação dos serviços, onde efetivamente ocorre o fato gerador do imposto.

2. Recurso especial improvido. (Resp nº 882.913, Rel. Min. Castro Meira, DJ 12/12/2006).

TRIBUTÁRIO. ISSQN. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO EM QUE OCORREU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. A 1ª Seção do STJ firmou orientação no sentido de considerar competente para a cobrança do ISSQN o Município em que ocorreu o fato gerador, ou seja, aquele onde se deu a prestação dos serviços.

2. Recurso especial a que se nega provimento (Resp nº 674.072, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 26/09/2005).

Destarte, não merece prosperar a alegação do Autuado Impugnante quanto ao local da prestação do serviço ser sua sede na cidade de Barueri (SP). O ISSQN é devido no local da prestação do serviço, neste caso, o Município de Fraiburgo.

## II - BASE DE CÁLCULO E VRG

Alega o Autuado, sucintamente, que foi considerado pela Auditoria Fiscal, para fins de apuração do imposto devido, o valor do preço de aquisição do veículo.

Contudo, não prospera tal alegação, pois como afirmado na contestação do Auditor Fiscal, o que se tributa nessas operações não é a compra e venda do bem, mas sim, o serviço de financiamento. E, serviço, é devido o ISSQN.

## II - DA BASE DE CÁLCULO

Alega o Autuado, sucintamente, que foi considerado pela Auditoria Fiscal, para fins de apuração do imposto devido, o valor do preço de aquisição do veículo ao invés do valor da prestação de serviço.

Contudo, não prospera tal alegação, pois como afirmado na contestação do Auditor Fiscal, o que se tributa nessas operações não é a compra e venda do bem, mas sim, o serviço de financiamento. E, serviço, é devido o ISSQN.

O entendimento jurisprudencial acerca desta matéria demonstra que a base de cálculo do ISSQN é o valor do contrato:

Processo: AC 698098 SC 2008.069809-8

Relator(a): Luiz César Medeiros

Julgamento: 12/05/2009

Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público

Publicação: Apelação Cível n. , de Tubarão

Parte(s):Apelante: Banco Finasa S/A

Apelado: Município de Tubarão

TRIBUTÁRIO - AÇÃO ANULATÓRIA - ISS - OPERAÇÃO DE LEASING SOBRE BENS MÓVEIS - LEASING FINANCEIRO - INCIDÊNCIA - SÚMULA 18 DO TJ/SC A teor da Súmula n. 18 deste Pretório, restou pacificado o entendimento de que "o ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis". ISS - LEASING - BASE DE CÁLCULO - VALOR EXPRESSO NO CONTRATO - ARBITRAMENTO - LEGALIDADE 1 "A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato"(EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado, j. 14.08.2007). 2 Nos termos do art. 148 do Código Tributário Nacional, quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará o valor ou o preço, quando verificar a omissão por parte do contribuinte. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - MUNICÍPIO - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO Em relação à questão do local competente para o lançamento e recolhimento do

ISS, está pacificado nos tribunais pátrios o entendimento de que "competente para a instituição e arrecadação do ISS é o Município em que ocorre a efetiva prestação do serviço, e não o do local da sede do estabelecimento da empresa contribuinte" (AgRg nos Edcl no Ag n. 855164/SC, Min. José Delgado). **MULTA FISCAL - NÃO PAGAMENTO DO DÉBITO - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CONFISCO - INAPLICABILIDADE - FIXAÇÃO DA MULTA EM PATAMAR MÁXIMO - NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO** 1 A imposição de multa pelo Fisco visa à punição da infração cometida pelo contribuinte, sendo a graduação da penalidade determinada pela gravidade da conduta praticada. Desse modo, afigura-se possível, em razão da intensidade da violação, a imposição da multa em valor superior ao da obrigação principal. 2 Na ausência de critérios legais objetivos para fixação da pena de multa, a aplicação desta no patamar máximo deverá necessariamente vir acompanhada dos fundamentos e da motivação que a justifique. (grifo nosso)

Processo: AC 719684 SC 2008.071968-4

Relator(a): Luiz César Medeiros

Julgamento: 13/04/2009

Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público

Publicação: Apelação Cível n. , da Capital

Parte(s): Apelantes: Fibra Leasing S/A Arrendamento Mercantil

Apelado: Município de Florianópolis

TRIBUTÁRIO - AÇÃO ANULATÓRIA - ISS - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- DECADÊNCIA O Superior Tribunal de Justiça "pacificou entendimento no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, no caso em que não ocorre o pagamento antecipado pelo contribuinte, o poder-dever do Fisco de efetuar o lançamento de ofício substitutivo deve obedecer ao prazo decadencial estipulado pelo artigo 173, I, do CTN, segundo o qual o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado (Precedentes: AgRg nos EREsp 216.758/SP, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1.ª Seção, DJ 10.04.2006; EREsp 408.617/SC, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 1.ª Seção, DJ 06.03.2006; REsp 844.342/PR, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2.ª Turma, DJ 25.08.2006; REsp 816.558/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2.ª Turma, DJ 25.05.2006; REsp 639.376/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, 1.ª Turma, DJ 18.05.2006)" (AgRg no Ag n. 717.345, Min. Luiz Fux). **ISS - OPERAÇÃO DE LEASING SOBRE BENS MÓVEIS - LEASING FINANCEIRO - INCIDÊNCIA - SÚMULA 18 DO TJ/SC** A teor da Súmula n. 18 deste Pretório, restou pacificado o entendimento de que "o ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis". **ISS - LEASING - BASE DE CÁLCULO - VALOR EXPRESSO NO CONTRATO ACRESCIDO DE ENCARGOS PRESUMIDOS - IRREGULARIDADE** "A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato" (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado), motivo pelo qual há que se reconhecer a manifesta irregularidade da inclusão de encargos "presumivelmente contratados" no quantum arbitrado pelo Fisco municipal. **CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - MUNICÍPIO - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO** Em relação à questão do local competente para o lançamento e recolhimento do ISS, está pacificado nos tribunais pátrios o entendimento de que "competente para a instituição e arrecadação do ISS é o Município em que ocorre a efetiva prestação do serviço, e não o do local da sede do estabelecimento da empresa contribuinte" (AgRg nos Edcl no Ag n. 855164/SC, Min. José Delgado). **MULTA FISCAL - NÃO PAGAMENTO DO DÉBITO - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CONFISCO - INAPLICABILIDADE - PERCENTUAL - FIXAÇÃO EXCESSIVA - AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - MINORAÇÃO PARA 100% DO VALOR DO TRIBUTO - ANALOGIA AO ART. 412 DO CÓDIGO CIVIL** Em que pese a imposição de multa fiscal de caráter punitivo não se sujeitar às normas aplicáveis à cobrança dos tributos, entre elas, a vedação do confisco (CF, art.

150, IV), não se pode desprezar a exorbitância de multa aplicada pelo Fisco no patamar de 400% sobre o valor do imposto devido, na medida em que o "Poder Público, especialmente em sede de tributação (mesmo tratando-se da definição do 'quantum' pertinente ao valor das multas fiscais), não pode agir imoderadamente, pois a atividade governamental acha-se essencialmente condicionada pelo princípio da razoabilidade que se qualifica como verdadeiro parâmetro de aferição da constitucionalidade material dos atos estatais" (ADI-MC n. 1075/DF, Min. Celso de Mello), motivo pelo qual a atuação estatal exarcebada deve ser repelida de plano. Assim, mesmo considerando o fato de que em situações especialíssimas a lei tributária admita sanção superior ao valor da própria obrigação, uma vez constatada que a multa fiscal fixada pelas autoridades fazendárias excedeu de forma gritante o quantum devido correspondente ao próprio tributo, há que se reconhecer, em analogia com o disposto no art. 412 do Código Civil de 2002, o claro afronta aos princípios fundamentais da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a reduzi-la para 100% do valor do imposto devido. (grifo nosso)

Portanto, sem razão o Autuado ao alegar que o Fisco estaria tributando o valor do bem, pois foi tributado apenas o valor do serviço de financiamento, o qual está calcado no valor do contrato. Por oportuno salienta-se que, mera coincidência de valores entre o valor do contrato e o valor do bem, não descaracteriza e nem nulifica a base de cálculo. Isso ficará ainda mais claro ao analisarmos a questão do VRG.

### III - ILEGALIDADE DA BASE DE CÁLCULO - COBRANÇA DO ISSQN SOBRE O VALOR RESIDUAL GARANTIDO

Sem razão o Impugnante.

Ao contrário do que afirma, o Fisco Municipal não incluiu em sua base de cálculo o importe correspondente ao Valor Residual Garantido - VRG.

Para colocar uma pá de cal na discussão, trago à baila o contido no Auto de Infração de fl. 113, mais especificamente quando trata da base de cálculo referente ao ano de 2007, onde foi alcançada a cifra de R\$ 295.149,14 (duzentos e noventa e cinco mil, cento e quarenta e nove reais e catorze centavos).

No esquema abaixo, exemplificativamente, demonstro que o Fisco Municipal não incluiu o VRG na base de cálculo:

VALOR DO CONTRATO	VALOR DO VRG	BASE DE CÁLCULO
R\$ 220.000,00 (fl. 043)	R\$ 31.250,86 (fl. 043)	R\$ 188.749,14
R\$ 132.100,00 (fl. 052)	R\$ 65.700,00 (fl. 053)	R\$ 66.400,00
R\$ 70.000,00 (fl. 065)	R\$ 30.000,00 (fl. 065)	R\$ 40.000,00
R\$ 422.100,00	R\$ 126.950,90	R\$ 295.149,14

Assim, de plano, rejeito a argumentação, pois não faz parte da base de cálculo o valor do VRG.

### IV - CARÁTER CONFISCATÓRIO DA MULTA

Alega o Impugnante que a multa aplicada tem caráter confiscatório, pois aplicada em 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo apurado.

Inobstante a argumentação do Autuado, a multa aplicada no percentual de 50% não apresenta qualquer caráter confiscatório. Aliás, diga-se, se recolhido o tributo dentro do prazo de 30 (trinta) dias, conforme termo de fl. 113, esta reduz em 50% (cinquenta por cento), ficando estabelecida em 25% (vinte e cinco por cento) do valor do tributo.

Na mesma linha e utilizando-me do ementário da Apelação Cível

nº 2008.071968-4, já citado no item anterior, vê-se a regularidade da aplicação da multa e o seu caráter educativo, ao ponto que o TJSC reduziu a multa aplicada pelo Município de Florianópolis de 400% para 100% do valor do tributo, in verbis:

**MULTA FISCAL - NÃO PAGAMENTO DO DÉBITO - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CONFISCO - INAPLICABILIDADE - PERCENTUAL - FIXAÇÃO EXCESSIVA - AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - MINORAÇÃO PARA 100% DO VALOR DO TRIBUTO - ANALOGIA AO ART. 412 DO CÓDIGO CIVIL**  
Em que pese a imposição de multa fiscal de caráter punitivo não se sujeitar às normas aplicáveis à cobrança dos tributos, entre elas, a vedação do confisco (CF, art. 150, IV), não se pode desprezar a exorbitância de multa aplicada pelo Fisco no patamar de 400% sobre o valor do imposto devido, na medida em que o "Poder Público, especialmente em sede de tributação (mesmo tratando-se da definição do 'quantum' pertinente ao valor das multas fiscais), não pode agir imoderadamente, pois a atividade governamental acha-se essencialmente condicionada pelo princípio da razoabilidade que se qualifica como verdadeiro parâmetro de aferição da constitucionalidade material dos atos estatais" (ADI-MC n. 1075/DF, Min. Celso de Mello), motivo pelo qual a atuação estatal exacerbada deve ser repelida de plano. Assim, mesmo considerando o fato de que em situações especialíssimas a lei tributária admita sanção superior ao valor da própria obrigação, uma vez constatada que a multa fiscal fixada pelas autoridades fazendárias excedeu de forma gritante o quantum devido correspondente ao próprio tributo, há que se reconhecer, em analogia com o disposto no art. 412 do Código Civil de 2002, o claro afronta aos princípios fundamentais da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a reduzi-la para 100% do valor do imposto devido. (grifo nosso)

Assim, sem maiores delongas, entendo estarem também preservados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade na aplicação da multa.

Por tais motivos, não há que se falar em multa com caráter confiscatório, quando ela, visivelmente, não reveste desta condição.

#### V - DISPOSITIVO

Ante ao exposto, conheço da Impugnação ofertada pelo Autuado Alfa Arrendamento Mercantil S/A, bem como, da Contestação efetuada pelo Sr. Auditor Fiscal para, no mérito, INDEFERIR a Impugnação, mantendo inalterado o Auto de Infração.

Intime-se desta decisão, bem como, de que terá o sujeito passivo da obrigação tributária o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes (artigo 622 do CTM - LC nº 053/2033).

Interposto Recurso, remeta-se ao Egrégio Conselho de Contribuintes. No silêncio, encaminhe-se ao Departamento de Tributos para as providências cabíveis.

Fraiburgo, 17 de novembro de 2011.  
ADÉLIA APARECIDA PIERDONÁ BALESTRIN  
Auditora Fiscal  
Matrícula nº 875

#### **Decisão BMW**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3585/2011  
IMPUGNANTE: BMW LEASING DO BRASIL S/A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL  
INTERESSADO: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO  
DECISÃO

Trata-se de Processo Contencioso Fiscal deflagrado pelo Município

de Fraiburgo em face de BMW Leasing do Brasil S/A. - Arrendamento Mercantil para apurar eventual falta de recolhimento do ISSQN sobre operações de leasing.

Instado através do Termo de Início de Ação Fiscal nº 028/2011 (fl. 02/03) com aviso de recebimento (fl. 03v) a apresentar ao fisco os documentos nele elencados, o Autuado atendeu à solicitação e apresentou nas fls. 022/028, contrato de leasing firmado no território do Município de Fraiburgo.

Nas fls. 029/035 repousa o Auto de Infração nº 028/2011, onde o Sr. Auditor Fiscal apurou as receitas sobre as quais não foi recolhido o ISSQN, ou ao menos, direcionado ao ente público competente, no caso, o Município de Fraiburgo.

Do referido Auto de Infração o Autuado foi intimado em data de 19/09/2011, tendo apresentado impugnação em 18/10/2011 (fls. 037/111).

Nas fls. 180/183 foi oferecida, tempestivamente, pelo Sr. Auditor Fiscal, a contestação, pugnando pela manutenção do Auto.

É o sucinto relatório.

#### DECIDO

O Município de Fraiburgo deflagrou o Termo de Início de Ação Fiscal em face de BMW Leasing do Brasil S/A. - Arrendamento Mercantil, instaurando-se o contencioso fiscal com a intimação do Autuado para apresentar os documentos necessários à instrução do Processo.

Devidamente intimado, o Autuado apresentou os documentos solicitados nas fls. 022/028.

Nas fls. 029/035, repousa o Auto de Infração nº 0028/2011, dando conta da ausência do recolhimento do ISSQN por parte do Banco BMW Leasing do Brasil S/A. - Arrendamento Mercantil em prol do Município de Fraiburgo.

Nas fls. 037/111 aportou a impugnação do banco BMW Leasing do Brasil S/A. - Arrendamento Mercantil, cujas matérias cito e passo a analisar.

#### I - PRELIMINAR DE SUSPENSÃO DO PROCESSO

No tocante ao pedido de suspensão do processo até que seja julgado o RE nº 1060.210-SC (2008/0110109-8), tenho que a mesma é inaplicável ao presente P.A.

Nos termos da decisão do Ministro Luiz Fux, cuja cópia anexo à presente decisão, resta evidente que a suspensão determinada alcança apenas os processos que se encontram tramitando nos tribunais pátrios.

Como fundamento, cito parte da decisão:

Sob esse enfoque, considerando-se que multifárias ações cognitivas e executivas sobre o mesmo tema, em fases processuais diversas, encontram-se tramitando nos tribunais pátrios, ressoa inequívoca a necessidade de se obstar a prática de atos judiciais potencialmente lesivos às partes e a prolatação de decisões, nas instâncias ordinárias, dissonantes da posição a ser firmada por esta Corte Superior por ocasião do julgamento do recurso paradigmático, de modo a assegurar a eficácia integral desse provimento jurisdicional.

Assim, não há que se falar em suspensão do P.A. na fase administrativa, eis que não abrangida pela suspensão determinada no

bojo do RE nº 1060210.

## II - DA BASE DE CÁLCULO

Alega o Autuado, sucintamente, que foi considerado pela Auditoria Fiscal, para fins de apuração do imposto devido, o valor do preço de aquisição do veículo ao invés do valor das contraprestações, descontado o valor da opção de compra.

Contudo, não prospera tal alegação, pois como afirmado na contestação do Auditor Fiscal, o que se tributa nessas operações não é a compra e venda do bem, mas sim, o serviço de financiamento. E, serviço, é devido o ISSQN.

O entendimento jurisprudencial acerca desta matéria demonstra que a base de cálculo do ISSQN é o valor do contrato:

Processo: AC 698098 SC 2008.069809-8

Relator(a): Luiz César Medeiros

Julgamento: 12/05/2009

Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público

Publicação: Apelação Cível n. , de Tubarão

Parte(s):Apelante: Banco Finasa S/A

Apelado: Município de Tubarão

TRIBUTÁRIO - AÇÃO ANULATÓRIA - ISS - OPERAÇÃO DE LEASING SOBRE BENS MÓVEIS - LEASING FINANCEIRO - INCIDÊNCIA - SÚMULA 18 DO TJ/SC A teor da Súmula n. 18 deste Pretório, restou pacificado o entendimento de que "o ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis". ISS - LEASING - BASE DE CÁLCULO - VALOR EXPRESSO NO CONTRATO - ARBITRAMENTO - LEGALIDADE 1 "A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato"(EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado, j. 14.08.2007). 2 Nos termos do art. 148 do Código Tributário Nacional, quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará o valor ou o preço, quando verificar a omissão por parte do contribuinte. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - MUNICÍPIO - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO Em relação à questão do local competente para o lançamento e recolhimento do ISS, está pacificado nos tribunais pátrios o entendimento de que "competente para a instituição e arrecadação do ISS é o Município em que ocorre a efetiva prestação do serviço, e não o do local da sede do estabelecimento da empresa contribuinte" (AgRg nos Edcl no Ag n. 855164/SC, Min. José Delgado). MULTA FISCAL - NÃO PAGAMENTO DO DÉBITO - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CONFISCO - INAPLICABILIDADE - PERCENTUAL - FIXAÇÃO DA MULTA EM PATAMAR MÁXIMO - NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO 1 A imposição de multa pelo Fisco visa à punição da infração cometida pelo contribuinte, sendo a graduação da penalidade determinada pela gravidade da conduta praticada. Desse modo, afigura-se possível, em razão da intensidade da violação, a imposição da multa em valor superior ao da obrigação principal. 2 Na ausência de critérios legais objetivos para fixação da pena de multa, a aplicação desta no patamar máximo deverá necessariamente vir acompanhada dos fundamentos e da motivação que a justifique. (grifo nosso)

Processo: AC 719684 SC 2008.071968-4

Relator(a): Luiz César Medeiros

Julgamento:13/04/2009

Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público

Publicação: Apelação Cível n. , da Capital

Parte(s): Apelantes: Fibra Leasing S/A Arrendamento Mercantil

Apelado: Município de Florianópolis

TRIBUTÁRIO - AÇÃO ANULATÓRIA - ISS - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA O Superior Tribunal de Justiça "pacificou entendimento no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito

a lançamento por homologação, no caso em que não ocorre o pagamento antecipado pelo contribuinte, o poder-dever do Fisco de efetuar o lançamento de ofício substitutivo deve obedecer ao prazo decadencial estipulado pelo artigo 173, I, do CTN, segundo o qual o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado (Precedentes: AgRg nos EREsp 216.758/SP, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1.ª Seção, DJ 10.04.2006; EREsp 408.617/SC, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 1.ª Seção, DJ 06.03.2006; REsp 844.342/PR, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2.ª Turma, DJ 25.08.2006; REsp 816.558/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2.ª Turma, DJ 25.05.2006; REsp 639.376/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, 1.ª Turma, DJ 18.05.2006)" (AgRg no Ag n. 717.345, Min. Luiz Fux). ISS - OPERAÇÃO DE LEASING SOBRE BENS MÓVEIS - LEASING FINANCEIRO - INCIDÊNCIA - SÚMULA 18 DO TJ/SC A teor da Súmula n. 18 deste Pretório, restou pacificado o entendimento de que "o ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis". ISS - LEASING - BASE DE CÁLCULO - VALOR EXPRESSO NO CONTRATO ACRESCIDO DE ENCARGOS PRESUMIDOS - IRREGULARIDADE "A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato" (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado), motivo pelo qual há que se reconhecer a manifesta irregularidade da inclusão de encargos "presumivelmente contratados" no quantum arbitrado pelo Fisco municipal. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - MUNICÍPIO - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO Em relação à questão do local competente para o lançamento e recolhimento do ISS, está pacificado nos tribunais pátrios o entendimento de que "competente para a instituição e arrecadação do ISS é o Município em que ocorre a efetiva prestação do serviço, e não o do local da sede do estabelecimento da empresa contribuinte" (AgRg nos Edcl no Ag n. 855164/SC, Min. José Delgado). MULTA FISCAL - NÃO PAGAMENTO DO DÉBITO - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CONFISCO - INAPLICABILIDADE - PERCENTUAL - FIXAÇÃO EXCESSIVA - AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - MINORAÇÃO PARA 100% DO VALOR DO TRIBUTO - ANALOGIA AO ART. 412 DO CÓDIGO CIVIL Em que pese a imposição de multa fiscal de caráter punitivo não se sujeitar às normas aplicáveis à cobrança dos tributos, entre elas, a vedação do confisco (CF, art. 150, IV), não se pode desprezar a exorbitância de multa aplicada pelo Fisco no patamar de 400% sobre o valor do imposto devido, na medida em que o "Poder Público, especialmente em sede de tributação (mesmo tratando-se da definição do 'quantum' pertinente ao valor das multas fiscais), não pode agir imoderadamente, pois a atividade governamental acha-se essencialmente condicionada pelo princípio da razoabilidade que se qualifica como verdadeiro parâmetro de aferição da constitucionalidade material dos atos estatais" (ADI-MC n. 1075/DF, Min. Celso de Mello), motivo pelo qual a atuação estatal exarcebada deve ser repelida de plano. Assim, mesmo considerando o fato de que em situações especialíssimas a lei tributária admita sanção superior ao valor da própria obrigação, uma vez constatada que a multa fiscal fixada pelas autoridades fazendárias excedeu de forma gritante o quantum devido correspondente ao próprio tributo, há que se reconhecer, em analogia com o disposto no art. 412 do Código Civil de 2002, o claro afronta aos princípios fundamentais da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a reduzi-la para 100% do valor do imposto devido. (grifo nosso)

Portanto, sem razão o Autuado ao alegar que sobre a operação realizada de ser tributado apenas os valores das contraprestações deduzidos os valores da opção de compra, pois na verdade, foi tributado o serviço de financiamento, o qual está calcado no valor do contrato. Por oportuno salienta-se que, mera coincidência de valores entre o valor do contrato e o valor do bem, não descaracteriza e nem nulifica a base de cálculo. Além do mais, não trouxe o Autuado nenhum documento capaz de desconstituir a prova dos

Autos.

### III - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Alega o Autuado que não possui base ou agência no território do Município de Fraiburgo, sendo que a sede da empresa é no Município de São Paulo (SP), entendendo, portanto, que qualquer tributo incidente sobre as operações de leasing são devidos àquele Município.

Inobstante a isso, tenho segurança ao afirmar que o ISSQN devido sobre as operações de leasing deve ser recolhido no Município onde se operou o serviço de financiamento.

Não resta dúvida de que o Autuado firmou os instrumentos de fls. 022/028 no território do Município de Fraiburgo, pois não há qualquer notícia no P.A. de que tenha o Autuado levado a parte para firmá-lo junto a Comarca de São Paulo.

Destarte, o ISSQN apurado referente as operações de leasing é devido ao Município de Fraiburgo, nos exatos termos do item 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar Municipal nº 053/2003:

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

Não há que se discutir acerca da competência do Município em legislar sobre o ISSQN, já que referida competência deriva da própria Constituição Federal:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

[ ]

III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

No caso concreto, as operações tributáveis foram realizadas no território do Município de Fraiburgo, significando isso que em seu proveito deve ser feito o recolhimento do imposto. Com efeito, como averba Sérgio Pinto Martins, "o ISS será devido no município em que for concedido o financiamento, que é a atividade fim da empresa de leasing" (in Manual do Imposto Sobre Serviços. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 255).

A esse respeito, é a remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ISS. COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A egrégia Primeira Seção desta colenda Corte Superior de Justiça pacificou o entendimento de que o Município competente para realizar a cobrança do ISS é o do local da prestação dos serviços, onde se deu a ocorrência do fato gerador do imposto. 'De acordo com a Constituição, este imposto só pode alcançar os serviços de qualquer natureza (exceto os referidos no art. 155, II, da CF) prestados no território do Município tributante. Por quê? Porque nosso Estatuto Magno adotou um critério territorial de repartição das competências impositivas que exige que a única lei tributária aplicável seja a da pessoa política em cujo território o fato imponible ocorreu' (Roque Antonio Carrazza, in 'Curso de Direito Constitucional Tributário', 18ª ed., Malheiros Editores, São Paulo, p. 844). Recurso especial provido' (Resp nº 525.067, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 28/10/2003).

Ainda, não há que se considerar que pudesse o revogado artigo 12 do Decreto-Lei nº 406/68 estabelecer competência diversa, bem

como, em relação a Lei nº 116/2003, sendo que para tanto, cito o entendimento do STJ, in verbis:

TRIBUTÁRIO. ISSQN. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ART. 12 DO DECRETO-LEI Nº 406/68.

1. Mesmo na vigência do art. 12 do Decreto-Lei nº 406/68, revogado pela Lei Complementar nº 116/03, a Municipalidade competente para realizar a cobrança do ISS é a do local da prestação dos serviços, onde efetivamente ocorre o fato gerador do imposto.  
2. Recurso especial improvido. (Resp nº 882.913, Rel. Min. Castro Meira, DJ 12/12/2006).

TRIBUTÁRIO. ISSQN. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO EM QUE OCORREU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. A 1ª Seção do STJ firmou orientação no sentido de considerar competente para a cobrança do ISSQN o Município em que ocorreu o fato gerador, ou seja, aquele onde se deu a prestação dos serviços.  
2. Recurso especial a que se nega provimento (Resp nº 674.072, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 26/09/2005).

Destarte, não merece prosperar a alegação do Autuado Impugnante quanto ao local da prestação do serviço ser sua sede na cidade de São Paulo (SP). O ISSQN é devido no local da prestação do serviço, neste caso, o Município de Fraiburgo.

### IV - IMPOSSIBILIDADE DA CUMULAÇÃO DAS MULTAS APLICADAS

Alega o Autuado que é impossível exigir do contribuinte o pagamento da multa moratória e a multa punitiva, por incompatibilidade da sua cumulação.

Num primeiro momento, entendo que a multa punitiva somente poderia ser excluída, no caso de denúncia espontânea por parte do contribuinte, o que não se verifica neste caso.

Desta forma, perfeitamente aplicável a multa moratória (atraso) e a multa punitiva (sanção), esta última baseada no descumprimento do dever legal (recolhimento do tributo).

Neste sentido, já decidiram nossos tribunais:

APELAÇÃO CÍVEL. TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. MULTA. CONFISCO. HONORÁRIOS.

Improcede alegação de ausência de constituição válida do crédito tributário na medida em que consta nos autos prova da notificação do auto de lançamento.

Em havendo auto de lançamento que impõe multas por infrações distintas individualizadas praticadas pelo contribuinte, não há falar em cumulação indevida de sanções. Possível a cumulação de multa moratória e punitiva. Percentual de 75% sobre o valor do tributo por multa punitiva que, no caso, não se mostra confiscatório. Precedentes. [ ] (Apelação Cível Nº 70028292639, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Roberto Lofego Canibal, Julgado em 24/03/2010) (grifo nosso)

Portanto, não afasto a aplicação da multa moratória e a punitiva constantes no Auto de fl. 029.

### V - CARÁTER CONFISCATÓRIO DA MULTA

Alega o Impugnante que a multa aplicada tem caráter confiscatório, pois aplicada em 50% (cinquenta por cento) do valor do tributo apurado.

Inobstante a argumentação do Autuado, a multa aplicada no percentual de 50% não apresenta qualquer caráter confiscatório. Aliás, diga-se, se recolhido o tributo dentro do prazo de 30 (trinta) dias, conforme termo de fl. 029, esta reduz em 50% (cinquenta

por cento), ficando estabelecida em 25% (vinte e cinco por cento) do valor do tributo.

Na mesma linha e utilizando-me do ementário da Apelação Cível nº 2008.071968-4, já citado no item anterior, vê-se a regularidade da aplicação da multa e o seu caráter educativo, ao ponto que o TJSC reduziu a multa aplicada pelo Município de Florianópolis de 400% para 100% do valor do tributo, in verbis:

**MULTA FISCAL - NÃO PAGAMENTO DO DÉBITO - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CONFISCO - INAPLICABILIDADE - PERCENTUAL - FIXAÇÃO EXCESSIVA - AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - MINORAÇÃO PARA 100% DO VALOR DO TRIBUTO - ANALOGIA AO ART. 412 DO CÓDIGO CIVIL**  
Em que pese a imposição de multa fiscal de caráter punitivo não se sujeitar às normas aplicáveis à cobrança dos tributos, entre elas, a vedação do confisco (CF, art. 150, IV), não se pode desprezar a exorbitância de multa aplicada pelo Fisco no patamar de 400% sobre o valor do imposto devido, na medida em que o "Poder Público, especialmente em sede de tributação (mesmo tratando-se da definição do 'quantum' pertinente ao valor das multas fiscais), não pode agir imoderadamente, pois a atividade governamental acha-se essencialmente condicionada pelo princípio da razoabilidade que se qualifica como verdadeiro parâmetro de aferição da constitucionalidade material dos atos estatais" (ADI-MC n. 1075/DF, Min. Celso de Mello), motivo pelo qual a atuação estatal exarcebada deve ser repelida de plano. Assim, mesmo considerando o fato de que em situações especialíssimas a lei tributária admita sanção superior ao valor da própria obrigação, uma vez constatada que a multa fiscal fixada pelas autoridades fazendárias excedeu de forma gritante o quantum devido correspondente ao próprio tributo, há que se reconhecer, em analogia com o disposto no art. 412 do Código Civil de 2002, o claro afronta aos princípios fundamentais da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a reduzi-la para 100% do valor do imposto devido. (grifo nosso)

Assim, sem maiores delongas, entendo estarem também preservados os princípios da razoabilidade e proporcionalidade invocados na fl. 061.

Por tais motivos, não há que se falar em multa com caráter confiscatório, quando esta visivelmente não reveste desta condição.

#### VI - CORREÇÃO MONETÁRIA - SELIC

Insurge-se o Autuado acerca aplicabilidade da correção monetária baseada no INPC, sustentando que a mesma deveria ser aplicada com base na SELIC.

Contudo, a Lei Complementar Municipal nº 053/2003 estabeleceu como critério de atualização monetária para créditos fiscais o índice divulgado pelo Governo Federal - INPC/IBGE. Portanto, trata-se de índice oficial federal, o qual em nenhum momento foi revogado por dispositivo legal.

O entendimento jurisprudencial não deixa dúvida acerca da possibilidade de aplicação do índice oficial do INPC para correção de créditos fiscais. Para embasar, cito o seguinte aresto:

**AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL - ICMS - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - MULTAS E JUROS - ÍNDICE INDEXADOR - TRD - INPC/IBGE - SELIC - ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL - LEGALIDADE.** - Legítima a imposição de multa e juros que têm expressa previsão legal. - Está pacificado pela jurisprudência predominante que deve ser aplicado o INPC/IBGE como índices indexadores de débitos fiscais, nas respectivas épocas, ao contrário da TRD, que não mais se configura como fator de atualização monetária. Acórdão nº 1.0024.01.035659-0/001(1) de TJMG. Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, 24 de Maio de 2005.

Portanto, lícito e legal o índice de correção aplicado pelo Município

de Fraiburgo.

#### VII - DISPOSITIVO

Ante ao exposto, conheço da Impugnação ofertada pelo Autuado BMW Leasing do Brasil S/A. - Arrendamento Mercantil, bem como, da Contestação efetuada pelo Sr. Auditor Fiscal para, no mérito, INDEFERIR a Impugnação, mantendo inalterado o Auto de Infração.

Intime-se desta decisão, bem como, de que terá o sujeito passivo da obrigação tributária o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes (artigo 622 do CTM - LC nº 053/2033).

Interposto Recurso, remeta-se ao Egrégio Conselho de Contribuintes. No silêncio, encaminhe-se ao Departamento de Tributos para as providências cabíveis.

Fraiburgo, 17 de novembro de 2011.

ADÉLIA APARECIDA PIERDONÁ BALESTRIN

Auditora Fiscal

Matrícula nº 875

#### Decisão Dibens

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3588/2011

IMPUGNANTE: DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

DECISÃO

Trata-se de Processo Contencioso Fiscal deflagrado pelo Município de Fraiburgo em face de Dibens Leasing S/A Arrendamento Mercantil para apurar eventual falta de recolhimento do ISSQN sobre operações de leasing.

Instado através do Termo de Início de Ação Fiscal nº 0025/2011 (fl. 02/03) com aviso de recebimento (fl. 03v) a apresentar ao fisco os documentos nele elencados, o Autuado se limitou na fl. 045, a dizer que não está obrigado a fornecê-los em face de que não possui sede no Município de Fraiburgo.

Diante de tais fatos, o Fisco Municipal obteve autorização do DETRAN/SC e colacionou os documentos necessários ao prosseguimento do Contencioso Fiscal, como se denota nas fls. 007/039.

Na fl. 042 foi determinada a intimação do Autuado para que se manifestasse acerca dos documentos juntados, o que ocorreu na fl. 042v. A alegação trazida na fl. 45 já foi reproduzida anteriormente.

Nas fls. 048/054 consta o Auto de Infração nº 025/2011, onde o Sr. Auditor Fiscal apurou as receitas sobre as quais não foi recolhido o ISSQN, ou ao menos, direcionado ao ente público competente, no caso, o Município de Fraiburgo.

Do referido Auto de Infração o Autuado foi intimado em data de 19/09/2011, tendo apresentado impugnação em 19/10/2011 (fls. 056/070).

Nas fls. 164/167 foi oferecida, tempestivamente, pelo Sr. Auditor Fiscal, a contestação, pugnando pela manutenção do Auto.

É o sucinto relatório.

DECIDO

O Município de Fraiburgo deflagrou o Termo de Início de Ação

Fiscal em face de Dibens Leasing S/A Arrendamento Mercantil, instaurando-se o contencioso fiscal com a intimação do Autuado para apresentar os documentos necessários à instrução do Processo.

Em que pese devidamente intimado, o Autuado protocolou documento, expressando a negativa em fornecê-los, sob o argumento de que os tributos incidentes sobre as operações de leasing já foram todos recolhidos junto ao Município de Barueri/SP, cidade onde possui sua sede e onde entende que os tributos devam ser recolhidos. Para comprovar sua regularidade fiscal para com o Município de sua sede, apresentou nas fls. 130/163 as guias de recolhimento do ISSQN.

Já num primeiro momento não se pode deixar de frisar que o Dibens Leasing S/A Arrendamento Mercantil tentou se eximir de apresentar os documentos solicitados pelo Fisco, tentando obstaculizar a instrução do processo.

Por oportuno, ressalto também, a diligência do Fisco Municipal em obter as informações junto ao Departamento de Trânsito, necessárias à continuidade da instrução do P.A.. Em não sendo obtidas tais informações/documentos, referido contencioso cairia na inércia e estaria fadado à extinção, sem resolução de seu mérito.

Intimado o Autuado a se manifestar acerca dos documentos apresentados pelo DETRAN ao Fisco, quedou-se inerte, já que a resposta constante na fls. 045 diz respeito ainda ao Termo de Início de Ação Fiscal.

Portanto, tenho como reconhecidas as autenticidades dos documentos de fls. 008/039, estando eles aptos à apuração dos tributos incidentes sobre as operações de leasing, formando base de cálculo sólida, dispensando a apuração de valores por meio de arbitramento.

Assim, formada a base de cálculo, resta analisar as razões expostas pelo Impugnante no tocante ao local onde se deu a prestação do serviço e se sobre o leasing incide o ISSQN, já que a alegação é de que referida operação na é tributada pelo suscitado imposto.

#### I - DA ALEGADA NÃO INCIDÊNCIA DO ISSQN SOBRE OPERAÇÕES DE LEASING

Alega o Autuado, sucintamente, que as operações de leasing não estão sujeitas ao recolhimento do ISSQN, pois a empresa de arrendamento mercantil figura apenas como intermediária entre o fornecedor e arrendatário.

De plano, não prospera tal alegação, pois os documentos de fls. 008/039, retratam a aquisição do bem pela empresa arrendadora e arrendatário, sendo que em nenhum momento "nessa relação" há interferência do fornecedor, ou seja, no negócio de arrendamento não há participação de terceiro que pudesse levar a crer que a Dibens apenas figuraria como intermediária. O negócio é travado entre a Dibens e o arrendatário.

Para rescaldar referida discussão, cito o julgamento do STJ sobre esta matéria:

ISS - Bancos

RE 547245 / SC - SANTA CATARINA

RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator(a): Min. EROS GRAU

Julgamento: 02/12/2009 Órgão Julgador: Tribunal Pleno

Publicação

DJe-040 DIVULG 04-03-2010 PUBLIC 05-03-2010

EMENT VOL-02392-04 PP-00857

RT v. 99, n. 897, 2010, p. 143-159

LEXSTF v. 32, n. 376, 2010, p. 175-200

Parte(s)

RECTE.(S) : MUNICÍPIO DE ITAJAÍ

RECD.(A/S) : BANCO FIAT S/A

Ementa

EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. DIREITO TRIBUTÁRIO. ISS. ARRENDAMENTO MERCANTIL. OPERAÇÃO DE LEASING FINANCEIRO. ARTIGO 156, III, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. O arrendamento mercantil compreende três modalidades, [i] o leasing operacional, [ii] o leasing financeiro e [iii] o chamado lease-back. No primeiro caso há locação, nos outros dois, serviço. A lei complementar não define o que é serviço, apenas o declara, para os fins do inciso III do artigo 156 da Constituição. Não o inventa, simplesmente descobre o que é serviço para os efeitos do inciso III do artigo 156 da Constituição. No arrendamento mercantil (leasing financeiro), contrato autônomo que não é misto, o núcleo é o financiamento, não uma prestação de dar. E financiamento é serviço, sobre o qual o ISS pode incidir, resultando irrelevante a existência de uma compra nas hipóteses do leasing financeiro e do lease-back. Recurso extraordinário a que se dá provimento. (grifo nosso)

Para arrematar, cito o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, o qual segue a mesma linha de raciocínio lógico estampada no julgado do STJ:

Apelação Cível n. 2010.054116-7, de Chapecó

Relator: Newton Janke

Órgão Julgador: Segunda Câmara de Direito Público

Data: 04/10/2011

Ementa:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS (ISS). ARRENDAMENTO MERCANTIL. INCIDÊNCIA. SÚMULA 18, DO TJSC. REQUISITOS FORMAIS DA CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA PREENCHIDOS. NULIDADE INEXISTENTE. DECADÊNCIA DE PARTE DOS CRÉDITOS LANÇADOS PELO FISCO MUNICIPAL. TITULARIDADE DO CRÉDITO PERTENCENTE AO MUNICÍPIO ONDE SE DEU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. "O ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis" (Súmula 18 do TJSC) e deve ser recolhido no lugar da prestação do SERVIÇO.

2. Não padece de nulidade a certidão de dívida ativa que, preenchendo todos os requisitos legais, viabiliza plenamente a defesa do contribuinte.

3. Tratando-se o ISS de tributo cujo lançamento é feito por homologação, o prazo decadencial, quando não houver a declaração ou o pagamento prévio, é de cinco anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado, segundo exegese pretoriana atribuída ao art. 173, inc. I, do CTN. (grifo nosso)

Portanto, sem razão o Autuado ao alegar que sobre as operações de leasing não incide o ISSQN, quando o que se busca é a tributação do serviço de arrendamento.

#### II - COMPETÊNCIA / LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

Alega o Autuado que não possui base ou agência no território do Município de Fraiburgo, sendo que a sede da empresa é no Município de Barueri/SP, entendendo, portanto, que qualquer tributo incidente sobre as operações de leasing são devidos àquele Município.

Inobstante a isso, tenho segurança ao afirmar que o ISSQN devido sobre as operações de leasing deve ser recolhido no Município onde se operou o serviço de financiamento.

Não resta dúvida de que o Autuado firmou os instrumentos de arrendamento no território do Município de Fraiburgo, para pessoas físicas e jurídicas com domicílio também nesta cidade.

Destarte, o ISSQN apurado referente as operações de leasing é devido ao Município de Fraiburgo, nos exatos termos do item 15.09 da lista de serviços anexa à Lei Complementar Municipal nº 053/2003:

15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).

Não há que se discutir acerca da competência do Município em legislar sobre o ISSQN, já que referida competência deriva da própria Constituição Federal:

Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre:

[ ]  
III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar.

No caso concreto, as operações tributáveis foram realizadas no território do Município de Fraiburgo, significando isso que em seu proveito deve ser feito o recolhimento do imposto. Com efeito, como averba Sérgio Pinto Martins, "o ISS será devido no município em que for concedido o financiamento, que é a atividade fim da empresa de leasing" (in Manual do Imposto Sobre Serviços. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2006, p. 255).

A esse respeito, é a remansosa jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO. ISS. COMPETÊNCIA. MUNICÍPIO DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NESTE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. A egrégia Primeira Seção desta colenda Corte Superior de Justiça pacificou o entendimento de que o Município competente para realizar a cobrança do ISS é o do local da prestação dos serviços, onde se deu a ocorrência do fato gerador do imposto. "De acordo com a Constituição, este imposto só pode alcançar os serviços de qualquer natureza (exceto os referidos no art. 155, II, da CF) prestados no território do Município tributante. Por quê? Porque nosso Estatuto Magno adotou um critério territorial de repartição das competências impositivas que exige que a única lei tributária aplicável seja a da pessoa política em cujo território o fato impositivo ocorreu" (Roque Antonio Carrazza, in "Curso de Direito Constitucional Tributário", 18ª ed., Malheiros Editores, São Paulo, p. 844). Recurso especial provido (Resp nº 525.067, Rel. Min. Franciulli Netto, DJ 28/10/2003).

Ainda, enfrente a impugnação do Autuado no tocante à citação do revogado artigo 12 do Decreto-Lei nº 406/68 e também da Lei nº 116/2003, sendo que para tanto, cito o entendimento do STJ, in verbis:

TRIBUTÁRIO. ISSQN. LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. ART. 12 DO DECRETO-LEI Nº 406/68.

1. Mesmo na vigência do art. 12 do Decreto-Lei nº 406/68, revogado pela Lei Complementar nº 116/03, a Municipalidade competente para realizar a cobrança do ISS é a do local da prestação dos serviços, onde efetivamente ocorre o fato gerador do imposto.  
2. Recurso especial improvido. (Resp nº 882.913, Rel. Min. Castro Meira, DJ 12/12/2006).

TRIBUTÁRIO. ISSQN. COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO EM QUE OCORREU A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.

1. A 1ª Seção do STJ firmou orientação no sentido de considerar competente para a cobrança do ISSQN o Município em que ocorreu o fato gerador, ou seja, aquele onde se deu a prestação dos serviços.

2. Recurso especial a que se nega provimento (Resp nº 674.072,

Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 26/09/2005).

Destarte, não merece prosperar a alegação do Autuado Impugnante quanto ao local da prestação do serviço ser sua sede na cidade de Barueri/SP. O ISSQN é devido no local da prestação do serviço, neste caso, o Município de Fraiburgo.

### III - DA BASE DE CÁLCULO

Alega o Autuado, sucintamente, que foi considerado pela Auditoria Fiscal, para fins de apuração do imposto devido, o valor do preço de aquisição do veículo ao invés do valor das contraprestações.

Contudo, não prospera tal alegação, pois como afirmado na contestação do Auditor Fiscal, o que se tributa nessas operações não é a compra e venda do bem, mas sim, o serviço de financiamento. E, serviço, é devido o ISSQN.

O entendimento jurisprudencial acerca desta matéria demonstra que a base de cálculo do ISSQN é o valor do contrato:

Processo: AC 698098 SC 2008.069809-8

Relator(a): Luiz César Medeiros

Julgamento: 12/05/2009

Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público

Publicação: Apelação Cível n. , de Tubarão

Parte(s):Apelante: Banco Finasa S/A

Apelado: Município de Tubarão

TRIBUTÁRIO - AÇÃO ANULATÓRIA - ISS - OPERAÇÃO DE LEASING SOBRE BENS MÓVEIS - LEASING FINANCEIRO - INCIDÊNCIA - SÚMULA 18 DO TJ/SC A teor da Súmula n. 18 deste Pretório, restou pacificado o entendimento de que "o ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis". ISS - LEASING - BASE DE CÁLCULO - VALOR EXPRESSO NO CONTRATO - ARBITRAMENTO - LEGALIDADE 1 "A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato"(EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado, j. 14.08.2007). 2 Nos termos do art. 148 do Código Tributário Nacional, quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará o valor ou o preço, quando verificar a omissão por parte do contribuinte. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - MUNICÍPIO - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO Em relação à questão do local competente para o lançamento e recolhimento do ISS, está pacificado nos tribunais pátrios o entendimento de que "competente para a instituição e arrecadação do ISS é o Município em que ocorre a efetiva prestação do serviço, e não o do local da sede do estabelecimento da empresa contribuinte" (AgRg nos Edcl no Ag n. 855164/SC, Min. José Delgado). MULTA FISCAL - NÃO PAGAMENTO DO DÉBITO - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CONFISCO - INAPLICABILIDADE - FIXAÇÃO DA MULTA EM PATAMAR MÁXIMO - NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO 1 A imposição de multa pelo Fisco visa à punição da infração cometida pelo contribuinte, sendo a graduação da penalidade determinada pela gravidade da conduta praticada. Desse modo, afigura-se possível, em razão da intensidade da violação, a imposição da multa em valor superior ao da obrigação principal. 2 Na ausência de critérios legais objetivos para fixação da pena de multa, a aplicação desta no patamar máximo deverá necessariamente vir acompanhada dos fundamentos e da motivação que a justifique. (grifo nosso)

Processo: AC 719684 SC 2008.071968-4

Relator(a): Luiz César Medeiros

Julgamento:13/04/2009

Órgão Julgador: Terceira Câmara de Direito Público

Publicação: Apelação Cível n. , da Capital

Parte(s): Apelantes: Fibra Leasing S/A Arrendamento Mercantil

Apelado: Município de Florianópolis

TRIBUTÁRIO - AÇÃO ANULATÓRIA - ISS - LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO - EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - DECADÊNCIA O Superior Tribunal de Justiça "pacificou entendimento no sentido de que, em se tratando de tributo sujeito a lançamento por homologação, no caso em que não ocorre o pagamento antecipado pelo contribuinte, o poder-dever do Fisco de efetuar o lançamento de ofício substitutivo deve obedecer ao prazo decadencial estipulado pelo artigo 173, I, do CTN, segundo o qual o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado (Precedentes: AgRg nos EREsp 216.758/SP, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1.ª Seção, DJ 10.04.2006; EREsp 408.617/SC, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 1.ª Seção, DJ 06.03.2006; REsp 844.342/PR, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2.ª Turma, DJ 25.08.2006; REsp 816.558/RS, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2.ª Turma, DJ 25.05.2006; REsp 639.376/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, 1.ª Turma, DJ 18.05.2006)" (AgRg no Ag n. 717.345, Min. Luiz Fux). ISS - OPERAÇÃO DE LEASING SOBRE BENS MÓVEIS - LEASING FINANCEIRO - INCIDÊNCIA - SÚMULA 18 DO TJ/SC A teor da Súmula n. 18 deste Pretório, restou pacificado o entendimento de que "o ISS incide na operação de arrendamento mercantil de coisas móveis". ISS - LEASING - BASE DE CÁLCULO - VALOR EXPRESSO NO CONTRATO ACRESCIDO DE ENCARGOS PRESUMIDOS - IRREGULARIDADE "A base de cálculo do ISS é o valor da prestação de serviços. Em se tratando de leasing, é o quantitativo expresso no contrato" (EDcl nos EDcl no AgRg no Ag n. 756212, Min. José Delgado), motivo pelo qual há que se reconhecer a manifesta irregularidade da inclusão de encargos "presumivelmente contratados" no quantum arbitrado pelo Fisco municipal. CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - MUNICÍPIO - LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO Em relação à questão do local competente para o lançamento e recolhimento do ISS, está pacificado nos tribunais pátrios o entendimento de que "competente para a instituição e arrecadação do ISS é o Município em que ocorre a efetiva prestação do serviço, e não o do local da sede do estabelecimento da empresa contribuinte" (AgRg nos Edcl no Ag n. 855164/SC, Min. José Delgado). MULTA FISCAL - NÃO PAGAMENTO DO DÉBITO - PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO DE CONFISCO - INAPLICABILIDADE - PERCENTUAL - FIXAÇÃO EXCESSIVA - AFRONTA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE - MINORAÇÃO PARA 100% DO VALOR DO TRIBUTO - ANALOGIA AO ART. 412 DO CÓDIGO CIVIL Em que pese a imposição de multa fiscal de caráter punitivo não se sujeitar às normas aplicáveis à cobrança dos tributos, entre elas, a vedação do confisco (CF, art. 150, IV), não se pode desprezar a exorbitância de multa aplicada pelo Fisco no patamar de 400% sobre o valor do imposto devido, na medida em que o "Poder Público, especialmente em sede de tributação (mesmo tratando-se da definição do 'quantum' pertinente ao valor das multas fiscais), não pode agir imoderadamente, pois a atividade governamental acha-se essencialmente condicionada pelo princípio da razoabilidade que se qualifica como verdadeiro parâmetro de aferição da constitucionalidade material dos atos estatais" (ADI-MC n. 1075/DF, Min. Celso de Mello), motivo pelo qual a atuação estatal exarcebada deve ser repelida de plano. Assim, mesmo considerando o fato de que em situações especialíssimas a lei tributária admita sanção superior ao valor da própria obrigação, uma vez constatada que a multa fiscal fixada pelas autoridades fazendárias excedeu de forma gritante o quantum devido correspondente ao próprio tributo, há que se reconhecer, em analogia com o disposto no art. 412 do Código Civil de 2002, o claro afronta aos princípios fundamentais da razoabilidade e proporcionalidade, de modo a reduzi-la para 100% do valor do imposto devido. (grifo nosso)

Portanto, sem razão o Autuado ao alegar que sobre a operação realizada de ser tributado apenas os valores das contraprestações, pois na verdade, foi tributado o serviço de financiamento, o qual está calcado no valor do contrato. Por oportuno salienta-se que,

mera coincidência de valores entre o valor do contrato e o valor do bem, não descaracteriza e nem nulifica a base de cálculo. Além do mais, não trouxe o Autuado nenhum documento capaz de constituir a prova dos Autos, prova que lhe competia e que está sob sua guarda.

#### IV - INCONSTITUCIONALIDADE DA MULTA APLICADA

A inconstitucionalidade alegada pelo Autuado está desvirtuada do núcleo objetivo, tendo em vista que a multa aplicada encontra amparo na legislação pátria, especialmente no artigo nº 545 da Lei Complementar nº 053/2003.

Assim, entendo pelo conjunto da alegação que a matéria preambular não seja propriamente dita de inconstitucionalidade do dispositivo, mas sim, de inaplicabilidade.

Sob este aspecto, da inaplicabilidade da multa, tenho que o Dibens Leasing S/A Arrendamento Mercantil deixou de recolher aos cofres do Município de Fraiburgo os valores a título de ISSQN. O fato de ter recolhido a Município diverso não o isenta da aplicação da penalidade imposta.

Portanto, falecem razões ao Autuado.

#### V - DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA

A questão posta pelo Autuado é demasiadamente simples. A caracterização da mora somente pode ocorrer se o tributo for devidamente recolhido na época oportuna, não sendo este o caso dos Autos.

Portanto, estando o contribuinte em atraso no pagamento do tributo, necessária a aplicação da multa moratória. A multa não fica a critério subjetivo da autoridade fiscal, ao contrário, é imposta pela Lei, cabendo ao fisco apenas a sua aplicação.

Desta forma, inafastável a mora na forma pretendida.

#### VI - DISPOSITIVO

Ante ao exposto, conheço da Impugnação ofertada pelo Autuado Dibens Leasing S/A Arrendamento Mercantil, bem como, da Contestação efetuada pelo Sr. Auditor Fiscal para, no mérito, INDEFERIR a Impugnação, mantendo inalterado o Auto de Infração.

Intime-se desta decisão, bem como, de que terá o sujeito passivo da obrigação tributária o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar recurso voluntário ao Conselho de Contribuintes (artigo 622 do CTM - LC nº 053/2033).

Interposto Recurso, remeta-se ao Egrégio Conselho de Contribuintes. No silêncio, encaminhe-se ao Departamento de Tributos para as providências cabíveis.

Fraiburgo, 18 de novembro de 2011.

ADÉLIA APARECIDA PIERDONÁ BALESTRIN

Auditora Fiscal

Matricula nº 875

# Garopaba

## PREFEITURA

### Decreto N.º 167/2011

DECRETO N.º 167, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.  
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 125.900,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 125.900,00 (cento e vinte e cinco mil e novecentos reais) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTE 2.500,00

27812512.031 - Func. e Manut. do Setor de Esporte 2.500,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.500,00

12.01 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 10.000,00

FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA 10.000,00

08243562.053 - Assistência a Criança e ao Adolescente 10.000,00

3.3.50.0.1.00.000000 - Transferências a Instituições Privadas sem

Fins Lucrativos 10.000,00

10.02 - SECRETARIA DE PLANEJ. TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 35.000,00

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO 35.000,00

17512312.079 - Serviços de Destinação de Resíduos Sólidos 35.000,00

3.3.90.0.1.65.000000 - Aplicações Diretas 35.000,00

12.02 - SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 13.400,00

FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 13.400,00

08244562.056 - Func. e Manut. do Fundo da Assistência Social 4.400,00

3.3.90.0.1.29.000004 - Aplicações Diretas 4.400,00

08243562.058 - Apoio ao Conselho Tutelar 9.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 9.000,00

13.01 - SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS 50.000,00

26782352.052 - Func. e Manut. da Secretaria de Infra-Estrutura 50.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 50.000,00

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 15.000,00

10301252.073 - Func. e Manutenção do Setor Saúde 15.000,00

3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas 15.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 125.900,00 (cento e vinte e cinco mil e novecentos reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/11/2011, de

acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

### Decreto N.º 168/2011

DECRETO N.º 168, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 75.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS LUIZ, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.481 de 08/12/2010 (Orçamento) e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) no Orçamento vigente:

10.01 - SECRETARIA DE PLANEJ. TERRITORIAL E MEIO AMBIENTE 75.000,00

26782311.040 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Arte Especial 75.000,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 25.000,00

4.4.90.0.1.24.001040 - Aplicações Diretas 50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 17 de Novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 21/11/2011, de acordo com a Lei Municipal n.º. 1.326 de 10/08/2009.

LÉIA C. A. VIEIRA

Secretária de Administração

### Edital PMG / FAZ / N.º. 001/2011

EDITAL PMG / FAZ / N.º. 001/2011

DISCIPLINA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA, sito à Praça Governador Ivo Silveira, n.º. 296, Centro, Garopaba/SC, de acordo com a legislação vigente, faz saber a quem possa interessar que estará recebendo inscrições para Ambulantes, Prestação Eventual de Serviço, Atividade Temporária sem Estabelecimento, Atividade Temporária com Estabelecimento Provisório, Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno, Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/ Noturno nas modalidades que constam do Objeto deste edital para a temporada de verão 2011/2012.

#### 1. OBJETO

1.1. Comércio Ambulante (isopor/ carrinhos) para venda de: água, refrigerante, sucos de frutas naturais, cerveja em lata, coco verde, milho verde, picolé, salgadinho, doces, rede e similares, salada de frutas,

1.2. Prestação Eventual de Serviço: conforme dispostos na Lei n.º.

- 1.107/2006 e suas alterações;
- 1.3. Atividade Temporária sem Estabelecimento;
- 1.4. Atividade Temporária em Estabelecimento Provisório;
- 1.5. Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno; (horário de funcionamento);
- 1.6. Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/ Noturno.

## 2. CONDIÇÕES GERAIS

- 2.1. Para os efeitos deste EDITAL, os terrenos de marinha e seus acrescidos serão considerados como área pública, exceto quando, legalmente, ocupado por particulares.
- 2.2. As praias e número de vagas para o exercício do comércio ambulante, são os constantes do presente EDITAL (anexo V), definidos pela Secretaria Municipal Finanças e na Lei Nº. 1.107/2006 e suas alterações e demais legislações aplicáveis.
- 2.3. Poderão participar apenas pessoas físicas e jurídicas que efetivamente vierem a exercer a atividade pretendida.
- 2.4. Todo aquele que for classificado a exercer atividades que manipule alimentos e/ ou bebidas, deverá providenciar atestado de saúde para ter o alvará de licença liberado.
- 2.5. A inscrição e o alvará são pessoais e intransferíveis.
- 2.6. As cadeiras e guarda-sóis para seus clientes deverão estar em perfeito estado de conservação, não sendo admitido tecido rasgado e efeito de oxidação, sob pena de aplicação de multa e cassação da licença (alvará).

## 3. PRAZO

- 3.1. O prazo de duração das autorizações emitidas para os proponentes classificados segundo os critérios do presente EDITAL, será de 90 (noventa) dias, de acordo com a Lei Nº. 1.107/2006 e suas alterações.
- 3.2. O período oficial da temporada de verão, para os efeitos da autorização de que trata o parágrafo anterior, é de 90 (noventa) dias, iniciando-se em 05 de dezembro de 2011.
- 3.3. Fica facultado à Administração Pública, a concessão, após o período de inscrição, desde que haja disponibilidade de vagas.

## 4. DA INSCRIÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO

- 4.1. Os interessados deverão ingressar com PROCESSO, no período de 21 de novembro de 2011 a 09 de dezembro de 2011, no horário compreendido das 13:00 às 18:00 horas, na Sede da Prefeitura Municipal de Garopaba/SC, à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro - Garopaba/SC, munidos de cópia de toda a documentação para a atividade que pretende inscrever-se, que consta do objeto do presente edital, conforme segue.
- 4.2. No Processo de inscrição de que trata o item 4.1, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
  - 4.2.1. Para os objetos 1.1 e 1.2 - Comércio Ambulante, Prestação Eventual de Serviço.
    - 4.2.1.1 Obrigatório sobre pena de indeferimento da inscrição
      - a) Cópia do CPF e RG, exclusivamente;
      - b) Comprovante de Residência, sendo:
        - b.1) Conta de Luz do parente até 2º grau ou companheiro(a) de união estável;
        - b.2) Conta de Água do parente até 2º grau ou companheiro(a) de união estável;
        - b.3) Contrato de locação anual, com no mínimo 180 (cento e oitenta) dias de vigência, com firmas reconhecidas anterior a data de publicação do edital.
      - c) Certidão Negativa de Débitos junto a Fazenda Municipal;
      - d) 01 (uma) foto 3 x 4 recente (máximos 06 meses);
    - 4.2.1.2 Facultativos, para fins de pontuação e classificação
      - a) Cópia do(s) alvará(s) de ano(s) anterior(es), que consta a atividade licenciada e local, com no máximo 5 (cinco) anos, se houver;
      - b) Cópia do Certificado frente e verso de curso de Relações Humanas realizado há no máximo 2 anos
      - c) Cópia de Certificado frente e verso de curso de Manipulação de

Alimentos realizado há no máximo 2 anos

- d) Certidão de Antecedentes criminais do Fórum da Comarca de domicílio do requerente e da Comarca de Garopaba.
- 4.2.1.3 Preenchimento dos formulários que constam dos anexos I, II e VI deste edital, sendo:
  - a) ficha Cadastral do Ambulante - Anexo I;
  - b) Chek-list da Documentação - Anexo II;
  - c) Declaração do candidato que está ciente dos termos do edital - Anexo V.
- 4.2.2. Para os Objetos 1.3, 1.4, 1.5 e 1.6 - Atividade Temporária sem Estabelecimento, Atividade Temporária em Estabelecimento Provisório, Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno, Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/ Noturno.
  - a) Ficha Cadastral Itens 1.3 / 1.4 / 1.5 / 1.6 - Anexo III;
  - b) Chek-list da Documentação - Anexo IV;
  - c) Contrato Social (Pessoa Jurídica);
  - d) Cartão CNPJ (Pessoa Jurídica);
  - e) Cópia RG e CPF (Pessoa Física), exclusivamente;
  - f) Certidão Negativa de Débito Municipal;
  - g) Cópia dos alvarás de anos anteriores, quando houver;
  - h) Comprovante de residência, contrato de locação ou autorização de uso pelo proprietário do imóvel (todas com reconhecimento de firma em cartório);

## 5. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E SELEÇÃO

- 5.1. À comissão julgadora compete a análise e julgamento dos processos, eliminando os que não atendem as disposições do presente Edital.
- 5.2. A comissão julgadora analisará e atribuirá pontuação, através das informações nas documentações prestadas no processo.
- 5.3. Estarão classificados os proponentes inscritos que obtiverem a maior pontuação até o preenchimento das vagas previstas neste edital.
- 5.4. No caso de empate no item 5.3, será classificado aquele que comprovar ter trabalhado por mais tempo, persistindo o empate será classificado o de maior idade.
- 5.5. Para pontuação serão considerados os seguintes critérios:
  - 5.5.1. Cópia de alvará frente e verso de anos anteriores para a mesma atividade (por alvará) - 1,0 ponto;
  - 5.5.2. Cópia de alvará frente e verso de anos anteriores para atividades diferentes (por alvará) - 0,5 ponto;
  - 5.5.3. Cópia do Certificado frente e verso de curso de Relações Humanas realizado há no máximo 2 anos - 1,0 ponto;
  - 5.5.4. Certidão Negativa de Débitos Municipais - 1,0 ponto;
  - 5.5.5. Cópia de Certificado frente e verso de curso de Manipulação de Alimentos realizado há no máximo 2 anos - 1,0 ponto;
  - 5.5.6. Pais que tenham filhos deficientes físicos sob sua guarda - 1,0 ponto;
  - 5.5.7. Residente em outro Estado da Federação - 0,5 ponto;
  - 5.5.8. Residente no Estado de Santa Catarina - 1,0 ponto;
  - 5.5.9. Residente no Município de Garopaba - 2,0 pontos;
  - 5.5.10. Residente e natural do município de Garopaba - 3,0 pontos;
  - 5.5.11. Certidão negativa de antecedentes Criminais do Fórum da Comarca de Garopaba - 1,0 ponto;
  - 5.5.12. Certidão negativa de antecedentes Criminais do Fórum da Comarca de domicílio - 1,0 ponto;
  - 5.5.13. Infrações cometidas em temporadas anteriores (mercadorias apreendidas, autos de infração) - 1,0 ponto negativo;

## 6. DA HOMOLOGAÇÃO E DIVULGAÇÃO: OBJETOS 1.1 e 1.2

- 6.1. Para os objetos 1.1 e 1.2 - Uma vez elaborada a listagem com a classificação dos proponentes, de acordo com o número de vagas para cada praia e atividade, o resultado será submetido à análise da Comissão Julgadora, para homologação e após para publicidade do ato no mural da Prefeitura Municipal, no dia 15 de dezembro de 2011, às 13:30 horas.

**7. OBRIGAÇÕES DOS PROPONENTES CLASSIFICADOS**

- 7.1. Manter a área em torno do local estabelecido para a atividade comercial em permanente estado de asseio e limpeza, utilizando cesto de lixo e sacos para a devida armazenagem de detritos.
- 7.2. É obrigatório a utilização de jaleco, boné e luvas conforme exigência da Vigilância Sanitária.
- 7.3. É obrigatória a exposição permanente do crachá de identificação com foto e da autorização para funcionamento.
- 7.4. Os carrinhos e instalações devem respeitar rigorosamente as normas de segurança e os períodos de funcionamento pré-determinados.
- 7.5. É proibido alterar o local de funcionamento dos equipamentos, nos casos em que ocorre a definição de local para a atividade comercial.
- 7.6. É proibido depositar caixas ou objetos ao redor do ponto autorizado.
- 7.7. É obrigatória a remoção dos carrinhos e demais equipamentos utilizados, ao término do trabalho diário, inclusive, e, principalmente, o próprio lixo produzido e coletado.
- 7.8. Somente poderá operar a pessoa física e jurídica classificada, sendo vedada à locação, sublocação ou venda.
- 7.9. É proibido depositar quaisquer produtos diretamente sobre o solo (utilizar suporte com o mínimo de 30 cm de altura).
- 7.10. A ocorrência de infração sanitária grave ou gravíssima acarretará na perda imediata do alvará de licença. A venda de produtos não autorizados será considerada infração sanitária gravíssima.
- 7.11. Somente será permitida a utilização de utensílios (copos, pratos) de material descartável.
- 7.12. Os alimentos deverão estar protegidos contra poeira, areia e vetores (insetos).
- 7.13. Deverá haver disponibilidade de água potável em quantidade suficiente, sendo admitido o uso de bobonas com torneiras e recipiente para coletar a água utilizada.
- 7.14. O atestado de saúde deverá estar à disposição da Divisão de Vigilância Sanitária, no local de funcionamento.
- 7.15. Não será permitida a utilização de equipamentos de sonorização.
- 7.16. A distância mínima entre pontos de mesma atividade comercial será de 100 metros.
- 7.17. A atividade do objeto I Ambulante I.I deve respeitar rigorosamente o período de funcionamento pré determinado, qual seja, das 08:00 às 20:00 horas.

**8. TAXAS DE VALORES DE INSCRIÇÃO**

8.1. Os valores para inscrição nas atividades pretendidas são as seguintes:

**TABELA DE PREÇOS PARA COBRANÇA DAS ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, DE CARÁTER PROVISÓRIO.**

I - Atividade Ambulante	II - Valor
Diversos doces	300,26
Diversos salgadinhos	300,26
Picolé	300,26
Cerveja/Refrigerante/Água/Suco/Salada de Frutas	300,26
Milho Verde/Côco Verde	355,35

II - Prestação Eventual de Serviços	II - Valor
Caiaque	800,71
Barco à vela	800,71
Cadeiras, bóias, etc/ Redes e Similares	600,54
Banana - boat	1.201,07
Escuna	1.201,07
III - Atividade Temporária sem Estabelecimento	600,54
IV - Atividade Temporária Estabelecimento Provisório	800,71
V - Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno	1.000,89

VI - Atividade Temporária com Estabelecimento Diurno/No-torno	1.658,28
---	----------

**9. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 9.1. O comércio de característica sazonal, decorrente da adjudicação dos proponentes vendedores, ficará sujeito à Fiscalização Federal, Estadual e Municipal.
- 9.2. Os manipuladores de alimentos deverão atender às normas da Vigilância Sanitária e dos Órgãos da Saúde Federal, Estadual e Municipal.
- 9.3. As autorizações e alvarás, decorrentes do presente processo não poderão ser transferidos a terceiros e devem estar sempre visíveis ao público.
- 9.4. A Prefeitura Municipal de Garopaba reserva-se o direito de anular ou revogar o presente processo, no todo ou em parte, nos casos previstos em Lei ou conveniência administrativa, técnica ou financeira, sem que por isso, caiba aos participantes direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.
- 9.5. Aplica-se ao presente processo toda a legislação vigente à matéria.
- 9.6. Somente poderá iniciar a atividade, o indivíduo classificado que tiver em seu poder o devido alvará de licença e ter recolhido à Fazenda Municipal as taxas referentes à Atividade Comercial autorizada.
- 9.7. Caso o classificado não retire o alvará até 23/12/2011, o mesmo será automaticamente cancelado.
- 9.8. Todos os adjudicatários que ferirem o presente EDITAL e ou as Posturas Municipais, além de terem imediatamente cassadas as suas licenças, não poderão participar de novas convocações com a mesma finalidade.
- 9.9. Após processo protocolado não será mais permitida entrega de documentos posteriores.
- 9.10. Não será permitida a ligação de energia elétrica e água para os itens 1.1 e 1.2 (Inciso II do art. 15, Lei 1107/2006).
- 9.11. O requerente, quando for menor que 16 e maior que 14 anos de idade, deve procurar o Comissário da Infância e da Juventude, no Fórum de Garopaba, para solicitar autorização para o trabalho. O desrespeito a essa orientação pode acarretar a perda do Alvará.
- 9.12. Não será concedido o Alvará para menores de 18 anos para o comércio de bebidas alcoólicas, atividades insalubres e perigosas.
- 9.13. Os interessados a exercerem atividades que incidam ICMS, deverão procurar a Secretaria da Fazenda do Estado - USEFI - Imbituba/SC, na Rua Alcino Fonseca, nº 51 - Térreo, fone (48) 3255-0482, para que se cadastrem no Regime Especial de Funcionamento de Temporada.
- 9.13. O presente EDITAL; está a disposição no site [www.garopaba.sc.gov.br](http://www.garopaba.sc.gov.br), no Mural da Prefeitura Municipal e na Secretaria Municipal de Finanças.

10. Anexos a este Edital: Anexo I, Anexo II, Anexo III, Anexo IV, Anexo V, Anexo VI

Garopaba, 14 de novembro de 2011.

LUIZ CARLOS LUIZ  
Prefeito Municipal

ANEXO I - EDITAL PMG / FAZ / 001/2011  
FICHA CADASTRAL DO AMBULANTE PROCESSO Nº. \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_  
CONTRIBUINTE: \_\_\_\_\_ ECONOMICO: \_\_\_\_\_  
DADOS DO REQUERENTE:  
Nome: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Nº. \_\_\_\_\_  
Bairro: \_\_\_\_\_  
Próximo a: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_  
 Fones: \_\_\_\_\_  
 RG nº.: \_\_\_\_\_ CPF nº.: \_\_\_\_\_  
 Título eleitor nº.: \_\_\_\_\_

**DADOS DA ATIVIDADE:**

Praia Pretendida: \_\_\_\_\_  
 Atividade Pretendida: \_\_\_\_\_  
 Horário de Trabalho: \_\_\_\_\_  
 Tamanho uniforme (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
 Descrição completa do Equipamento: \_\_\_\_\_

**CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO**

Item	Descrição	Pontos	Aten- de	Não Atende	Soma- tório
01	Cópia de alvará frente e verso de anos anteriores para a mesma atividade (por alvará)	1,0			
02	Cópia de alvará frente e verso de anos anteriores para atividades (por alvará)	0,5			
03	Cópia do Certificado frente e verso de curso de Relações Humanas realizado há no máximo 2 anos	1,0			
04	Certidão Negativa de Débitos Municipais	1,0			
05	Cópia de Certificado frente e verso de curso de Manipulação de Alimentos realizado há no máximo 2 anos	1,0			
06	Pais que tenham filhos deficientes sob sua guarda	1,0			
07	Residente em outro Estado da Federação	0,5			
08	Residente no Estado de Santa Catarina	1,0			
09	Residente no Município de Garopaba	2,0			
10	Residente e natural do município de Garopaba	3,0			
11	Certidão negativa de antecedentes criminais do Fórum da comarca de Garopaba	1,0			
12	Certidão negativa de antecedentes criminais do Fórum da comarca de Domicílio	1,0			
13	Infrações cometidas em temporadas anteriores (mercadorias apreendidas, autos de infração)	-1,0			
TOTAL DE PONTOS					

Obs: Declaro que todas as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras, bem como, cumpro todas as normas do EDITAL Nº. 001/ PMG/ FAZ/ 2010 Garopaba/SC \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

\_\_\_\_ Ass.Servidor

Ass. Requerente

**ANEXO II - DOCUMENTAÇÃO - EDITAL PMG / FAZ / 001/2011**

Obs.: Relação de todos os documentos necessários a entrada do processo. Cadastrados na solicitação.

1 - CÓPIA DO CPF:	SIM [ ]	NÃO [ ]
2 - CÓPIA RG:	SIM [ ]	NÃO [ ]
3 - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA:	SIM [ ]	NÃO [ ]
4 - CÓPIA DE ALVARÁ DE ANOS ANTERIORES:	SIM [ ]	NÃO [ ]
5 - CÓPIA DA CERTIDÃO DE CASAMENTO:	SIM [ ]	NÃO [ ]
6 - COMPROVANTE DE DEFICIENTE FÍSICOS:	SIM [ ]	NÃO [ ]
7 - CÓPIA DE CURSO DE RELAÇÕES HUMANAS:	SIM [ ]	NÃO [ ]
8 - CERTIF. CURSO MANIPULAÇÃO ALIMENTO:	SIM [ ]	NÃO [ ]

9 - FOTO 3X4 - RECENTE	SIM [ ]	NÃO [ ]
10 - CETIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICI-PAIS	SIM [ ]	NÃO [ ]
11 - SE FOR O CASO LAUDO MÉDICO QUE COMPROVE DEFICIÊNCIA DE FILHOS SOB SUA GUARDA	SIM [ ]	NÃO [ ]
12-CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DO FORUM DA COMARCA DE GAROPABA	SIM [ ]	NÃO [ ]
13 - CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS DO FORUM DA COMARCA DE DOMICILIO	SIM [ ]	NÃO [ ]

14 - Outros: \_\_\_\_\_

OBS.: Orientamos a leitura completa do Edital PMG/FAZ/001/2011.

GAROPABA, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

Nome do Requerente

Assinatura do Requerente

**ANEXO III - EDITAL PMG / FAZ / 001/2011**

FICHA CADASTRAL ITENS 1.3/1.4/1.5/1.6 - PROCESSO N.º \_\_\_\_/\_\_\_\_

CONTRIBUINTE: \_\_\_\_\_

DADOS DO REQUERENTE: ECONOMICO: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Nº. \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_ Próximo a: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ Fones: \_\_\_\_\_

RG nº.: \_\_\_\_\_ CPF nº.: \_\_\_\_\_

Título eleitor nº.: \_\_\_\_\_

**DADOS DA ATIVIDADE:**

Praia Pretendida: \_\_\_\_\_

Atividade Pretendida: \_\_\_\_\_

Horário de Trabalho: \_\_\_\_\_

Descrição completa do Equipamento: \_\_\_\_\_

Obs: Declaro que todas as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras, bem como, cumpro todas as normas do EDITAL Nº. 001/ PMG/ FAZ/ 2011

Garopaba/SC \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Ass. Servidor

Ass. Requerente

**ANEXO IV - DOCUMENTAÇÃO - EDITAL PMG / FAZ/ 001/2011 ITENS 1.3 / 1.4 / 1.5 / 1.6**

Obs.: Relação de todos os documentos necessários a entrada do processo. Cadastrados na solicitação.

1 - CONTRATO SOCIAL:	SIM [ ]	NÃO [ ]
2 - CNPJ:	SIM [ ]	NÃO [ ]
3 - ÁLVARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA:	SIM [ ]	NÃO [ ]
4 - ALVARÁ DE BOMBEIROS:	SIM [ ]	NÃO [ ]
5 - CÓPIA DO CPF:	SIM [ ]	NÃO [ ]
6 - CÓPIA DO RG:	SIM [ ]	NÃO [ ]
7 - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA:	SIM [ ]	NÃO [ ]
8 - CÓPIA DE ALVAREÁ DE ANOS ANTERIORES:	SIM [ ]	NÃO [ ]
9 - CONTRATO DE LOCAÇÃO:	SIM [ ]	NÃO [ ]
10 - CETIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNI-CIPAIS	SIM [ ]	NÃO [ ]

11 - Outros: \_\_\_\_\_

OBS.: Orientamos a leitura completa do Edital PMG/FAZ/001/2011.

GAROPABA, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Nome do Requerente

Assinatura do Requerente

ANEXO V QUADRO DE VAGAS EDITAL 001/2011

I - Perímetro Urbano que não Praia

10 - Carrinhos de Picolé;

II - Praia de Garopaba

12 - Refrigerante em lata/Cerveja/Água Mineral/Suco Natural;

15 - Diversos tipos de Salgadinhos;

03 - Diversos tipos de Doces;

10 - Carrinhos de Milho Verde;

10 - Carrinhos de Picolé;

04 - Côco Verde;

04 - Salada de Frutas;

08 - Vendedores de (Redes 3) Similares (Cangas 3 e Chapéu 2).

Obs. Do Salva vidas para Norte

III - Praia do Ferrugem

08 - Refrigerante em lata/Cerveja/Água Mineral/Suco Natural;

08 - Diversos tipos de Salgadinhos;

03 - Diversos tipos de Doces;

04 - Carrinhos de Milho Verde;

04 - Caixas de Picolé;

04 - Côco Verde;

03 - Salada de Frutas

10 - Vendedores de Redes e Similares.

IV - Outras Praias

08 - Refrigerantes em lata/Cerveja/Água Mineral/Suco Natural;

08 - Diversos tipos de Salgadinhos;

03 - Diversos tipos de Doces;

04 - Carrinho de Milho Verde;

04 - Caixas de Picolé;

03 - Côco Verde;

03 - Salada de Frutas;

10 - Vendedores de Redes e Similares.

ANEXO VI - DECLARAÇÃO EDITAL 001/2011

DECLARAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, nacionalidade: \_\_\_\_\_

Estado civil: \_\_\_\_\_,

Profissão: \_\_\_\_\_,

RG nº \_\_\_\_\_

Órgão expedidor: \_\_\_\_\_, CPF: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_,

Residente: \_\_\_\_\_

Nº \_\_\_\_\_,

Bairro: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_,

CEP: \_\_\_\_\_

DECLARO para os devidos e efeitos legais, que estou ciente de todas as disposições constantes no edital nº PMG/FAZ/001/2011 "DISCIPLINA O LICENCIAMENTO DE ATIVIDADES COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER PROVISÓRIO", e da Lei Municipal nº 1107 de 2006 e alterações posteriores.

Garopaba, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Candidato

**Garuva****PREFEITURA****Aviso de Licitação FMS Nº 011/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial FMS nº 011/2011

Tipo de julgamento: Menor Preço Mensal

Objeto: Contratação de empresa com capacidade técnica para prestação de serviços de urgência e emergência na área Médica, de forma ininterrupta, em regime de plantão - 24 HORAS DIA - inclusive nos finais de semana, feriados e pontos facultativos, junto a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas (UPA) do Município, para os usuários do Sistema Único de Saúde, conforme Memorial Descritivo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 02/12/2011 às 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br).

Garuva, 18 de Novembro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

**Aviso de Licitação PMG Nº 032/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Pregão Presencial nº 032/2011

Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Aquisição de aparelhos condicionadores de ar tipo "split" quente e frio, incluindo a instalação elétrica e do aparelho, para as unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, conforme Memorial Descritivo em anexo.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: dia 05/12/2011 às 09:00 horas.

A fase de lances Verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site [www.garuva.sc.gov.br](http://www.garuva.sc.gov.br) &gt; licitações &gt; Prefeitura Municipal de Garuva

Garuva, 18 de novembro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

**Aviso de Leilão**

AVISO

EDITAL DE LEILÃO 001/2011

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, com sede na Av. Celso Ramos, Nº 1614, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.848/0001-59, torna público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO para a venda à vista de bens móveis inservíveis, no dia 09 de dezembro de 2011 às 09 horas, no PÁTIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, NO ENDEREÇO CITADO ACIMA. O leilão será conduzido pelo Senhor Luis Miguel Ferrazza, nomeado para exercer a função de Leiloeiro, pelo Decreto nº 85, de 10 de novembro de 2011. LOTE 01: 01 FORD / FIESTA, ano/modelo 1998, placas LZL 5562, RENAVAL 694825441, cor branca, gasolina, LANCE INICIAL R\$ 2.000,00; LOTE 02: 01 FORD / FIESTA, ano/modelo 1998, placas LZV 6522, RENAVAL 696592550, cor branca, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00; LOTE 03: 01 FORD / F 11.000, ano 1991, modelo 1992, Placas ACM 5031, RENAVAL 602083818, cor branca, diesel, com equipamento p/ coleta de lixo. LANCE INICIAL R\$ 12.000,00; LOTE 04: 01 FORD / FIESTA, ano/modelo 1998, Placas LZL 5512, RENAVAL 694824674, cor branca, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00; LOTE 05: 01 FORD / FIESTA GL, ano/modelo 2000, Placas MBI 5582, RENAVAL 735245614, cor branca, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 2.500,00; LOTE 06: 01 FORD / FIESTA GL, ano 2001, modelo 2002, Placas MFT 6080, RENAVAL 773889280, cor branca, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 2.800,00; LOTE 07: 01 RENAULT KANGOO EXPRL 10, ano 1995, modelo 1996, Placas MDC 7432, RENAVAL 784627827, cor branca, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00; LOTE 08: 01 RENAULT KANGOO EXPRL 10, ano/ modelo 2000, Placas MBR 2144, RENAVAL 784504156, cor branca, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 2.000,00; LOTE 09: 01 RENAULT TRAFIC FLC, ano/ modelo 1997, Placas LZX 1184, RENAVAL 700674527, cor vermelha, gasolina. LANCE INICIAL R\$ 1.800,00; LOTE 10: SUCATAS DE INFORMÁTICA, contendo: 25CPU'S, 18 Monitores e 08 Impressoras. LANCE INICIAL R\$ 65,00; LOTE 11: SUCATAS DE FERRO VELHO, contendo: cadeiras e carteiras escolares, arquivos de aço e outros materiais (totalizando 700 kg). LANCE INICIAL R\$ 100,00. O Edital completo com as descrições poderá ser obtido no Setor de Licitações da Prefeitura ou através do site [www.garuva.sc.gov.br/licitacoes](http://www.garuva.sc.gov.br/licitacoes), ou ainda pelo telefone (47) 3445 8208. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atentamente o edital.

Garuva, 18 de novembro de 2011.

JOÃO ROMÃO

Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

#### Decreto Nº 4.597, de 16 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº 4.597, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA SERVIDORES QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito do Município de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 72, da Lei Orgânica do Município, e artigo 10 e seguintes, da Lei Municipal nº. 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados, a partir desta data, conforme habilitação em Concurso Público regido pelo Edital nº. 001/2008, os aprovados para os cargos abaixo especificados, com carga horária e lotação conforme segue:

NOME	CARGO	C/H	COLOCAÇÃO	LOTAÇÃO
Samanta Regina Costa	Escriturário	40h	9ª	Secretaria de Administração e Finanças
Juliana Muller Silveira	Escriturário	40h	10ª	Secretaria de Transportes e Obras
Paulo Eduardo Tillmann	Agente de Serviços Especializados III	40h	9º	Secretaria de Administração e Finanças
Uillian Rafain de Souza	Agente de Serviços Especializados III	40h	10º	Secretaria de Administração e Finanças

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 16 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

#### Decreto Nº. 4.592, de 11 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.592, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.

SUBSTITUI MEMBRO PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a seguinte servidora para integrar a Comissão de Estágio Probatório:

I - MARAISA ZIMMERMANN, ocupante do cargo efetivo de ASE II, em substituição a SANDRO ALEXANDRE TILLMANN;

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados neste Decreto.

Art. 3º Fica revogado parcialmente o Decreto 3.365, de 06 de março de 2009.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de novembro de 2011.

Gaspar, 11 de novembro de 2011.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

#### Decreto Nº. 4.594, de 16 de Novembro de 2011.

DECRETO Nº. 4.594, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO DELIBERATIVO E O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º O Conselho Deliberativo da Fundação Municipal de Esportes, conforme disposto no art. 11 e seu parágrafo único, da Lei Municipal nº 1.392, de 09 de dezembro de 1992, será composto pelos seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes:

I - membro titular Renato César Zimmermann e suplente Charles Roberto Petry;

II - membro titular Douglas Wehmuth e suplente Cleonice Henriques da Silva;

III - membro titular Cláudio Roberto D´Avila e suplente Rogê Bandiera Paiva;  
IV - membro titular Mari Inês Testoni Theiss e suplente Maycon André Schramm;  
V - membro titular Dayro José Bornhausen e suplente Gilmar Ternuss.

Art. 2º O Conselho Fiscal da Fundação Municipal de Esportes, conforme disposto no art. 18, da Lei Municipal nº 1.392, de 09 de dezembro de 1992, será composto pelos seguintes membros titulares e seus respectivos suplentes:

I - membro titular Eduardo Ernesto Dias e suplente Ademor Luiz Machado;  
II - membro titular Cirlene T. S. Künel e suplente Maria Krummacker;  
III - membro titular Alceu de Almeida e suplente Adilson Carlos Pêra.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 3.387/2009.

Gaspar, 16 de novembro de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal de Gaspar

#### **Decreto Nº. 4.598, de 17 de Novembro de 2011.**

DECRETO Nº. 4.598, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.  
NOMEIA CLAUCEMAR GETULIO ROSSONI PARA EXERCER O CARGO DE ASSESSOR ADMINISTRATIVO DO GABINETE DO PREFEITO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no art. 10 da Lei Municipal nº 1.357, de 28 de maio de 1992, e com base na Lei Municipal nº 3.224 de 09 de junho de 2010,

#### **DECRETA**

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 21 de novembro de 2011, CLAUCEMAR GETULIO ROSSONI, CPF sob nº 518.023.929-04 e CI nº 1.519.953, para exercer o cargo em comissão de Assessor Administrativo, junto ao Gabinete do Prefeito, Nível CC, Ref. 64, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 17 de novembro de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito Municipal

#### **Portaria Nº 2.579, de 17 de Novembro de 2011.**

PORTARIA Nº 2.579, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.  
COLOCA A DISPOSIÇÃO NO CENTRO DE INCLUSÃO DIGITAL, A SERVIDORA JEANE ERCHMANN.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

#### **RESOLVE:**

Art. 1º Coloca a disposição no Centro de Inclusão Digital, a partir de 07 de novembro de 2011, a servidora JEANE ERCHMANN, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada com 40 horas semanais na EEB Dolores Luzia dos Santos Krauss.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos para 07 de novembro de 2011.

Gaspar, 17 de novembro de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI  
Prefeito do Município de Gaspar

#### **Errata do Aviso da Concorrência Nº 164/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

ERRATA do Aviso da Concorrência nº 164/2011

Ante o erro na divulgação da Concorrência nº 164/2011 publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, dia 17/11/2011, retificamos a data do certame conforme a seguir: O OBJETO é a construção do Viaduto e acessos no Centro do Município de Gaspar. A ENTREGA dos envelopes contendo os documentos de Habilitação e as Propostas deverão ocorrer até as 9h do dia 21/12/2011. A ABERTURA será dia 21/12/2011 às 9h30min. Os interessados poderão obter a íntegra do Edital diariamente no horário de expediente no Depto. de Compras do Paço Municipal, sito a Rua Coronel Aristiliano Ramos, nº 435 Centro, Gaspar/SC, ou no site [www.gaspar.sc.gov.br](http://www.gaspar.sc.gov.br)  
Gaspar (SC), 18 de Novembro de 2011.  
PEDRO CELSO ZUCHI - Prefeito

### **SAMAE**

#### **Extrato do Contrato Nº 31/2011 - SAMAE**

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE  
- EXTRATO CONTRATOS / 2011

Número do contrato: 31/2011

Data vigência: 16/12/2011

Data vencimento: 31/12/2011

Número da Licitação: 45/2011 - Modalidade: Pregão

Contratante: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE

Contratado: BRASIL SUL SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA - CNPJ/CPF do contratado: 01.657.361/0001-78

Objeto: Serviços de vigilância humana patrimonial para a ETA IV - Bateias.

Valor: R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais).

Gaspar (SC), em 17 de novembro de 2011.

LOVÍDIO CARLOS BERTOLDI

Diretor Presidente

## **Guaramirim**

### **PREFEITURA**

#### **Extrato ata registro preço 104/2011**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.

Contratada: RENATO TOMELIN EPP

Objeto: AQUISIÇÃO DE HORAS MÁQUINAS PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE GUARAMIRIM.

Valor: R\$ 44.250,00 ( QUARENTA E QUATRO MIL DUZENTOS E CINQUENTA REAIS )

Vigência: INÍCIO: 23/09/2011 TÉRMINO: 23/09/2012 Licitação:

Pregão Presencial nº. 104/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Renato Tomelin.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
Contratada: L.T. WONSIEWSKI E CIA LTDA  
Objeto: AQUISIÇÃO DE HORAS MÁQUINAS PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.  
Valor: R\$ 44.800,00 ( QUARENTA E QUATRO MIL E OITOCENTOS REAIS )  
Vigência: INÍCIO: 23/09/2011 TÉRMINO: 23/09/2012 Licitação: Pregão Presencial nº. 104/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Luzia Tomelin Wonsiewski.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
Contratada: TERRAPLANAGEM GONZAGA LTDA ME  
Objeto: AQUISIÇÃO DE HORAS MÁQUINAS PARA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.  
Valor: R\$ 35.850,00 ( TRINTA E CINCO MIL OITOCENTOS E CINQUENTA REAIS )  
Vigência: INÍCIO: 23/09/2011 TÉRMINO: 23/09/2012 Licitação: Pregão Presencial nº. 104/2011 Signatários: pelo Contratante, Nilson Bylaardt e, pela contratada : Marcos Antonio da Silva.

Guaramirim, 23 de Setembro, 2011  
NILSON BYLAARDT  
Prefeitura Municipal de Guaramirim

#### **Extrato aviso procedimentos de licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/GABINETE DO PREFEITO  
AVISO DE PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preço p/ Compras e Serviços - 94/2011  
Tipo : Preço e Técnica - pelo total geral  
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS DE PUBLICIDADE AOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

A sessão pública de confrontação do conteúdo do envelope nº 02 -PLANO DE COMUNICAÇÃO - VIA IDENTIFICADA, com o envelope nº 01 -PLANO DE COMUNICAÇÃO - VIA NÃO IDENTIFICADA será no dia 21 de Novembro de 2011, as 09:00 - na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Guaramirim, logo após será publicado o resultado da nota técnica.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 18/11/2011.  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

#### **Extrato de ratificação/dispensa**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE  
TERMO DE RATIFICAÇÃO A DISPENSA DE LICITAÇÃO  
DISPENSA PROCESSO LICITATÓRIO 40/2011.

Ratifico por este termo, a dispensa de Licitação, para a Locação de Imóvel, situado na Rua Izídio Carlos Peixer s/n.º, Bairro Ilha da Figueira, Para atender a necessidade da Secretaria de Saúde de

Instalar Unidade de Saúde neste Bairro.  
Base legal: Art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.  
Dotação Orçamentária: 12.01 2035.3390.16400  
Contratado: Srª Rubia Kinas.  
Valor: R\$ 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)

Guaramirim-SC, 09 de novembro de 2011  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

#### **Extrato do Contrato**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE SAÚDE  
EXTRATO DO CONTRATO  
Nº. 38/2011- FMS

Objeto: Locação de Imóvel, situado na Rua Izídio Carlos Peixer s/n.º, Bairro Ilha da Figueira, Para atender a necessidade da Secretaria de Saúde de Instalar Unidade de Saúde neste Bairro.  
Modalidade de Licitação: Dispensa de Licitação n.º 40/2011.  
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC/ Fundo Municipal de Saúde.  
Contratada: Srª Rubia Kinas.  
Valor do Contrato: R\$: 10.800,00 (dez mil e oitocentos reais)  
Vigência: Início: 09/11/2011 Término: 08/11/2011.

Guaramirim-SC, 09 de novembro de 2011  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

#### **Extrato termo aditivo**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS  
EXTRATO DE TERMO ADITIVO  
CONTRATO N.º 31/2011 - PMG

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS PARA URBANIZAÇÃO DA ÁREA CENTRAL DO MUNICÍPIO.  
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM.  
CONTRATADA: ALLEANZA PROJETOS E CONSULTORIA LTDA  
OBJETO DO ADITIVO: prorroga-se o prazo de execução do serviço, por mais 30 (trinta) dias, assim como o prazo de vigência do contrato que passa a vigorar de 06 (seis) para 09 (nove) meses.  
DATA ASSINATURA: 24/08/2011.

Guaramirim (SC), 24 de agosto de 2011  
NILSON BYLAARDT  
Prefeito Municipal

## Herval do Oeste

**PREFEITURA**

#### **Portaria Nº 1021/2011**

PORTARIA Nº 1021/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Licença Prêmio, à servidora MARINEZ COUTO OLIVEIRA ALVES, (Matr. 92), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível - 7, Referência "E", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, nos termos do artigo 79, e seus parágrafos, da Lei Complementar Nº. 191/2005, referente ao período aquisitivo de 30 de dezembro de 2005 a 30 de dezembro de 2010, para serem gozadas a partir de 16 de novembro de 2011 a 15 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 16 de Novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1022/2011**

PORTARIA Nº 1022/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 662/2009, a qual concedia função gratificada de Supervisora de Área - FC-03 para a Servidora JANAINA COUSSOU LARROSA (Matr. 2869), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referência 7/A, 40 horas semanais, a partir de 17 de Novembro de 2011, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme preceitua a LC Nº 280/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1023/2011**

PORTARIA Nº 1023/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

FAZER CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 800/2009, a partir de 17 de Novembro de 2011, a qual designava o Servidor FERNANDO SERGIO FAVRETTO (Matr. 2879), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente Administrativo, Nível/Referência 7/A, 40 horas semanais, para responder pela função de Diretor de Programas de Saúde, Nível-DAS-1, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, conforme preceitua a LC Nº 280/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d' Oeste (SC), em 17 de Novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1024/2011**

PORTARIA Nº 1024/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto no artigo 41 caput da Constituição Federal,

**RESOLVE:**

HOMOLOGAR o Estágio Probatório e DECLARAR estável no Serviço Público Municipal, no cargo de Professor, Nível/Referência - 2/A, do anexo III, 40 horas semanais, à Servidora FERNANDA MARQUEZE MOTT (Matr. 2851), ocupante de Cargo de Provimento Efetivo, haja vista ter cumprido o período de três anos de Estágio Probatório de 18 de Agosto de 2008 a 17 de Novembro de 2011, com interstício de 90 (noventa) dias, consoante o que determina o Decreto nº 1606 de 25 de setembro de 2003, conforme formulários de avaliação constantes em sua ficha funcional.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Portaria Nº 1025/2011**

PORTARIA Nº 1025/2011

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

**RESOLVE:**

CONCEDER Férias Regulamentares, à Servidora LIANA SEVERINO (Matr. 3228), a qual exerce a função de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível - 8, Referência "A", 40 horas semanais, constante do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal, referente ao período aquisitivo compreendido entre 25 de outubro de 2010 e 24 de outubro de 2011, para serem gozadas a partir de 17 de novembro de 2011 a 16 de dezembro de 2011, conforme o disposto no Artigo 94 da Lei Complementar Nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 17 de Novembro de 2011.  
NELSON GUINDANI  
Prefeito Municipal

**Imbituba**

**PREFEITURA**

**Lei Nº 3.961.2011**

Lei nº 3.961, de 20 de setembro de 2011.

Regula a instalação e operação do sistema integrado de monitoramento e tratamento de imagens, dados e informações.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA,

Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Município de Imbituba o Sistema Integrado de Monitoramento e Tratamento de Imagens, Dados e Informações, produzidas para vigilância permanente do espaço público por câmeras de vídeo, com os seguintes objetivos:

- I - prevenir o crime e a violência;
- II - otimizar o controle de tráfego;
- III - oportunizar o zelo urbanístico;
- IV - ampliar a vigilância ambiental;
- V - aperfeiçoar a fiscalização das demais posturas municipais.

Parágrafo único. É assegurada, na operação do Sistema Integrado de Monitoramento e Tratamento de Imagens, Dados e Informações, a participação de Instituições Estaduais e Federais, mediante convênio específico.

Art. 2º O tratamento de dados, informações e imagens produzidos pelo videomonitoramento devem processar-se no estrito respeito pela inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas, bem como pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais.

Art. 3º É vedada a utilização de câmeras de vídeo quando a captação de imagens atingir o interior de residências, ambientes de trabalho ou qualquer outra forma de habitação cuja inviolabilidade seja garantida pelos preceitos constitucionais de privacidade.

Art. 4º A operação do videomonitoramento ficará a cargo da Polícia Militar de Santa Catarina, que atuará em colaboração com a Polícia Civil do Estado de Santa Catarina e o Ministério Público Estadual de Santa Catarina.

Art. 5º É obrigatória a fixação, nos locais públicos sob vigilância eletrônica, de aviso que informe sobre a existência de câmera no local com os seguintes dizeres: "Esta área encontra-se sob vigilância eletrônica por câmeras de vídeo".

Art. 6º Os Operadores do Sistema estão obrigados a comunicar imediatamente e em tempo real ao setor Operacional de Policiamento ou vigilância, as infrações em andamento ou recentemente consumadas registradas pelo videomonitoramento.

Art. 7º Quando uma gravação de vídeo, realizada de acordo com esta Lei, registrar a prática de fatos relevantes, conforme os objetivos previstos no art. 1º, e não for aplicável a regra do art. 6º, será elaborada comunicação do evento no prazo máximo de 24 horas à autoridade competente, juntamente com cópia das imagens respectivas.

Art. 8º As imagens registradas pelo Sistema somente serão liberadas a requerimento por escrito da Autoridade Policial ou de órgão do Ministério Público, ou em função de expressa determinação judicial.

Parágrafo único. As imagens produzidas deverão ficar armazenadas por trinta dias, findo os quais podem ser apagadas.

Art. 9º O acesso à Central de Videomonitoramento somente será permitido às pessoas previamente credenciadas.

Art. 10. Os Operadores do Sistema são obrigados, sob as penas da Lei, a:

- I - impedir o ingresso de pessoa não autorizada nas instalações utilizadas para o monitoramento, tratamento de imagens, dados e informações produzidas pelo Sistema;
- II - impedir que imagens, dados e informações possam ser visualizadas, copiadas, alteradas ou retiradas por pessoa não autorizada.

Art. 11. O acesso ao local onde são exibidas e registradas as imagens de vídeo, dados e informações resultantes de vigilância e monitoramento, será controlado por Sistema que, obrigatoriamente, deve registrar, os horários de ingressos e saídas das pessoas credenciadas ou autorizadas por expressa determinação judicial.

Art. 12. Todas as pessoas que tenham acesso às gravações realizadas nos termos desta Lei, em razão das suas funções, deverão guardar sigilo absoluto, sob pena de responsabilização administrativa e criminal.

Art. 13. O Poder Executivo Municipal poderá estabelecer parceria com Entidades Públicas e Privadas para a instalação de novos pontos de videomonitoramento e ampliação do Sistema, em conformidade com os objetivos e determinações desta lei.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 20 de setembro de 2011.

**JOSÉ ROBERTO MARTINS**

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

**DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO**

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

### **Decreto PMI Nº 144.2011**

DECRETO PMI Nº 144, de 07 de novembro de 2011.

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar para a Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 3.784, de 25 de novembro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 60.000,00(sessenta mil reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários, como segue:

Órgão:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA

Unidade: 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba

Programa: 01 - Processo Legislativo

Projeto (Ação):

2.001 - Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara

Funcional programática: 01.031.0001

3.3.90.00.00.00.00.0080 (0003) Aplicações Diretas 40.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0080 (0001) Aplicações Diretas 20.000,00

Total 60.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:

01 - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE IMBITUBA

Unidade: 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores de Imbituba

Programa: 01 - Processo Legislativo

Projeto (Ação):

2.001 - Manutenção e Modernização Administrativa da Câmara

Funcional programática: 01.031.0001  
4.4.90.00.00.00.00.0080 (0002) Aplicações Diretas 60.000,00  
Total 60.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

**Publicação de Extrato de Dispensa 09/2011 (Saneamento)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

PROCESSO Nº 15/2011

DISPENSA Nº 09/2011

Objeto: Implantação da pavimentação, com peças-moldadas de concreto - PCC, da Rua Francisco Florentino Duarte, situada no bairro de Nova Brasília

Empresa: JL Construtora Ltda ME.

Valor Total: R\$ 6.523,97.

Fundamento: Artigo 24, I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 18 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

**Publicação de Extrato de Dispensa 63/2011 (PMI)**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 192/2011

DISPENSA Nº 63/2011

Objeto: Fornecimento de materiais e mão-de-obra para construção de 01 (um) posto salva vidas na Barra de Ipiraquera - Imbituba/SC.

Empresa: Castelo Engenharia Ltda.

Valor Total: R\$ 14.200,00

Fundamento: Artigo 24, I da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 18 de novembro de 2011.

JOSÉ ROBERTO MARTINS

Prefeito Municipal

**CÂMARA MUNICIPAL****Ato da Presidência Nº 42 /11**

Ato da Presidência nº 42 /11

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a ORDEM DO DIA da 39ª Sessão Ordinária, da 3ª Sessão Legislativa, da 13ª Legislatura, a realizar-se no dia 21 de novembro de 2011 (segunda-feira), às 19h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/ Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
129	PL nº 4.184/2011	30/10/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Tutelar e a Comissão de Ética e dá outras Providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	PL nº 4.185/2011	07/11/2011	Poder Legislativo	Jaison Cardoso de Souza	Declara de Utilidade Pública a Associação Imbitubense de Artes Marciais Mistas.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
136	PL nº 4.186/2011	17/11/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Dispõe sobre de crédito adicional suplementar para o Fundo Municipal de Assistência Social de Imbituba e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
137	PL nº 4.187/2011	17/11/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Desafeta bens móveis de uso comum do povo, autoriza doação dos bens que especifica, abaixo, para o Grupo Espírita Porta da Esperança e dá outras providências.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
138	PL nº 4.188/2011	17/11/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar termo de cessação de direito real de uso de bem imóvel público com a Associação de Mães Amigas das Gestantes e Idosos (AMAGI).	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
139	PL nº 4.189/2011	17/11/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar termo de cessação de direito real de uso de bem imóvel público com o Grêmio Recreativo Escola de Samba Vila Nova – GRES Vila Nova.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
140	PL nº 4.190/2011	17/11/2011	Poder Executivo	José Roberto Martins	Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a firmar termo de cessação de direito real de uso de bem imóvel público com o Clube Coração de Mãe do bairro de Ibiraquera.	Urgência Especial	Única	1ª/2ª
	REQ nº 017/2011	07/11/2011	Poder Legislativo	Jaison Cardoso de Souza	REQUER que sejam oficiadas as seguintes organizações: Associação dos Moradores, Pescadores Profissionais e Amadores da Praia do Porto – AMPAP; Colônia de Pescadores Z-13 de Imbituba; Companhia Docas de Imbituba – CDI; Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ; Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina – SPU/SC; Marinha do Brasil; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Santa Catarina – IPHAN/SC; Fundação do Meio Ambiente de Santa Catarina – FATMA/SC; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA; Instituto Chico Mendes da Biodiversidade – ICMBio (APA da Baleia Franca); Ministério Público Federal em Santa Catarina – MPF/SC; Órgão Gestor de Mão de Obra do Porto Organizado de Imbituba – OGMO; Imbituba Empreendimentos e Participações S.A. – IEP; BRASPORTOS Operadora Portuária S.A.; LIBRA Sul S.A.; DTA Engenharia; Banco Fator S.A.; para que contribuam, informando ou remetendo a este Poder Legislativo todas informações, documentos, mapas, projetos, TAC, EIA/RIMA, pesquisa arqueológica, etc., pertinentes à área e ao projeto em que anuncia-se a construção de um novo terminal portuário, na Praia do Porto, em Imbituba, SC, em tese, pela empresa Imbituba Empreendimentos Portuários, com suposta aprovação da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários e anuência da SPU/SC – Secretaria do Patrimônio da União em Santa Catarina, sob interveniência da Companhia Docas de Imbituba, concessionária do Porto de Imbituba.	Ordinário	Única	Única

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157,



do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 17 de novembro de 2011.

ROGBERTO DE FARIAS PIRES Presidente	ELÍSIO SGROTT Vice-Presidente
LUÍS ANTÔNIO DUTRA Primeiro-Secretário	THIAGO MACHADO Segundo-Secretário

# Iomerê

## PREFEITURA

### Decreto 1205/2011

DECRETO Nº 1205 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.  
Homologa as inscrições referente aos Concursos Públicos nº 001/2011 e nº 002/2011

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º Ficam homologadas as inscrições referente ao Concurso Público nº 001/2011 e 0002/2011:

Cargo: ASSISTENTE SOCIAL		
Qtde	Nome	CPF
1	TAIZE KEITI LOPES	040.583.929-40
2	JANAINA VARGAS	059.620.169-98
3	SIBELI APª MORELATO FIORENTIN	018.135.519-10
4	MARIA LEONILDA FERREIRA	593.819.909-30
5	MARLI APª CORONETTI NORA	063.507.039-10
6	ANDRÉIA TERESINHA DE ALMEIDA	019.760.269-03
7	SONIA MARA CORDEIRO	033.629.969-90
8	DAIANE ROSTIROLA	009.388.859-79
9	DIRLEI PAULY	594.136.979-49
10	JURCELEI BERTHA	637.448.139-91
11	JAZIELA DA SILVA LISBOA	006.135.599-24

Cargo: MÉDICO CLÍNICO GERAL		
Qtde	Nome	CPF
01	CAIO MOLINA MANFREDI	334.614.858-02
02	ELIANDRO FREIRE DE LIMA	627.641.872-20
03	MARCOS CATANIA	245.708.918-29
04	ANDRÉ OCTAVIO NICOLAU SANCHES	506.428.801-82
05	MICHELE ALINE DENBINSKI	062.565.439-04
06	TIERRI DA SILVA VIEIRA	013.173.080-00
07	FABIO INRI DEZONE	004.955.999-05
08	ALEXANDER ROSA RUDOLPH	046.668.576-99
09	PAULA ZINI MIESSA LAWALL	027.418.079-06
10	VALDEMIR BISPO	688.362.959-91

Cargo: OPERADOR DE TRATOR DE ESTEIRAS		
Qtde	Nome	CPF
01	IVONIR DENARDI	894.411.419-68
02	VALMOR ROSSI	764.716.839-87
03	MARIO DANIELLI	017.514.479-60
04	SERGIO DE SOUZA JACQUES	760.946.269-15
05	LOACIR MARCOS COSSUL	020.165.729-57
06	NELSO PEDRO ZANETTI	081.827.329-13

07	CLEITON MENGATTO	056.693.219-95
----	------------------	----------------

Cargo: OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA		
Qtde	Nome	CPF
01	GERSO MOTTER	024.775.579-63
02	KLEDER ANTONIO NORDIO	072.427.669-66
03	LEANDRO ZAMBONI	005.800.009-74
04	ANDRES EBELING	069.640.539-30
05	ROBSON VARISA	067.019.289-94
06	ROBERTO NUNES DOS SANTOS	006.339.919-96

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS		
Qtde	Nome	CPF
01	MARCELO GELAIN	949.608.609-87
02	VILMAR DE OLIVEIRA	522.515.199-04
03	RODRIGO LUIZ BREDIA	005.776.799-88
04	CARLOS JUNIOR FURQUIM	047.254.599-09
05	MARILDO FANTINEL	753.160.049-04
06	VANDERSON JOSE PERAZZOLI	006.174.859-50
07	RONIVON DE SOUZA MACHADO	059.994.889-23
08	ADIR FAPPI	765.783.139-15

Cargo: TÉCNICO AGRÍCOLA		
Qtde	Nome	CPF
01	SYLVIO MASSARDO NETO	430.538.900-20
02	ITACIR BALBINOT	656.742.439-72
03	VANDERSON MARCON	077.232.329-18
04	EVANDRO TRAGANCIN	020.603.419-90
05	VALDERI DA SILVA	933.504.659-00
06	NEI GERALDO RASERA	002.659.310-61
07	GILBERTO ANTONIO LIDANI	789.538.399-04

Cargo: FAXINEIRA		
Qtde	Nome	CPF
01	PAMELA CRISTINI ZAGO WERLE	072.742.749-02
02	LUCIANA MENEGAT	601.273.849-87
03	ODETE PEROSA	944.550.319-87
04	VERA LUCIA CORREA RIBEIRO	032.551.149-77
05	DEBORA FERREIRA DE SOUZA	008.455.269-79
06	JUSSARA TIEPO	016.734.459-50
07	SILVANA CORENT BASEGGIO	024.967.159-07
08	ZENIR DE OLIVEIRA VARELA	535.203.001-68
09	TAINE GURZYNSKI	074.736.499-06

Cargo: PROFESSOR		
Qtde	Nome	CPF
01	LUCIMARA APARECIDA LENTES	789.097.599-68
02	ADRIANA RODRIGUES DA VEIGA MOTTER	052.350.529-94
03	MARCIA APª FERRANTI GEMELLI	030.180.589-09
04	ADRIANE GRIGOLO ZANINI	007.667.529-76
05	FABIANA CARNIEL RIGO	053.500.289-01
06	RACHEL SIMONE MENEGUZZI MANENTI	006.829.979-6
07	DANIELA GEMELLI	008.440.879-04
08	ZULEIDE WARTHA NORA	543.349.269-91
09	CLAUDIA JULIANA MORALES MEMBRIVE	017.744.979-99
10	JULIANA SILVA DOMINGOS	022.141.010-47
11	SIRLEIA MARISA PASSONI	047.757.979-56
12	CAROLINA SIPP	051.839.219-89
13	MARIA INÊS FACCIN	625.703.829-49
14	IVANIZE COMERLATO GREGOLON	944.560.629-91
15	ANDREIA GEMELLI SIMIONI	005.342.899-40
16	JAQUELINE APª LEGNANI FAVARIM	733.056.939-91

17	FERNANDA CONSONI	007.601.189-57
18	INHARA DA CRUZ ANCILIERO	893.373.609-34
19	ELIANE RIBEIRO PRAZERES	489.937.519-00
20	FRANCINE RAFAELA JORGE	071.021.679-38
21	VERIDIANA ZANETTI	049.232.719-06
22	LUCIMARA BARONCELLO	066.463.539-30
23	RAMONE DALL BOSCO	061.845.599-07
24	RENATA MIOZZO	074.916.489-16
25	CAMILA ROSTIROLA	079.740.669-70
26	INES KUMIECHICK MARIANI	949.630.709-44
27	ANGELA MARIA MAZURECK RA-BUSKE	006.257.459-06
28	IRIS APª SOLPESA TONETTA	010.374.189-56
29	LILIAN DENIZE BOGONI	004.912.809-47
30	VANIA SCHEID	034.922.629-61
31	CLAUDIA RAQUEL DA SILVA	065.636.599-42
32	BRUNA BRANDALISE	042.535.509-83
33	MAYARA MARIA ARIOTTI	058.917.329-47

## Cargo: ASSISTENTE DE CRECHE

Qtde	Nome	CPF
01	SIRLEI VANUSA PASSONI SPRICIGO	015.181.209-89
02	SIMÉIA DO PRADO	053.949.549-25
03	ANDREIA FRANCIOSI	057.292.819-00
04	LOURDES SACCARO FANTINEL	023.176.149-00
05	MARILDE TOLDO BRIDI	649.351.759-15
06	DIANA KELLEN PERETTI	065.700.429-47
07	BRUNA FAPPI	075.763.199-17
08	BRUNA BRIDI	059.589.419-41
09	MAYARA MUNARO	060.795.789-13

## Cargo: MÉDICO VETERINÁRIO

Qtde	Nome	CPF
01	ALINE CRISTINA DALL'ORSOLETTA	072.254.879-65
02	LEONARDO POHL	004.960.809-62
03	JULIANA MARTINS	068.915.249-38
04	DIOGO LUIZ BOM	048.466.799-85
05	RENAN MARCOS FARINA	054.762.909-58
06	ADYR PEDRO FONTANA MACCAGNAN JR	877.557.349-00
07	ARI VICENTE FERRARI	066.365.759-80
08	ELIZA NEITZEL GONÇALVES	058.323.239-63
09	MAYCON BENETTI	057.334.469-86
10	LUIZ MARCON JUNIOR	036.745.699-06
11	FELIPE HANAUER SCHAB	060.104.399-57
12	MATHEUS PARMAGNANI	064.466.729-00
13	PATRICIA CEZAR TAVARES	025.062.539-39
14	PEDRO SOETH DA CUNHA	048.645.629-38
15	CAMILA MARQUEZE ZAMBONI	052.111.189-79
16	LUCIANO SITA LOURENÇO DA SILVA	046.987.849-56
17	HENRIQUE BONOMINI	063.275.929-10
18	BRUNA GUZZI DE COSTA	066.280.139-36
19	KAIANA CHRISTINA MORANDINI	035.984.259-37
20	RICARDO BOSI	029.635.359-02
21	LILIANN KELLY GRANEMANN	907.930.219-87
22	ALEXANDRE FELDER	273.552.458-21
23	CARLOS AUGUSTO VIEIRA JUNIOR	017.611.679-60

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

## GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 17 de novembro de 2011.  
ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 1206/2011**

DECRETO Nº. 1206 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza desmembramento de área.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

## DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Sr (a). IVA PEROSA PELLE, a desmembrar o lote abaixo discriminado, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 800 m² (oitocentos metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 27.820:

Lote nº: 04

Quadra: 10

Inscrição Imobiliária: 01.10.04.00

Área: 400 m² (quatrocentos metros quadrados)

## Confrontações:

NORTE	Em linha reta com a área remanescente 20,00m;
SUL	Em linha reta com Rosalino Tonetta 20,00m;
LESTE	Em linha reta com a rua Irmão Guzetti 20,00m;
OESTE	Em linha reta com Rosalino Tonetta 20,00m.

Art. 2º. Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 17 de novembro de 2011.

ANTONINHO BALDISSERA

Prefeito municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

VALCIR AFONSO SERIGHELLI

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 1207/2011**

DECRETO Nº. 1207 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza desmembramento de área.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais:

## DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizado o Sr (a). AVELINO FACCIN, a desmembrar o lote abaixo discriminado, pertencente ao perímetro urbano, da área total de 24.200 m² (vinte e quatro mil e duzentos metros quadrados) registrado no Cartório de Registro de Imóveis sob nº 8.693:

Lote nº: 02

Quadra: 50

Inscrição Imobiliária: 01.50.02.01

Área: 13.771,82 m² (treze mil setecentos e setenta e um metros quadrados e oitenta e dois centímetros)

**Confrontações:**

NORTE	Em três alinhamentos com o Juvenato de Santa Marcelina 96,83m;
	Em linha reta com área remanescente 87,00m;
SUL	Em linha reta com Nelton José de Souza 44,64m;
LESTE	Em uma linha reta com Nelton José de Souza 60,99m;
	Em dois alinhamentos com área remanescente 118,41m;
OESTE	Em vários alinhamentos com a Rua Luiz Nora 252,01m.

Art. 2º. Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 17 de novembro de 2011.

**ANTONINHO BALDISSERA**

Prefeito municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

**VALCIR AFONSO SERIGHELLI**

Secretário de Administração e Finanças

**Decreto 1208/2011**

DECRETO Nº. 1208 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

Abre Crédito Suplementar alterando a Lei nº. 608/2010 de 24 de novembro de 2010, que estima a Receita e fixa despesa para o exercício de 2011.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 7º da lei nº 608/2010 de 24 de novembro de 2010.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica aberto crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 456,00 (quatrocentos e cinquenta e seis reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos  
2049 Manutenção e Urbanização de Praças e Avenidas  
33900000 Aplicações Diretas  
100.00 Recursos Ordinários  
R\$ 456,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 17 de novembro de 2011.

**ANTONINHO BALDISSERA**

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

**VALCIR AFONSO SERIGHELLI**

Secretário de Administração e Finanças

**Portaria 1764/2011**

PORTARIA Nº 1764 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.

Autoriza servidor a conduzir veículos do município.

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

**RESOLVE**

Art. 1º Autorizar o servidor LUIZ ANTONIO MUGNOL, lotado na Secretaria de Obras do Município de Iomerê, ocupante do cargo de Coordenador, a conduzir o Caminhão Toco da frota municipal.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

Iomere, 11 de novembro de 2011.

**ANTONINHO BALDISSERA**

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de novembro de 2011.

**VALCIR AFONSO SERIGHELLI**

Secretario de Administração e Finanças

**Portaria 1765/2011**

PORTARIA Nº 1765, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Cessa efeitos de portaria

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais

**RESOLVE**

Art. 1º Cessar efeitos da portaria nº1380 de 16 de junho de 2009 que concede função gratificada nível 6 para ADIRCE TOMAZI.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito

Iomerê, 11 de novembro de 2011.

**ANTONINHO BALDISSERA**

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de novembro de 2011.

**VALCIR AFONSO SERIGHELLI**

Secretario de Administração e Finanças

**Portaria 1766/2011**

PORTARIA Nº 1766 DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

Concede Função Gratificada a Servidor Público

O Prefeito Municipal DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal 320/05 de 13 de julho de 2005 e suas alterações:

**RESOLVE**

Art. 1º Conceder Função Gratificada Nível 6 - Atividade de Nível Operacional, à ADIRCE THOMAZI, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, para auxiliar nos serviços da Vigilância Sanitária.

Art. 2º Para exercício da Função caput do artigo anterior, o

servidor perceberá o valor fixado para o Nível 6 do Anexo III da Lei 0320/05, o qual não será incorporado ao valor do vencimento básico do servidor.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO**

Iomere, 11 de novembro de 2011.

**ANTONINHO BALDISSERA**

Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria nesta Secretaria de Administração e Finanças em 11 de novembro de 2011.

**VALCIR AFONSO SERIGHELLI**

Secretario de Administração e Finanças

## RREO - Anexo I Balanço Orçamentário 5º Bimestre 2011

+ [ CPL ] ----- { 001 } +  
 | Municipípio de IOMERÊ  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária  
 | Balanço Orçamentário  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO  
 |  
 |-----  
 | LRF. Art.52, inciso I, alíneas 'a' e 'b' do inciso II e §1º - Anexo I

RECEITAS Categoria Econômica / Fontes	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
	Inicial	p/ o Exercício (a)	Bimestre (b)	% (b/a)	até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	9.543.470,32	9.543.470,32	2.691.245,83	28,200	10.683.861,04	111,950	-1.140.390,72
RECEITAS CORRENTES	8.298.470,32	8.298.470,32	1.879.627,78	22,650	9.385.580,49	113,100	-1.087.110,17
RECEITA TRIBUTÁRIA	263.457,00	263.457,00	72.137,36	27,380	343.424,13	130,350	-79.967,13
IMPOSTOS	218.257,00	218.257,00	65.709,37	30,110	298.951,25	136,970	-80.694,25
TAXAS	39.200,00	39.200,00	6.427,99	16,400	44.472,88	113,450	-5.272,88
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	6.000,00	6.000,00	0,00	0,000	0,00	0,000	6.000,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	42.360,00	42.360,00	5.548,44	13,100	44.093,63	104,090	-1.733,63
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	42.360,00	42.360,00	5.548,44	13,100	44.093,63	104,090	-1.733,63
RECEITA PATRIMONIAL	64.900,00	64.900,00	15.998,73	24,650	111.064,12	171,130	-46.164,12
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	12.000,00	12.000,00	2.342,00	19,520	9.671,44	80,600	2.328,56
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	52.900,00	52.900,00	13.656,73	25,820	101.392,68	191,670	-48.492,68
RECEITA DE SERVIÇOS	44.000,00	44.000,00	2.165,34	4,920	17.918,62	40,720	26.081,38
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.840.328,39	7.840.328,39	1.776.199,63	22,650	8.839.056,43	112,740	-998.728,04
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.810.328,39	7.810.328,39	1.774.998,19	22,730	8.803.353,65	112,710	-993.025,26
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	30.000,00	30.000,00	1.201,44	4,000	35.702,78	119,010	-5.702,78
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	43.424,93	43.424,93	7.578,28	17,450	30.023,56	69,140	13.401,37
MULTAS E JUROS DE MORA	18.814,93	18.814,93	4.781,43	25,410	14.992,43	79,680	3.822,50
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	8.000,00	8.000,00	142,15	1,780	2.026,97	25,340	5.973,03
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	6.510,00	6.510,00	2.654,70	40,780	13.004,07	199,760	-6.494,07
RECEITAS DIVERSAS	10.100,00	10.100,00	0,00	0,000	0,09	0,000	10.099,91
RECEITAS DE CAPITAL	1.245.000,00	1.245.000,00	811.618,05	65,190	1.298.280,55	104,280	-53.280,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	45.000,00	45.000,00	20.700,00	46,000	200.900,00	446,440	-155.900,00
Alienação de Bens Móveis	45.000,00	45.000,00	250,00	0,560	250,00	0,560	44.750,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	20.450,00	0,000	200.650,00	0,000	-200.650,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.200.000,00	1.200.000,00	790.918,05	65,910	1.097.380,55	91,450	102.619,45
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.200.000,00	1.200.000,00	790.918,05	65,910	1.097.380,55	91,450	102.619,45
RECEITAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	9.543.470,32	9.543.470,32	2.691.245,83	100,000	10.683.861,04	100,000	-1.140.390,72
Operações de Crédito - Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento da Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
Refinanciamento de Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,000	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V)=(III+IV)	9.543.470,32	9.543.470,32	2.691.245,83	100,000	10.683.861,04	100,000	-1.140.390,72
DÉFICIT (VI)					0,00		
TOTAL (VII)=(V+VI)	9.543.470,32	9.543.470,32	2.691.245,83		10.683.861,04		
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	0,00	-	-	1.261.166,87	-	-
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	0,00	-	-	1.261.166,87	-	-
Superávit Financeiro	-	0,00	-	-	1.261.166,87	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	-	0,00	-	-

DESPESAS Cat.Econômica/Grupo de Natureza	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAM) (VII)	9.543.470,32	5.944.324,02	15.487.794,34	1.108.707,61	12.769.932,26	2.056.560,48	9.987.244,44	0,00	64,48	5.500.549,90
DESPESAS CORRENTES	7.462.931,50	2.300.454,16	9.763.385,66	1.015.801,40	8.941.927,10	1.666.348,21	7.978.309,12	0,00	81,72	1.785.076,54
Pessoal e Encargos Sociais	3.253.705,33	1.006.352,98	4.260.058,31	634.834,05	3.908.112,79	746.778,55	3.491.653,83	0,00	81,96	768.404,48
Juros/Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas Correntes	4.209.226,17	1.294.101,18	5.503.327,35	380.967,35	5.033.814,31	919.569,66	4.486.655,29	0,00	81,53	1.016.672,06
DESPESAS DE CAPITAL	2.030.538,82	3.643.869,86	5.674.408,68	92.906,21	3.828.005,16	390.212,27	2.008.935,32	0,00	35,40	3.665.473,36
Investimentos	2.030.538,82	3.643.869,86	5.674.408,68	92.906,21	3.828.005,16	390.212,27	2.008.935,32	0,00	35,40	3.665.473,36
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAM) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESP. (X)=(VIII+IX)	9.543.470,32	5.944.324,02	15.487.794,34	1.108.707,61	12.769.932,26	2.056.560,48	9.987.244,44	0,00	64,48	5.500.549,90
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANC. (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento da Div. Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Refinanciamento de Outras dividas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REF. (XII)=(X+XI)	9.543.470,32	5.944.324,02	15.487.794,34	1.108.707,61	12.769.932,26	2.056.560,48	9.987.244,44	0,00	64,48	5.500.549,90
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	696.616,60	696.616,60	-	-	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	9.543.470,32	5.944.324,02	15.487.794,34	1.108.707,61	12.769.932,26	2.691.245,83	10.683.861,04	0,00	64,48	5.500.549,90

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	P R E V I S Ã O		RECEITAS REALIZADAS			SALDO
	Inicial	p/ o Exercício	Bimestre	%	até o Bimestre	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(a-c)
	0,00	0,00	0,00	0,000	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	D O T A Ç Ã O			E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR		Saldo a Liquidar
	Inicial	Cred.Adicion.	Atualizada	Bimestre	Exercício	Bimestre	Exercício	NÃO	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)				(g)	PROCESSADOS	((g+h) /f)	
DESPESAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho BaldissaraContadora CRC/SC 32379/O-4  
Sirlei C. S. AltenhofenResponsável pelo Controle Interno  
Edvans PasqualSec. Adm. e Finanças  
VALCIR APONSO SERIGHELLI

**RREO - Anexo II Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção 5º Bimestre 2011**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

|

| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				
DESPESAS		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre			
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	%(F)	(F/B)	SALDO
	DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	9.543.470,32	15.487.794,34	1.108.707,61	12.769.932,26	2.056.560,48	9.987.244,44	100,00	64,48	5.500.549,90
01	LEGISLATIVA	465.189,27	465.189,27	183,35	257.264,77	44.435,96	230.261,82	2,31	49,50	234.927,45
01.031	AÇÃO LEGISLATIVA	465.189,27	465.189,27	183,35	257.264,77	44.435,96	230.261,82	2,31	49,50	234.927,45
	Subtotal	465.189,27	465.189,27	183,35	257.264,77	44.435,96	230.261,82	2,31	49,50	234.927,45
04	ADMINISTRAÇÃO	1.168.399,99	2.563.840,15	198.646,85	2.504.437,82	432.844,98	2.329.934,87	23,33	90,88	233.905,28
04.122	ADMINISTRAÇÃO GERAL	905.399,99	2.217.327,99	195.646,85	2.189.145,90	388.127,28	2.037.072,76	20,40	91,87	180.255,23
04.846	OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	263.000,00	346.512,16	3.000,00	315.291,92	44.717,70	292.862,11	2,93	84,52	53.650,05
	Subtotal	1.633.589,26	3.029.029,42	198.830,20	2.761.702,59	477.280,94	2.560.196,69	25,63	84,52	468.832,73
06	SEGURANÇA PÚBLICA	9.400,00	30.384,99	1.574,00	23.724,93	4.352,07	22.370,70	0,22	73,62	8.014,29
06.181	POLICIAMENTO	9.400,00	30.384,99	1.574,00	23.724,93	4.352,07	22.370,70	0,22	73,62	8.014,29
	Subtotal	1.642.989,26	3.059.414,41	200.404,20	2.785.427,52	481.633,01	2.582.567,39	25,86	84,41	476.847,02
08	ASSISTÊNCIA SOCIAL	133.089,12	137.537,54	12.036,80	87.974,58	21.061,98	78.144,66	0,78	56,82	59.392,88
08.241	ASSISTÊNCIA AO IDOSO	30.999,58	32.060,24	9.176,93	29.947,82	11.723,24	27.505,66	0,28	85,79	4.554,58
08.243	ASSISTÊNCIA À CRIANÇA E AO ADOLES	87.289,54	87.289,54	814,22	44.878,53	7.216,95	37.569,82	0,38	43,04	49.719,72
08.244	ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA	14.800,00	18.187,76	2.045,65	13.148,23	2.121,79	13.069,18	0,13	71,86	5.118,58
	Subtotal	1.776.078,38	3.196.951,95	212.441,00	2.873.402,10	502.694,99	2.660.712,05	26,64	83,23	536.239,90
10	SAÚDE	2.086.318,60	2.785.778,23	232.280,57	2.271.648,54	437.706,50	2.008.828,44	20,11	72,11	776.949,79
10.301	ATENÇÃO BÁSICA	1.496.642,00	2.102.092,14	217.334,14	1.640.968,35	324.897,23	1.490.076,82	14,92	70,89	612.015,32
10.302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATO	575.000,00	630.851,35	13.458,43	594.548,04	106.591,27	486.719,47	4,87	77,15	144.131,88
10.304	VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.200,00	35.358,14	1.488,00	27.389,65	6.218,00	23.289,65	0,23	65,87	12.068,49
10.305	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	7.476,60	17.476,60	0,00	8.742,50	0,00	8.742,50	0,09	50,02	8.734,10
	Subtotal	3.862.396,98	5.982.730,18	444.721,57	5.145.050,64	940.401,49	4.669.540,49	46,76	78,05	1.313.189,69
12	EDUCAÇÃO	2.413.411,00	3.257.813,48	263.048,36	2.802.958,17	461.514,71	2.330.655,02	23,34	71,54	927.158,46
12.306	ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO	65.000,00	65.000,00	1.721,65	59.335,39	8.986,49	55.556,02	0,56	85,47	9.443,98
12.361	ENSINO FUNDAMENTAL	1.677.911,00	2.207.817,63	235.971,71	1.800.087,62	350.355,30	1.650.743,48	16,53	74,77	557.074,15
12.362	ENSINO MÉDIO	315.000,00	315.000,00	18.782,64	292.871,97	69.131,98	274.142,81	2,74	87,03	40.857,19
12.365	EDUCAÇÃO INFANTIL	350.000,00	662.969,55	6.572,36	645.198,29	30.698,84	344.747,81	3,45	52,00	318.221,74
12.367	EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.500,00	7.026,30	0,00	5.464,90	2.342,10	5.464,90	0,05	77,78	1.561,40
	Subtotal	6.275.807,98	9.240.543,66	707.769,93	7.948.008,81	1.401.916,20	7.000.195,51	70,09	75,76	2.240.348,15
13	CULTURA	127.000,00	139.686,80	8.658,44	118.354,26	20.005,80	90.172,07	0,90	64,55	49.514,73
13.392	DIFUSÃO CULTURAL	127.000,00	139.686,80	8.658,44	118.354,26	20.005,80	90.172,07	0,90	64,55	49.514,73
	Subtotal	6.402.807,98	9.380.230,46	716.428,37	8.066.363,07	1.421.922,00	7.090.367,58	70,99	75,59	2.289.862,88
15	URBANISMO	904.106,42	3.156.547,33	190.686,72	2.209.115,30	247.352,48	779.760,55	7,81	24,70	2.376.786,78
15.451	INFRA-ESTRUTURA URBANA	904.106,42	3.156.547,33	190.686,72	2.209.115,30	247.352,48	779.760,55	7,81	24,70	2.376.786,78
	Subtotal	7.306.914,40	12.536.777,79	907.115,09	10.275.478,37	1.669.274,48	7.870.128,13	78,80	62,78	4.666.649,66
17	SANEAMENTO	111.000,00	121.647,00	0,00	101.372,50	20.274,50	91.235,25	0,91	75,00	30.411,75
17.512	SANEAMENTO BÁSICO URBANO	111.000,00	121.647,00	0,00	101.372,50	20.274,50	91.235,25	0,91	75,00	30.411,75
	Subtotal	7.417.914,40	12.658.424,79	907.115,09	10.376.850,87	1.689.548,98	7.961.363,38	79,72	62,89	4.697.061,41
20	AGRICULTURA	1.039.695,92	1.411.995,92	112.911,99	1.106.587,82	205.082,93	779.353,87	7,80	55,20	632.642,05
20.602	PROMOÇÃO E PRODUÇÃO ANIMAL	35.000,00	46.000,00	144,00	40.385,10	8.018,60	29.311,00	0,29	63,72	16.689,00
20.606	EXTENÇÃO RURAL	1.004.695,92	1.365.995,92	112.767,99	1.066.202,72	197.064,33	750.042,87	7,51	54,91	615.953,05
	Subtotal	8.457.610,32	14.070.420,71	1.020.027,08	11.483.438,69	1.894.631,91	8.740.717,25	87,52	62,12	5.329.703,46
23	COMÉRCIO E SERVIÇOS	2.500,00	2.600,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,03	96,15	100,00
23.695	TURISMO	2.500,00	2.600,00	0,00	2.500,00	0,00	2.500,00	0,03	96,15	100,00
	Subtotal	8.460.110,32	14.073.020,71	1.020.027,08	11.485.938,69	1.894.631,91	8.743.217,25	87,54	62,13	5.329.803,46
25	ENERGIA	118.360,00	178.073,63	1.733,63	144.269,66	23.198,63	137.379,87	1,38	77,15	40.693,76
25.752	ENERGIA ELÉTRICA	118.360,00	178.073,63	1.733,63	144.269,66	23.198,63	137.379,87	1,38	77,15	40.693,76
	Subtotal	8.578.470,32	14.251.094,34	1.021.760,71	11.630.208,35	1.917.830,54	8.880.597,12	88,92	62,32	5.370.497,22
26	TRANSPORTE	662.000,00	905.700,00	76.300,60	891.802,97	128.453,15	867.449,37	8,69	95,78	38.250,63

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+

|

| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/SubFunção |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

LRF. Art.52, inciso II, alínea 'c' - Anexo II

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
26.782	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	662.000,00	905.700,00	76.300,60	891.802,97	128.453,15	867.449,37	8,69	95,78	38.250,63
	<b>Subtotal</b>	<b>9.240.470,32</b>	<b>15.156.794,34</b>	<b>1.098.061,31</b>	<b>12.522.011,32</b>	<b>2.046.283,69</b>	<b>9.748.046,49</b>	<b>97,61</b>	<b>64,31</b>	<b>5.408.747,85</b>
27	DESPORTO E LAZER	253.000,00	281.000,00	10.646,30	247.920,94	10.276,79	239.197,95	2,40	85,12	41.802,05
27.812	DESPORTO COMUNITÁRIO	203.000,00	231.000,00	5.126,30	198.945,94	7.256,79	192.722,95	1,93	83,43	38.277,05
27.813	LAZER	50.000,00	50.000,00	5.520,00	48.975,00	3.020,00	46.475,00	0,47	92,95	3.525,00
	<b>Subtotal</b>	<b>9.493.470,32</b>	<b>15.437.794,34</b>	<b>1.108.707,61</b>	<b>12.769.932,26</b>	<b>2.056.560,48</b>	<b>9.987.244,44</b>	<b>100,00</b>	<b>64,69</b>	<b>5.450.549,90</b>
99	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
99.999	RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
	<b>Subtotal</b>	<b>9.543.470,32</b>	<b>15.487.794,34</b>	<b>1.108.707,61</b>	<b>12.769.932,26</b>	<b>2.056.560,48</b>	<b>9.987.244,44</b>	<b>100,00</b>	<b>64,48</b>	<b>5.500.549,90</b>
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL (III)=(I+II)</b>	<b>9.543.470,32</b>	<b>15.487.794,34</b>	<b>1.108.707,61</b>	<b>12.769.932,26</b>	<b>2.056.560,48</b>	<b>9.987.244,44</b>	<b>100,00</b>	<b>64,48</b>	<b>5.500.549,90</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

DESPESAS		D O T A Ç Ã O		E M P E N H A D A		L I Q U I D A D A				SALDO
		Inicial	Atualizada	no Bimestre	até Bimestre	no Bimestre	até Bimestre	% (F)	(F/B)	
Código	FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	(A)	(B)	(C)	(D)	(E)	(F)			
	<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>TOTAL</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/O-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

**RREO - Anexo III Demonstrativo da Receita Corrente Líquida 5º Bimestre 2011**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

|

| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| NOVEMBRO/2010 A OUTUBRO/2011 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						
	11/2010	12/2010	01/2011	02/2011	03/2011	04/2011	05/2011
RECEITAS CORRENTES (I)	960.569,29	1.259.437,10	1.118.379,83	1.101.698,48	1.035.139,86	1.171.855,68	1.227.722,90
Receita Tributária	19.954,17	27.743,72	25.304,85	9.231,32	22.863,46	31.245,48	86.803,00
IPTU	2.726,48	959,54	0,00	238,88	0,00	6.053,89	48.894,70
ISS	4.980,85	9.585,71	1.379,02	1.468,85	4.392,10	8.034,54	4.914,03
ITBI	1.976,00	1.260,00	9.898,00	1.270,00	654,00	510,00	1.745,17
IRRF	8.680,93	15.355,85	10.433,80	4.766,63	13.154,16	11.354,04	11.489,17
Outras	1.589,91	582,62	3.594,03	1.486,96	4.663,20	5.293,01	19.759,93
Receita de Contribuições	4.876,96	4.581,15	4.822,14	4.442,76	4.703,59	5.475,53	4.413,73
Receita Patrimonial	9.825,94	10.951,95	10.226,40	13.669,59	14.956,14	10.733,72	14.344,23
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.823,26	14.918,93	790,04	4.238,38	5.098,36	1.892,38	350,48
Transferências Correntes	916.961,70	1.198.924,09	1.075.511,88	1.068.233,19	986.075,99	1.120.749,83	1.120.015,33
Cota-Parte do FPM	359.079,75	624.138,45	433.997,93	467.569,14	305.238,64	404.592,84	464.387,91
Cota-Parte do ICMS	400.895,49	429.235,81	507.506,80	455.128,00	517.255,58	514.122,10	502.494,05
Cota-Parte do IPVA	12.494,02	8.282,27	16.998,54	26.525,61	30.366,57	31.454,47	33.876,14
Cota-Parte do ITR	0,00	68,33	83,51	6,99	25,04	38,47	96,46
Transf.da LC 87/1996	2.343,17	2.343,17	2.905,51	2.905,51	2.905,51	2.905,51	2.905,51
Transferência do FUNDEB	46.382,48	50.658,40	47.009,60	43.478,31	44.961,85	47.331,58	48.392,00
Outras Transferências	95.766,79	84.197,66	67.009,99	72.619,63	85.322,80	120.304,86	67.863,26
Demais Receitas Correntes	2.127,26	2.317,26	1.724,52	1.883,24	1.442,32	1.758,74	1.796,13
II-DEDUÇÕES	156.737,61	180.593,30	194.539,52	192.535,19	172.706,73	192.714,53	202.514,95
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	156.737,61	180.593,30	194.539,52	192.535,19	172.706,73	192.714,53	202.514,95
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	803.831,68	1.078.843,80	923.840,31	909.163,29	862.433,13	979.141,15	1.025.207,95

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+

|

| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita Corrente Líquida |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| NOVEMBRO/2010 A OUTUBRO/2011 |

+-----+

LRF. Art.53, inciso I, Anexo III

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Previsão	
	06/2011	07/2011	08/2011	09/2011	Mes Atual	TOTAL	Atualizada	
RECEITAS CORRENTES (I)	1.121.190,26	1.120.268,23	1.132.943,91	1.079.225,04	1.180.854,25	13.509.284,83	9.960.567,93	
Receita Tributária	27.007,95	35.178,91	33.651,80	41.405,47	30.731,89	391.122,02	263.457,00	
IPTU	556,17	2.184,12	735,31	2.140,57	299,10	64.788,76	59.400,00	
ISS	8.772,59	8.919,52	16.709,72	10.790,85	15.204,35	95.152,13	61.500,00	
ITBI	4.824,00	10.375,92	3.903,00	8.060,00	0,00	44.476,09	16.000,00	
IRRF	12.038,90	11.944,53	11.627,12	17.289,25	11.925,25	140.059,63	81.357,00	
Outras	816,29	1.754,82	676,65	3.124,80	3.303,19	46.645,41	45.200,00	
Receita de Contribuições	5.209,03	4.633,66	4.844,75	5.548,44	0,00	53.551,74	42.360,00	
Receita Patrimonial	11.900,31	9.107,60	10.127,40	8.380,19	7.618,54	131.842,01	64.900,00	
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receita de Serviços	1.304,06	1.955,46	124,12	1.077,62	1.087,72	39.660,81	44.000,00	
Transferências Correntes	1.074.539,49	1.067.359,76	1.073.617,77	1.017.748,48	1.138.902,66	12.858.640,17	9.502.426,00	
Cota-Parte do FPM	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	4.882.058,24	4.401.020,00	
Cota-Parte do ICMS	503.839,03	537.145,29	533.255,49	563.300,26	569.432,13	6.033.610,03	3.516.415,48	
Cota-Parte do IPVA	27.475,20	29.719,71	28.569,23	33.260,90	26.616,26	305.638,92	254.648,74	
Cota-Parte do ITR	22,57	0,00	13,31	859,56	1.920,07	3.134,31	3.100,00	
Transf.da LC 87/1996	2.905,51	2.905,51	2.905,51	2.905,51	2.905,51	33.741,44	30.052,60	
Transferência do FUNDEB	47.258,42	46.158,28	46.995,23	48.420,04	50.804,19	567.850,38	480.000,00	
Outras Transferências	73.895,95	94.876,32	94.086,49	75.381,84	101.281,26	1.032.606,85	817.189,18	
Demais Receitas Correntes	1.229,42	2.032,84	10.578,07	5.064,84	2.513,44	34.468,08	43.424,93	
II-DEDUÇÕES	192.625,95	187.180,37	188.429,20	180.571,06	199.880,45	2.241.028,86	1.662.097,61	
Contrib.Empregadores e Trab.p/Seg.Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Contrib.Plano Seg.Social Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Patronal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Compensação Financ.entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Deduções de receita para Formação do FUNDEB	192.625,95	187.180,37	188.429,20	180.571,06	199.880,45	2.241.028,86	1.662.097,61	
Cancelamentos de Restos a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
IRRF/Outras Deduções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
III-RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	928.564,31	933.087,86	944.514,71	898.653,98	980.973,80	11.268.255,97	8.298.470,32	

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/O-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

**RREO - Anexo IX Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão 5º Bimestre 2011**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de IOMERÊ	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo de Restos a Pagar por Poder e Órgão	
	Orçamento da Seguridade Social	
	JANEIRO A OUTUBRO 2011	

+-----+

LRF. Art.53, inciso V - Anexo IX

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS						RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS			
Inscritos			Inscritos						
Exercícios		Em 31 de Dez.	Em 31 de Dez.						
PODER / ÓRGÃO	Anteriores	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar	de 2010	Cancelados	Pagos	a Pagar
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)									
EXECUTIVO									
PREFEITURA MUNICIPAL DE IOMERÊ									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.445,00	0,00	7.445,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IOMERÊ									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	570,00	0,00	570,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE IOMERÊ									
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)									
TOTAL (III)=(I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.015,00	0,00	8.015,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PODER / ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	a Pagar
	Exercícios Anteriores	Em 31 de Dez. de 2010				Em 31 de Dez. de 2010				
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)										
EXECUTIVO										
LEGISLATIVO										
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/0-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

# RREO - Anexo V Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos 5º Bimestre 2011

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |

Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio dos Servidores Públicos |

Orçamento da Seguridade Social |

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

LRF, Art.53, inciso II - Anexo V

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
<b>Total das Receitas Previdenciarias (V=I+II+III+IV)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS</b>					
<b>Total das Despesas Previdenciarias - RPPS (IX)=(VI+VII+VIII)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

<b>Resultado Previdenciário - RPPS (X)=(V-IX)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
---	------	------	------	------	------

RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS		Previsão Orçamentária	
Valor			0,00

	Período de Referencia		
	Mês	Exercício	Exercício
<b>BENS E DIREITOS DO RPPS</b>	Anterior(09/2011)	Anterior(2010)	Atual(2011)

	Previsão		Receitas Realizadas		Exercício
	Inicial	Atualizada	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Anterior até o Bimestre
<b>RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS</b>					
<b>Total das Receitas Previdenciarias Intra-Orçamentárias</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

	Dotação		Despesas Liquidadas		Período de
	Inicial	o Exercício	No Bimestre	Exerc.Atual Até o Bim.	Referência Ano Anterior
<b>DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA - RPPS</b>					
<b>TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIA</b>	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/O-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI



**RREO - Anexo VI Demonstrativo do Resultado Nominal 5º Bimestre 2011**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+

	Município de IOMERÊ	CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
	Demonstrativo do Resultado Nominal	
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
	JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO	

+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VI

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	Saldo		
	Exercício Anterior (A)	Bimestre Anterior(B)	Bimestre Atual(C)
Divida Consolidada (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.244.733,17	1.363.786,76	2.018.906,98
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.244.733,17	1.363.786,76	2.018.906,98
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos Pagar Processados Exceto Precatórios	0,00	0,00	0,00
Divida Consolidada Líquida (III)=(I-II)	-1.244.733,17	-1.363.786,76	-2.018.906,98
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	0,00	0,00	0,00
Divida Fiscal Líquida (IV)=(III+IV-V)	-1.244.733,17	-1.363.786,76	-2.018.906,98

	Período de Referencia	
	No Bimestre (c-b)	Até Bimestre (c-a)
RESULTADO NOMINAL	-655.120,22	-774.173,81

Discriminação da Meta Fiscal	Valor
Meta de Res. Nominal fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia	-217.720,88

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/0-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

**RREO - Anexo VII Demonstrativo do Resultado Primário 5º Bimestre 2011**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+	
	Município de IOMERÊ CONSOLIDADO
	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
	Demonstrativo do Resultado Primário
	Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
	JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

RECEITAS PRIMARIAS	Previsão	RECEITAS REALIZADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Receitas Primárias Correntes (I)	8.245.570,32	1.865.971,05	9.284.187,81	7.219.553,78
Receita Tributária	263.457,00	72.137,36	343.424,13	235.103,90
IPTU	59.400,00	2.439,67	61.102,74	51.888,95
ISS	61.500,00	25.995,20	80.585,57	52.463,13
IRRF	81.357,00	29.214,50	116.022,85	86.290,41
ITBI	16.000,00	8.060,00	41.240,09	11.911,32
Outras	45.200,00	6.427,99	44.472,88	32.550,09
Receita de Contribuição	42.360,00	5.548,44	44.093,63	41.901,87
Outras Contribuições	42.360,00	5.548,44	44.093,63	41.901,87
Receita Patrimonial Líquida	12.000,00	2.342,00	9.671,44	8.692,30
Receita Patrimonial	64.900,00	15.998,73	111.064,12	63.984,48
(-) Aplicações Financeiras	52.900,00	13.656,73	101.392,68	55.292,18
Transferências Correntes	7.840.328,39	1.776.199,63	8.839.056,43	6.793.660,82
FPM	3.520.816,00	543.650,93	3.119.072,31	2.492.420,01
ICMS	2.813.132,38	906.186,07	4.162.783,79	2.868.697,06
Outras Transferências	1.506.380,01	326.362,63	1.557.200,33	1.432.543,75
Demais Receitas Correntes	87.424,93	9.743,62	47.942,18	140.194,89
Dívida Ativa	6.510,00	2.654,70	13.004,07	13.516,16
Diversas Receitas Correntes	80.914,93	7.088,92	34.938,11	126.678,73
Receitas de Capital (II)	1.245.000,00	811.618,05	1.298.280,55	1.106.246,36
(-) Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Alienação de Ativos (V)	45.000,00	20.700,00	200.900,00	73.500,00
Transferências de Capital	1.200.000,00	790.918,05	1.097.380,55	1.032.746,36
Outras Transferências de Capital	1.200.000,00	790.918,05	1.097.380,55	1.032.746,36
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec.Primárias de Cap. VI=II-III-IV-V	1.200.000,00	790.918,05	1.097.380,55	1.032.746,36
RECEITAS PRIMARIAS TOTAL (VII)=I+VI	9.445.570,32	2.656.889,10	10.381.568,36	8.252.300,14

DESPESAS PRIMARIAS	Dotação	DESPESAS LIQUIDADAS		Período de
	Atualizada	No Bimestre	Até o Bimestre	Ref. Ano Anter.
Despesas Correntes (VIII)	9.763.385,66	1.666.348,21	7.978.309,12	6.802.189,72
Pessoal e Encargos Sociais	4.244.168,04	744.757,64	3.477.498,73	2.948.281,81
Outras Despesas Correntes	5.519.217,62	921.590,57	4.500.810,39	3.853.907,91
(-) Juros Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Primárias Correntes X=VIII-IX	9.763.385,66	1.666.348,21	7.978.309,12	6.802.189,72
Despesas de Capital (XI)	5.674.408,68	390.212,27	2.008.935,32	778.586,93
Investimentos	5.674.408,68	390.212,27	2.008.935,32	778.586,93
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Aq.deTít.de Capit.já Int.(XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Desp.Prim.de CapitXV=XI-XII-XIII-XIV	5.674.408,68	390.212,27	2.008.935,32	778.586,93
Reserva de Conting. (XVI)	50.000,00	0,00	0,00	0,00
DESP.PRIM.TOT. (XVIII)=X+XV+XVI+XVII	15.487.794,34	2.056.560,48	9.987.244,44	7.580.776,65
RESULTADO PRIMARIO (VII-XVIII)	-6.042.224,02	600.328,62	394.323,92	671.523,49
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			1.261.166,87	

Discriminação da Meta Fiscal

Valor

Meta de Res. Primário fixada no anexo de metas fiscais da LDO p/ o exercício de referencia

-97.900,00

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+  
| Municipio de IOMERÊ CONSOLIDADO |  
| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
| Demonstrativo do Resultado Primario |  
| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
| JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
+-----+

LRF. Art.53, Inciso III - Anexo VII

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

\_\_\_\_\_  
PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

\_\_\_\_\_  
Contadora CRC/SC 32379/O-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

\_\_\_\_\_  
Responsável pelo Controle Interno  
Edvans Pasqual

\_\_\_\_\_  
Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

# RREO - Anexo X Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE 5º Bimestre 2011

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de IOMERÊ

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS(caput art.212 Const)	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	
				(c)=(b/a)x100	
1.0 - RECEITAS DE IMPOSTOS	225.781,93	225.781,93	66.803,59	306.500,76	135,75
1.1 - Receita Resultante do - IPTU	66.724,93	66.724,93	3.346,50	68.324,51	102,40
1.1.1- Imposto Sobre a Propriedade Predial e Ter	59.400,00	59.400,00	2.439,67	61.102,74	102,87
1.1.2- Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Terri	1.814,93	1.814,93	156,00	854,48	47,08
1.1.3- Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.U	3.510,00	3.510,00	514,19	4.577,65	130,42
1.1.4- Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/P	2.000,00	2.000,00	236,64	1.789,64	89,48
1.2 - Receita Resultante do - ITBI	16.000,00	16.000,00	8.060,00	41.240,09	257,75
1.2.1- Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reai	16.000,00	16.000,00	8.060,00	41.240,09	257,75
1.3 - Receita Resultante do - ISS	61.700,00	61.700,00	26.182,59	80.913,31	131,14
1.3.1- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Nature	61.500,00	61.500,00	25.995,20	80.585,57	131,03
1.3.2- Multas e Juros de Mora do Imposto s/Servi	100,00	100,00	187,39	327,74	327,74
1.3.4- Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Q	100,00	100,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do - IRRF	81.357,00	81.357,00	29.214,50	116.022,85	142,61
1.4.1- Imp.S/a Renda e Prov.Qualquer Natureza e	81.357,00	81.357,00	29.214,50	116.022,85	142,61
2.0 - RECEITAS DE TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.310.488,04	8.310.488,04	1.902.259,67	9.518.500,01	114,54
2.1 - Cota Parte do FPM	4.401.020,00	4.401.020,00	679.563,61	3.898.840,04	88,59
2.1.1- Cota-Parte do Fundo de Participação dos M	4.401.020,00	4.401.020,00	679.563,61	3.898.840,04	88,59
2.2- Cota-Parte do ICMS	3.516.415,48	3.516.415,48	1.132.732,39	5.203.478,73	147,98
2.3- Transf.Financ. ICMS Desoneração Lei LC 87/96	30.052,60	30.052,60	5.811,02	29.055,10	96,68
2.4- Cota-Parte do IPI sobre Exportação	105.251,22	105.251,22	21.495,86	99.197,53	94,25
2.5- Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territo	3.100,00	3.100,00	2.779,63	3.065,98	98,90
2.6- Cota-Parte do IPVA	254.648,74	254.648,74	59.877,16	284.862,63	111,86
3.0 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1.0 + 2.0)	8.536.269,97	8.536.269,97	1.969.063,26	9.825.000,77	115,10
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	
				(c)=(b/a)x100	
5.0 - RECEITAS DE TRANSFERENCIAS DO FNDE	88.660,00	88.660,00	23.321,02	97.218,87	109,65
5.1- Rec.Rem.Dep. Ban. de Rec.Vinc. Salário Educaç	1.300,00	1.300,00	328,09	2.700,12	207,70
5.1- Transf. do Salário Educação	42.360,00	42.360,00	10.058,56	47.796,84	112,83
5.2- Rec.Rem.Dep.Banc.Alimentação Escolar PNAE	0,00	0,00	21,65	41,40	0,00
5.2- Rec.Rem.Dep.Banc.Apoio Transp. Escolar PNATE	0,00	0,00	0,00	6,99	0,00
5.2- Transf. Direta PNAE-Alimentação	15.000,00	15.000,00	2.952,00	11.808,00	78,72
5.2- Transf. Direta do FNDE ref PNATE	30.000,00	30.000,00	9.960,72	34.865,52	116,22
9.0 - TOTAL RECEITAS ADICIONAIS P/ FINAN. DO ENSINO	88.660,00	88.660,00	23.321,02	97.218,87	109,65

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

Município de IOMERÊ

CONSOLIDADO

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO FUNDEB	FUNDEB				
	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
10.0 RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.662.097,61	1.662.097,61	380.451,51	1.903.697,95	114,54
10.1 Cota-Parte FPM Dest.ao FUNDEB(20% de 2.1.1)	880.204,00	880.204,00	135.912,68	779.767,73	88,59
10.2 Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB(20% de 2.2)	703.283,10	703.283,10	226.546,32	1.040.694,94	147,98
10.3 ICMS-Desoneração Dest.ao FUNDEB(20% de 2.3)	6.010,52	6.010,52	1.162,20	5.811,00	96,68
10.4 Cota-Parte IPI-Exp.Dest.ao FUNDEB(20% de 2.4)	21.050,24	21.050,24	4.299,17	19.839,38	94,25
10.5 C-P ITR/ITR Arrec.Dest. FUNDEB(20% de 1.5+2.5)	620,00	620,00	555,90	613,12	98,89
10.6 Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB(20% de 2.6)	50.929,75	50.929,75	11.975,24	56.971,78	111,86
11.0 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	482.100,00	482.100,00	99.467,91	472.648,33	98,04
11.1 - Transferencias de Recursos do FUNDEB	480.000,00	480.000,00	99.224,23	470.809,50	98,09
11.3 - Receita de Aplic.Finan.dos Recursos do FUN	2.100,00	2.100,00	243,68	1.838,83	87,56
12.0-RESULTADO LÍQUIDO TRANSF.DO FUNDEB (11.1 - 10.0)	1.182.097,61	1.182.097,61	281.227,28	1.432.888,45	121,22

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR POSITIVO, HOVE ACRESCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

(SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERENCIA (12.0) FOR NEGATIVO, HOVE DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB)

	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS DO FUNDEB	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
13.0 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO	482.100,00	639.741,76	96.108,83	476.079,20	74,42
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	482.100,00	639.741,76	96.108,83	476.079,20	74,42
14.0 - OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15.0-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13.0 + 14.0)	482.100,00	639.741,76	96.108,83	476.079,20	74,42

## DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

	Valor
16.0-RESTOS A PAGAR INSC.SEM DISPONIB.FINAN.DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
17.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	7.641,76
<b>18.0-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16.0 + 17.0)</b>	<b>7.641,76</b>
<b>19.0-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO MAGISTÉRIO COM EDUC.INFANTIL E ENS.FUNDAMENTAL (((13.0-18.0)/11) x 100)</b>	<b>% 99,11</b>

## CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

	Valor
<b>20.0 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM &lt;EXERCÍCIO ANTERIOR&gt; QUE NÃO FORAM UTILIZADOS</b>	<b>7.641,76</b>
<b>21.0 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20.0 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011</b>	<b>7.641,76</b>

## MANUTENÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas		%
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(a)	No Bim.	Até o Bim.(b)	(c)=(b/a)x100
22.0-IMPOSTOS E TRANSF.DESTINADAS A MDE (25% DE 3.0)	2.134.067,49	2.134.067,49	492.265,82	2.456.250,19	115,10
	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas		%
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	(f)=(e/d)x100
23.0 - EDUCAÇÃO INFANTIL	50.000,00	56.129,69	23.721,15	38.358,43	68,34
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Impost.	50.000,00	56.129,69	23.721,15	38.358,43	68,34
24.0 - ENSINO FUNDAMENTAL	1.449.151,00	1.856.732,76	320.630,58	1.470.846,27	79,22
24.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	482.100,00	639.741,76	96.108,83	476.079,20	74,42
24.2 - Desp.Custeadas com Outros Recursos Imposto	967.051,00	1.216.991,00	224.521,75	994.767,07	81,74
25.0 - ENSINO MEDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

[ www.cplinformatica.com.br ]

003

CONSOLIDADO

Município de IOMERÊ

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

RREO - Anexo X(Lei 9.394/96, Art.72) R\$ 1,00

26.0 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27.0 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO R	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28.0 - OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>29.0-TOTAL DESP.AÇÕES TÍPICAS.MDE(23+24+25+26+27+28)</b>	<b>1.499.151,00</b>	<b>1.912.862,45</b>	<b>344.351,73</b>	<b>1.509.204,70</b>	<b>78,90</b>

## DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

Valor

30.0-RESULTADO LIQUIDO DAS TRANSFERENCIAS DO FUNDEB =(12)	1.432.888,45
31.0-DESPESAS CUSTEADAS COM COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32.0-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	1.838,83
33.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	7.641,76
34.0-DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINAN.EXERC.ANTER.OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35.0-RESTOS A PAGAR INSC.NO EXERC.SEM DISPON.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.AO ENSINO	0,00
36.0 CANCELAMENTO NO EXERC.RESTOS A PAGAR, C/DISP.FINAN.RECURSOS IMPOSTOS VINC.ENS.	0,00
37.0 TOTAL DEDUÇÕES CONSIDERADAS P/FINS DE LIMITE CONSTITUC. (30+31+32+33+34+35+36)	1.423.407,86
38.0 TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (23+24)-(37)	2.932.612,56

39.0 MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE ((38.0/3.0)x 100) % 29,85

## OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

	Dotação		Despesas Liquidadas		%
	Inicial	Atualizada(d)	No Bim.	Até o Bim.(e)	
OUTRAS DESP.CUSTEADAS C/RECEITAS ADICION.P/FINAN.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41.0-DESP.CUSTEADAS CONTRIB.SOCIAL SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42.0-DESP.CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43.0-DESP.CUST.C/OUTRAS RECEITAS P/FINANC.DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44.0-TOTAL OUT.DESP.C/REC.ADC.P/FIN.ENS(40+41+42+43)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
45.0-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29.0 + 44.0)	1.499.151,00	1.912.862,45	344.351,73	1.509.204,70	78,90

	Saldo	Cancelado
	Até o Bimestre	em 2010 (g)
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPOBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		
46.0-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

## VALOR

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	FUNDEB(b)	FUNDEF
47.0-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	7.641,76	0,00
48.0- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	470.809,50	0,00
49.0- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	476.079,20	0,00
50.0- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.838,83	0,00
51.0- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	4.210,89	0,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

- (1) Limites mínimos a serem cumpridos no encerramento do Exercício
- (2) Art.21, Parág.2º, Lei 11.494/2007, até 5% dos Recursos Recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos a complementação da União, recebidos nos termos no parág.1º do art.6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante Abertura de Crédito Adicional.
- (3) Caput do art. 212 da CF/1988.
- (4) Os valores relativos à parcela dos Restos a Pagar inscritos em disponibilidade financeira vinculados a educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
- (5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito da situação prioritária, conforme LDB, art. II,V.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/0-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI



DOM/SC

ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

**RREO - Anexo XI Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital 5º Bimestre 2011**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, Inciso I - Anexo XI

Receitas	Previsao	Receitas Realizadas		Saldo a
	Atualizada(a)	No Bimestre	Até o Bim.(b)	Realiz.(a-b)
Receitas de Operações de Crédito (A)	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00

Despesas	Dotação	Despesas Liquidadas		Saldo a
	Atualizada(c)	No Bimestre	Até o Bim.(d)	Liquidar(c-d)
Despesas de Capital	5.674.408,68	390.212,27	2.008.935,32	3.665.473,36
(-) Incentivo a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivo Inst.Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (B)	5.674.408,68	390.212,27	2.008.935,32	3.665.473,36
--------------------------------	--------------	------------	--------------	--------------

DIFERENÇA (A)-(B)	-5.674.408,68	-390.212,27	-2.008.935,32	-3.665.473,36
-------------------	---------------	-------------	---------------	---------------

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

\_\_\_\_\_  
 PREFEITO MUNICIPAL  
 Antoninho Baldissera

\_\_\_\_\_  
 Contadora CRC/SC 32379/O-4  
 Sirlei C. S. Altenhofen

\_\_\_\_\_  
 Responsável pelo Controle Interno  
 Edvans Pasqual

\_\_\_\_\_  
 Sec. Adm. e Finanças  
 VALCIR AFONSO SERIGHELLI

**RREO - Anexo XIV Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos 5º Bimestre 2011**

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos |  
 | Orçamento da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

LRF. Art.53, §1º, inciso III - Anexo XIV

	Previsao	Receitas	Saldo
	Atualizada(a)	Realizadas(b)	a Realizar(a-b)
<b>RECEITAS</b>			
Receitas de Capital			
Alienação de Ativos	45.100,00	204.165,47	-159.065,47
Rec.Rem.Dep.Banc.Alienação de Bens Outros	0,00	3.027,07	-3.027,07
Rec.Rem.Dep.Banc Alienação de Bens Educação	100,00	0,00	100,00
Rec.Rem. Dep. Ban. Alienação de Bens Saúde	0,00	238,40	-238,40
Alienação de Bens Móveis	45.000,00	250,00	44.750,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	200.650,00	-200.650,00
<b>Total</b>	<b>45.100,00</b>	<b>204.165,47</b>	<b>-159.065,47</b>

	Dotação	Despesas	Saldo
	Atualizada(c)	Liquidadas(d)	a Realizar(c-d)
<b>DESPESAS</b>			
APLICAÇÕES DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	258.075,35	212.967,22	45.108,13
Despesas de Capital	258.075,35	212.967,22	45.108,13
Investimentos	258.075,35	212.967,22	45.108,13
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes do Regime de Previdência	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>258.075,35</b>	<b>212.967,22</b>	<b>45.108,13</b>

	Exercício Anterior(e) Do Exercício(f)=(b-d)	Saldo Atual(e+f)	
Saldo Financeiro a Aplicar	23.074,44	-8.801,75	14.272,69

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/0-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI



# RREO - Anexo XVI Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde 5º Bimestre 2011

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 001 }+  
 |  
 | Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |  
 | Relatório Resumido da Execução Orçamentária |  
 | Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |  
 | Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |  
 | JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |  
 +-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Receitas	Previsão	Previsão	Receitas Realizadas	
	Inicial	Atualizada(a)	Até o Bim.(b)	%(b/a)
Rec.Liquida de Imp.e Transf.Constit.e Legais (I)	8.536.269,97	8.536.269,97	9.825.000,77	115,10
Impostos	225.781,93	225.781,93	306.500,76	135,75
Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial	59.400,00	59.400,00	61.102,74	102,87
Imp.de Renda Retido nas Fontes S/ Rendimentos do	81.357,00	81.357,00	116.022,85	142,61
Imp.S/Transm.Interv.Bens Imóv.e Dir. Reais ITBI	16.000,00	16.000,00	41.240,09	257,75
IMPOSTO SOBRE A PRODUÇÃO E A CIRCULAÇÃO	61.500,00	61.500,00	80.585,57	131,03
Multas/Juros de Mora do Imp.s/Propr.Territ.Urban	1.814,93	1.814,93	854,48	47,08
Multas e Juros de Mora do Imposto s/Serviços Qua	100,00	100,00	327,74	327,74
Multas/Juros Mora Divida Ativa do Imp.s/Prop.Ter	2.000,00	2.000,00	1.789,64	89,48
Multas/Juros Mora Div Ativ Imp.s/ Serv. Qual.Nat	100,00	100,00	0,00	0,00
Receita Divida Ativa Imp.s/Propr.Territ.Urbana -	3.510,00	3.510,00	4.577,65	130,42
Receitas de transf. constitucionais e Legais	8.310.488,04	8.310.488,04	9.518.500,01	114,54
da União	8.310.488,04	8.310.488,04	9.518.500,01	114,54
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municíp	4.401.020,00	4.401.020,00	3.898.840,04	88,59
Cota-Parte do Imposto S/a Propriedade Territori	3.100,00	3.100,00	3.065,98	98,90
Transf.Financ. ICMS Desoneração Lei LC 87/96	30.052,60	30.052,60	29.055,10	96,68
Cota-Parte do ICMS	3.516.415,48	3.516.415,48	5.203.478,73	147,98
Cota-Parte do IPVA	254.648,74	254.648,74	284.862,63	111,86
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	105.251,22	105.251,22	99.197,53	94,25
Transferência de Rec. do Sistema Unico de Saúde -	439.677,96	439.677,96	437.853,80	99,59
da União para o Município	381.105,96	381.105,96	375.067,60	98,42
Transf. Rec. Sistema Unico Saude-SUS Rep. Fundo	381.105,96	381.105,96	375.067,60	98,42
do Estado para o Município	58.572,00	58.572,00	62.786,20	107,19
Transf.Rec. Estado p/Programa de Saude-Repasse F	58.572,00	58.572,00	62.786,20	107,19
(-)Dedução para o Fundef	-1.662.097,61	-1.662.097,61	-1.903.697,95	114,54
Total de Receita de Impostos	7.313.850,32	7.313.850,32	8.359.156,62	114,29

Despesas com Saúde (Por Grupo de Natureza da Despesa)	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada(c)	Até o Bim.(d)	%(d/c)
Despesas Correntes	1.754.343,70	2.360.934,50	1.916.297,94	81,17
Pessoal e Encargos Sociais	904.166,34	1.154.007,49	991.336,95	85,90
Outras Despesas Correntes	850.177,36	1.206.927,01	924.960,99	76,64
Despesas de Capital	331.974,90	424.843,73	92.530,50	21,78
Investimentos	331.974,90	424.843,73	92.530,50	21,78
Total	2.086.318,60	2.785.778,23	2.008.828,44	72,11

Despesas Próprias com Saúde	Dotação	Dotação	Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.(e)	%(e)
Despesas Com Saúde	0,00	0,00	2.008.828,44	0,00
(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	805.877,96	992.948,99	493.480,60	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	785.877,96	960.083,16	480.622,90	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	20.000,00	32.865,83	12.857,70	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelados - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Desp.Próprias Com Saúde (V)	0,00	0,00	1.515.347,84	0,00

+ [ www.cplinformatica.com.br ] -----{ 002 }+

|

| Município de IOMERÊ CONSOLIDADO |

| Relatório Resumido da Execução Orçamentária |

| Demonstrativo da Receita de Impostos e das Despesas Próprias com Saúde |

| Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social |

| JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO |

+-----+

ADCT. Art.77 - Anexo XVI

Controle de Restos a Pagar inscritos em exercícios anteriores vinculados à Saúde	Aplic.Min. em 2010(e)	Aplic.Apurada em 2010(F)	RESTOS A PAGAR Insc.em 31 de dez.de 2010	Can.em 2011(g)
RP de Des.Proprias com Acoes e Serv. Publ.de Saude	15,00	0,00	0,00	0,00
Compensação de Restos a Pagar Cancelados em 2010				0,00

Participação das Despesas Próprias com Saúde na	
Receita de Impostos - Limite Constitucional 15%	15,42

Despesas com Saúde (Por SubFunção)	Dotação		Despesas Liquidadas	
	Inicial	Atualizada	Até o Bim.	%
ATENÇÃO BÁSICA	1.496.642,00	2.102.092,14	1.490.076,82	74,18
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	575.000,00	630.851,35	486.719,47	24,23
VIGILÂNCIA SANITÁRIA	7.200,00	35.358,14	23.289,65	1,16
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	7.476,60	17.476,60	8.742,50	0,44
Total	2.086.318,60	2.785.778,23	2.008.828,44	100,00

(-) Despesas com Inativos e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados a S	805.877,96	992.948,99	493.480,60	0,00
Recursos do Sistema Unico de Saude - SUS	785.877,96	960.083,16	480.622,90	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	20.000,00	32.865,83	12.857,70	0,00
(-) Rec.de conv.na saúde não aplic.no exerc.ant.	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Cancelador - Vinculados a Saude	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Incritos sem Disponibilidade de	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Prórias com Saúde	2.086.318,60	2.785.778,23	1.515.347,84	100,00

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/0-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI

**RREO - Anexo XVII Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária 5º Bimestre 2011**

[ www.cplinformatica.com.br ]

001

Município de IOMERÊ

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

Balanco Orcamentário - Receitas	No Bimestre	Até o Bimestre
Previsão Inicial da Receita	0,00	9.543.470,32
Previsão Atualizada da Receita	0,00	9.543.470,32
Receitas Realizadas	2.691.245,83	10.683.861,04
SalDOS de Exercícios Anteriores	0,00	1.261.166,87
Déficit Orçamentário	0,00	5.944.324,02

Balanco Orcamentário - Despesas	No Bimestre	Até o Bimestre
Dotação Inicial	0,00	9.543.470,32
Dotação Atualizada	0,00	15.487.794,34
Despesas Empenhadas	1.108.707,61	12.769.932,26
Despesas Liquidadas	2.056.560,48	9.987.244,44
Superávit Orçamentario	0,00	0,00

Despesa por Função/SubFunção	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	1.108.707,61	12.769.932,26
Despesas Liquidadas	2.056.560,48	9.987.244,44

Receita Corrente Liquida - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Liquida	11.268.255,97

Receitas/Despesas dos Regimes de Previdência	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (I-II)	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos		
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (III-IV)	0,00	0,00

	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO(a)	Res.Apur.até o Bimestre(b)	% em Relação a Meta(b/a)
Resultados Nominal e Primário			
Resultado Nominal	-217.720,88	-774.173,81	355,5809
Resultado Primario	-97.900,00	394.323,92	-402,7823

Movimentação dos Restos a Pagar	Inscrição Can.	Até o Bim.	Pag.Até o Bim.	Saldo
Por Poder e Ministério Público				
Restos a Pagar Processados				
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados				
Poder Executivo	8.015,00	0,00	8.015,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00

[ www.cplinformatica.com.br ]

002

## Município de IOMERÊ

## Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

## Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO-OUTUBRO

LRF, Art.48 - Anexo XVII

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Despesas com Manut. e Desenv. do Ensino - MDE			
Min Anual de <18%/25%> das Receitas de Impostos em MDE		<25%/18%>	29,8485
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Mag.Ens.Fund/Medio-D.Fed/Est.		60%	
Min Anual <60% FUNDEB Rem.Magist.com Ed.Inf.e Ens.Fund.		60%	99,1091
Compl.União FUNDEB Min.10% Total Rec.FUNDEB - União		10%	

Receitas de Operações de Credito e Despesas de Capital	Vlr.Apur.até o Bim.	Saldo a Real.
Receita de Operação de Credito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	2.008.935,32	3.665.473,36

Projeção Atuarial dos Regimes de Prev.	Exerc.em Ref.	10o Exerc.	20o Exerc.	35o Exerc.
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciarias (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Prev. Social dos Serv. Públicos				
Receitas Previdenciarias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciarias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciario (III-IV)	0,00	0,00	0,00	0,00

Receita da Alienação de Ativos e Aplicações dos Recursos	Vlr.Apur.até Bim.	Saldo a Real.
Receita de Cap.Result.da ALienação de Ativos	204.165,47	-159.065,47
Aplicação dos Recursos da ALienação de Ativos	212.967,22	45.108,13

	Limites Constitucionais Anuais		
	Valor Apurado Até o Bim.	%Min.a Aplicar no Exercício	%Aplicado Até o Bim.
Despesas com Ações e Serv. Públicos de Saúde			
Desp.Própr.com Ações e Serv.Púb.de Saúde	1.515.347,84	15,00	15,42

Fonte: Dados Extraídos do Setor Contábil.

PREFEITO MUNICIPAL  
Antoninho Baldissera

Contadora CRC/SC 32379/0-4  
Sirlei C. S. Altenhofen

Responsável pelo Controle Interno  
Edvans Pasqual

Sec. Adm. e Finanças  
VALCIR AFONSO SERIGHELLI



# Irineópolis

## PREFEITURA

### Extrato de homologação

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 44/2011  
CONVITE Nº. 04/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epigrafe e a adjudicação da empresa: Plana Assessoria Consultoria Planejamento e Administração de Projetos Ltda ME.

Irineópolis, 17 de novembro de 2011.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

### Extrato de Homologação Pregão 25/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
PROCESSO LICITATORIO Nº. 45/2011  
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 25/2011

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatorio em epigrafe e a adjudicação da empresa: Herbert Materiais para Construção Ltda.

Irineópolis, 18 de novembro de 2011.  
WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

### Extrato Processo Licitatório N.º 05/2011 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS  
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 05/2011  
PREGÃO PRESENCIAL N.º 03/2011

O Município de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 13 de dezembro de 2011, às 08:30 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a aquisição de materiais médicos hospitalares, para a manutenção das atividades desenvolvidas na Unidade Sanitária e postos de saúde do municípios, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 13:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site [www.irineopolis.sc.gov.br](http://www.irineopolis.sc.gov.br).

Irineópolis, 16 de novembro de 2011.  
NILDA EDITE BANHUK GALVÃO  
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

### Extrato de Contrato 119/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº. 119/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis  
Contratada: Plana Assessoria Consultoria Planejamento e

Administração de Projetos Ltda ME.

Objeto: Contratação de serviços para a "Elaboração do Plano Municipal de Habitação".

Valor: R\$ 11.800,00 (Onze mil e oitocentos reais)

Vigência - 17.11.2011 a 17.05.2012

Base Legal - Processo Licitatorio 44/2011 - Convite para Compras e Serviços n.º. 04/2011

Lei 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

### Extrato de Contrato 120/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
CONTRATO Nº. 120/2011

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineopolis

Contratada: Herbert Materiais para Construção Ltda.

Objeto: Aquisição de materiais para reforma da Escola Isolada de Serra Grande

Valor: R\$ 5.058,49 (Cinco mil cinqüenta oito reais e quarenta nove centavos)

Vigência - 18.11.2011 a 31.12.2011

Base Legal - Processo Licitatorio 45/2011 - Pregão Presencial n.º. 25/2011

Lei 10.520/02 e 8.666/93 consolidada

WANDERLEI LEZAN  
Prefeito Municipal

# Itapoá

## PREFEITURA

### Resumo - Ata de Sessão Pública do Pregão Nº 27-2011

- ATA DE SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO -

Ata de sessão de licitação pública, na modalidade de pregão eletrônico, a que se refere o Edital 0027-2011 do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA.

NOME DO PROMOTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA  
EDITAL / PROCESSO: 0027-2011 / 0054/2011

DATA DE REALIZAÇÃO: 25 de Outubro de 2011 às 14:30

RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: Iniciado em 13/10/2011 00:00 e finalizado em 25/10/2011 14:00

LOCAL: [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br)

PREGOEIRO RESPONSÁVEL: FERNANDA CRISTINA ROSA

OBJETO: O Município de Itapoá, CNPJ nº 81.140.303/0001-01, através da Secretaria de Saúde e Secretaria de Administração e Finanças, por intermédio de sua Pregoeira Oficial, Sra. Fernanda Cristina Rosa, designada pelo Decreto nº 1349/2011 de 01/08/2011, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, destinada ao recebimento de propostas para o REGISTRO DE PREÇO DE TONERS E CARTUCHOS, para a Secretária Municipal de Administração e Finanças e Saúde conforme descrito no Anexo I do edital.

Aos 25 dias do mês de outubro de 2011, no endereço eletrônico [www.bll.org.br](http://www.bll.org.br), nos termos da convocação de aviso de licitação, reuniram-se o pregoeiro(a) FERNANDA CRISTINA ROSA do(a) PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOA para proceder a sessão



pública de pregão eletrônico, conforme especificações e quantidades definidas no instrumento convocatório.

As propostas cadastradas, as análises de aceitabilidade e os lances mínimos obtidos na etapa de lances foram registrados via sistema eletrônico, conforme consta no edital. Ao final da habilitação dos vencedores os resultados foram os seguintes:

ALESSON E. F. SANTOS & CIA LTDA ME	R\$ 23.058,15
FERNANDO DE AVIZ EPP	R\$ 93.867,50
INFOTRIZ COMERCIAL LTDA EPP	R\$ 9.780,00
R. ANTUNES DE LIMA E CIA LTDA	R\$ 7.677,24
SATÉLITE COMERCIAL LTDA EPP	R\$ 2.069,40
Valor Total	R\$ 136.452,29

A ata de julgamento encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração e Finanças/Departamento de Licitações e Contratos e no site [www.itapoa.sc.gov.br](http://www.itapoa.sc.gov.br).

FERNANDA CRISTINA ROSA  
Pregoeira Oficial

ISABELA RAICIK DUTRA POHL  
Membro

CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR  
Membro

**Joaçaba**

**PREFEITURA**

#### **Portaria n.º 3.536**

PORTARIA Nº 3.536 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011  
"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

**R E S O L V E ,**

1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, para proceder averiguação de relatório anexo ao memorando do Centro Educacional Roberto Trompowsky referente ao servidor Jorge Roberto Sebastião - Professor Sem Habilitação.

2º DESIGNAR os servidores: SONIA APARECIDA PEROTTO ZABOTT, IRES MERLO VOLPATO E SANDRA LUISA DALL' OGLIO ZAMONER, sob a presidência do primeiro, para comporem a Comissão, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de novembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 3.537**

PORTARIA Nº 3.537 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011  
"PRORROGA PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

**R E S O L V E ,**

Art. 1º - PRORROGAR PRAZO de processo administrativo disciplinar instituído pela portaria n.º 3.369/2011, pelo prazo de mais 30 (trinta) dias, referente a servidora Fatima Pavan.

Art. 2º - Fundamentação legal artigo n.º 147 da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos desde 20 de outubro de 2011, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de novembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 3.538**

PORTARIA Nº 3.538 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011  
"PRORROGA PRAZO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais,

**R E S O L V E ,**

Art. 1º - PRORROGAR PRAZO de processo administrativo disciplinar instituído pela portaria n.º 3.470/2011, pelo prazo de mais 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste ato, referente a servidora Rosangela Aparecida Goulart Ribeiro.

Art. 2º - Fundamentação legal artigo n.º 147 da Lei Complementar n.º 76 de 11 de dezembro de 2011.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de novembro de 2011.  
RAFAEL LASKE

#### **Portaria n.º 3.539**

PORTARIA Nº 3.539 DE 14 DE NOVEMBRO DE 2011  
"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ELIANE FERRONATO FILIPIACKI, Professor Licenciatura Plena, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme requerimento protocolado sob. n.º 118.705 de 22 de fevereiro de 2011, referente aos períodos de 01 de janeiro de 2008 a 31 de dezembro de 2008 (12 dias), 01 de janeiro de 2009 a 31 de dezembro de 2009 (12 dias) e 01 de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2010 (12 dias) por um período de 36 (trinta e seis) dias, a partir de 10 de novembro de 2011 de acordo com a Lei nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 10 de novembro de 2011, obedecendo o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 14 de novembro de 2011  
RAFAEL LASKE

**Extrato homologação pl 40 pp 33 FMS**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JOAÇABA

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 40/2011/FMS

O Prefeito, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 40/2011/FMS, nos seguintes termos:

- Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL NR. 33/2011/FMS

Objeto a aquisição de móveis e eletroeletrônico destinados à estruturação das Unidades de Saúde da Família (ESF's) Frei Bruno, Nossa Senhora de Lourdes e Vila Pedrini.

- Empresas Vencedoras:

COMAPE LTDA

VALOR R\$ 9.291,80

DISMACENTER SUPRIM PARA INF. LTDA

VALOR R\$ 9.400,00

OBJETIVO COM DE EQUIP LTDA

VALOR R\$ 3.809,40

ROBERTO TESSARO LTDA

VALOR R\$ 9.928,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 16 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

Prefeito

**Retificação 01 edital de concurso 02/2011**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE JOAÇABA

RETIFICAÇÃO Nº 01 AO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 02, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E ESPORTES, através de sua Superintendente, no uso de suas atribuições, RETIFICAM o Edital do Concurso Público Nº 02, de 04 de novembro de 2011, nos seguintes termos:

1 - No item 2 do Edital - DAS INSCRIÇÕES insere-se o seguinte item:

2.13 No caso de o candidato realizar inscrição para mais de um cargo, será considerada válida a informação, quanto ao cargo, da última inscrição protocolada.

Publique-se.

Joaçaba, 17 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

**Retificação 02 edital de concurso 01/2011**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA DE JOAÇABA

RETIFICAÇÃO nº 02 DO EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 01, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2011.

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida XV de Novembro, nº 378, neste ato representado por seu Prefeito, Sr. RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, RETIFICA o Edital do Concurso Público Nº 01, de 04 de novembro de 2011, nos seguintes termos:

1 - No item 2 do Edital - DAS INSCRIÇÕES insere-se o seguinte item:

2.12 No caso de o candidato realizar inscrição para mais de um cargo, será considerada válida a informação, quanto ao cargo, da última inscrição protocolada.

2 - No item 2.8, no Anexo II e no Aditivo do Edital nº 01/2011, de 10/11/2011, onde consta Fiscal de Vigilância Sanitária e/ou Fiscal de Saúde Pública leia-se: Fiscal Sanitarista.

Publique-se.

Joaçaba, 17 de novembro de 2011.

RAFAEL LASKE

---

**SIMAE**

---

**Convite JHL 007/2011 -SIMAE**

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0057/2011

MODALIDADE CONVITE Nº 0007/2011

PROTOCOLO JHL 2860/2011

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Edital de Convite 0007/2011 - Licitação 0057/2011, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DETONAÇÃO A SEREM PRESTADOS NOS MUNICIPIOS DE JOAÇABA, HERVAL DO OESTE E LUZERNA NO EXERCÍCIO 2012, DE FORMA PARCELADA, CONFORME NECESSIDADES DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 06/12/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 06/12/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 21/11/2011 a 06/12/2011.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 21 de novembro de 2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI

Diretora Presidente do SIMAE.

**Homologação CV 05/2011 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  <b>CNPJ: 84.591.890/0001-43</b> <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>CONVITE</b> <b>Nr.: 5/2011 - CV</b>  <b>Processo Administrativo: 46/2011</b> <b>Processo de Licitação: 46/2011</b> <b>Data do Processo: 26/09/2011</b>
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Diretora Presidente, Elisabet Maria Zanela Sartori, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 46/2011  
b ) Licitação Nr.: 5/2011-CV  
c ) Modalidade: Convite p/ Obras e Serv. Engenhariaia  
d ) Data Homologação: 17/11/2011  
e ) Data da Adjudicação: 17/11/2011 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO EM ESTRUTURA METÁLICA PARA DEPÓSITO DE TUBOS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO DO SIME, LOCALIZADA NA RUA FRANCISCO SARTORI, NO MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE - SC.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	(em Reais R\$) <u>Total dos Itens</u>
- 006955 - DALLASIL FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA	1	0,0000	60.002,00
	1		60.002,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.052.4.4.90.00.00.00.00.00 (29) Saldo: 322.550,00

Joaçaba, 17 de Novembro de 2011.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**Homologação Pregão 36/2011 - SIMAE**

<b>ESTADO DE SANTA CATARINA</b> <b>SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO</b>  <b>CNPJ: 84.591.890/0001-43</b> <b>Rua Tiradentes, 123</b> <b>C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC</b>	<b>PREGÃO PRESENCIAL</b> <b>Nr.: 36/2011 - PR</b>  <b>Processo Administrativo: 50/2011</b> <b>Processo de Licitação: 50/2011</b> <b>Data do Processo: 19/09/2011</b>
Folha: 1/1	

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**

O Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a ) Processo Nr.: 50/2011  
b ) Licitação Nr.: 36/2011-PR  
c ) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL  
d ) Data Homologação: 17/11/2011  
e ) Data da Adjudicação: 17/11/2011 Sequência: 0  
f ) Objeto da Licitação REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS EM SERVIDORES DO SIMAE, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº2.920/07 E 3.054/07 PARA EXERCÍCIO 2011/2012.

g ) Fornecedores e Itens Vencedores:	<u>Qtde de Itens</u>	<u>Média Descto (%)</u>	(em Reais R\$) <u>Total dos Itens</u>
- 007808 - FEIMED SERVIÇOS MEDICOS LTDA	2	0,0000	8.250,00
	2		8.250,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00.00 (5) Saldo: 72.836,58

Joaçaba, 17 de Novembro de 2011.

-----  
Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

**Pregão Presencial JHL 0045/2011 - SIMAE**  
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO  
JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA  
LICITAÇÃO Nº 0062/2011  
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0045/2011  
PROTOCOLO JHL 2933/2011

Encontra-se aberto no SIMAE de Joaçaba, Pregão Presencial 0045/2011 - Licitação 0062/2011, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, que trata de:

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO SOB MEDIDA PARA SALAS DO SETOR ADMINISTRATIVO DA SEDE ADMINISTRATIVA DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: A entrega dos envelopes deverá ser até dia 07/12/2011 às 14:00 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC.

Da Abertura: A abertura será realizada no dia 07/12/2011 às 14:05 horas, na sede do SIMAE, à Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba SC. Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço Rua Tiradentes, 123 em Joaçaba no horário das 8:00 as 11:00 e das 14:00 as 17:00 horas ou no site [www.simae.sc.gov.br](http://www.simae.sc.gov.br), no período de 21/11/2011 a 07/12/2011.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone (49) 3551-8217.

Joaçaba - SC, 21 de novembro de 2011.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.

**Resumo Contrato JHL 0076/2011 SIMAE**  
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0076/2011  
CONVITE JHL Nº 0005/2011  
PROTOCOLO JHL 2481/2011

Data: 17/11/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO EM ESTRUTURA METÁLICA, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 195M2 PARA SER UTILIZADO PARA DEPÓSITO DE TUBOS EM TERRENO LOCALIZADO NA RUA FRANCISCO SARTORI EM HERVAL DO OESTE, DE PROPRIEDADE DO SIMAE. Contratado: DALLASIL FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS METÁLICAS LTDA.

Valor do Contrato: R\$ 60.002,00 (Sessenta mil e dois reais).

Programa/atividade - 14.01.1.052

Elemento - 4.4.90.51.80

Prazo de vigência: 90 dias contados da emissão da Ordem de Serviço.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.

**Resumo Contrato JHL 0077/2011 SIMAE**  
SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO  
JOAÇABA-HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA  
EXTRATO DE CONTRATO JHL Nº 0077/2011  
PREGÃO JHL Nº 0036/2011  
LICITAÇÃO 0050/2011  
PROTOCOLO Nº 2525/2011

Data: 17/11/2011

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS EM SERVIDORES DO SIMAE, CONFORME DECRETO MUNICIPAL Nº 2.920/2007 E 3054/2007 PARA O EXERCÍCIO 2011/2012.

Contratado: FEIMED SERVIÇOS MÉDICOS LTDA  
Valor Total do Contrato: R\$ 8.250,00 (Oito mil, duzentos e cinquenta reais).

Programa: 04.122.0028

Projeto/Atividade: 2.060

Elemento De Despesa: 3.3.90.39.56.00

Prazo de vigência: 17/11/2011 a 16/11/2012.

ELISABET MARIA ZANELA SARTORI  
Diretora Presidente do SIMAE.

**José Boiteux**

**PREFEITURA**

**Audiencia Publica**  
CONVITE

O MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX, na pessoa do Senhor Alcino Pereira, Prefeito Municipal, e Senhor Emerson Genezio Dell' Agnollo, Vice-Prefeito tem a Honra de Convidar os Vereadores, Secretários e Toda População Boitense para participar da Audiência Pública para Tratar sobre Emendas de Iniciativa Popular do Orçamento da União, que acontecerá no dia 23 de novembro de 2011, na Sala de Reuniões da Casa da Cidadania de José Boiteux, às 19h30min. Sua presença, com certeza, é de suma importância para definir as áreas e a melhor aplicação de recursos financeiros da União no Município de José Boiteux.

Cordialmente,  
ALCINO PEREIRA  
Prefeito Municipal

EMERSON GENEZIO DELL' AGNOLLO  
Vice Prefeito

**Lages**

**PREFEITURA**

**Lauda PE 34, 35, 36, 37, 38 e 39-2011**  
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LAGES, torna público o lançamento dos Editais:  
- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2011 - SEMASA

OBJETO: Aquisição de Combustíveis para uso nos Veículos da Frota da SEMASA, no exercício de 2012.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 08/12/2011 às 13:30 h.

TIPO: Menor Preço por Item

- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2011 - SEMASA

OBJETO: Aquisição de Produtos Químicos para uso na ETA - Estação de Tratamento de Água, no exercício de 2012.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 09/12/2011 às 13:30 h.

TIPO: Menor Preço por Item

- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2011 - FMAS

OBJETO: Aquisição de Cargas de Gás de Cozinha para uso na Secretaria Municipal de Assistência Social e suas Unidades, no exercício de 2012.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 12/12/2011 às 13:30 h.

TIPO: Menor Preço por Item

- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 37/2011 - FMAS

OBJETO: Aquisição de Combustíveis para uso nos Veículos e Máquinas da Frota do Município, para consumo no exercício de 2012.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 13/12/2011 às 13:30 h.

TIPO: Menor Preço por Item

- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2011 - FMAS

OBJETO: Contratação de Empresa para fornecimento de refeições (marmitas), para as Frentes de Trabalho da Secretaria de Obras, para consumo no ano de 2012.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 14/12/2011 às 13:30 h.

TIPO: Menor Preço por Item

- PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2011 - FMAS

OBJETO: Aquisição de Combustíveis para uso nos Veículos da Frota da Secretaria Municipal de Assistência Social, para consumo no exercício de 2012.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 15/12/2011 às 13:30 h.

TIPO: Menor Preço por Item

LOCAL DE REALIZAÇÃO DAS SESSÕES PÚBLICAS: [www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital pelo site: [www.lages.sc.gov.br](http://www.lages.sc.gov.br)

INFORMAÇÕES: No Setor de Licitações à Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, nesta cidade, pelo telefone (49) 3221-1169, pelo fax (49) 3221-1043 ou pelo e-mail [pregaoeletronico@lages.sc.gov.br](mailto:pregaoeletronico@lages.sc.gov.br)

Lages, 17 de novembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA  
Secretário de Administração

## Resultado PP 06-2011 FMAS

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES

ESTADO DE SANTA CATARINA

Setor de Licitação

RESULTADO FINAL

ASSUNTO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2011 - FMAS

OBJETO: Aquisição de Equipamentos, Utensílios e Outros, para Diversas Entidades

O Município de Lages, para os devidos fins e efeitos, torna público aos Interessados, o resultado final do presente Processo Licitatório:

VENCEDOR: DIVERSOS VENCEDORES

VALOR: R\$ 31.459,00

Lages, 17 de novembro de 2011.

ANTÔNIO CESAR ALVES DE ARRUDA  
Secretário de Administração

# Lauro Muller

## PREFEITURA

### Decreto nº 046/2011

DECRETO Nº 046/2011

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO DA CIDADE DE LAURO MÜLLER.

HÉLIO LUIZ BUNN, Prefeito Municipal DE LAURO MÜLLER - SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63, inciso VI da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 297 da Lei Municipal nº 1.549/2008 de 30/12/2008,

#### DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para comporem o Conselho da Cidade de Lauro Müller, os membros representantes, conforme discriminação abaixo:

» Representantes Territoriais da Área 1

Titulares: Paulo César Antunes

Dilvo Proinelli

Suplentes: Alexandre Carniel Guimarães

Luzia Proinelli

» Representantes Territoriais da Área 2

Titulares: Daniel Mazon

Adélia Acordi

Suplentes: Emir Tezza

Geraldo Proinelli

» Representantes Territoriais da Área 3

Titulares: Antonio Mazon

Walmir Fontanella Fabro

Suplentes: Nereu Fernandes Benedet

Altamir Bett

» Representantes Territoriais da Área 4

Titulares: Ézio F. Lorenzi Filho

Pedro Barp Rodrigues

Suplentes: Lucy C. Citadin Fenilli

Sedenir Joaquim Carboni

» Representantes Territoriais da Área 5

Titulares: Arilton Marcos

Valmor Viero

Suplentes: Gilson Paz

Loreni de Oliveira

» Representantes Territoriais da Área 6

Titulares: Gilmar de Oliveira

Pedro Coradelli Correa

Suplentes: Cláudio Lottin

Luiz Honório Fernandes

» Representantes Territoriais da Área 7

Titulares: Edilson de Souza

Loreni Emídio de Oliveira

Suplentes: Sérgio Fieira



Fabiana Aparecida Citadin Cambruzzi

» Representantes Territoriais da Área 8

Titulares: Cristian Fernandes  
Neri Schambeck Filho

Suplentes: Giovani Bochi  
Alcimar Benedet

» Representantes do Poder Executivo Municipal

Titulares: Gysleny Gylceya Garcia  
Gustavo Alves Camacho  
Morgana Fernandes  
Josiane Girardi  
Adriano Araújo  
Marcos Nesi  
Ema Hofmann Benedet  
Joyce Maria Vicente Fernandes  
Antonio da Luz  
Sumaia da Luz

Suplentes: Karine Lotti Cardoso  
Ronan Lolli  
Valmir Rosa  
Juliana Mariot  
Eduardo Righetto  
Valmor Maccari  
Itatiane Fabiane Branco  
Rosemery Candido  
Samuel Madeira  
Danessa Madalena Batista

» Representantes do Poder Legislativo Municipal

Titulares - José Cambruzzi  
José Antonio De Bettio  
Ramiris Fontanella  
Helder Velho

Suplentes - Manoel Leandro Filho  
Pedro Luiz Machado  
Manoel Jades Izidorio  
Jair de Oliveira Bittencourt

» Representantes de Serviços Públicos Estaduais  
- Representantes da CASAN e da CELESC  
Titular: José Nazareno Nazário  
Suplente: Carlos Alberto Cardoso

- Representantes da EPAGRI e da CIDASC  
Titular: Paulo César Freiburger  
Suplente: Mariza Beltrame Alves

- Representantes das Escolas Estaduais  
Titular: Henrique Teixeira Machado  
Suplente: Sonia Ceron Madalena

» Representantes do Setor de Segurança Pública  
Titular - Jairo José dos Reis  
Suplente - Cassiano Jeronimo

» Representantes dos Conselhos Municipais  
Titulares - Nevanir Jorge Schultz  
Rosilene Barbosa Vicente

Suplentes - Lindomar Ribeiro Izirio  
Flora Fomes da Silva

» Representantes das Comissões Municipais  
Titular - José Artur Fernandes

Suplente - Celso Pedro Costa

» Representantes das Entidades do Setor de Esporte e Lazer  
Titulares - Carlos Alexandre Dandolini  
Adilson Canever

Suplentes - Sandro Hobold  
Cláudio Coan

» Representantes das Instituições Religiosas  
Titulares - Yolanda da Silva Cardoso  
Fábio José de Souza

Suplentes - Geraldo Correia Bittencourt  
Alan Jung Crocetta

» Representantes dos Movimentos Sociais e Populares  
Titulares - Heloísa Ramos Gazola  
Rogério Citadin Fontanella  
Maria Inácia dos Santos  
Luzia Madeira Salvador

Suplentes - Alvaci Terezinha Tournier Tavares  
Maria Goretti Araújo  
José Nazareno de Souza  
Cedolina Sérgio Machado

» Representantes de Entidades Sindicais de Trabalhadores  
Titulares - Gilson Salvador  
Izaida Antonia Maccari  
Fernando Frassetto  
Almir José da Luz

Suplentes - Andresa Palhano da Rosa  
Gerceonir Bardini Benedetto  
Jonas Americo  
Agenor Vieira Filho

» Representantes das ONGs e OSCIP  
Titulares - Eliandro Bett Giongo  
Maria José Volpato Fernandes

Suplentes - Luciano de Mello Philippi  
Maria Inês Volpato

» Representantes das Organizações representativas das pessoas com deficiência  
Titular - Marta Regina Burati Pereira  
Suplente - Ana Joana Sartor Nazário

» Representantes de Entidades Empresariais e Industriais  
- Representantes da Indústria Carbonífera  
Titulares - Paulo Felipe de Mello  
Amilton Benedet

Suplentes - Alessandro Fernandes Madeira  
Moacir Benincá

- Representantes da Indústria Madeireira  
Titular - Andrea Spricigo  
Suplente - Elcio Luiz Giordani

- Representantes do Setor das Microempresas  
Titulares - Emerson Coan  
Alessandro Da Coregio

Suplentes - Ricardo Fontanella  
Orávio Borges Da Corégio

» Representantes do Setor de Comércio e Serviços  
Titulares - Valdir Fontanella  
Ângelo Pescador  
Agenor Brighente

Suplentes - Valentin Della Giustina  
Carlos Raulino Lottin  
Leoni Sebastião Bunn

» Representantes do Setor de Cooperativas  
- Representante do setor de Cooperativa de Transporte  
Titular - Eraldo Sebastião Speck  
Suplente - Antonio Sabino Rizzatti

- Representante do setor de Cooperativa de Eletrificação Rural  
Titular - Alcimar Damiani de Brida  
Suplente - Ricardo Mazon Benedet

- Representante do setor de Cooperativa Agropecuária  
Titular - Jesus Silvestre  
Suplente - Jair Mazon Carrer

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER, 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

HÉLIO LUIZ BUNN

Prefeito Municipal

Registrado nesta Secretaria da Administração, Finanças e Planejamento e publicado no mural público junto ao átrio da Prefeitura Municipal na data supra.

MORGANA FERNANDES  
Sec. Administração, Fin. Planej.

**Leoberto Leal**

**PREFEITURA**

### **Decreto Nº 106 - ANULA e SUPLEMENTA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE**

DECRETO Nº 106 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A PREFEITA MUNICIPAL DE LEOBERTO LEAL, S/C, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 7º da Lei nº 778 de 20 de Dezembro de 2011.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal vigente, na dotação com a seguinte estrutura, no seguinte valor:

Classificação Código Especificação Valor  
Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 716,80  
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 716,80  
Função 12 Educação 716,80  
Sub-Função 365 Educação Infantil 716,80  
Programa 04 Educação é Tudo 716,80

Projeto/Atividade 2005 Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Educação Cultura e Desporto 716,80  
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 716,80  
Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 716,80  
Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 716,80  
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 716,80  
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 716,80

Art. 2º O recurso para atender o disposto no artigo anterior, correrá por conta da anulação do saldo da dotação com a seguinte estrutura, e respectivo valor:

Classificação Código Especificação Valor  
Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 716,80  
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 716,80  
Função 12 Educação 716,80  
Sub-Função 365 Educação Infantil 716,80  
Programa 04 Educação é Tudo 716,80  
Projeto/Atividade 2005 Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Educação Cultura e Desporto 716,80  
Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesas de Capital 716,80  
Grupo de Natureza da Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 716,80  
Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 716,80  
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 716,80  
TOTAL DA ANULAÇÃO 716,80

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 17 Novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 21/11/2011.

### **Decreto Nº 107 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**

DECRETO Nº 107 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso I da Lei nº 778 de 20 de Dezembro de 2010:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no Orçamento Fiscal Vigente, a dotação orçamentária com a seguinte classificação e valor:

Classificação Código Especificação Valor  
Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 5.700,00  
Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 5.700,00  
Função 12 Educação 5.700,00  
Sub-Função 365 Educação Infantil 5.700,00  
Programa 04 Educação é Tudo 5.700,00  
Projeto/Atividade 2005 Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Educação Cultura e Desporto 5.700,00  
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 5.700,00  
Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 5.700,00  
Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 5.700,00  
Fonte de Recursos 0.1.0000 Recursos Ordinários 5.700,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO 5.700,00

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do Provável excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recursos:

Fonte Código Valor

Recursos Ordinários 0.1.0000 5.700,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO 5.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 17 de Novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 21/11/2011.

### **Decreto Nº 109 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA do EXCESSO de ARRECADAÇÃO**

DECRETO Nº 109 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE POR CONTA DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 8º, Inciso I da Lei nº 778 de 20 de Dezembro de 2010:

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementada no Orçamento Fiscal Vigente, as dotações orçamentárias com as seguintes classificações e valores:

Classificação Código Especificação Valor

Órgão 04 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 15.963,87

Unidade Orçamentária 01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO 15.963,87

Função 12 Educação 15.963,87

Sub-Função 365 Educação Infantil 2.465,00

Programa 04 Educação é Tudo 2.465,00

Projeto/Atividade 2009 Transporte Escolar - Ensino Infantil 2.465,00

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 2.465,00

Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 2.465,00

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 2.465,00

Sub-Função 362 Ensino Médio 1.111,11

Programa 04 Educação é Tudo 1.111,11

Projeto/Atividade 2.010 Transporte Escolar - Ensino Médio 1.111,11

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 1.111,11

Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 1.111,11

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 1.111,11

Sub-Função 361 Ensino Fundamental 12.387,76

Programa 04 Educação é Tudo 12.387,76

Projeto/Atividade 2.008 Transporte Escolar - Ensino Fundamental 12.387,76

Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas Correntes 12.387,76

Grupo de Natureza da Despesa 3.3.00.00.00 Outras Despesas Correntes 12.387,76

Modalidade de Aplicação 90 Aplicações Diretas 12.387,76

Fonte de Recurso 0.1.0061 Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE 15.963,87

Art. 2º - Os recursos para atender o disposto no artigo anterior,

correrão por conta do provável excesso de Arrecadação na seguinte fonte de recursos:

Fonte Código Valor

Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE 0.1.0061 15.963,87

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO UTILIZADO 15.963,87

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 18 de Novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 21/11/2011.

### **Decreto Nº 110 - NOMEIA Leiloeiro**

DECRETO Nº 110 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

"NOMEIA LEILOEIRO"

A prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Federal nº 8.666/93, Art. 25 e suas alterações e a Instrução Normativa Nº 113/2010;

DECRETA:

Art 1º = Fica nomeado o Sr. Júlio Ramos Luz, brasileiro, solteiro, com escritório a Rua Dom Bosco, nº 276, sala 102, centro, em Rio do Sul, SC, matriculado na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina / JUCESC sob nº AARC 162, como Leiloeiro Público Oficial convidado devido a sua notória experiência, para proceder aos Leilões Administrativos de Bens do Patrimônio Público Municipal, declarados inservíveis pela Lei 644/2009, 809/2011 e 834/2011, cuja alienação foi Autorizada pela Câmara de Vereadores.

Art 2º = O Leiloeiro está rigorosamente em dia com suas obrigações e não receberá nenhuma remuneração por parte desta Prefeitura pelos serviços prestados.

Art 3º = Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art 4º = Revogam-se as disposições em contrário.

Leoberto Leal, 18 de Novembro de 2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Diário Oficial dos Municípios dia 21/11/2011.

### **Decreto Nº 108 - ANULA e SUPLEMENTA DOTAÇÃO do ORÇAMENTO da SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE POR CONTA de RECURSO da COMPENSAÇÃO de ESPECIFICIDADES REGIONAIS**

DECRETO Nº 108 DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011.

"ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL VIGENTE POR CONTA DE RECURSO DA COMPENSAÇÃO DE ESPECIFICIDADES REGIONAIS".

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, S/C, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 835 de 11 de novembro de 2011:

DECRETA:

Art.1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da Seguridade Social Vigente, na dotação com a estrutura abaixo

e até o seguinte valor:

Classificação Código Especificação Valor  
Orgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL  
27.920,00  
Unidade Orçamentária 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 27.920,00  
Função 10 Saúde 27.920,00  
Sub-Função 301 Atenção Básica 27.920,00  
Programa 6 Saúde com Excelência 27.920,00  
Atividade 1.020 Aquisição de veículos - saúde 27.920,00  
Categoria Econômica 4.0.00.00.00 Despesas de capital 27.920,00  
Grupo de Natureza da  
Despesa 4.4.00.00.00 Investimentos 27.920,00  
Modalidade Aplicação 90 Aplicações Diretas 27.920,00  
Fonte de Recursos 0.1.0064.71 Compensação de Especificidades Regionais 27.920,00  
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR 27.920,00

Art.2º Os Recursos para atender o disposto no artigo anterior correrão por conta da anulação parcial da dotação com a estrutura abaixo e até o seguinte valor:

Classificação Código Especificação Valor  
Orgão 05 SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTENCIA SOCIAL  
27.920,00  
Unidade Orçamentária 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 27.920,00  
Função 10 Saúde 27.920,00  
Sub-Função 301 Atenção Básica 27.920,00  
Programa 6 Saúde com Excelência 27.920,00  
Atividade 2.016 Atenção Básica 27.920,00  
Categoria Econômica 3.0.00.00.00 Despesas correntes 27.920,00  
Grupo de Natureza da  
Despesa 3.3.00.00.00 Outras despesas correntes 27.920,00  
Modalidade Aplicação 90 Aplicações Diretas 27.920,00  
Fonte de Recursos 0.1.0064.71 Compensação de Especificidades Regionais 27.920,00  
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR 27.920,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua Publicação.

Leoberto Leal, 17 de novembro de 2011.  
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal

### **Dispensa de Licitação Nº 084/2011**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 084/2011  
Divisão de Licitações e Compras

Objeto da Dispensa de Licitação: Constitui objeto do presente certame, a prestação de serviços de caminhão trucado na caçamba capacidade 10m<sup>3</sup> e retroescavadeira de pneus 4x4, para transporte de macadame, retirada de barreiras e melhorias nas estradas municipais, que foram danificadas pelas enxurradas que ocorreram entre os dias 07 a 09 de agosto de 2011 e nos dias 05 a 08 de setembro de 2011, no valor total de R\$ 10.524,00 (dez mil quinhentos e vinte e quatro reais). De acordo com o Decreto nº 058/2011 de 10 de agosto de 2011 e Decreto nº 065/2011 de 08 de setembro de 2011, "Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do Município de Leoberto Leal afetada por enxurradas e inundações". CONTRATADO: COELHO TERRAPLANAGEM E TRANSPORTE LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Estrada Geral Rio Veado, 3585, bairro Rio Veado, município de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 06.208.767/0001-97. ENQUADRAMENTO: art. 24, IV, Lei 8.666/93. Em 18/11/2011.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA  
Prefeita Municipal.



# Lindóia do Sul

## PREFEITURA

### Relatórios da LRF 5º Bimestre

Município de LINDÓIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	<b>11.173.900,00</b>	<b>11.173.900,00</b>	<b>2.265.741,76</b>	<b>20,28</b>	<b>11.281.818,73</b>	<b>100,97</b>	<b>-107.918,73</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>11.087.600,00</b>	<b>11.087.600,00</b>	<b>1.943.156,52</b>	<b>17,53</b>	<b>9.596.094,61</b>	<b>86,55</b>	<b>1.491.505,39</b>
RECEITA TRIBUTARIA	547.300,00	547.300,00	79.563,53	14,54	493.246,48	90,12	54.053,52
IMPOSTOS	451.500,00	451.500,00	75.244,60	16,67	399.298,36	88,44	52.201,64
TAXAS	88.700,00	88.700,00	3.636,29	4,10	73.189,41	82,51	15.510,59
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	7.100,00	7.100,00	682,64	9,61	20.758,71	292,38	-13.658,71
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	119.900,00	119.900,00	24.678,57	20,58	114.022,41	95,10	5.877,59
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	54.600,00	54.600,00	10.237,87	18,75	45.077,84	82,56	9.522,16
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	65.300,00	65.300,00	14.440,70	22,11	68.944,57	105,58	-3.644,57
RECEITA PATRIMONIAL	150.000,00	150.000,00	46.641,43	31,09	214.141,16	142,76	-64.141,16
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	150.000,00	150.000,00	46.641,43	31,09	214.141,16	142,76	-64.141,16
RECEITA AGROPECUARIA	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Rec. da Produção Vegetal	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
RECEITA DE SERVIÇOS	53.200,00	53.200,00	4.492,49	8,44	30.280,82	56,92	22.919,18
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	10.095.000,00	10.095.000,00	1.769.272,51	17,53	8.650.759,12	85,69	1.444.240,88
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	9.943.900,00	9.943.900,00	1.734.936,51	17,45	8.510.067,22	85,58	1.433.832,78
Transf. de Pessoas	2.600,00	2.600,00	1.530,00	58,85	2.075,00	79,81	525,00
Transf. de Conv.	148.500,00	148.500,00	32.806,00	22,09	138.616,90	93,34	9.883,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	120.700,00	120.700,00	18.507,99	15,33	93.644,62	77,58	27.055,38
Multas e Juros de Mora	43.900,00	43.900,00	11.017,75	25,10	45.819,80	104,37	-1.919,80
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	11.100,00	11.100,00	595,48	5,36	20.416,55	183,93	-9.316,55
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	64.200,00	64.200,00	6.894,76	10,74	27.408,27	42,69	36.791,73
RECEITAS DIVERSAS	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>86.300,00</b>	<b>86.300,00</b>	<b>322.585,24</b>	<b>373,80</b>	<b>1.685.724,12</b>	<b>953,33</b>	<b>-1.599.424,12</b>
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	-1.000.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00	-1.000.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	43.500,00	43.500,00	7.560,00	17,38	8.269,00	19,01	35.231,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	43.500,00	43.500,00	7.560,00	17,38	8.269,00	19,01	35.231,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	42.800,00	42.800,00	9.356,24	21,86	36.806,12	86,00	5.993,88
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	305.669,00	0,00	640.649,00	0,00	-640.649,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	0,00	0,00	5.544,00	0,00	5.544,00	0,00	-5.544,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	300.125,00	0,00	635.105,00	0,00	-635.105,00
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>59.800,00</b>	<b>59.800,00</b>	<b>14.201,09</b>	<b>23,75</b>	<b>62.067,93</b>	<b>103,79</b>	<b>-2.267,93</b>
<b>RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS</b>	<b>59.800,00</b>	<b>59.800,00</b>	<b>14.201,09</b>	<b>23,75</b>	<b>62.067,93</b>	<b>103,79</b>	<b>-2.267,93</b>
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	59.800,00	59.800,00	14.201,09	23,75	62.067,93	103,79	-2.267,93

Continua 1/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
<b>RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)</b>	<b>59.800,00</b>	<b>59.800,00</b>	<b>14.201,09</b>	<b>23,75</b>	<b>62.067,93</b>	<b>103,79</b>	<b>-2.267,93</b>
Receitas Intra-Orçamentárias	59.800,00	59.800,00	14.201,09	23,75	62.067,93	103,79	-2.267,93
<b>SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)</b>	<b>11.233.700,00</b>	<b>11.233.700,00</b>	<b>2.279.942,85</b>	<b>20,30</b>	<b>11.343.886,66</b>	<b>100,98</b>	<b>-110.186,66</b>
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)</b>	<b>11.233.700,00</b>	<b>11.233.700,00</b>	<b>2.279.942,85</b>	<b>20,30</b>	<b>11.343.886,66</b>	<b>100,98</b>	<b>-110.186,66</b>
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	11.233.700,00	11.233.700,00	2.279.942,85	20,30	11.343.886,66	100,98	-110.186,66
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	1.176.044,60	—	—	359.298,99	—	—
Superávit Financeiro	—	1.176.044,60	—	—	359.298,99	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>11.233.700,00</b>	<b>3.355.127,37</b>	<b>14.588.827,37</b>	<b>1.416.328,97</b>	<b>11.453.279,64</b>	<b>1.950.014,10</b>	<b>9.569.205,20</b>	<b>65,59</b>	<b>5.019.622,17</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>9.824.466,00</b>	<b>567.846,87</b>	<b>10.392.312,87</b>	<b>1.042.669,69</b>	<b>8.050.954,70</b>	<b>1.439.765,72</b>	<b>7.284.585,32</b>	<b>70,10</b>	<b>3.107.727,55</b>
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	4.389.669,00	59.993,80	4.449.662,80	614.879,78	3.349.275,18	646.028,10	3.313.504,46	74,47	1.136.158,34
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	143.900,00	-46.150,00	97.750,00	0,00	56.179,42	6.297,93	35.258,59	36,07	62.491,41
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.290.897,00	554.003,07	5.844.900,07	427.789,91	4.645.500,10	787.439,69	3.935.822,27	67,34	1.909.077,80
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>1.408.234,00</b>	<b>2.787.280,50</b>	<b>4.195.514,50</b>	<b>373.659,28</b>	<b>3.402.324,94</b>	<b>510.248,38</b>	<b>2.284.619,88</b>	<b>54,45</b>	<b>1.910.894,62</b>
INVESTIMENTOS	1.146.800,00	2.812.865,50	3.959.665,50	372.709,28	3.253.209,94	489.116,90	2.172.595,61	54,87	1.787.069,89
INVERSOES FINANCEIRAS	25.300,00	-2.735,00	22.565,00	0,00	12.265,00	2.230,00	10.035,00	44,47	12.530,00

Continua 2/3

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**BALANÇO ORÇAMENTÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)</b>	<b>11.233.700,00</b>	<b>3.355.127,37</b>	<b>14.588.827,37</b>	<b>1.416.328,97</b>	<b>11.453.279,64</b>	<b>1.950.014,10</b>	<b>9.569.205,20</b>	<b>65,59</b>	<b>5.019.622,17</b>
AMORTIZACAO DA DIVIDA	236.134,00	-22.850,00	213.284,00	950,00	136.850,00	18.901,48	101.989,27	47,82	111.294,73
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.000,00</b>
<b>DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)</b>	<b>11.233.700,00</b>	<b>3.355.127,37</b>	<b>14.588.827,37</b>	<b>1.416.328,97</b>	<b>11.453.279,64</b>	<b>1.950.014,10</b>	<b>9.569.205,20</b>	<b>65,59</b>	<b>5.019.622,17</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)</b>	<b>11.233.700,00</b>	<b>3.355.127,37</b>	<b>14.588.827,37</b>	<b>1.416.328,97</b>	<b>11.453.279,64</b>	<b>1.950.014,10</b>	<b>9.569.205,20</b>	<b>65,59</b>	<b>5.019.622,17</b>
<b>SUPERÁVIT (XIII)</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	<b>—</b>	1.774.681,46	<b>—</b>	<b>—</b>
<b>TOTAL (XIV) = (XII + XIII)</b>	<b>11.233.700,00</b>	<b>3.355.127,37</b>	<b>14.588.827,37</b>	<b>1.416.328,97</b>	<b>11.453.279,64</b>	<b>1.950.014,10</b>	<b>11.343.886,66</b>	<b>65,59</b>	<b>5.019.622,17</b>

FONTE: SECRETARIA GERAL DE GOVERNO

LINDOIA DO SUL, 09/11/2011

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Ordenador de Despesas e Sec. Administra

GENECI DELLAI  
CRC/SC 016795/0-0

## Relatórios LRF 5º Bimestre

Município de LINDOIA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

## DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo II ( LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" )

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	11.233.700,00	14.588.827,37	1.416.328,97	11.453.279,64	1.950.014,10	9.569.205,20	100,00	65,59	5.019.622,17
Legislativa	175.400,00	175.400,00	23.501,23	117.783,87	27.345,49	116.418,36	1,22	66,37	58.981,64
Ação Legislativa	175.400,00	175.400,00	23.501,23	117.783,87	27.345,49	116.418,36	1,22	66,37	58.981,64
Administração	1.421.449,00	1.585.977,12	156.847,17	1.325.621,22	236.530,37	1.170.693,97	12,23	73,82	415.283,15
Administração Geral	1.421.449,00	1.585.977,12	156.847,17	1.325.621,22	236.530,37	1.170.693,97	12,23	73,82	415.283,15
Assistência Social	368.016,00	380.490,00	21.983,10	249.267,50	44.895,74	212.973,40	2,23	55,97	167.516,60
Administração Geral	127.000,00	127.000,00	17.048,03	88.273,64	17.048,03	88.273,64	0,92	69,51	38.726,36
Assistência ao Idoso	8.500,00	8.500,00	1.609,00	7.651,00	2.262,39	6.001,79	0,06	70,61	2.498,21
Assistência ao Portador de Deficiência	5.566,00	5.566,00	0,00	2.592,00	360,00	2.016,00	0,02	36,22	3.550,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	41.750,00	41.750,00	525,00	20.452,00	8.715,27	15.889,51	0,17	38,06	25.860,49
Assistência Comunitária	185.200,00	197.674,00	2.801,07	130.298,86	16.510,05	100.792,46	1,05	50,99	96.881,54
Saúde	2.268.600,00	2.614.873,94	208.403,31	2.116.387,64	373.566,94	1.883.404,29	19,68	72,03	731.469,65
Atenção Básica	2.121.400,00	2.462.051,10	189.582,12	1.973.480,10	348.235,62	1.756.843,39	18,36	71,36	705.207,71
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	114.400,00	120.022,84	12.456,84	118.320,24	17.374,51	103.402,35	1,08	86,15	16.620,49
Vigilância Sanitária	17.600,00	17.600,00	6.364,35	16.371,82	6.106,33	14.943,07	0,16	84,90	2.656,93
Vigilância Epidemiológica	15.200,00	15.200,00	0,00	8.215,48	1.850,48	8.215,48	0,09	54,05	6.984,52
Educação	2.655.400,00	3.453.098,98	533.636,45	2.966.156,90	485.494,49	2.052.735,59	21,45	59,45	1.400.363,39
Alimentação e Nutrição	55.500,00	55.500,00	13.634,48	44.362,68	13.556,48	42.034,53	0,44	75,74	13.465,47
Ensino Fundamental	2.170.400,00	2.218.499,70	328.969,63	1.864.695,20	416.924,89	1.750.515,27	18,29	78,91	467.984,43
Ensino Médio	19.000,00	16.196,00	0,00	11.889,40	0,00	10.389,40	0,11	64,15	5.806,60
Ensino Superior	71.000,00	100.480,20	0,00	83.372,20	19.990,60	64.844,20	0,68	64,53	35.636,00
Educação Infantil	320.000,00	1.042.923,08	191.032,34	949.837,42	33.522,52	174.452,19	1,82	16,73	868.470,89
Educação Especial	19.500,00	19.500,00	0,00	12.000,00	1.500,00	10.500,00	0,11	53,85	9.000,00
Cultura	35.000,00	45.235,75	3.163,92	40.336,51	4.419,92	39.301,51	0,41	86,88	5.934,24
Difusão Cultural	35.000,00	45.235,75	3.163,92	40.336,51	4.419,92	39.301,51	0,41	86,88	5.934,24
Urbanismo	215.300,00	253.892,52	26.444,72	205.950,90	27.756,25	195.140,57	2,04	76,86	58.751,95
Serviços Urbanos	215.300,00	253.892,52	26.444,72	205.950,90	27.756,25	195.140,57	2,04	76,86	58.751,95
Habitação	87.200,00	104.924,85	950,00	45.010,38	11.886,99	39.698,84	0,41	37,84	65.226,01
Habitação Urbana	87.200,00	104.924,85	950,00	45.010,38	11.886,99	39.698,84	0,41	37,84	65.226,01
Saneamento	180.000,00	170.000,00	0,00	157.180,98	25.676,58	118.666,11	1,24	69,80	51.333,89
Saneamento Básico Urbano	180.000,00	170.000,00	0,00	157.180,98	25.676,58	118.666,11	1,24	69,80	51.333,89

Continua 1/2

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/2

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
<b>DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)</b>	11.233.700,00	14.588.827,37	1.416.328,97	11.453.279,64	1.950.014,10	9.569.205,20	100,00	65,59	5.019.622,17
Gestão Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Preservação e Conservação Ambiental	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Agricultura	1.199.500,00	1.196.500,00	116.136,03	929.380,61	127.720,77	863.441,53	9,02	72,16	333.058,47
Saneamento Básico Rural	39.500,00	39.500,00	3.220,00	17.110,00	3.220,00	17.110,00	0,18	43,32	22.390,00
Promoção da Produção Vegetal	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Promoção da Produção Animal	85.000,00	85.000,00	0,00	81.178,53	18.219,60	80.296,53	0,84	94,47	4.703,47
Abastecimento	210.000,00	205.500,00	10.000,00	184.366,19	10.000,00	184.366,19	1,93	89,72	21.133,81
Extensão Rural	855.000,00	856.500,00	102.916,03	646.725,89	96.281,17	581.668,81	6,08	67,91	274.831,19
Indústria	135.000,00	133.500,00	0,00	22.950,00	350,00	22.600,00	0,24	16,93	110.900,00
Promoção Industrial	135.000,00	133.500,00	0,00	22.950,00	350,00	22.600,00	0,24	16,93	110.900,00
Transporte	1.933.901,00	3.972.500,21	307.013,44	3.044.083,70	566.420,73	2.663.330,07	27,83	67,04	1.309.170,14
Transporte Rodoviário	1.933.901,00	3.972.500,21	307.013,44	3.044.083,70	566.420,73	2.663.330,07	27,83	67,04	1.309.170,14
Desporto e Lazer	330.000,00	334.500,00	18.249,60	187.040,01	15.529,83	169.201,54	1,77	50,58	165.298,46
Desporto Comunitário	330.000,00	334.500,00	18.249,60	187.040,01	15.529,83	169.201,54	1,77	50,58	165.298,46
Encargos Especiais	222.934,00	161.934,00	0,00	46.129,42	2.420,00	21.599,42	0,23	13,34	140.334,58
Serviço da Dívida Interna	222.934,00	161.934,00	0,00	46.129,42	2.420,00	21.599,42	0,23	13,34	140.334,58
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>11.233.700,00</b>	<b>14.588.827,37</b>	<b>1.416.328,97</b>	<b>11.453.279,64</b>	<b>1.950.014,10</b>	<b>9.569.205,20</b>	<b>100,00</b>	<b>65,59</b>	<b>5.019.622,17</b>

FONTE: SECRETARIA GERAL DE GOVERNO

LINDOIA DO SUL, 09/11/2011

MARINES RIBEIRO PERONDI      GENECCI DELLAI  
Ordenador de Despesas e Sec. Adl CRC/SC 016795/0-0

<sup>1</sup> Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

## Relatórios LRF 5º Bimestre

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
NOVEMBRO/2010 A OUTUBRO/2011

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2011
	Nov/2010	Dez/2010	Jan/2011	Fev/2011	Mar/2011	Abr/2011	Mai/2011	Jun/2011	Jul/2011	Ago/2011	Set/2011	Out/2011	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
<b>RECEITAS CORRENTES (I)</b>	<b>992.256,70</b>	<b>1.310.729,92</b>	<b>1.077.648,11</b>	<b>1.120.047,70</b>	<b>1.008.736,44</b>	<b>1.188.113,60</b>	<b>1.245.917,89</b>	<b>1.181.614,81</b>	<b>1.108.707,83</b>	<b>1.158.443,87</b>	<b>1.060.607,00</b>	<b>1.239.390,57</b>	<b>13.692.214,44</b>	<b>13.108.100,00</b>
RECEITA TRIBUTÁRIA	39.115,66	31.640,54	45.343,31	49.605,19	29.315,17	42.311,73	116.795,23	49.851,19	34.658,75	45.802,38	38.640,46	40.923,07	564.002,68	547.300,00
I.P.T.U.	257,97	2.176,08	0,00	0,00	0,00	6.724,11	55.256,71	1.933,22	2.115,70	3.033,33	1.539,62	150,21	73.186,95	90.000,00
I.S.S.	19.185,55	18.029,36	32.527,60	15.639,11	19.630,30	24.990,50	15.336,89	24.547,96	24.178,45	30.149,01	29.821,16	16.461,66	270.497,55	212.000,00
I.T.B.I.	3.778,50	1.840,00	7.467,98	3.674,82	3.269,84	1.604,79	8.140,56	1.110,00	2.309,81	3.727,64	1.781,04	19.894,94	58.599,92	100.000,00
I.R.R.F	13.429,26	6.305,37	3.098,87	7.944,95	2.274,01	1.955,80	6.771,53	6.325,86	2.857,90	5.456,51	2.824,09	2.771,88	62.016,03	49.500,00
Outras Receitas Tributárias	2.464,38	3.289,73	2.248,86	22.346,31	4.141,02	7.036,53	31.289,54	15.934,15	3.196,89	3.435,89	2.674,55	1.644,38	99.702,23	95.800,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	11.477,93	15.177,08	7.342,22	10.753,32	11.935,06	11.420,54	11.787,99	12.246,14	11.794,29	12.064,28	12.032,56	12.646,01	140.677,42	119.900,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	28.717,54	0,00	0,00	0,00	64.601,85	33,67	47.081,02	674,42	55.108,77	859,93	45.781,50	242.858,70	150.000,00
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	4.288,64	10.644,79	2.930,60	4.700,51	2.862,27	3.790,18	3.037,96	2.824,86	2.850,72	2.791,23	1.626,91	2.865,58	45.214,25	53.200,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	927.389,82	1.212.474,29	1.013.946,60	1.049.031,91	952.130,67	1.059.678,09	1.103.348,76	1.060.812,31	1.048.202,39	1.030.628,04	996.282,37	1.129.831,19	12.583.756,44	12.115.500,00
Cota-Parte do F.P.M.	359.079,75	452.602,25	433.997,93	467.569,14	305.238,64	404.592,84	464.387,91	419.142,81	356.554,65	367.792,51	293.620,37	385.943,24	4.710.522,04	5.010.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	392.648,83	420.632,80	462.779,44	408.104,28	467.672,40	464.786,62	454.166,30	455.356,57	485.658,41	482.080,71	509.407,32	514.958,00	5.518.251,68	4.700.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	14.510,18	7.873,36	11.923,16	17.784,94	30.874,18	25.702,66	28.965,56	26.300,26	27.007,83	21.865,29	26.854,88	23.965,86	263.628,16	275.000,00
Cota-Parte do ITR.	12,87	282,64	13,04	0,00	0,00	25,81	0,00	0,00	21,92	17,42	1.457,46	3.128,95	4.960,11	500,00
Transferências da LC 61/1989	8.774,14	10.315,22	10.207,00	9.601,77	6.194,80	9.527,38	8.029,36	8.876,60	8.723,49	8.753,82	8.115,01	11.463,73	108.582,32	87.900,00
Transferências da LC 87/1996	2.316,05	2.316,05	2.646,39	2.646,39	2.646,39	2.646,39	2.646,39	2.646,39	2.646,39	2.646,39	2.646,39	2.646,39	31.096,00	29.200,00
Transferências do FUNDEB	71.479,62	78.069,07	73.639,51	68.126,54	70.451,21	74.164,36	75.825,85	74.049,76	72.325,97	73.637,37	75.869,92	79.605,60	887.244,78	753.100,00
Outras Transferências Correntes	78.568,38	240.382,90	18.740,13	75.198,85	69.053,05	78.232,03	69.327,39	74.439,92	95.263,73	73.834,53	78.311,02	108.119,42	1.059.471,35	1.259.800,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	9.984,65	12.075,68	8.085,38	5.956,77	12.493,27	6.311,21	10.914,28	8.799,29	10.527,26	12.049,17	11.164,77	7.343,22	115.704,95	120.700,00
<b>DEDUÇÕES (II)</b>	<b>155.468,15</b>	<b>178.804,27</b>	<b>184.313,19</b>	<b>181.141,13</b>	<b>162.525,11</b>	<b>181.456,15</b>	<b>191.638,93</b>	<b>182.464,35</b>	<b>176.122,30</b>	<b>176.631,00</b>	<b>168.420,06</b>	<b>188.420,99</b>	<b>2.127.405,63</b>	<b>2.020.500,00</b>
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	155.468,15	178.804,27	184.313,19	181.141,13	162.525,11	181.456,15	191.638,93	182.464,35	176.122,30	176.631,00	168.420,06	188.420,99	2.127.405,63	2.020.500,00
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)</b>	<b>836.788,55</b>	<b>1.131.925,65</b>	<b>893.334,92</b>	<b>938.906,57</b>	<b>846.211,33</b>	<b>1.006.657,45</b>	<b>1.054.278,96</b>	<b>999.150,46</b>	<b>932.585,53</b>	<b>981.812,87</b>	<b>892.186,94</b>	<b>1.050.969,58</b>	<b>11.564.808,81</b>	<b>11.087.600,00</b>

FONTE: SECRETARIA GERAL DE GOVERNO

LINDOIA DO SUL, 09/11/2011

MARINES RIBEIRO PERONDI

Ordenador de Despesas e Sec. Administra

GENECI DELLA

CRC/SC 016795/O-0

## Relatórios LRF 5º Bimestre

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2010			
<b>RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)</b>	-	7.797,94	-	7.797,94	-	17.727,00	949.051,59	3.841,82	942.936,77	20.000,00
<b>EXECUTIVO</b>										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	5.847,58	0,00	5.847,58	0,00	0,00	948.426,52	3.060,00	925.366,52	20.000,00
GABINETE DO PREFEITO E VICE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	944,56	0,00	944,56	0,00
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	0,00	5.474,55	0,00	5.474,55	0,00	0,00	63.800,77	0,00	63.800,77	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E AME	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00	20.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTUR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	632.178,16	0,00	632.178,16	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA E	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	226.233,03	0,00	226.233,03	0,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCI	0,00	373,03	0,00	373,03	0,00	0,00	5.270,00	3.060,00	2.210,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - LINDOIA DO SUL	0,00	1.950,36	0,00	1.950,36	0,00	17.727,00	625,07	781,82	17.570,25	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE LINDOIA DO SUL	0,00	1.950,36	0,00	1.950,36	0,00	17.727,00	625,07	781,82	17.570,25	0,00
<b>RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)</b>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL (III) = (I + II):</b>	<b>0,00</b>	<b>7.797,94</b>	<b>0,00</b>	<b>7.797,94</b>	<b>0,00</b>	<b>17.727,00</b>	<b>949.051,59</b>	<b>3.841,82</b>	<b>942.936,77</b>	<b>20.000,00</b>

FONTE: SECRETARIA GERAL DE GOVERNO

LINDOIA DO SUL, 09/11/2011

MARINES RIBEIRO PERONDI      GENECI DELLAI  
 Ordenador de Despesas e Sec. Admir    CRC/SC 016795/0-0

**Relatórios LRF 5º Bimestre**

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u><b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</b></u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Ago 2011 (B)	Em 31 Out 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	530.267,01	1.438.159,45	1.419.257,97
DEDUÇÕES (II)	3.218.553,26	3.814.971,21	4.079.221,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	3.226.351,20	4.029.851,06	4.225.683,59
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	7.797,94	214.879,85	146.461,74
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.688.286,25	-2.376.811,76	-2.659.963,88
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)</b>	<b>-2.688.286,25</b>	<b>-2.376.811,76</b>	<b>-2.659.963,88</b>

<u><b>RESULTADO NOMINAL</b></u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Out 2011 (C - A)
<b>VALOR</b>	<b>-283.152,12</b>	<b>28.322,37</b>

<u><b>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</b></u>	VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>	<b>279.000,00</b>

**REGIME PREVIDENCIÁRIO**

<u><b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</b></u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2010 (A)	Em 31 Ago 2011 (B)	Em 31 Out 2011 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
<b>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

FONTE: SECRETARIA GERAL DE GOVERNO

LINDOIA DO SUL, 09/11/2011

MARINES RIBEIRO PERONDI  
 Ordenador de Despesas e Sec. Administra

GENECI DELLAI  
 CRC/SC 016795/0-0

## Relatórios LRF 5º Bimestre

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)</b>	<b>10.997.400,00</b>	<b>1.910.716,18</b>	<b>9.444.021,38</b>	<b>7.644.052,84</b>
Receita Tributária	547.300,00	79.563,53	493.246,48	410.287,95
I.P.T.U.	90.000,00	1.689,83	70.752,90	61.813,87
I.S.S.	212.000,00	46.282,82	233.282,64	189.756,07
I.T.B.I.	100.000,00	21.675,98	52.981,42	68.113,49
I.R.R.F.	49.500,00	5.595,97	42.281,40	31.686,76
Outras Receitas Tributárias	95.800,00	4.318,93	93.948,12	58.917,76
Receita de Contribuição	179.700,00	38.879,66	176.090,34	156.327,51
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	179.700,00	38.879,66	176.090,34	156.327,51
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	150.000,00	46.641,43	214.141,16	130.272,17
(-) Aplicações Financeiras	150.000,00	46.641,43	214.141,16	130.272,17
Transferências Correntes	10.095.000,00	1.769.272,51	8.650.759,12	6.941.902,64
F.P.M.	4.008.000,00	543.650,93	3.119.072,31	2.492.420,01
I.C.M.S.	3.760.000,00	819.492,46	3.763.976,87	2.824.061,44
Convênios	148.500,00	32.806,00	138.616,90	132.030,21
Outras Transferências Correntes	2.178.500,00	373.323,12	1.629.093,04	1.493.390,98
Demais Receitas Correntes	175.400,00	23.000,48	123.925,44	135.534,74
Dívida Ativa	64.200,00	6.894,76	27.408,27	29.797,35
Diversas Receitas Correntes	111.200,00	16.105,72	96.517,17	105.737,39
<b>RECEITAS DE CAPITAL (II)</b>	<b>86.300,00</b>	<b>322.585,24</b>	<b>1.685.724,12</b>	<b>1.237.671,27</b>
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	1.000.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	42.800,00	9.356,24	36.806,12	37.541,72
Alienação de Ativos (V)	43.500,00	7.560,00	8.269,00	222.945,00
Transferências de Capital	0,00	305.669,00	640.649,00	977.184,55
Convênios	0,00	300.125,00	635.105,00	977.184,55
Outras Transferências de Capital	0,00	5.544,00	5.544,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)</b>	<b>0,00</b>	<b>305.669,00</b>	<b>640.649,00</b>	<b>977.184,55</b>
<b>RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)</b>	<b>10.997.400,00</b>	<b>2.216.385,18</b>	<b>10.084.670,38</b>	<b>8.621.237,39</b>

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>DESPESAS CORRENTES (VIII)</b>	<b>10.392.312,87</b>	<b>1.439.765,72</b>	<b>7.284.585,32</b>	<b>6.782.743,10</b>
Pessoal e Encargos Sociais	4.449.662,80	646.028,10	3.313.504,46	3.245.289,76
Juros e Encargos da Dívida (IX)	97.750,00	6.297,93	35.258,59	61.466,53
Outras Despesas Correntes	5.844.900,07	787.439,69	3.935.822,27	3.475.986,81
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)</b>	<b>10.294.562,87</b>	<b>1.433.467,79</b>	<b>7.249.326,73</b>	<b>6.721.276,57</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL (XI)</b>	<b>4.195.514,50</b>	<b>510.248,38</b>	<b>2.284.619,88</b>	<b>1.328.647,66</b>
Investimentos	3.959.665,50	489.116,90	2.172.595,61	1.024.535,45
Inversões Financeiras	22.565,00	2.230,00	10.035,00	7.732,48
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	7.732,48
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	22.565,00	2.230,00	10.035,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	213.284,00	18.901,48	101.989,27	296.379,73
<b>DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)</b>	<b>3.982.230,50</b>	<b>491.346,90</b>	<b>2.182.630,61</b>	<b>1.024.535,45</b>

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2011	Até o Bimestre 2010
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)</b>	<b>1.000,00</b>	-	-	-
<b>DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)</b>	<b>14.277.793,37</b>	<b>1.924.814,69</b>	<b>9.431.957,34</b>	<b>7.745.812,02</b>
<b>RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)</b>	<b>-3.280.393,37</b>	<b>291.570,49</b>	<b>652.713,04</b>	<b>875.425,37</b>
<b>SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	359.298,99	0,00
Superávit Financeiro	-	-	359.298,99	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
<b>META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA</b>				<b>-557.300,00</b>

FONTE: SECRETARIA GERAL DE GOVERNO

LINDOIA DO SUL, 09/11/2011

MARINES RIBEIRO PERONDI  
Ordenador de Despesas e Sec. Administra

GENECI DELLAI  
CRC/SC 016795/0-0

## Relatórios LRF 5º Bimestre

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

**RECEITAS DO ENSINO**

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>1- RECEITAS DE IMPOSTOS</b>	479.300,00	479.300,00	78.462,50	417.880,17	87,19
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	108.700,00	108.700,00	3.941,55	76.640,67	70,51
1.1.1- IPTU	90.000,00	90.000,00	1.689,83	70.752,90	78,61
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	800,00	800,00	47,85	539,26	67,41
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	11.400,00	11.400,00	1.560,08	3.643,82	31,96
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	6.500,00	6.500,00	643,79	1.704,69	26,23
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	100.000,00	100.000,00	21.675,98	52.981,42	52,98
1.2.1- ITBI	100.000,00	100.000,00	21.675,98	52.981,42	52,98
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	221.100,00	221.100,00	47.249,00	245.976,68	111,25
1.3.1- ISS	212.000,00	212.000,00	46.282,82	233.282,64	110,04
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.700,00	1.700,00	169,61	8.684,09	510,83
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.700,00	3.700,00	479,73	2.388,94	64,57
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.700,00	3.700,00	316,84	1.621,01	43,81
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	49.500,00	49.500,00	5.595,97	42.281,40	85,42
1.4.1- IRRF	49.500,00	49.500,00	5.595,97	42.281,40	85,42
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS</b>	10.102.600,00	10.102.600,00	1.784.207,60	8.965.676,17	88,75
2.1- Cota-Parte FPM	5.010.000,00	5.010.000,00	679.563,61	3.898.840,04	77,82
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.010.000,00	5.010.000,00	679.563,61	3.898.840,04	77,82
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	4.700.000,00	4.700.000,00	1.024.365,32	4.704.970,05	100,11
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	29.200,00	29.200,00	5.292,78	26.463,90	90,63
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	87.900,00	87.900,00	19.578,74	89.492,96	101,81
2.5- Cota-Parte ITR	500,00	500,00	4.586,41	4.664,60	932,92
2.6- Cota-Parte IPVA	275.000,00	275.000,00	50.820,74	241.244,62	87,73
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)</b>	<b>10.581.900,00</b>	<b>10.581.900,00</b>	<b>1.862.670,10</b>	<b>9.383.556,34</b>	<b>88,68</b>
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE</b>	<b>172.900,00</b>	<b>172.900,00</b>	<b>34.933,10</b>	<b>145.129,66</b>	<b>83,94</b>
5.1- Transferências do Salário-Educação	74.400,00	74.400,00	15.087,84	71.604,75	96,24
5.2- Outras Transferências do FNDE	98.500,00	98.500,00	19.845,26	73.524,91	74,64
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>—</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO</b>	<b>451.400,00</b>	<b>451.400,00</b>	<b>11.424,60</b>	<b>53.401,00</b>	<b>11,83</b>
<b>9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)</b>	<b>624.300,00</b>	<b>624.300,00</b>	<b>46.357,70</b>	<b>198.530,66</b>	<b>31,80</b>

**FUNDEB**

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
<b>10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB</b>	<b>2.020.500,00</b>	<b>2.020.500,00</b>	<b>356.841,05</b>	<b>1.793.133,21</b>	<b>88,75</b>
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.002.000,00	1.002.000,00	135.912,68	779.767,73	77,82
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	940.000,00	940.000,00	204.872,86	940.993,18	100,11
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	5.800,00	5.800,00	1.058,54	5.292,70	91,25
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	17.600,00	17.600,00	3.915,72	17.898,55	101,70
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	100,00	100,00	917,26	932,85	932,85
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	55.000,00	55.000,00	10.163,99	48.248,20	87,72
<b>11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB</b>	<b>753.100,00</b>	<b>753.100,00</b>	<b>155.475,52</b>	<b>737.696,09</b>	<b>97,95</b>
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	753.100,00	753.100,00	155.475,52	737.696,09	97,95
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)</b>	<b>-1.267.400,00</b>	<b>-1.267.400,00</b>	<b>-201.365,53</b>	<b>-1.055.437,12</b>	<b>83,28</b>
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	454.300,00	758.119,00	134.465,23	693.686,16	91,50
13.1- Com Educação Infantil	60.000,00	90.000,00	12.204,65	72.204,65	80,23
13.2- Com Ensino Fundamental	394.300,00	668.119,00	122.260,58	621.481,51	93,02
14- OUTRAS DESPESAS	298.800,00	32.544,80	1.743,75	25.984,05	79,84
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	298.800,00	32.544,80	1.743,75	25.984,05	79,84
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	753.100,00	790.663,80	136.208,98	719.670,21	91,02
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					6.563,80
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					6.563,80
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL 1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					93,14
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2010 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				6.563,80	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2011 *				6.563,80	

**MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB**

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) <sup>2</sup>	2.645.475,00	2.645.475,00	465.667,53	2.345.889,09	88,68
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	320.000,00	360.519,80	33.522,52	174.452,19	48,39
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	60.000,00	90.000,00	12.204,65	72.204,65	80,23
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	260.000,00	270.519,80	21.317,87	102.247,54	37,80
24- ENSINO FUNDAMENTAL	1.719.300,00	1.747.667,80	321.674,42	1.437.194,79	82,24
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	693.100,00	700.663,80	124.004,33	647.465,56	92,41
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.026.200,00	1.047.004,00	197.670,09	789.729,23	75,43
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	2.039.300,00	2.108.187,60	355.196,94	1.611.646,98	76,45
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-1.055.437,12
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					—
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					6.563,80
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-1.048.873,32
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					2.660.520,30
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					28,35

**OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE**

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	74.400,00	74.400,00	11.113,99	42.458,12	57,07
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	247.000,00	942.135,18	58.249,34	192.866,51	20,47
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	321.400,00	1.016.535,18	69.363,33	235.324,63	23,15
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	2.360.700,00	3.124.722,78	424.560,27	1.846.971,61	59,11
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2011 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE LINDOIA DO SUL - SC  
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE**  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	8.988,78	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	737.696,09	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	715.286,78	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	31.398,09	0,00

LINDOIA DO SUL, 18/11/2011

\_\_\_\_\_  
MARINES RIBEIRO PERONDI  
Ordenador de Despesas e Sec. Administra

\_\_\_\_\_  
GENECI DELLAI  
CRC/SC 016795/0-0

## FONTE:

<sup>1</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.<sup>2</sup> Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."<sup>3</sup> Caput do art. 212 da CF/1988<sup>4</sup> Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício<sup>5</sup> Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 6.563,80, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

**Relatórios LRF 5º Bimestre**

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	1.000.000,00		-1.000.000,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	4.195.514,50	2.284.619,88	0,00	1.910.894,62
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	4.195.514,50	2.284.619,88	0,00	1.910.894,62
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-4.195.514,50	-1.284.619,88		-2.910.894,62

FONTE: SECRETARIA GERAL DE GOVERNO

LINDOIA DO SUL, 09/11/2011

\_\_\_\_\_  
 MARINES RIBEIRO PERONDI  
 Ordenador de Despesas e Sec. Administra

\_\_\_\_\_  
 GENECCI DELLAI  
 CRC/SC 016795/0-0

**Relatórios LRF 5º Bimestre**

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA  
**DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS**  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
<b>RECEITA DE CAPITAL</b>			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	43.500,00	8.269,00	35.231,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	43.500,00	8.269,00	35.231,00
<b>TOTAL</b>	43.500,00	8.269,00	35.231,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	171.817,69	126.203,10	0,00	45.614,59
Investimentos	171.817,69	126.203,10	0,00	45.614,59
<b>TOTAL</b>	171.817,69	126.203,10	0,00	45.614,59

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2010 (h)	Em 2011 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	196.626,76	-117.934,10	78.692,66

FONTE: SECRETARIA GERAL DE GOVERNO

LINDOIA DO SUL, 09/11/2011

MARINES RIBEIRO PERONDI  
 Ordenador de Despesas e Sec. Administra

GENECI DELLAI  
 CRC/SC 016795/0-0

**Relatórios LRF 5º Bimestre**

Município de LINDOIA DO SUL - SC  
**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM**  
**AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.581.900,00	10.581.900,00	9.383.556,34	88,68
Impostos	451.500,00	451.500,00	399.298,36	88,44
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	90.000,00	90.000,00	70.752,90	78,61
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Imoveis e Dir	100.000,00	100.000,00	52.981,42	52,98
Imposto s/ Servicos Qualquer Natureza	212.000,00	212.000,00	233.282,64	110,04
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	49.500,00	49.500,00	42.281,40	85,42
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	27.800,00	27.800,00	18.581,81	66,84
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.500,00	2.500,00	9.223,35	368,93
Dívida Ativa dos Impostos	15.100,00	15.100,00	6.032,76	39,95
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Dív. Ativa dos Imp.	10.200,00	10.200,00	3.325,70	32,60
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	10.102.600,00	10.102.600,00	8.965.676,17	88,75
Da União	5.039.700,00	5.039.700,00	3.929.968,54	77,98
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municípios	5.010.000,00	5.010.000,00	3.898.840,04	77,82
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	500,00	500,00	4.664,60	932,92
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. Nº 87/96	29.200,00	29.200,00	26.463,90	90,63
Do Estado	5.062.900,00	5.062.900,00	5.035.707,63	99,46
Cota-Parte do ICMS	4.700.000,00	4.700.000,00	4.704.970,05	100,11
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	87.900,00	87.900,00	89.492,96	101,81
Cota-Parte do IPVA	275.000,00	275.000,00	241.244,62	87,73
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	2.672.300,00	2.672.300,00	3.753.463,53	140,46
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-2.020.500,00	-2.020.500,00	-1.793.133,21	88,75
<b>TOTAL</b>	<b>11.233.700,00</b>	<b>11.233.700,00</b>	<b>11.343.886,66</b>	<b>100,98</b>

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	2.114.900,00	2.420.934,13	1.759.527,68	72,68
Pessoal e Encargos Sociais	1.083.800,00	1.104.230,00	773.339,56	70,03
Outras Despesas Correntes	1.031.100,00	1.316.704,13	986.188,12	74,90
DESPESAS DE CAPITAL	39.300,00	72.777,21	20.474,26	28,13
Investimentos	39.300,00	72.777,21	20.474,26	28,13

Continua 1/2



Município de LINDOIA DO SUL - SC

Continuação 2/2

**RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**  
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM**  
**AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**  
**ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**  
**JANEIRO A OUTUBRO 2011/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS DE CAPITAL	39.300,00	72.777,21	20.474,26	28,13
Investimentos	39.300,00	72.777,21	20.474,26	28,13
<b>TOTAL (IV)</b>	<b>2.154.200,00</b>	<b>2.493.711,34</b>	<b>1.780.001,94</b>	<b>71,38</b>

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	2.154.200,00	2.493.711,34	1.780.001,94	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	382.200,00	500.943,34	0,00	0,00
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	382.200,00	500.943,34	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
<b>TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)</b>	<b>1.772.000,00</b>	<b>1.992.768,00</b>	<b>1.780.001,94</b>	<b>100,00</b>

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2011 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	625,07	247,00

<b>PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL &lt;=&gt;² [(V - VI) / I]</b>	<b>18,97</b>
--	--------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	2.121.400,00	2.460.911,34	1.756.843,39	98,70
Vigilância Sanitária	17.600,00	17.600,00	14.943,07	0,84
Vigilância Epidemiológica	15.200,00	15.200,00	8.215,48	0,46
<b>TOTAL</b>	<b>2.154.200,00</b>	<b>2.493.711,34</b>	<b>1.780.001,94</b>	<b>100,00</b>

FONTE: SECRETARIA GERAL DE GOVERNO

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

LINDOIA DO SUL, 09/11/2011

MARINES RIBEIRO PERONDI  
 Ordenador de Despesas e Sec. Administra

GENECI DELLAI  
 CRC/SC 016795/0-0

# Luzerna

## PREFEITURA

### Lei 1009

LEI Nº 1009 de 18 de outubro de 2011.

"AUTORIZA AQUISIÇÃO DE IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS RENATO MARCON, Prefeito Municipal EM exercício de Luzerna(SC)

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

#### LEI:

Art.1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir por COMPRA para construção de casas populares pelo montante de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) o imóvel a seguir descrito: a) Parte de um imóvel rural constituído da Área "A" do processo de Desmembramento nº 2098 "A", situado na Linha Leãozinho, com área de 3.000,00 m<sup>2</sup> (três mil metros quadrados), sem benfeitorias, confrontando: FRENTE: na extensão de 35,00 ms com a Estrada Municipal da Linha Leãozinho; FUNDOS: com 3 linhas, uma na extensão de 16,99ms, a segunda na extensão de 22,10 ms e a terceira na extensão de 5,64 ms com a SC 303; LADO ESQUERDO: na extensão de 87,45 ms com área remanescente de propriedade de AGOSTINHO SIMON e ELZIRA IVONE SIMON e LADO DIREITO: na extensão de 67,60 ms também com área remanescente de propriedade de AGOSTINHO SIMON e ELZIRA IVONE SIMON, devidamente registrado sob nº R.2-27.511 no Cartório do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Joaçaba(SC).

Art.2º- O imóvel descrito no art. 1º, desta Lei, pertence a AGOSTINHO SIMON e ELZIRA IVONE SIMON, brasileiros, casados entre si pelo regime da comunhão parcial na vigência da Lei nº 6.515/77, ambos agricultores, ele inscrito no CPF/MF sob o nº 476.040.009-59 e portador da cédula de identidade nº 11/C-655.550 e ela inscrita no CPF/MF sob o nº 004.607.959-96 e portador da cédula de identidade nº 657.009, residentes e domiciliados na Linha Leãozinho, neste Município de Luzerna(SC).

Art.3º - O valor do imóvel decorre de avaliação prévia e será pago pelo MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) em parcela única no ato da assinatura da competente Escritura Pública.

Art.4º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão da conta da dotação orçamentária nº 0701.16.482.0019.1022 - Programa de Habitação Popular Urbana - Categoria Econômica - 4.4.90.00.00 - Investimentos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.5º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 18 de outubro de 2011.

CARLOS RENATO MARCON

Prefeito Municipal em exercício

### Decreto 1398

DECRETO Nº 1398 de 11 de novembro de 2011.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR EM FAVOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA"

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições e de conformidade com o que lhe faculta o inciso I, do art. 19 da Lei nº 945 de 30 de novembro de 2010,

#### DECRETA:

Art.1º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no

montante de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), em favor da PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, à conta dos recursos do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até 31 de outubro de 2011, observada a tendência do exercício, na Fonte 00 - Recursos Ordinários, na forma do disposto no inciso II, do art. 43 da Lei nº 4.320/64, atribuídas as seguintes classificações orçamentárias:

Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

06. SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

Encargos Especiais - 0601.28.845.0000.0014 - Pagamento e Contribuição ao PASEP

Categoria Econômica - 3.3.90.00.00 - Outras Despesas Correntes

Fonte 00 - Recursos Ordinários R\$ 15.000,00

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 15.000,00

Art.2º - É parte integrante deste Decreto, o Quadro Demonstrativo do Excesso de Arrecadação.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 11 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

### Edital de Audiência Pública

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), em consonância com as atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luzerna, convoca a comunidade em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, sobre a indicação de emenda de iniciativa popular ao Relatório Preliminar do Projeto de Lei Orçamentária - LOA/2012, que ocorrerá no dia 21 de novembro de 2011, às 14h00, nas dependências da Câmara de Vereadores de Luzerna(SC).

Luzerna(SC), 18 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

## CÂMARA MUNICIPAL

### Edital de Audiência Pública

EDITAL DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

NORIVAL FIORIN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC), em consonância com as atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Luzerna, convoca a comunidade em geral para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, sobre a indicação de emenda de iniciativa popular ao Relatório Preliminar do Projeto de Lei Orçamentária - LOA/2012, que ocorrerá no dia 21 de novembro de 2011, às 14h00, nas dependências da Câmara de Vereadores de Luzerna(SC).

Luzerna(SC), 18 de novembro de 2011.

NORIVAL FIORIN

Prefeito Municipal

# Maracajá

## PREFEITURA

### Lei Nº 874 de 03 de Novembro de 2011

LEI Nº 874 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As Ruas Nº.s 124, 135 e 145, localizados no loteamento José Antônio Farias, no Bairro São Cristóvão, cidade de Maracajá, passam a denominar-se Ruas "JOSÉ ANTÔNIO FARIAS, FRANCISCO CARLOS FARIAS E MARIA FRANCISCO FARIAS", respectivamente.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 03 de Novembro de 2011.  
WAGNER DA ROSSA  
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a Presente Lei na Secretaria de Administração em 03 de Novembro de 2011.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

### Lei Nº 875 de 08 de Novembro de 2011

LEI Nº 875 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

INSTITUI O PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA EQUACIONAMENTO DE DÉFICIT ATUARIAL.

WAGNER DA ROSA, Prefeito Municipal de Maracajá, faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a forma de amortização do passivo atuarial do Município de Maracajá, no valor de R\$ 4.448.777,55 (quatro milhões, quatrocentos e quarenta e oito mil setecentos e setenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), indicado no Parecer Atuarial do Exercício de 2011.

Art. 2º Fica instituído, a partir de 01 de Novembro de 2011, o plano de amortização para equacionamento de déficit atuarial de que trata o artigo anterior, cuja planilha de amortização consta do Anexo Único desta Lei.

§ 1º O Passivo atuarial será amortizado no curso de 32 (trinta e dois) anos a uma taxa suplementar inicial de 3,34% (três virgula trinta e quatro por cento), conforme tabela abaixo:

#### PLANO DE AMORTIZAÇÃO

ANO	ALÍQUOTA SUPLEMENTAR
2011	3,340%
2012	3,670%
2013	3,990%
2014	4,320%
2015	4,650%

2016	4,980%
2017	5,300%
2018	5,630%
2019 Em Diante	5,960%

§ 2º O plano de amortização será revisto nas avaliações atuariais anuais, sendo a sua revisão estabelecida por ato do chefe do Poder Executivo, que conterà a nova planilha de amortização.

§ 3º A planilha de amortização estabelecida em um exercício permanecerá em vigência até que seja procedida, mediante ato, a revisão anual de que trata o § 2º.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 08 de Novembro de 2011.  
WAGNER DA ROSA  
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada a Presente Lei na Secretaria de Administração em 08 de Novembro de 2011.

VALMIR CARRADORE  
Secretário de Administração

### Decreto Nº 66 de 08 de Novembro de 2011

DECRETO Nº 066 DE 08 DE NOVEMBRO DE 2011.

RECONHECE E DECLARA ACEITAÇÃO DA DOAÇÃO ONEROSA DE BEM IMÓVEL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Wagner da Rosa, Prefeito Municipal de Maracajá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

Considerando, a necessidade de ato administrativo declarando aceitação de doação de bem imóvel para lavratura de escritura pública.

Considerando, a declaração unilateral de vontade de Eloir Manoel Nazário, em doar bem imóvel destinado à regularização de rua.

Considerando, o interesse público para o desenvolvimento do Município.

Considerando, que a doação acrescenta patrimônio ao Município e que a obrigação decorrente da doação não é de prazo certo e determinado.

#### DECRETA:

Art. 1º Declara aceitação da doação parcial de bem imóvel com área total de 3.251,64m<sup>2</sup>, registrado sob a matrícula 71.189 Lº 2-RG.

Art. 2º A Doação de que trata o artigo 1º refere-se a uma Área ocupada pelo leito da Rua 215 com área de 1.621,80m<sup>2</sup>, com as seguintes medidas e confrontações: Ao Norte, onde mede 135,82m, com terras de Eloir Manoel Nazário; Ao Sul, onde mede 134,48m, com terras de Eloir Manoel nazário; Ao Leste, onde mede 12,00m, com a Rua Antônio Manoel da Rocha; Ao Oeste, onde mede 12,13m, com terras do Condomínio João Oliveira e Outros. Uma área ocupada pelo leito da Rua 216 com área de 1.629,84m<sup>2</sup>, com as seguintes medidas e confrontações: Ao Norte, onde mede 135,82m, com terras de Eloir Manoel Nazário; Ao Sul, onde mede 135,82m, com terras de Eloir Manoel Nazário; Ao Leste, onde mede 12,00m, com a Rua Antônio Manoel da Rocha; Ao Oeste, onde mede 12,00m, com terras de Eloir Manoel Nazário.

Art. 3º Declara ciente de que a doação tem por finalidade regularizar loteamento, neste município de Maracajá, Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, 08 de Novembro de 2011.

WAGNER DA ROSA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração em 08 de Novembro de 2011.

VALMIR CARRADORE

Secretário de Administração

## Meleiro

### PREFEITURA

#### Portaria n.º 352/2011

PORTARIA n.º 352/2011

TRATA DA EXONERAÇÃO DE LAVADOR/ ENGRAXADOR.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, Lei nº 809/2000 e suas alterações, Lei Complementar nº 014/2005, de 27 de outubro de 2005, Lei Complementar 027/2009, de 28 de dezembro de 2009 e Lei n.º 910/2002, de 13 de março de 2002, RESOLVE:

EXONERAR

Art. 1.º A pedido, o Senhor FÁBIO DA SILVA, ocupante do cargo de Lavador /Engraxador, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, exercendo suas atividades na Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 18/11/2011.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 323/2011.

Meleiro, 18 de Novembro de 2011.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

## Navegantes

### PREFEITURA

#### Aviso de Licitação - Concorrência Pública nº 163/2011PMN

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 163/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONSTRUÇÃO DE SALAS DE AULA DA ESCOLA MARIA DE LOURDES COUTO CABRAL. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 22/12/2011. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 22/12/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 18 de novembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

#### Aviso de Licitação - Pregão Presencial nº 156/2011PMN

—PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 156/2011PMN

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIENE E LIMPEZA PARA AS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 01/12/2011. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 01/12/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio nº. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 18 de novembro de 2011.

ROBERTO CARLOS DE SOUZA

Prefeito

#### Errata ao Extrato do Edital de Tomada de Preços nº 11/2011FMV

ERRATA AO EXTRATO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2011FMV.

A Comissão Permanente de Licitação, RETIFICA o horário da sessão de entrega e abertura dos envelopes do Edital da Tomada de Preços nº 11/2011, da Fundação Municipal de Vigilância - Município de Navegantes, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para realização de estudo técnico visando a reestruturação do sistema de transporte coletivo do município de Navegantes, nos seguintes termos:

Tendo em vista o erro ocasionado com o conflito de horários de licitação, no que tange a informação quanto ao horário de entrega e abertura dos envelopes, vem-se através do presente corrigi-lo.

Onde se lê:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

TOMADA DE PREÇOS Nº 11/2011FMV

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO VISANDO A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE

TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 09:00 hs do dia 28/11/2011. Abertura envelopes: às 09:10 hs do dia 28/11/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br).

Navegantes, 09 de novembro de 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Ler-se-á da seguinte forma:

**—PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES  
TOMADA DE PREÇOS N° 11/2011FMV**

Comunica na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório para: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ESTUDO TÉCNICO VISANDO A REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES. Data da entrega dos envelopes: até às 14:00 hs do dia 28/11/2011. Abertura envelopes: às 14:10 hs do dia 28/11/2011. O Edital na íntegra se encontra à disposição na Rua João Emílio n°. 100 em Navegantes/SC ou no site; [www.navegantes.sc.gov.br](http://www.navegantes.sc.gov.br). Navegantes, 09 de novembro de 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

Desta forma, fica estabelecido a entrega e a abertura dos envelopes no mesmo dia (28/11/2011) às 14:00 horas.

Navegantes, 18 de novembro de 2011.  
ROBERTO CARLOS DE SOUZA  
Prefeito

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

**Palhoça**

**PREFEITURA**

**Aviso de Licitação**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA  
AVISO DE LICITAÇÃO  
PREGÃO PRESENCIAL N° 292/2011

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 01 de dezembro de 2011, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura da PREGÃO PRESENCIAL N° 292/2011, que tem por objeto a aquisição de palmeiras Phoenix incluindo a mão-de-obra, para o plantio das mesmas em ruas e praças deste município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:30 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: [www.palhoca.sc.gov.br](http://www.palhoca.sc.gov.br).

Palhoça, 21 de novembro de 2011.  
A PREGOEIRA.

**Extrato de Contrato N.º043/2011**  
ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

CONTRATO N.º043/2011 - Convite n.º042/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa MANUS TECNOLOGIA EM AR CONDICIONADO LTDA. OBJETO: prestação de serviços de instalação de espera para ar condicionado tipo split na Unidade de Pronto Atendimento - UPA. VALOR: R\$ 18.187,00 (dezoito mil cento e oitenta e sete reais). DATA: 27/10/2011.

**Extrato de Ata N.º042/2011**

ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º042/2011 – Pregão Presencial n.º015/2011 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELETRO ARIRÍU SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA ME. OBJETO: aquisição de peças e acessórios novas, de 1º qualidade para serem utilizados nas manutenções corretivas e preventivas dos veículos das marcas Fiat, Renault, Peugeot e Ford, da frota da Secretaria Municipal de saúde. DATA: 19/04/2011 a 19/04/2012.

ITEM	QTDE	UN	ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO	MARCA	V. UNIT.	V. TOTAL
1	4	PÇ	Amortecedor dianteiro Renault máster.	Cofap	R\$ 189,00	R\$ 756,00
2	12	PÇ	Amortecedor dianteiro, Fiat Uno.	Cofap	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00
3	2	PÇ	Amortecedor dianteiro, Kangoo.	Cofap	R\$ 200,00	R\$ 400,00
4	2	PÇ	Amortecedor dianteiro, Logan.	Cofap	R\$ 260,93	R\$ 521,86
5	4	PÇ	Amortecedor dianteiro, Peugeot Boxer.	Cofap	R\$ 592,00	R\$ 2.368,00
6	2	PÇ	Amortecedor Traseiro para veículo ford fiesta.	Cofap	R\$ 220,00	R\$ 440,00
7	3	PÇ	Amortecedor traseiro Renault máster.	Cofap	R\$ 190,00	R\$ 570,00
8	12	PÇ	Amortecedor traseiro esquerdo, Fiat Uno.	Cofap	R\$ 220,00	R\$ 2.640,00
9	2	PÇ	Amortecedor traseiro, Fiat Doblô.	Cofap	R\$ 165,00	R\$ 330,00
10	2	PÇ	Amortecedor traseiro, Kangoo.	Cofap	R\$ 192,53	R\$ 385,06
11	4	PÇ	Amortecedor traseiro, Logan.	Cofap	R\$ 172,26	R\$ 689,04
12	2	PÇ	Amortecedor traseiro, Peugeot Boxer.	Cofap	R\$ 730,00	R\$ 1.460,00
13	4	PÇ	Amortecedor, moto Titan CG 150.	Cofap	R\$ 130,00	R\$ 520,00
14	2	PÇ	Amortecedores Dianteiros para veículo ford fiesta.	Cofap	R\$ 220,00	R\$ 440,00
15	1	JG	Anel do motor, Fiat Doblô.	Cofap	R\$ 240,00	R\$ 240,00
16	9	PÇ	Antena de proteção universal, moto Titan CG 150.	Tork	R\$ 18,00	R\$ 162,00
17	1	PÇ	Aro de farol com furo, cromado, moto Titan CG 150.	Mofa	R\$ 12,00	R\$ 12,00
18	10	PÇ	Aro dianteiro, moto Titan CG 150.	Tork	R\$ 61,00	R\$ 610,00

19	10	UN	Aro traseiro, moto Titan CG 150.	Tork	R\$ 86,00	R\$ 860,00
20	4	PÇ	Articulação axial, Renault Master.	Viema	R\$ 120,00	R\$ 480,00
21	1	PÇ	Atuador da marcha lenta, para veículo ford fiesta.	Marelli	R\$ 340,00	R\$ 340,00
22	3	PÇ	Atuador de embreagem, Renault máster.	Valeo	R\$ 490,00	R\$ 1.470,00
23	5	PÇ	Atuador de marcha lenta, Fiat Uno.	Marelli	R\$ 187,00	R\$ 935,00
25	2	PÇ	Bandeja de suspensão, Kangoo.	Metal	R\$ 292,08	R\$ 584,16
26	4	PÇ	Bandeja de suspensão, Logan.	Metal	R\$ 300,33	R\$ 1.201,32
27	2	PÇ	Barra axial caixa de direção, Fiat Doblô.	Viema	R\$ 98,55	R\$ 197,10
28	2	PÇ	Barra Axial Kangoo.	Viema	R\$ 82,35	R\$ 164,70
29	4	PÇ	Barra axial Logan.	Viema	R\$ 83,20	R\$ 332,80
30	8	PÇ	Barra axial, Fiat Uno.	Viema	R\$ 48,60	R\$ 388,80
31	1	PÇ	Barra da direção hidráulica, Peugeot Boxer.	Viema	R\$ 95,57	R\$ 95,57
32	2	PÇ	Batente amortecedor traseiro, Fiat Doblô.	Sampel	R\$ 68,45	R\$ 136,90
33	1	PÇ	Batente da superior da torre, Peugeot Boxer.	Sampel	R\$ 159,30	R\$ 159,30
34	1	KIT	Batente de suspensão dianteiro, Kangoo.	Sampel	R\$ 297,58	R\$ 297,58
35	1	KIT	Batente de suspensão, Logan.	Sampel	R\$ 92,04	R\$ 92,04
36	2	PÇ	Batente superior da torre, Renault Master.	Sampel	R\$ 193,05	R\$ 386,10
37	1	UN	Bateria 45 AH.	Bosch	R\$ 195,00	R\$ 195,00
38	12	PÇ	Bateria 60 AH.	Bosch	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
39	6	PÇ	Bateria 60 ampere.	Pioneiro	R\$ 200,00	R\$ 1.200,00
40	5	UN	Bateria, moto Titan CG 150.	Ajax	R\$ 136,00	R\$ 680,00
41	2	UN	Bateria, Renault Master.	Bosch	R\$ 480,00	R\$ 960,00
42	2	PÇ	Biela, Honda FAN 125.	Honda	R\$ 56,70	R\$ 113,40
43	1	PÇ	Bieleta ford fiesta.	Sampel	R\$ 58,00	R\$ 58,00
44	2	PÇ	Bieleta, Peugeot Boxer.	Sampel	R\$ 98,00	R\$ 196,00
45	3	PÇ	Bloco do motor, Fiat Uno.	Fiat	R\$ 1.600,00	R\$ 4.800,00
46	1	PÇ	Bobina de Ignição, ford fiesta.	Marelli	R\$ 175,50	R\$ 175,50
47	3	PÇ	Bobina de ignição, Fiat siena.	Bosch	R\$ 280,00	R\$ 840,00
48	3	PÇ	Bobina de ignição, Kangoo e Logan.	Bodco	R\$ 227,30	R\$ 681,90
49	3	PÇ	Boia de combustível, Fiat siena.	Bosch	R\$ 120,00	R\$ 360,00
50	1	PÇ	Bomba d'água, Renault Master.	Mand	R\$ 492,75	R\$ 492,75
51	1	PÇ	Bomba de água, Fiat Doblô.	Urba	R\$ 162,00	R\$ 162,00

52	8	PÇ	Bomba de água, Fiat Uno.	Urba	R\$ 135,00	R\$ 1.080,00
53	3	PÇ	Bomba de água, Kangoo e Logan.	Urba	R\$ 270,00	R\$ 810,00
54	1	PÇ	Bomba de combustível para veículo ford fiesta.	Bosch	R\$ 250,00	R\$ 250,00
55	1	PÇ	Bomba de combustível, Kangoo.	Bosch	R\$ 445,50	R\$ 445,50
56	2	PÇ	Bomba de combustível, Logan.	Bosch	R\$ 432,00	R\$ 864,00
57	1	PÇ	Bomba de combustível, Renault Master.	Renault	R\$ 812,00	R\$ 812,00
58	1	PÇ	Bomba de óleo, Fiat Doblô.	Brosol	R\$ 351,00	R\$ 351,00
59	8	PÇ	Bomba de óleo, Fiat Uno.	Brosol	R\$ 380,00	R\$ 3.045,60
60	3	PÇ	Bomba de óleo, Kangoo.	Fiat	R\$ 190,43	R\$ 571,29
61	1	PÇ	Bomba hidráulica, Renault Master.	Renalt	R\$ 1.800,00	R\$ 1.800,00
62	2	KIT	Bomba injetora, kit completo, Renault Master.	Renalt	R\$ 2.390,00	R\$ 4.780,00
63	5	PÇ	Borracha de parabrisa, Fiat Uno.	Fiat	R\$ 94,50	R\$ 472,50
64	1	PÇ	Botão de farol auxiliar, Renault Master.	Kostal	R\$ 54,00	R\$ 54,00
65	4	UN	Bucha da balança dianteira, Renault Master.	Sampel	R\$ 74,25	R\$ 297,00
66	7	PÇ	Bucha da bandeja, Fiat Uno.	Sampel	R\$ 10,00	R\$ 70,00
67	7	PÇ	Bucha do braço tensor, Fiat Uno.	Sampel	R\$ 13,50	R\$ 94,50
69	3	PÇ	Buzina caracol simples.	Bosch	R\$ 37,80	R\$ 113,40
70	12	PÇ	Cabo d vela, Fiat Uno.	Bosch	R\$ 121,50	R\$ 1.458,00
71	6	PÇ	Cabo de acelerador, Fiat Uno.	Iks	R\$ 20,25	R\$ 121,50
72	8	PÇ	Cabo de embreagem, Fiat Uno.	Iks	R\$ 56,70	R\$ 453,60
73	6	PÇ	Cabo de embreagem, moto Titan CG 150	Cabvel	R\$ 18,90	R\$ 113,40
74	12	PÇ	Cabo de freio de mão, Fiat Uno.	Iks	R\$ 74,25	R\$ 891,00
75	2	PÇ	Cabo de freio, Kangoo.	Iks	R\$ 88,90	R\$ 177,80
76	3	JG	Cabo de vela, Fiat siena.	Bosch	R\$ 115,00	R\$ 345,00
77	4	PÇ	Cabo de velocímetro, moto Titan CG 150.	Cabvel	R\$ 18,90	R\$ 75,60
78	1	JG	Cabo seletor.	Femec	R\$ 415,00	R\$ 415,00
79	2	PÇ	Caixa de câmbio e diferencial, Fiat Uno.	Fiat	R\$ 2.800,00	R\$ 5.600,00
80	1	PÇ	Caixa de direção hidráulica, Fiat Doblô.	Fiat	R\$ 1.298,00	R\$ 1.298,00
82	5	PÇ	Cano de água, Fiat Uno.	Valclei	R\$ 27,00	R\$ 135,00
83	5	PÇ	Chicle do carburador, moto Titan CG 150.	Orig	R\$ 27,00	R\$ 135,00

84	3	PÇ	Churrasqueira maciça reforçada, moto Titan CG 150.	Tork	R\$ 120,00	R\$ 360,00
85	3	PÇ	Cilindro de roda, Fiat siena.	Trw	R\$ 51,30	R\$ 153,90
86	8	PÇ	Cilindro de roda, Fiat Uno.	Trw	R\$ 20,25	R\$ 162,00
87	2	PÇ	Cilindro de roda, Kangoo.	Trw	R\$ 191,70	R\$ 383,40
88	1	PÇ	Cilindro mestre, Fiat Doblô.	Trw	R\$ 156,60	R\$ 156,60
89	2	PÇ	Coifa de câmbio, Kangoo.	Sampel	R\$ 60,00	R\$ 120,00
90	4	PÇ	Coifa de câmbio, Logan.	Sampel	R\$ 54,00	R\$ 216,00
91	6	PÇ	Coifa de roda, Kangoo e Logan.	Sampel	R\$ 62,00	R\$ 372,00
92	4	PÇ	Coifa homocleica lada caixa, Renault Master.	Sampel	R\$ 132,00	R\$ 528,00
93	3	PÇ	Coifa homocinética lado direito, Fiat Uno.	Sampel	R\$ 13,50	R\$ 40,50
94	6	PÇ	Coifa lado da caixa, Fiat Uno.	Sampel	R\$ 29,50	R\$ 177,00
95	8	PÇ	Conetor Y.	Fiat	R\$ 15,00	R\$ 120,00
96	1	PÇ	Correia alternador, Peugeot Boxer.	Dayco	R\$ 80,00	R\$ 80,00
97	3	PÇ	Correia dentada, Fiat Doblô.	Dayco	R\$ 80,00	R\$ 240,00
98	3	PÇ	Correia dentada, Fiat siena.	Dayco	R\$ 80,00	R\$ 240,00
99	12	PÇ	Correia dentada, Fiat Uno.	Dayco	R\$ 85,00	R\$ 1.020,00
100	3	KIT	Correia dentada, Kangoo e Logan.	Dayco	R\$ 135,00	R\$ 405,00
101	1	PÇ	Correia dentada, Peugeot Boxer .	Dayco	R\$ 282,00	R\$ 282,00
102	4	PÇ	Correia dentada, Renault Master .	Dayco	R\$ 238,00	R\$ 952,00
103	5	PÇ	Correia do alternador, Renault Master.	Dayco	R\$ 79,00	R\$ 395,00
104	6	PÇ	Correia micro V, Renault Master.	Dayco	R\$ 89,00	R\$ 534,00
105	1	UN	Coxim do amortecedor, Fiat Doblô.	Cofap	R\$ 267,00	R\$ 267,00
106	2	UN	Coxim do motor, Renault Master.	Sampel	R\$ 220,00	R\$ 440,00
107	5	PÇ	coxim lado cambio, Fiat Uno.	Sampel	R\$ 49,00	R\$ 245,00
108	4	PÇ	Coxim motor, Fiat Uno.	Sampel	R\$ 71,00	R\$ 284,00
109	2	PÇ	Cuba de combustível, da bomba diesel, Renault Master.	Renault	R\$ 715,00	R\$ 1.430,00
110	1	PÇ	Cuba de roda, Renault Master.	Renault	R\$ 987,00	R\$ 987,00
111	1	PÇ	Cubo roda traseira, Fiat Doblô.	Ina	R\$ 164,00	R\$ 164,00
112	3	PÇ	Descanso lateral, moto Titan CG 150.	Tork	R\$ 27,50	R\$ 82,50
113	2	PÇ	Deslizante porta lateral, Renault Master.	Renault	R\$ 320,00	R\$ 640,00

114	1	PAR	Disco de freio dianteiro, Peugeot Boxer.	Vargas	R\$ 465,00	R\$ 465,00
115	4	PÇ	Disco de freio dianteiro, Renault Master.	Vargas	R\$ 165,00	R\$ 660,00
116	2	PÇ	Disco de freio traseiro, Peugeot Boxer.	Vargas	R\$ 435,00	R\$ 870,00
117	1	PÇ	Disco de freio traseiro, Renault Master.	Vargas	R\$ 280,00	R\$ 280,00
118	3	PÇ	Disco de freio, Fiat siena.	Vargas	R\$ 63,00	R\$ 189,00
119	1	PÇ	Disco de freio, Kangoo e Logan.	Vargas	R\$ 230,00	R\$ 230,00
120	3	PÇ	Disco e plator de embreagem, Renault Master.	Valeo	R\$ 1.360,00	R\$ 4.080,00
121	1	PÇ	Eixo seletor, Renault Master.	Renault	R\$ 375,00	R\$ 375,00
122	2	PÇ	Elemento filtra, Fiat ducato.	Fiat	R\$ 189,00	R\$ 378,00
123	1	PÇ	Elemento filtra, Renault Master.	Renault	R\$ 189,00	R\$ 189,00
124	3	PÇ	Eletro bomba d'água, Renault Master.	Gape	R\$ 34,00	R\$ 102,00
125	1	PÇ	Eletro bomba hidráulica, Fiat Doblô.	Fiat	R\$ 695,00	R\$ 695,00
126	7	KIT	Embreagem com rolamento, Fiat Uno.	Valeo	R\$ 300,00	R\$ 2.100,00
127	1	KIT	Embreagem, Peugeot Boxer.	Valeo	R\$ 1.580,00	R\$ 1.580,00
128	3	PÇ	Embreagem, Kangoo e Logan.	Valeo	R\$ 535,00	R\$ 1.605,00
129	5	PÇ	Escapamento completo, Fiat Uno.	Mastra	R\$ 189,00	R\$ 945,00
130	3	PÇ	Escapamento intermediário, Fiat siena.	Mastra	R\$ 105,00	R\$ 315,00
131	5	PÇ	Escapamento intermediário, Fiat Uno.	Mastra	R\$ 78,00	R\$ 390,00
132	2	PÇ	Espelho retrovisor, lado esquerdo e direito, Renault Master.	Renault	R\$ 45,00	R\$ 90,00
133	1	PÇ	Espelho retrovisor, Peugeot Boxer.	Peugeot	R\$ 50,00	R\$ 50,00
134	6	KIT	Estabilizador externo, Fiat Uno.	Sampel	R\$ 21,00	R\$ 126,00
135	1	PÇ	Esticador da correia dentada, Fiat Doblô.	Ina	R\$ 140,00	R\$ 140,00
136	2	PÇ	Farol com aro, Moto Hinda twister.	Jbl	R\$ 95,00	R\$ 190,00
137	1	PÇ	Farol lado direito, Fiat ducato.	Fiat	R\$ 458,00	R\$ 458,00
138	2	PÇ	Farol para ford fiesta.	Valeo	R\$ 350,00	R\$ 700,00
139	2	PÇ	Farol principal, Peugeot Boxer.	Fiat	R\$ 446,00	R\$ 892,00
140	1	PÇ	Fechadura interna, Renault Master.	Renault	R\$ 215,00	R\$ 215,00
141	1	PÇ	Fechadura traseira, Fiat Doblô.	Fiat	R\$ 119,00	R\$ 119,00
142	3	PÇ	Fechadura, Fiat Uno.	Fiat	R\$ 73,00	R\$ 219,00
144	5	PÇ	Feixe de molas traseira completa, Fiat Uno.	Cofap	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00

145	50	Pç	Filtro de Ar Veículo Fiat Siena CA5627.	Fran	R\$ 22,00	R\$ 1.100,00
146	150	Pç	Filtro de Ar Veículo Fiat Uno Fire CA5325.	Fran	R\$ 24,00	R\$ 3.600,00
147	50	Pç	Filtro de Ar Veículo Master, Ano 2004 CA8821.	Fran	R\$ 90,00	R\$ 4.500,00
148	40	pç	Filtro de Ar Veículo Peugeot/Boxer Ca9231.	Fran	R\$ 75,00	R\$ 3.000,00
149	40	pç	Filtro de Ar Veículos Master, Ano 2006 CA8821.	Fran	R\$ 92,00	R\$ 3.680,00
150	30	pç	Filtro de Ar Ford Fiest Sedan Cf9666.	Fran	R\$ 32,00	R\$ 960,00
151	40	pç	Filtro de Ar Motocicleta Biz 125.	Metal	R\$ 13,00	R\$ 520,00
152	10	pç	Filtro de Óleo Motocicleta Twister 250.	Metal	R\$ 30,00	R\$ 300,00
153	40	pç	Filtro de Ar Motocicleta Titan 150.	Fran	R\$ 24,00	R\$ 960,00
154	40	pç	Filtro de Ar Motocicleta Cg 125.	Fran	R\$ 25,00	R\$ 1.000,00
155	80	pç	Filtro de Ar, Fiat Doblô CA9129PU.	Fran	R\$ 67,00	R\$ 5.360,00
156	90	pç	Filtro de Combustível Fiat Uno Fire 10226F.	Fran	R\$ 21,00	R\$ 1.890,00
157	50	Pç	Filtro de Combustível Veículo Peugeot/Boxer C191.	Bosch	R\$ 97,00	R\$ 4.850,00
158	60	pç	Filtro de Combustível Fiat Siena G10225F E G9890F.	Fran	R\$ 24,00	R\$ 1.440,00
159	20	pç	Filtro de Combustível Ford Fiest Sedan G10226F.	Fran	R\$ 27,00	R\$ 540,00
160	30	pç	Filtro de Combustível Veículo Master, Ano 2006 PS8187.	Bosch	R\$ 94,00	R\$ 2.820,00
161	50	pç	Filtro de Combustível Veículo Master, Ano 2004 PS8187.	Bosch	R\$ 94,00	R\$ 4.700,00
162	30	pç	Filtro de Combustível, Fiat Doblô G890F.	Fran	R\$ 23,00	R\$ 690,00
163	40	Pç	Filtro de Combustível Veículo Peugeot/Boxer C191.	Bosch	R\$ 89,00	R\$ 3.560,00
164	20	pç	Filtro de Óleo Ford Fiest Sedan CA9511.	Fran	R\$ 17,00	R\$ 340,00
165	10	pç	Filtro de Óleo Motocicleta Twister 250.	Fran	R\$ 30,00	R\$ 300,00
166	50	Pç	Filtro de Óleo Veículo Fiat Siena PH4701 E.	Fran	R\$ 14,00	R\$ 700,00
167	150	Pç	Filtro de Óleo Veículo Fiat Uno Fire PH5949.	Fran	R\$ 17,00	R\$ 2.550,00
168	30	Pç	Filtro de Óleo Veículo Master, Ano 2004 PH4847A.	Renault	R\$ 89,00	R\$ 2.670,00
169	50	Pç	Filtro de Óleo Veículo Peugeot/Boxer PH4847A.	Bosch	R\$ 100,00	R\$ 5.000,00

170	70	pç	Filtro de Óleo, Fiat Doblô PH4701.	Fran	R\$ 15,00	R\$ 1.050,00
171	20	M	Fio para instalação "2" colorido.	Dni	R\$ 1,50	R\$ 30,00
172	2	PÇ	Flexível escapamento, Renault Master .	Renault	R\$ 1.190,00	R\$ 2.380,00
173	3	KIT	Flexível freio, Fiat Uno.	Ibtf	R\$ 33,00	R\$ 99,00
174	1	PÇ	Galhada completa, Fiat Doblô.	Fiat	R\$ 375,00	R\$ 375,00
175	1	PÇ	Garfo da embreagem, Peugeot Boxer.	Peugeot	R\$ 379,00	R\$ 379,00
176	1	PÇ	Garfo parcial da terceira marcha, Renault Master.	Renault	R\$ 850,00	R\$ 850,00
177	1	PÇ	Girabrequim, Renault Master.	Renault	R\$ 1.750,00	R\$ 1.750,00
178	2	PÇ	Homocinética lado direito, Peugeot Boxer.	Renault	R\$ 1.270,00	R\$ 2.540,00
179	1	PÇ	Homocinética lado direito, Renault Master.	Renault	R\$ 1.250,00	R\$ 1.250,00
180	3	PÇ	Homocinética lado esquerdo renault máster.	Renault	R\$ 1.250,00	R\$ 3.750,00
181	3	PÇ	Homocinética lado esquerdo, Peugeot Boxer.	Peugeot	R\$ 1.350,00	R\$ 4.050,00
182	4	PÇ	Homocinética, Fiat Uno .	Fiat	R\$ 269,00	R\$ 1.076,00
184	1	PÇ	Induzido de partida, Renault Master.	Renault	R\$ 235,00	R\$ 235,00
185	2	PÇ	Induzido partida, moto Titan CG 150.	Honda	R\$ 69,00	R\$ 138,00
186	1	PÇ	Intercooler Renault Master.	Renault	R\$ 2.600,00	R\$ 2.600,00
187	1	PÇ	Interruptor de freio ford fiesta.	3rho	R\$ 24,00	R\$ 24,00
188	3	PÇ	Interruptor de óleo, Fiat Uno.	3rho	R\$ 24,00	R\$ 72,00
189	1	PÇ	Junta de cabeçote, Fiat Doblô.	Sabo	R\$ 155,00	R\$ 155,00
190	3	PÇ	Junta de escapamento, Fiat siena.	Sabo	R\$ 32,00	R\$ 96,00
191	1	JG	Junta de motor, Renault Master.	Ajusta	R\$ 720,00	R\$ 720,00
192	1	PÇ	Junta do Cabeçote inferior, ford fiesta.	Taranto	R\$ 180,00	R\$ 180,00
193	1	PÇ	Junta do Cabeçote superior, ford fiesta.	Taranto	R\$ 180,00	R\$ 180,00
194	5	PÇ	Junta do cabeçote, Fiat Uno.	Sabo	R\$ 70,00	R\$ 350,00
195	1	JG	Junta do Motor, Fiat Doblô.	Sabo	R\$ 180,00	R\$ 180,00
196	1	PÇ	Junta homocinética, Fiat Doblô.	Spicer	R\$ 280,00	R\$ 280,00
197	6	UN	Lâmpada de farol, 35/35 W.	Philips	R\$ 22,00	R\$ 132,00
198	2	PÇ	Lâmpada H1, farol alto, auxiliar 55, Fiat Doblô.	Philips	R\$ 15,00	R\$ 30,00
199	2	UN	Lampada H3 100W.	Philips	R\$ 22,00	R\$ 44,00
200	2	PÇ	Lâmpada H7 farol baixo 55w/12v, Fiat Doblô.	Philips	R\$ 30,00	R\$ 60,00

201	10	UN	Lâmpada lanterna do freio 21/5W.	Philips	R\$ 2,50	R\$ 25,00
202	3	PÇ	Lampada lanterna/freio 21/5w, Fiat Doblô.	Philips	R\$ 2,50	R\$ 7,50
203	4	PÇ	Lanterna dt para-lama/seta, Renault Master.	Renault	R\$ 15,00	R\$ 60,00
204	2	PÇ	Limitador de freio roda traseira, Fiat Doblô.	Fiat	R\$ 119,00	R\$ 238,00
205	1	PÇ	Limitador de portas, Fiat Dôblo.	Fiat	R\$ 59,00	R\$ 59,00
206	5	JG	Lona de freio, Fiat Uno.	Fiat	R\$ 32,00	R\$ 160,00
207	1	PÇ	Macaco, Renault Master.	Renault	R\$ 215,00	R\$ 215,00
208	2	PÇ	Maçaneta porta lateral, Renault Master.	Renault	R\$ 225,00	R\$ 450,00
209	2	PÇ	Manete de freio, moto twister 250.	Hamp	R\$ 17,00	R\$ 34,00
210	3	PÇ	Manete de freio, moto Honda Titan 150.	Hamp	R\$ 16,00	R\$ 48,00
211	1	PÇ	Mangueira interculler, Peugeot Boxer.	Peugeot	R\$ 550,0	R\$ 550,00
212	1	PÇ	Mangueira interculler. Renault Master.	Renault	R\$ 560,00	R\$ 560,00
213	4	PÇ	mangueira superior radiador, Fiat Uno.	Gates	R\$ 69,00	R\$ 276,00
214	1	PÇ	Máquina de vidro elétrico, Fiat siena.	Positron	R\$ 145,00	R\$ 145,00
215	1	PÇ	Massaneta externa porta lateral, Peugeot Boxer.	Peugeot	R\$ 189,00	R\$ 189,00
216	1	PÇ	Montante cubo de roda suspensão direita, Renault Master.	Renault	R\$ 1.050,00	R\$ 1.050,00
217	3	PÇ	Palheta do limpador, Fiat siena.	Bosch	R\$ 53,00	R\$ 159,00
218	8	PÇ	Palheta do limpador, Fiat Uno.	Bosch	R\$ 34,00	R\$ 272,00
219	2	PÇ	Palheta, Fiat Dôblo.	Bosch	R\$ 40,00	R\$ 80,00
220	2	PÇ	Palheta, Fiat ducato.	Bosch	R\$ 79,00	R\$ 158,00
221	2	UN	Parabrisa dianteiro, Renault Master.	Renault	R\$ 1.010,00	R\$ 2.020,00
222	2	PÇ	Parabrisa, Fiat Dôblo.	Fiat	R\$ 715,00	R\$ 1.430,00
223	1	PÇ	Parabrisa, Fiat ducato.	Fiat	R\$ 1.010,00	R\$ 1.010,00
224	5	PÇ	Parabrisa, Fiat Uno.	Fiat	R\$ 315,00	R\$ 1.575,00
225	1	PÇ	Paracheque dianteiro, ford fiesta.	Ford	R\$ 375,00	R\$ 375,00
227	2	KIT	Pastilha de Freio Renault Master.	Frasle	R\$ 269,00	R\$ 538,00
228	5	PÇ	Pastilha de freio - Fiat Uno.	Frasle	R\$ 80,00	R\$ 400,00
229	1	PÇ	Pastilha de freio dianteiro, Peugeot Boxer.	Frasle	R\$ 225,00	R\$ 225,00
230	2	JG	Pastilha de freio traseira, Renault Master.	Frasle	R\$ 174,00	R\$ 348,00

231	1	PÇ	Pastilha de freio traseiro, Peugeot Boxer.	Frasle	R\$ 215,00	R\$ 215,00
232	3	PÇ	Pastilha de freio, Fiat Dôblo.	Frasle	R\$ 132,00	R\$ 396,00
233	3	KIT	Pastilha de freio, Fiat siena.	Frasle	R\$ 89,00	R\$ 267,00
234	8	JG	Pastilha de freio, Fiat Uno.	Frasle	R\$ 80,00	R\$ 640,00
235	1	PÇ	Pastilha de freio, Kangoo.	Frasle	R\$ 150,00	R\$ 150,00
236	2	PÇ	Pastilha de freio, Logan.	Frasle	R\$ 150,00	R\$ 300,00
237	2	JG	Pastilha de freio, Peugeot Boxer.	Frasle	R\$ 188,00	R\$ 376,00
238	2	PÇ	Pastilha dianteira, Fiat ducato.	Frasle	R\$ 215,00	R\$ 430,00
239	1	PÇ	Pastilhas de Freio ford fiesta.	Frasle	R\$ 119,00	R\$ 119,00
240	1	JG	Pistão, Fiat Doblô.	Mahle	R\$ 740,00	R\$ 740,00
241	1	PÇ	Pivo inferior suspensão, Peugeot Boxer.	Viemar	R\$ 174,00	R\$ 174,00
242	5	PÇ	Pivo inferior, Fiat Uno.	Trw	R\$ 45,00	R\$ 225,00
243	1	PÇ	Pivô inferior, Renault Master.	Viemar	R\$ 178,00	R\$ 178,00
244	3	PÇ	Pivo lado direito, Fiat siena.	Trw	R\$ 70,00	R\$ 210,00
245	3	PÇ	Pivo lado esquerdo, Fiat siena.	Trw	R\$ 70,00	R\$ 210,00
246	5	PÇ	Pivo superior, Fiat Uno.	Trw	R\$ 47,00	R\$ 235,00
247	1	PÇ	Pivo superior, Peugeot Boxer.	Viemar	R\$ 188,00	R\$ 188,00
248	1	PÇ	Pivô superior, Renault Master.	Viemar	R\$ 160,0	R\$ 160,00
249	1	PÇ	Pivo suspensão dianteira, Fiat Dôblo.	Trw	R\$ 95,00	R\$ 95,00
250	3	PÇ	Plutone suspensão, fiat uno.	Trw	R\$ 59,00	R\$ 177,00
251	10	PÇ	Polia tensora, correia dentada, Fiat Uno.	Ina	R\$ 65,00	R\$ 650,00
252	1	UN	Porta lateral, Renault Master	Renault	R\$ 1.850,00	R\$ 1.850,00
253	1	PÇ	Proteção frontal ford fiesta.	Ford	R\$ 179,00	R\$ 179,00
254	9	PÇ	Protetor de sapato, moto Honda Titan 150.	Hamp	R\$ 19,00	R\$ 171,00
255	1	PÇ	Radiador, Fiat Dôblo.	Valeo	R\$ 640,00	R\$ 640,00
256	1	PÇ	Rele do pisca, Peugeot Boxer .	Dni	R\$ 13,00	R\$ 13,00
257	3	PÇ	Reparo caixa de direção, Fiat siena.	Fiat	R\$ 550,00	R\$ 1.650,00
258	1	UN	Reservatório de água radiador, Renault Master	Renault	R\$ 225,00	R\$ 225,00
259	1	PÇ	Reservatório fluído de freio, Renault Master .	Renault	R\$ 149,00	R\$ 149,00
260	1	JG	Retentor da bomba hidraulica, Renault Master	Sabo	R\$ 305,00	R\$ 305,00
261	3	PÇ	Retentor da Polia, Fiat Uno.	Sabo	R\$ 14,00	R\$ 42,00

262	3	PÇ	Retentor de comando, Fiat Dôblo.	Sabo	R\$ 11,00	R\$ 33,00
263	3	PAR	Retrovisor, moto Honda Titan 150.	Hamp	R\$ 57,00	R\$ 171,00
267	1	PÇ	Rolamento canote, moto Titan CG 150.	Hamp	R\$ 68,00	R\$ 68,00
268	1	PÇ	Rolamento da torre com base, Peugeot Boxer.	Peugeot	R\$ 159,00	R\$ 159,00
269	1	PÇ	Rolamento de roda traseira, Peugeot Boxer.	Skf	R\$ 280,00	R\$ 280,00
271	6	PÇ	Rolamento do semi-eixo, Logan.	Ina	R\$ 70,00	R\$ 420,00
273	1	PÇ	Rolamento porta lateral, Renault Master.	Ina	R\$ 119,00	R\$ 119,00
275	1	PÇ	Roleta correia do alternador, Peugeot Boxer.	Ina	R\$ 200,00	R\$ 200,00
276	1	PÇ	Roleta polia correia dentada, Renault Master.	Ina	R\$ 170,00	R\$ 170,00
277	1	PÇ	Rotor do alternador, Renault Master.	Bosch	R\$ 269,00	R\$ 269,00
278	1	PÇ	Sapata com lona, Fiat Dôblo.	Frase	R\$ 178,00	R\$ 178,00
279	3	PÇ	Sapata de freio, Fiat siena.	Frase	R\$ 100,00	R\$ 300,00
280	1	PÇ	Sapata de freio, Logan.	Frase	R\$ 170,00	R\$ 170,00
281	5	PÇ	Sapata de freio, moto Honda Titan 150.	Frase	R\$ 25,00	R\$ 125,00
282	8	PÇ	Sensor de temperatura, Fiat Uno.	Iguaçu	R\$ 45,00	R\$ 360,00
283	3	PÇ	Sensor de temperatura, Logan.	Iguaçu	R\$ 140,00	R\$ 420,00
284	1	PÇ	Sensor Temperatura ford fiesta.	Iguaçu	R\$ 79,00	R\$ 79,00
285	4	PÇ	Seta dianteira, moto Honda Titan 150.	Hamp	R\$ 23,00	R\$ 92,00
286	5	PÇ	Silencioso traseiro, Fiat Uno.	Mastra	R\$ 105,00	R\$ 525,00
287	1	PÇ	Sinaleira traseira, Fiat ducato.	Valeo	R\$ 479,00	R\$ 479,00
288	5	PÇ	Sinaleira traseira, m Fiat Uno.	Arteb	R\$ 102,00	R\$ 510,00
289	1	PÇ	Sinalizador traseiro, com led, Renault Master.	Dni	R\$ 54,00	R\$ 54,00
290	1	PÇ	Sirene giroflex.	Rotam	R\$ 280,00	R\$ 280,00
291	5	PÇ	Sonda lambda, Fiat Uno.	Bosch	R\$ 200,00	R\$ 1.000,00
292	1	PÇ	Suporte da caixa traseira, Peugeot Boxer.	Peugeot	R\$ 355,00	R\$ 355,00
293	1	PÇ	Suporte da escova da alternador, Renault Master.	Bosch	R\$ 55,00	R\$ 55,00
294	3	PÇ	Suporte da escova, moto Honda Titan 150.	Hamp	R\$ 14,00	R\$ 42,00
295	1	PÇ	Suporte de caixa traseira, Fiat Dôblo.	Sampel	R\$ 240,00	R\$ 240,00

296	5	PÇ	Suporte de caixa, Fiat Uno.	Sampel	R\$ 44,00	R\$ 220,00
297	2	UN	Suporte dianteiro da caixa de marcha, Renault Master	Sampel	R\$ 350,00	R\$ 700,00
298	1	PÇ	Suporte motor diesel, Renault Master.	Samoel	R\$ 389,00	R\$ 389,00
300	2	PÇ	Suporte traseiro, caixa marcha, Renault Master	Sampel	R\$ 335,00	R\$ 670,00
301	3	PÇ	Tambor de freio, Fiat siena.	Vargas	R\$ 120,00	R\$ 360,00
302	2	PÇ	Tambor de freio, Kangoo.	Vargas	R\$ 269,00	R\$ 538,00
303	4	PÇ	Tambor de freio, Logan.	Vargas	R\$ 200,00	R\$ 800,00
304	1	PÇ	Tampa inferior correia dentada, Renault Master.	Renault	R\$ 275,00	R\$ 275,00
305	1	PÇ	Tampa superior correia dentada, Renault Master.	Renault	R\$ 319,00	R\$ 319,00
306	5	PÇ	Tensionador de corrente, moto Honda Titan.	Hamp	R\$ 27,00	R\$ 135,00
307	3	PÇ	Tenso de correia dentada, Fiat siena.	Ina	R\$ 119,00	R\$ 357,00
308	4	PÇ	Tensor da correia dentada, Fiat Dôblo.	Ina	R\$ 119,00	R\$ 476,00
309	1	PÇ	Terminal de direção lado direito, Fiat Dôblo.	Trw	R\$ 100,00	R\$ 100,00
310	2	PÇ	Terminal de direção lado esquerdo, Fiat Dôblo.	Trw	R\$ 92,00	R\$ 184,00
311	2	PÇ	Terminal de direção, Fiat Uno.	Trw	R\$ 69,00	R\$ 138,00
312	2	PÇ	Terminal de direção, Kangoo.	Trw	R\$ 147,00	R\$ 294,00
313	4	PÇ	Terminal de direção, Logan.	Trw	R\$ 167,00	R\$ 668,00
314	1	PÇ	Terminal de direção, Peugeot Boxer.	Trw	R\$ 144,00	R\$ 144,00
315	2	PÇ	Terminal de direção, Renault Master.	Trw	R\$ 200,00	R\$ 400,00
316	4	PÇ	Transmissão kit completo, Honda twister 250.	Rifell	R\$ 175,00	R\$ 700,00
317	5	KIT	Transmissão, kit completo, moto Titan CG 150.	Rifell	R\$ 92,00	R\$ 460,00
318	1	PÇ	Trilho central porta, Renault Master.	Renault	R\$ 590,00	R\$ 590,00
319	1	PÇ	Trilho inferior porta, Renault Master.	Renault	R\$ 440,00	R\$ 440,00
320	1	PÇ	Trilho superior porta lateral, Renault Master.	Renault	R\$ 880,00	R\$ 880,00
321	1	PÇ	Trizetas dianteiras, Renault Master.	Renault	R\$ 480,00	R\$ 480,00
322	1	PÇ	Tulipa caixa de câmbio, Renault Master.	Renault	R\$ 910,00	R\$ 910,00
323	3	JG	Vela de ignição ford fiesta.	Bosch	R\$ 62,00	R\$ 186,00
324	3	PÇ	Vela de ignição, Fiat Dôblo.	Bosch	R\$ 89,00	R\$ 267,00

325	12	PÇ	Vela de ignição, Fiat Uno.	Bosch	R\$ 60,00	R\$ 720,00
326	3	PÇ	Vela de ignição, Kangoo e Logan.	Bosch	R\$ 100,00	R\$ 300,00
327	3	JG	Vela, /fiat siena.	Bosch	R\$ 90,00	R\$ 270,00
328	12	JG	Vela, Fiat Uno.	Bosch	R\$ 65,00	R\$ 780,00
329	10	UN	Vela, moto Honda Titan 150.	Bosch	R\$ 18,00	R\$ 180,00
VALOR TOTAL R\$ 223.418,27						

## INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

### Portaria nº 071/2011

PORTARIA Nº 071/2011

Suspende as Portarias nº 2679/2008 e 2680/2008, para restabelecer a aposentadoria da servidora MARIA OLINDINA MOREIRA de acordo com as Portarias 8200/2002, por força de decisão judicial nos autos de nº. 045.10.001923-9.

RONÉRIO HEIDERSCHIEDT, no uso de suas atribuições,  
RESOLVE:

Art. 1º Suspende as Portarias nº. 2679/2008 e 2680/2008, que havia retificado outrora a Portaria nº. 8200/2008, para assim, restabelecer a Aposentaria, por tempo de contri-buição, em caráter integral, nos termos da Portaria n. 8200/20002, a servidora MARIA OLINDINA MOREIRA, detentor da matrícula funcional nº 300053, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo Auxiliar, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Palhoça, por força da decisão judicial nos autos do processo de nº.045.10.001923-9.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 16 de novembro de 2011.  
RONÉRIO HEIDERSCHIEDT  
Prefeito Municipal

ALBERTO PRIM  
Diretor Executivo IPPA  
Matrícula 300007

Registrada e publicada na data supra.

GUSTAVO HAEMING GERENT  
Advogado  
OAB/SC 30.075

**Paulo Lopes**

**PREFEITURA**

### Resultado da Concorrência Nº42/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
RESULTADO DA CONCORRÊNCIA Nº42/2011

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES comunica o resultado da Concorrência nº 42/2011 homologada em 11/11/2011, objetivando a concessão de direito real de uso do lote, A9 (5.300 m²), na área industrial do Município de Paulo Lopes, tendo como vencedora a seguinte empresa: IDIOMAR MARTINS, CNPJ 11.447.116/0001-90.

Paulo Lopes, 21 de novembro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### Resultado da Tomada de Preços Nº46/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº46/2011

O MUNICÍPIO DE PAULO LOPES comunica o resultado da Tomada de Preços nº 46/2011 homologada em 16/11/2011 objetivando 01(um) VAN FURGÃO de fabricação nacional, Longa, Teto elevado, ano/modelo 2011/2011, transformação de ambulância remoção básica, tendo como vencedora a empresa: D.V.A. - VEICULOS S/A, CNPJ: 82.516.949/0001-03, com uma proposta no valor de R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais).

Paulo Lopes, 21 de novembro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### Errata do Resultado Final do concurso Público 01/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
Errata do Resultado Final do concurso Público 01/2011

Da lista dos aprovados dos cargos:

Dentista: Onde se lê Juliana Zanin Ferreira Passa-se a ler Juliano Zanin Ferreira.

Professor: Emerenciana Maciel, está desclassifica, pois sua nota é inferior ao mínimo solicitado. Portanto para o cargo de professor devem constar apenas 14 classificados, aprovados e não 15, como informado anteriormente.

Paulo Lopes, 21 de novembro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

### Resultado de Leilão nº44/2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO LOPES  
Resultado de Leilão nº44/2011  
Processo de licitação Nº. 44/2011

Modalidade: LEILÃO. Tipo: Maior Lance.

A Prefeitura Municipal de Paulo Lopes torna público o resultado do processo licitatório - LEILÃO nº 44/2011:

I - Um PAS/MICROONIBUS usado, marca/modelo Hyundai/ H100 GLS 16 LUG, Placa MDY 7181, ano 2003, modelo 2003, CHASSI KMJRD37BP3K562228, RENAVAL 822893703, Patrimonial nº. 2467; Valor arrematado: R\$ 10.100,00 (dez mil e cem reais), arrematante: Silvio das Neves Domingues.

II - Uma Carreta Reboque usada, 2 eixos, para transporte de máquinas, ano/modelo 1999, cor amarela, Patrimonial nº. 2716; Valor arrematado: R\$ 2.000,00 (dois mil reais), arrematante: Charley Giacomozzi.

III - Um PAS/MICROONIBUS usado, marca/modelo KIA/ BESTA GS GRAND 2, Placa MEB 3669, ano e modelo 2005, CHASSI KNHT-SA732257208968, RENAVAL 868354139, Patrimonial nº. 2841. Valor arrematado: R\$ 14.400,00 (catorze mil e quatrocentos reais), arrematante: Admilson Dionel.

Paulo Lopes, 21 de novembro de 2011.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS

Prefeito Municipal.

# Pinheiro Preto

## PREFEITURA

**Portaria N.º 252, de 01 de Novembro de 2011.**  
PORTARIA N.º 252, DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011.  
NOMEIA MEMBRO INTERINAMENTE COMISSÃO DE LICITAÇÕES

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO que o servidor Nilson Zanella encontra-se no gozo de férias,

**RESOLVE:**

Art. 1º Nomear Sheila Baroncello, ocupante do cargo em comissão de Supervisora de Serviços Contábeis, como membro interina da comissão de Licitações, no período de 01 a 30 de novembro de 2011

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 01 de novembro de 2011  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Portaria N.º 257, de 17 de Novembro de 2011**  
PORTARIA Nº 257, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011  
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 017/2011 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão comissão de licitações, bem como parecer da Assessoria Jurídica, **RESOLVE:**

Art. 1º Homologa a licitação nº 017/2011, modalidade TOMADA DE PREÇOS, e adjudica o objeto licitado à empresa FIORELLI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE LAJOTAS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.250.580/0001-14, referente à execução de mão-de-obra de pavimentação em pedra irregular na Linha Boa Esperança, pelo valor global de R\$ 7.836,00 (sete mil e oitocentos e trinta e seis reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 17 DE NOVEMBRO DE 2011  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Portaria N.º 258, de 18 de Novembro de 2011**  
PORTARIA Nº 258, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011  
HOMOLOGA LICITAÇÃO Nº 019/2011 E ADJUDICA O OBJETO À EMPRESA VENCEDORA

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão comissão de licitações, bem como parecer da Assessoria Jurídica, **RESOLVE:**

Art. 1º Homologa a licitação nº 019/2011, modalidade TOMADA DE PREÇOS, e adjudica o objeto licitado à empresa LB COMÉRCIO

E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 04.492.725/0001-03, referente à pavimentação em pedra irregular na Linha São Roque, pelo valor global de R\$ 15.010,00 (quinze mil e dez reais).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 18 DE NOVEMBRO DE 2011  
EUZEBIO CALISTO VIECELI  
Prefeito Municipal

**Contrato N.º 0289/2011**  
CONTRATO Nº 0289/2011

OBJETO: Aquisição de Medicamentos  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 0150/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Farmacia e Drogaria Somensi Ltda  
VALOR DO CONTRATO: 1.763,10(um mil setecentos e sessenta e três reais e dez centavos )  
DATA DO CONTRATO: 31/10/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Contrato N.º 0290/2011**  
CONTRATO Nº 0290/2011

OBJETO: Aquisição de Peças e conserto para os veículos da Educação  
LICITAÇÃO: Modalidade Dispensa nº 0149/2011  
EMPRESA CONTRATADA: Mecanica Hochiove Ltda  
VALOR DO CONTRATO: 7.720,34(sete mil setecentos e vinte reais e trinta e quatro centavos)  
DATA DO CONTRATO: 31/10/2011  
PREFEITO: Euzebio Calisto Vieceli

**Edital de Convocação - Concurso Público Nº 001/2011**  
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e, em atendimento ao disposto no Edital n. 001/2011, CONVOCA, obedecida a ordem final de classificação, os candidatos aprovados no Concurso Público para o provimento de vagas no nível inicial de cargos efetivos do Quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, abaixo relacionados:

IDENTIFIC.	NOME DO CANDIDATO	CARGO
11	ADRIANA GIACOMINI	FARMACÊUTICO
08	ALINE PINHEIRO	ATENDENTE DE CRECHE
06	JANAINA APARECIDA VIECELI	ATENDENTE DE CRECHE
52	VERIDIANA ZANETTI	PROFESSOR DE CRECHE
60	JUSELES DEON ARIOTTI	PROFESSOR DE CRECHE

O candidato acima relacionado deverá, no prazo máximo de 10 dias, contados da data de publicação desta convocação, providenciar os seguintes exames de saúde, conforme item 10.4 do Edital do concurso Público.

- a. Sangue: Hemograma, Glicemia e Sorologia de Lues;
- b. Parcial de Urina;
- c. Raio-X do Tórax P.A e perfil;
- e. Raio X de coluna P.A e perfil
- d. ECG – eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos).

1. Os EXAMES MÉDICOS deverão ser apresentados para

Certificação, aos médicos Credenciados pelo Município, Dr. Heriberto Agudelo Enriquez ou Dr. Gilmar Linck Duarte, que atendem na Unidade Sanitária Municipal, sito na Av. Arthur Costa e Silva, Bairro, Centro, Município de Pinheiro Preto-SC, através de agendamento junto a Secretaria de Saúde, através dos telefones 3562-1451 ou 3562-1494.

2. Além dos Exames referidos, os candidatos deverão apresentar exames complementares, quando houver solicitação do Médico Credenciado pelo Município de Pinheiro Preto-SC.

3. O candidato deverá ainda apresentar os originais dos documentos de acordo o disposto no item 10.3 do Edital do concurso Público, sendo eles:

- a. formulário de Dados Cadastrais;
- b. formulário de Declaração de Dependência;
- c. formulário de Declaração de Bens;
- d. formulário de Declaração de não Acumulação de Cargos, Empregos e/ou Funções;
- e. fotocópia da Carteira de Identidade;
- f. fotocópia do Título de Eleitor, com confirmação da última votação, assim como, declaração emitida pelo T.R.E. que comprove o pleno gozo dos direitos civis e políticos;
- g. fotocópia do Certificado de Reservista;
- h. fotocópia de certificado escolar (prova de que o candidato satisfaz o nível de escolaridade exigido no edital do concurso);
- i. fotocópia do Cartão do PASEP (caso não esteja inscrito no PASEP deverá ser preenchido o formulário de inclusão do n.º de inscrição junto ao BB, a ser retirado na Coordenadoria de Recursos Humanos);
- j. fotocópia do Cartão do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- l. fotocópia da Certidão de Casamento;
- m. fotocópia da Certidão de Nascimento do(s) filho(s);
- n. laudo médico (obtido mediante perícia médica);
- o. 1 (uma) foto no tamanho 3X4 colorida atual.

Documentos exigidos para cargos específicos:

- a. certidão expedida pelo conselho profissional, comprovando a regularidade do registro (farmacêutico);
- b. Carteira Nacional de Habilitação – Categoria “C”, ou “superior (motorista e operador trator agrícola).

A entrega da Documentação dar-se-á no Setor de Recursos Humanos, sito na Av. Arthur Costa e Silva, 111, Município de Pinheiro Preto-SC, no horário das 07:30hs as 11:30 e das 13:30 as 17:30.

Pinheiro Preto/SC, 17 de novembro de 2011

EUZEBIO CALISTO VIECELI

Prefeito Municipal

**Porto Belo**

**PREFEITURA**

### **Aviso Pregão Registro de Preço Nº 027/2011**

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 027/2011

OBJETO - AQUISIÇÃO DE ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO DE SOLO, USADO, FABRICAÇÃO NACIONAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL

TIPO DE LICITAÇÃO - MENOR PREÇO.

REGIMENTO - Lei Federal nº 8.666/1993 e 10520/2002 e demais

alterações.

ABERTURA DAS PROPOSTAS - Às 14:00 hs do dia 07/12/2011, na Secretaria de Administração, sito Avenida Governador Celso Ramos, nº 2500, centro de Porto Belo - SC.

MAIS INFORMAÇÕES - Pessoalmente no endereço acima citado ou pelo fone (47) 3369-4111, ramal 213.

RETIRADA DO EDITAL - No endereço acima mencionado ou no site [www.portobelo.sc.gov.br](http://www.portobelo.sc.gov.br)

Porto Belo - SC, 21 de novembro de 2011.

AOILTO MOTTA PORTO

Secretário de Administração

MARCO AURÉLIO PEREIRA

Pregoeiro

### **Extrato do Contrato Nº 086/2011 - EDUCAÇÃO**

Extrato de Contrato Nº 086/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Processo Licitatório Modalidade Carta Convite nº 109/2011

1. Objeto: Serviços de retífica completa do motor, retífica completa de bomba e bico e recuperação de caixa do cambio com estimativa de peças do ônibus escolar KPB 3353

2. Serviço de retifica completa do motor, serviço retifica bomba e bico, recuperação do coletor, recuperação de válvulas de ar, recuperação de cuícas, recuperação de eixo dianteiro com embuchamento, recuperação de cardan, recuperação de barras e pivôs com estimativa de peças do ônibus escolar LJG 7094

Contratado: MEGANOPEÇAS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
Prazo de vigência: O presente contrato terá vigência, até 05 dias a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme a Lei nº 8.666/93.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 75.092,00 (setenta e cinco mil e noventa e dois reais).

Data e assinatura do contrato: 11 de novembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

### **Extrato do Contrato Nº 087/2011 - EDUCAÇÃO**

Extrato de Contrato Nº 087/2011 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Estado de Santa Catarina

Município de Porto Belo

Objeto: O presente Contrato tem por objeto, a prestação de serviços de aplicação de Processo Seletivo ACT para a admissão em caráter temporário para Creche de Verão. Compreendendo a elaboração, aplicação e correção de provas e demais atos necessários até a emissão da listagem final do resultado.

Contratado: CLICK SOLUÇÕES TECNICAS, ADM. E PEDAGOGICAS LTDA

Prazo de vigência: O prazo de vigência do Contrato será a partir da data de assinatura do presente até a efetiva conclusão do Processo Seletivo ora contratado.

O valor global: O valor global do presente contrato será de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais).

Data e assinatura do contrato: 11 de novembro de 2011.

ALBERT STADLER

Prefeito

## Porto União

### PREFEITURA

#### Lei Nº 3.928/2011

LEI Nº 3.928, de 18 de novembro de 2011.

Autoriza o Poder Executivo Municipal revogar a Lei Municipal nº 3.866, de 14 de abril de 2011, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei Municipal nº 3.866, de 14 de abril de 2011, que concede Permissão de Uso de espaço físico de um módulo edificado com 134,40 m2 do Programa "Incentivo Empresarial", por desistência da Empresa GELVANE LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 11.630.097/0001-32.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### Lei Nº 3.929/2011

LEI Nº 3.929, de 18 de novembro de 2011.

Altera o Artigo 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado o Artigo 49 da Lei Municipal nº 3.885, de 22 de junho de 2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 49. Os professores terão Gratificações de Função de Gestão sobre os seus vencimentos, nos percentuais especificados abaixo:  
I- Supervisor Geral do Ensino Fundamental - 35% (trinta e cinco por cento);

II- Supervisor Geral de Educação Infantil - 35% (trinta e cinco por cento);

III- Coordenador Geral dos Núcleos de Educação Infantil - 35% (trinta e cinco por cento).

IV- Diretor de Escola:

a) Unidade Escolar com até 150 (cento e cinquenta) alunos - 15% (quinze por cento);

b) Unidade Escolar com mais de 151 (cento e cinquenta e um) alunos - 30% (trinta por cento);

c) Diretor de Núcleo de Educação Infantil - 15% (quinze por cento)."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

#### Lei Nº 3.930/2011

LEI Nº 3.930, de 18 de novembro de 2011.

Dispõe sobre crédito especial, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito especial no Orçamento Geral do Município do exercício de 2011, na dotação a seguir especificada, no valor de R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais):

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0211 - SECRETARIA MUN.IND.COM.E TURISMO  
ATIVIDADE 2023 - Manut.Secret.Indústria, Comércio e Turismo  
MODALIDADE 3390 - 170 - Aplicações Diretas novo 150.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL 150.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO ORGÃO 0200 - PODER EXECUTIVO DE PORTO UNIÃO  
UNIDADE 0211 - SECRETARIA MUN. IND. COM.E TURISMO  
PROJETO 1020 - Construção Portais e Mirantes Turísticos  
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações Diretas 124 44.000,00  
MODALIDADE 4490 - 169 - Aplicações Diretas 125 58.000,00

PROJETO 1021 - Implantação, Reestruturação Britadores  
MODALIDADE 4490 - 100 - Aplicações Diretas 126 48.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO 150.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 18 de novembro de 2011.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR

Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

RICARDO DRAGONI

Secretário Municipal de Finanças e Contabilidade

## Rio do Sul

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 2189/11

DECRETO Nº 2.189 de 11 de novembro de 2011

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE RIO DO SUL."

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 11, da Lei Orçamentária nº 5.086 de 15/12/10.

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementada na importância de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
50.02 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL

1.076 Piso de Transição de Média Complexidade - PTMC

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.50.00.00 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Rio do Sul:

50.00 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL  
50.02 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA FEDERAL

1.076 Piso de Transição de Média Complexidade - PTMC

3.0.00.00 DESPESAS CORRENTES

3.3.00.00 OUTRAS DESPESAS CORRENTES

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

TOTAL R\$ 5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal  
11 de novembro de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Decreto Nº 2190/11**

DECRETO Nº 2.190, de 16 de novembro de 2011.

“FIXA O VALOR DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL - UFM PARA O EXERCÍCIO DE 2012.”

O Prefeito Municipal de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 37, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 53, de 06 de dezembro de 2000, com a redação alterada pela Lei Complementar nº 85, de 31 de julho de 2002,

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica determinado o valor da Unidade Fiscal Municipal - UFM para o exercício de 2012 em R\$ 2,3231 (dois reais e três mil duzentos e trinta e um décimos de milésimos de real).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, gerando efeitos a partir de 1º de janeiro de 2012.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO Prefeito Municipal,  
16 de novembro de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

EUGÊNIO VICENZI  
Secretário Municipal da Fazenda

**Portaria N. 0689/RH**  
PORTARIA N. 0689/RH

MILTON HOBUS, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Art. 37, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

**RESOLVE:**

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo n. 001/2011, referente à Construtora Gutjahr Ltda, no processo de licitação na modalidade de Carta Convite n. 016/2011, para execução do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS.

Parágrafo único - A empresa supracitada teria, em tese, apresentado a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros não autêntica, infringindo o Art. 29, inciso III, da Lei n. 8.666/93, relativo à Cláusula n. 6.2.4, do Ato Convocatório da Carta Convite n. 016/2011/FMAS. Por decorrência, poderá lhe ser imputado as Sanções Administrativas previstas nos Arts. n. 86, 87 e 88, da Lei supracitada que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.

Art. 2º Constituir, a Comissão de Processo Administrativo n. 001/2011, composta pelos seguintes servidores:

- a) Valdenir Borges Ribeiro, matrícula n. 1104/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Digitador;
- b) Rubens Augusto Schwarz Menslin, matrícula n. 3980/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Fiscal de Tributos;
- c) Leonice Witte, matrícula n. 3930/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Auxiliar Administrativo I.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 25 de outubro de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal  
Lso

**Portaria Nº 0604/RH**  
PORTARIA Nº 0604/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 22 e §§, da Lei Complementar nº. 207, de 28/09/2010, instituir comissão de Avaliação de Desempenho para servidores em Estágio Probatório do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, da Secretaria Municipal de Saúde e, designar como membros: Tânia Regina Cipriani, matrícula 18929/01, designada para exercer as funções do cargo de Diretor do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria, Valeska Amorim, matrícula 28860/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro e Celiana Cristina Stacheski Martins, matrícula 30619/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Enfermeiro.

Art. 2º Esta comissão será responsável pelo acompanhamento e monitoramento dos servidores lotados no Departamento supracitado, devendo obrigatoriamente manifestarem-se nos prazos e forma estabelecidos na presente lei e regulamento específico.

Art. 3º O mandato da comissão é de 03 (três) anos.

Parágrafo Único - Se antes de findo o prazo do mandato houver mudança da chefia imediata e/ou dos demais membros titulares

que integram a comissão ora instituída, deve o secretário da unidade administrativa indicar novo nome para completar o prazo do respectivo mandato.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário e especialmente as Portarias n. 0365/2010, 0516/2010 e 1124/2010.

Rio do Sul, 21 de setembro de 2011  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº 0718/RH**  
PORTARIA Nº. 0718/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º. Designar, para a partir de 12/11/2011 a 19/12/2011, o servidor LEANDRO DA SILVA FERREIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo Motorista, atuar como Chefe dos Motoristas, em substituição do titular devido afastamento auxílio-doença pelo INSS.

Art. 2º. Pelo exercício da função, faz jus pela diferença de vencimento dos cargos.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 14 de Novembro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Vf

**Portaria Nº. 0700/RH**  
PORTARIA Nº. 0700/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Com fundamento ao disposto no Art. 13 "A", da Lei Complementar n. 159/2006, conceder Promoção Funcional, sem mudança de área, mediante apresentação de certificado de curso de Pós-Graduação, em nível de Especialização "Lato Sensu", em Psicopedagogia e Educação Inclusiva, à servidora municipal LUCÉIA SCHAFFER, matrícula n. 25054/07, ocupante do cargo de provimento efetivo Pedagogo, Nível II, Classe "A", promovendo-a para o Nível III, Classe "A", a partir de 14/10/2011, com efeito financeiro a partir da mesma data.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de novembro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº. 0711/RH**  
PORTARIA Nº. 0711/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal CI-BELE RAQUEL WEBER, matrícula n. 35425/02, ocupante do cargo de provimento efetivo Psicólogo, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 03/11/2008 a 06/11/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 07 de novembro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº. 0716/RH**  
PORTARIA Nº. 0716/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o Estágio Probatório do servidor municipal IVAM ALMEIDA BARRETO, matrícula n. 35408/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Guarda Municipal, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 28/02/2008 a 11/11/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 10 de novembro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Portaria Nº. 0721/RH**  
PORTARIA Nº. 0721/RH

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere Decreto nº 219, de 28 de maio de 2008,

**RESOLVE:**

Art. 1º Homologar o Estágio Probatório da servidora municipal TIZIANI SCHAPPO, matrícula n. 35561/01, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo, por ter completado 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo, no período de 19/11/2008 a 18/11/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 17 de novembro de 2011.  
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ  
Secretário Municipal de Administração  
Mglb

**Dispensa de Licitação 020/2011-FMAS**

DISPENSE DE LICITAÇÕES Nº 020/2011/FMAS

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: locação de um imóvel para Fundo Municipal de Assistência Social, situada na área urbana desta cidade, na rua Mal. Rondon, 25, Jardim América, destinado ao Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua - CREAS - POP.

R\$ 1.000,00 (hum mil reais) mês

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso X da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,  
Rio do Sul, 17 de novembro de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Dispensa de Licitação 135/2011**

DISPENSE DE LICITAÇÕES Nº 135/2011

O Município de Rio do Sul (SC), Estado de Santa Catarina, por seu Prefeito Municipal, leva ao conhecimento dos interessados, que fica dispensada a licitação, consoante o abaixo exposto:

Objeto: Serviços de análise de riscos associados ao desastre em desenvolvimento em Rio do Sul, realizado pela Fundação da Universidade Federal do Paraná - FUNPAR.

Valor aproximado R\$ 21.000,00 (vinte e um mil reais).

Fundamento Legal: Art. 24, Inciso IV da Lei Nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Razões de justificativa de dispensa: Art. 26, parágrafo único, Incisos I, II, III e IV da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal,  
Rio do Sul, 17 de novembro de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Edital de Concorrência Pública 127/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 127/2011

O Município de Rio do Sul, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. Milton Hobus, através da Comissão Permanente de Licitações do Município nomeada pelo Decreto nº 1.581, de 15 de dezembro de 2010, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA visando à outorga de permissão, objetivando a exploração de Quiosques, junto a Praça Idalício Elias Vieira, Boa Vista, com manutenção de toda a área do complexo esportivo e de lazer.

Os envelopes de "HABILITAÇÃO" e "PROPOSTA DE PREÇOS" deverão ser protocolados junto à Secretaria Municipal de Administração ao Departamento de Licitações, localizada na sede deste Município - Praça 25 de Julho, 01, Centro, Rio do Sul, SC, até às 8:30 horas do dia 22 de dezembro de 2011 ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data

para abertura no mesmo dia. A abertura dos envelopes contendo a habilitação e proposta comercial, dar-se-á às 09:00 horas do dia 22 de dezembro de 2011, no endereço supra indicado. A presente licitação será do tipo MAIOR OFERTA, consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pelas Leis nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei Municipal nº 5.205 de 14 de outubro de 2011 e Decreto nº 1.957 de 05 de julho de 2011.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Edital de Tomada de Preços 131/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
AVISO DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 131/2011

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para implantação de sinalização viária turística rural em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até às 08:30 horas do dia 08 de dezembro de 2011, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 08 de dezembro de 2011, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2011.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Pregão Presencial 132/2011**

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL  
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS  
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 132/2011

OBJETO: Registro de preço para aquisição de óleo diesel comum para frota municipal.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 02/12/2011, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30h do dia 02/12/2011, no endereço abaixo, na Sala de Reuniões.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

Rio do Sul (SC), 18 de novembro de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Resumo de Aditivo 080/2011**

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 080/2011 - DO CONTRATO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 017/2010

Tomada de Preços nº 115/2009  
Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: Maurício Ely Puttkammer - ME.  
Do Objeto: REURBANIZAÇÃO DA PRAÇA DO BAIRRO BOA VISTA.  
Do Acréscimo: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 85.146,47 (oitenta e cinco mil, cento e quarenta e seis reais e quarenta e sete centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 04 de outubro de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Resumo de Aditivo 081/2011**

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 081/2011 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 052/2007

Pregão Presencial nº 011/2007  
Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: VIGILÂNCIA RIOSUL LTDA  
Do Objeto: SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL AUGUSTO BOSCO  
Do Acréscimo: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Quarta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais no Centro de Educação Anibal de Barba, conforme justificativa anexa.  
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, ficando seu término em 28 de Março de 2012.

Rio do Sul, 05 de outubro de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Resumo de Aditivo 082/2011**

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 082/2011 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 027/2008

Concorrência nº 117/2007  
Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES AZZA LTDA  
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE IMPLANTAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DA TRAVESSIA URBANA DE RIO DO SUL ATÉ A DIVISA DE PRESIDENTE GETÚLIO  
Do Acréscimo: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 201.570,18 (duzentos e um mil, quinhentos e setenta reais e dezoito centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 06 de outubro de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Resumo de Aditivo 083/2011**

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 083/2011 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 063/2010

Concorrência nº 059/2010  
Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES AZZA LTDA  
Do Objeto: EXECUÇÃO DE OBRAS DE DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA LOURO EM RIO DO SUL  
Do Acréscimo: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 15.553,85 (quinze mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e cinco centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 06 de outubro de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Resumo de Aditivo 084/2011**

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 084/2011 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 121/2010

Tomada de Preços nº 106/2010  
Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: RZS - CONSULTORIA E PLANEJAMENTO EM ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA - ME.  
Do Objeto: ELABORAÇÃO DO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL - PLHIS  
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 150 (cento e cinquenta) dias, com o seu término em 13 de fevereiro de 2012.

Rio do Sul, 15 de outubro de 2011  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

**Resumo de Aditivo 085/2011**

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 085/2011 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 145/2006

Concorrência nº 115/2006  
Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: JFQUATROOITO PUBLICIDADE E PROPAGANDA LTDA.  
Do Objeto: Serviços de Publicidade  
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da cláusula sexta do Contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo o mesmo um acréscimo de 73 (setenta e três) dias, com o seu término em 31 de dezembro de 2011.

Rio do Sul, 24 de outubro de 2011  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal em exercício

**Resumo de Aditivo 086/2011**

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 086/2011 - DO CONTRATO DE MATERIAIS E SERVIÇOS NR. 111/2011

Tomada de Preços nº 077/2011  
Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: SALVER - CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.  
Do Objeto: EXECUÇÃO DE UMA QUADRA POLIESPORTIVA NO

CENTRO EDUCACIONAL PREFEITO LUIZ ADELAR SOLDATELLI  
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 22 de janeiro de 2012.

Rio do Sul, 24 de outubro de 2011  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal em exercício

#### Resumo de Aditivo 087/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 087/2011 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS NR. 113/2011

Carta Convite nº 074/2011  
Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: TONON ESTRUTURA METÁLICAS LTDA.  
Do Objeto: EXECUÇÃO DA COBERTURA METÁLICA NO CENTRO EDUCACIONAL PEDRO DOS SANTOS  
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 19 de dezembro de 2011.  
Do Acréscimo: Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 2.734,00 (dois mil, setecentos e trinta e quatro reais), conforme planilha e justificativa anexa.

Rio do Sul, 26 de outubro de 2011  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal em exercício

#### Resumo de Aditivo 088/2011

RESUMO DE TERMO ADITIVO Nº 088/2011 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO E SERVIÇOS NR. 016/2011

Carta Convite nº 012/2011  
Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratado: ENGENHAR - ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA  
Do Objeto: SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO, ASSESSORIA, SUPERVISÃO, SUPERVISÃO E CONSULTORIA À IMPLANTAÇÃO DE REFEITÓRIO DA ESCOLA MODELO II  
Do Prazo: Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 04 de dezembro de 2011.

Rio do Sul, 24 de outubro de 2011  
GARIBALDI ANTONIO AYROSO  
Prefeito Municipal em exercício

#### Resumo de Contrato 184/2011

RESUMO DO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 184/2011  
Pregão Presencial nr. 109/2011,

Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratada: CASVIG CATARINENSE DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA  
Objeto: Contratação de serviço de vigilância não armada na Escola Modelo Arvino Walter Gaertner, no Bairro Barragem,

compreendendo: de segunda à sexta feira das 06:00 às 18:00;  
Valor: R\$ 5.284,00 (cinco mil e duzentos e oitenta e quatro reais) mês.

Prazo de Execução: A vigência do presente instrumento será até 31 de dezembro de 2011 a contar da data de sua assinatura  
Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após a entrega da Nota Fiscal  
Recurso: Próprio  
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 11 de outubro de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

#### Resumo de Contrato 186/2011

RESUMO DO PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 186/2011

Tomada de Preços nº 111/2011  
Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratada: SERRANA ENGENHARIA LTDA  
Objeto: contratação de empresa especializada na execução da MÃO-DE-OBRA, com fornecimento de materiais elétricos, DE MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL  
Valor: R\$ 913,06 (novecentos e treze reais e seis centavos)  
Prazo de Execução: 12 (doze) meses, de acordo com a demanda local, contados a partir do dia seguinte ao da expedição da respectiva Ordem de Serviço, pela CONTRATANTE.  
Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal  
Recurso: Próprio  
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 11 de outubro de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal  
CONTRATO DE

Pelo presente instrumento o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, Centro, nesta cidade de Rio do Sul - Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Sr. Milton Hobus, Prefeito Municipal, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado nesta cidade de Rio do Sul - Estado de Santa Catarina, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE; e a empresa, com sede na Rua Ottokar Doerffel, 841, bairro Atiradores, na cidade de Joinville/SC, com CNPJ sob nº 83.073.536/0001-64, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, representada neste ato pelo seu Sócio Diretor, Sr. Salomão Peruzzo, inscrito sob C.P.F. Nº 484.391.349-91, e R.G. sob nº 1175607-1, residente e domiciliado na Rua Jacob Eisenhuth, 256, bairro Atiradores, na cidade de Joinville/SC, tem entre si justo e acordado, na melhor forma do direito, fundamentado na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações, a celebração do presente contrato mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

1.1. O presente contrato se regula pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista a adjudicação e homologação do resultado, bem como aos termos da proposta que apresentou, no Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 111/2011.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - REGIME DE EXECUÇÃO:

2.1. O presente contrato tem o regime de execução indireta, empreitada por preço unitário, de acordo com o art. 6ª da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO:

3.1. Constitui-se como objeto do presente contrato a, composto de 9.722 unidades de iluminação pública de acordo com as normas, especificações da CELESC obedecido o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza, conforme especificações constantes nos Anexos VI e VII do edital.

3.1.1. A CONTRATADA fornecerá toda a mão de obra, equipamentos e ferramentaria necessários para a execução dos serviços objeto do edital.

3.1.2. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento de todos os materiais necessários para a substituição e/ou ampliação da rede de iluminação pública.

3.1.3. Passam a integrar o presente Contrato, independente de transcrição, planilha orçamentária, do Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 111/2011.

3.2. Os serviços serão executados em todo o perímetro do município de Rio do Sul/SC, atendido pela Rede de Iluminação Pública, ou onde será ampliada a mesma.

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor total para mão de obra e materiais (unitário) do presente contrato é de R\$, conforme planilha de quantidade e preços unitários e totais, anexo ao presente contrato.

4.1.1. Nos preços unitários estão incluídos todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, inclusive as despesas com materiais e/ou equipamentos, mão de obra especializada ou não, fretes, seguros em geral, equipamentos auxiliares, ferramentas, encargos da legislação social trabalhista e previdenciária, da infortunistica do trabalho e responsabilidade civil por quaisquer danos causados a terceiros ou dispêndios resultantes de impostos, taxas regulamentos e posturas municipais, estaduais e federais, enfim, tudo o que é necessário para a execução total e completo dos serviços, bem como lucro, conforme projetos e especificações constantes do Edital, parte integrante deste contrato.

#### CLÁUSULA QUINTA - FORMA DE PAGAMENTO:

5.1. Os pagamentos serão periódicos, realizados conforme execução dos serviços, verificada através de medições. A CONTRATANTE realizará a medição dos serviços efetivamente realizados, atestando a sua execução.

5.1.2. A CONTRATADA apresentará nota fiscal fatura correspondente aos valores dos serviços executados a preços unitários do contrato e relatório de medição dos serviços, até o segundo dia útil do mês subsequente a sua realização.

5.1.3. Os pagamentos decorrentes dos serviços efetivamente executados, serão pagos no 15º (décimo quinto) dia corrido do mês a realização dos serviços.

5.2. Quando inadimplente, o pagamento será monetariamente atualizado, a partir do dia de seu vencimento e até o de sua liquidação, segundo os mesmos critérios adotados para a atualização de obrigações tributárias do município de Rio do Sul, vigente na data de seu pagamento.

5.3. Para recebimento dos pagamentos a contratada terá que

apresentar junto com a nota fiscal, cópia da guia de pagamento do FGTS relativa aos funcionários que atuaram na execução do objeto do contrato.

5.4. Dos pagamentos realizados, serão retidos na fonte o INSS, o IR (Imposto de Renda), e o ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza).

#### CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS:

6.1. A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

##### 6.1.1. Reajuste de Preços:

6.1.1.1. Os preços constantes no presente contrato serão reajustados pelo IGP-DI - Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, após 12 meses da assinatura do contrato.

##### 6.1.2. Repactuação de preços:

6.1.2.1. A Repactuação de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente Instrumento, sendo que:

6.1.2.1.1. A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como lista de preço de fabricantes, publicações de data-base, alteração da legislação, alusivas à época da elaboração da proposta ou da última repactuação e do momento do pedido de revisão do contrato;

6.1.2.1.3. Com o requerimento, a CONTRATADA, deverá apresentar planilhas de custos unitários comparativa entre a data da formulação da proposta ou da última repactuação, e do momento do pedido de revisão do contrato, contemplando os custos unitários envolvidos, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercuta no valor global pactuado; e

6.1.2.1.4. A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3. Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4. Os efeitos financeiros da repactuação de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5. As alterações decorrentes de repactuações e de reajustes

de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

7.1. As despesas provenientes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2011:

10.04.2040.3390.30

10.04.2040.3390.39

#### CLÁUSULA OITAVA - PRAZO DE EXECUÇÃO:

8.1. O prazo de execução dos serviços é de

8.1.1. O contrato poderá ser prorrogado por igual período, respeitado o prazo máximo de 60 (sessenta) meses, de acordo com o art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

8.1.2. Não será considerado como prazo de execução, o período decorrente dos fatos previstos na alínea "a", inciso II da Cláusula Quarta do presente contrato que implicarem a paralisação ou retardamento dos serviços.

#### CLÁUSULA NONA - EXECUÇÃO DO CONTRATO:

9.1. Para todos os efeitos a contratada será a responsável pela execução do contrato de acordo com as disposições nas legislações afins.

9.2. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

9.3. A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

9.4. A CONTRATADA terá que apresentar no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, ou junto com a primeira fatura, os seguintes elementos:

9.5. Prova de ter registrado o contrato junto ao CREA, bem como cópia da ART, do Estado de Santa Catarina.

9.6. Apresentação da relação com os nomes e registros dos profissionais que acompanharão a execução dos serviços.

9.7. A Comissão Julgadora poderá solicitar dos licitantes, em qualquer uma das fases da licitação, quaisquer esclarecimentos, informações ou dados adicionais, se entender que são necessários para o seu julgamento, sendo que os esclarecimentos não poderão implicar em modificação das condições do preço ofertado.

9.8. A CONTRATADA terá que respeitar todas as Leis e Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Rio do Sul, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT e especificações da CELESC, obedecido o rigor técnico exigido para trabalhos desta natureza.

9.9. Constatado qualquer erro ou imperícia na execução, será de responsabilidade da CONTRATADA a correção, revisão e/ou nova execução das partes impugnadas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA - SUBCONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS:

10.1. É terminantemente proibida a subcontratação dos serviços objeto do presente contrato, sob pena de sua nulidade e aplicação das sanções cabíveis.

#### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FISCALIZAÇÃO:

11.1. Sem prejuízo da plena responsabilidade da CONTRATADA perante a CONTRATANTE ou a terceiros, todos os trabalhos contratados estarão sujeitos à mais ampla e irrestrita fiscalização da CONTRATANTE, a qualquer hora, em toda a área abrangida pelo canteiro, por seus representantes devidamente credenciados.

11.2. A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, com profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo dos serviços, assim como o acompanhamento do desenvolvimento da execução.

11.3. À fiscalização compete:

11.3.1. O encaminhamento e controle da execução dos serviços, as avaliações e medições dos serviços, até a sua conclusão, observadas todas as condições expressas nos documentos que compõe o contrato;

11.3.2. Proceder as medições com a presença e a participação da CONTRATADA, cabendo a esta encaminhar à CONTRATANTE os respectivos faturamentos nos prazos previstos;

11.4. Constatada a inoperância, desleixo, incapacidade ou ato desabonador, praticado pela CONTRATADA, ou seu representante ou de seus subcontratados, a CONTRATANTE poderá determinar o afastamento do preposto ou de qualquer empregado, bem como de subempreiteiras e/ou subcontratados.

11.5. Eventuais divergências nas especificações e/ou anexos aqui contidos deverão ser resolvidas pela fiscalização da Contratante.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

12.1. Sem que a ela se limite sua responsabilidade, será a CONTRATANTE responsável por:

12.1.1. Fornecer todos os documentos e informações necessárias ao desenvolvimento dos serviços;

12.1.2. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma estabelecida neste contrato;

12.1.3. Garantir à CONTRATADA a fidelidade das informações e acesso à documentação técnica para que os serviços se desenvolvessem sem percalços e no prazo acordado;

12.1.4. Apresentação da Comissão de Fiscalização dos serviços, com a devida credencial de identificação. Comissão essa, que poderá ser modificada a critério da CONTRATANTE.

#### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

13.1. São obrigações da CONTRATADA sem que a elas se limitem:

13.1.1. Respeitar todas as Leis e as Normas de execução de obras em vias e logradouros públicos do Município de Rio do Sul, bem como todas as normas de execução propostas pela ABNT;

13.1.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, dentro de prazos viáveis, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções encontrados nos serviços efetuados;

13.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

13.1.4. Comunicar à CONTRATANTE, o engenheiro preposto que representará a CONTRATADA na execução do contrato, na data da Ordem de Início dos Serviços;

13.1.5. Fornecer a pedido da CONTRATANTE, solução técnica alternativa, desde que tecnicamente similar ou superior a solução anteriormente proposta;

13.1.6. Quitação de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

13.1.7. Realizar todos os serviços constantes deste termo de Contrato, bem como respeitar todas as condições descritas no Edital de TOMADA DE PREÇOS nº 111/2011, que passa a integrar, como anexo, o presente contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE SEGURANÇA DO TRABALHO:

14.1. A CONTRATADA deverá manter - se em condições de atender aos requisitos legais relativos a segurança do trabalho, conforme detalhado no anexo deste contrato, e que abrangem basicamente o seguinte:

14.2. A CONTRATADA deverá estar adequada no que se refere a equipamentos e procedimentos de segurança do trabalho, para os serviços a que se propõe;

14.3. A CONTRATADA deverá estar adequada no que se refere a medicina do trabalho atinente as condições exigidas para as atividades que serão desenvolvidas;

14.4. A CONTRATADA deverá estar preparada para prestar informações relativas a acidentes de trabalho com o seu pessoal, de modo a permitir um levantamento confiável destes acidentes.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - SERVIÇOS ADICIONAIS:

15.1. Serão considerados adicionais os serviços não previstos inicialmente pelo Município no Edital de Tomada de preços nº 111/2011, no presente contrato, e seus anexos.

15.2. Quaisquer serviços adicionais necessários que impliquem ou não em alterações da previsão feita só poderão ser executados com a autorização expressa do Município, que será feita pela fiscalização preposta pelo mesmo.

15.3. Os serviços adicionais serão pagos a CONTRATADA com base nos preços praticados regionalmente, precedidos de no mínimo três orçamentos realizados pela CONTRATANTE para verificação do menor preço no mercado regional.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

16.1. O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

16.1.1. Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

16.1.2. Quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

16.1.3. Quando necessária a modificação do regime de execução

do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais oriundos;

16.1.4. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação da execução do serviço;

16.1.5. Possíveis supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

16.1.6. Para restabelecer a justa remuneração do serviço objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato.

16.2. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO CONTRATUAL:

17.1. Constituem motivo para rescisão do contrato:

17.1.1. Liquidação judicial ou extrajudicial, concordata, falência, protesto, concurso de credores, transformações, cisões ou fusões;

17.1.2. Caso o Contrato venha a ser objeto de qualquer espécie de transações, tais como transferências, cauções ou outras sem a prévia autorização da CONTRATANTE;

17.1.3. Caso o serviços não seja concluído 30 (trinta) dias após o prazo contratual, injustificadamente;

17.1.4. Paralisações dos serviços, atraso na sua execução ou conclusão fora do prazo previsto;

17.1.5. Imperícia, negligência, imprudência, ou desídia na observância das condições técnicas estabelecidas no Edital e seus anexos, ou na execução dos serviços.

17.1.6. O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

17.1.7. O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações e prazos;

17.1.8. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

17.1.9. O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

17.1.10. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

17.1.11. A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

17.1.12. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

17.1.13. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

17.1.14. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

17.1.15. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

17.1.16. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato.

17.1.17. Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

17.1.18. Acumulação de multas em valor igual ou superior ao previsto no item 19.5. do presente contrato.

17.2. A rescisão do contrato poderá ser:

17.2.1. Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos previstos nos itens 18.1.1. à 18.1.14, 18.1.16. e 18.1.17, do inciso anterior.

17.2.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

17.2.3. Judicial, nos termos da legislação;

17.3. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.5. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o cronograma de entrega será prorrogado automaticamente por igual tempo.

17.6. Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLAUSULA DÉCIMA OITAVA - DAS SANÇÕES:

18.1. As licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber, às penalidades previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Contratante poderá, garantida prévia defesa, aplicar à Contratada as seguintes sanções:

18.2.1. Advertência;

18.2.2. Multa, nas seguintes condições:

18.2.2.1. Multa de mora de 0,1% (um décimo percentual) do valor do contrato, por dia de atraso injustificado da realização dos serviços.

18.2.2.2. Multa de 0,5% (cinco décimos percentuais) do valor do

contrato, por dia, por execução dos serviços, por instalações e equipamentos inadequados à sua perfeita execução.

18.2.2.3. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de execução de serviços em desacordo com o projeto sem autorização expressa da CONTRATANTE, ou fora dos padrões da CELESC, ou ABNT, quando for o caso;

18.2.2.4. Multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato no caso de recusa do reparo do serviço mal executado apontado pela Fiscalização;

18.2.2.5. Multa de 10% (dez por cento) do valor do contrato no caso de abandono dos serviços sem justificativa e aviso prévio à CONTRATANTE;

18.2.3. Suspensão de participar em licitações com o Município de Rio do Sul, pelo prazo de 02 (dois) anos.

18.2.4. Declaração de inidoneidade, na forma da lei.

18.3. As multas serão descontadas dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

18.4. As sanções previstas nos itens 19.2.1., 19.2.3. e 19.2.4. desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 19.2.2., da mesma cláusula, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

18.5. O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor do Contrato.

18.6. Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

#### CLAUSULA DÉCIMA NONA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

19.1. A CONTRATADA se obriga a executar eventuais serviços não constantes deste contrato, mas considerados essenciais ao desenvolvimento dos serviços, sem, no entanto, modificar e/ou descaracterizar o objeto do contrato. Estes serviços serão pagos através de orçamento elaborado pela CONTRATADA após aprovação pela CONTRATANTE, antes do início destes serviços.

19.2. Os serviços de subempreitada somente serão admissíveis após consulta e consentimento expresso da CONTRATANTE.

19.3. A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

#### CLAUSULA VIGÉSIMA - DO FORO:

20.1. As partes elegem, em comum acordo, o Foro da Comarca de Rio do Sul para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura persistirem após esgotarem todas as tentativas de composição amigável, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

#### CLAUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

21.1. Aplica-se ao presente edital, nas partes omissas, a seguinte legislação:

a) Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações - Lei das Licitações e Contratos Administrativos;

b) Lei Federal nº 4.320/64 e suas alterações - Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito

Federal;

c) Lei Federal nº 8.078/90 e suas alterações - Código de Defesa do Consumidor;

d) Lei Federal nº 10.406/02 - Código Civil Brasileiro;

e) Lei Complementar Federal nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

f) Constituição da República Federativa do Brasil de 1988;

g) Lei Orgânica do Município;

h) Normas Técnicas para Obras e Serviços de Engenharia da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

i) Lei Federal nº 5.194/66. Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo; e,

j) Lei Federal nº 6.496/77. Institui a "Anotação de Responsabilidade Técnica" na prestação de serviços de Engenharia, de Arquitetura e Agronomia;

#### CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - AS PARTES:

22.1. E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para um único efeito, com as testemunhas abaixo identificadas e assinadas, para que produzam os jurídicos e legais efeitos, por si e seus sucessores.

Rio do Sul/SC, 11 de outubro de 2011.  
MUNICÍPIO DE RIO DO SUL

SERRANA ENGENHARIA LTDA.  
SALOMÃO PERUZZO  
Sócio/Diretor

Testemunhas:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

Nome Legível: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

#### Resumo de Contrato 187/2011

RESUMO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 187/2011  
Dispensa de Licitação

Contratante: Município de Rio do Sul/SC  
Contratada: Palmira Cavilha

Objeto: locação ao Município uma casa, imóvel de sua propriedade, com área aproximada de 250 m², edificada uma construção de alvenaria, sito a Rua Vereador Antonio Cavilha, 59, Bairro Bremer.  
Valor: R\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos reais) mensais  
Prazo de Execução: iniciando em 03 de Outubro de 2011 e terminando em 31 de Dezembro de 2012.

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal

Recurso: Próprio

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 03 de outubro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

#### Resumo de Contrato 194/2011

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 194/2011

Tomada de Preços nº 117/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ConstruRio Empreiteira de Mão de Obra Ltda

Objeto: execução do Portal Turístico no Parque Municipal, sito à rua Guarani, Canoas, com área total de 61,46m², em Rio do Sul.  
Valor: R\$ 72.477,96 (setenta e dois mil e quatrocentos e setenta e sete reais e noventa e seis centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal

Recurso: Próprio/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 27 de outubro de 2011.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

#### Resumo de Contrato 195/2011

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 195/2011

Tomada de Preços nº 117/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ConstruRio Empreiteira de Mão de Obra Ltda

Objeto: execução do Portal Turístico, sito às margens da BR 470, junto ao Condomínio Pólo Textil, Itoupava, com área total de 23,68m², em Rio do Sul

Valor: R\$ 42.620,07 (quarenta e dois mil e seiscentos e vinte reais e sete centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal

Recurso: Próprio/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 27 de outubro de 2011.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito Municipal em exercício

#### Resumo de Contrato 196/2011

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 196/2011

Tomada de Preços nº 117/2011

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ConstruRio Empreiteira de Mão de Obra Ltda

Objeto: execução do Portal Turístico na Praça Ermemberg Pelli-zzetti, Centro, com área total de 16,80m², em Rio do Sul  
Valor: R\$ 37.400,20 (trinta e sete mil e quatrocentos reais e vinte centavos).

Prazo de Execução: 120 (cento e vinte) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 15 (quinze) dias após a entrega da Nota Fiscal

Recurso: Próprio/Caixa

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 27 de outubro de 2011.  
**GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO**  
 Prefeito Municipal em exercício

### **Pauta de Sorteio Nº 008/2011**

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES  
 Pauta de Sorteio Nº 008/2011

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 18 de novembro de 2011, às 09hs00 no Auditório Renato Cardoso, sito no 1º andar do prédio central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição do seguinte Recurso:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 128179/2011  
 Nome do Recorrente: Teixeira & Filhos Administradora de Bens Ltda  
 Nº do Recurso: 023/2011

Rio do Sul, 14 de novembro de 2011.  
**LEONICE WITTE**  
 Secretária Geral do CMC

### **Ata de Registro de Preço 180/2011**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 180/2011  
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 180/2011  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 089/2011  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 089/2011  
 INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Aos cinco (05) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Rdois Tecnologia da Informação Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.032/2011 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para contratação de empresa especializada em instalação, configuração e manutenção de servidores Windows, Linux e ambiente de rede, Secretaria Municipal de Administração, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 01  
 Fornecedor: Rdois Tecnologia da Informação Ltda.  
 Preço cotado para o Item: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Contratação de empresa especializada em instalação, configuração e manutenção de servidores windows, linux e ambiente de rede. divisão de informática, de acordo com o Termo de Referência descrito no Anexo 06 deste Edital.	65,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.  
 Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 04 de outubro de 2011.  
**MILTON HOBUS**  
 Prefeito Municipal

**RODRIGO HUNTERMANN**  
 Sócio Gerente

### **Ata de Registro de Preço 181/2011**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 181/2011  
 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 181/2011  
 PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2011  
 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2011  
 INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E OBRAS

Aos trinta (30) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa JK Pneus Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.079/2011 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de eletrodomésticos para reposição em diversos Centros Educacionais da Municipalidade, Secretaria de Educação, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 05	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 850,00 (oitocentos e cinquenta reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 900x20 14 lonas, radial liso, profundidade mínima de sulco 10mm.	850,00

ITEM 06	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 1.010,00 (um mil e dez reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 1100 x 22, radial, liso.	1.010,00

ITEM 10	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 125,00 (cento e vinte e cinco reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 175/70 R13.	125,00

ITEM 13	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	

Preço cotado para o Item: R\$ 1.140,00 (um mil, cento e quarenta reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 1.000x20 misto, 16 lonas radial borrachudo, profundidade mínima de sulco 23 mm, para serviços severos.	1.140,00

ITEM 14	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 2.045,00 (dois mil e quarenta e cinco reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 16x9x28.	2.045,00

ITEM 16	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 189,00 (cento e oitenta e nove reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 185/70 R14.	189,00

ITEM 20	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 187,00 (cento e oitenta e sete reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 175/70R14.	187,00

ITEM 21	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 1.085,00 (um mil e oitenta e cinco reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 275/80/22,5, radial borrachudo, 16 lonas, sem câmara.	1.085,00

ITEM 22	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	

Preço cotado para o Item: R\$ 665,00 (seiscentos e sessenta e cinco reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 900x20, 14 lonas convencional borrachudo, profundidade mínima de sulco 17mm.	665,00

ITEM 24	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 1.020,00 (um mil e vinte reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneu novos 1000 x 20, 16 lonas, radial liso, misto.	1.020,00

ITEM 25	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 600,00 (seiscentos reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 215/75R/17.5, radial liso.	600,00

ITEM 26	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 1.870,00 (um mil, oitocentos e setenta reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos, diagonal 1400 x 24, 16 lonas.	1.870,00

ITEM 27	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	
Preço cotado para o Item: R\$ 435,00 (quatrocentos e trinta e cinco reais)	
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 750/16 radial liso.	435,00

ITEM 28	
Fornecedor: JK Pneus Ltda.	

Preço cotado para o Item: R\$ 640,00 (seiscentos e quarenta reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
----------------------------	----------------

Pneus novos 215/75, 17,5, radial borrachudo.	640,00
--	--------

ITEM 29

Fornecedor: JK Pneus Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 245,00 (duzentos e quarenta e cinco reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
----------------------------	----------------

Pneus novos 185/14C – para carga máxima.	245,00
--	--------

ITEM 31

Fornecedor: JK Pneus Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 975,00 (novecentos e setenta e cinco reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
----------------------------	----------------

Pneu novos 275/80 R 22,5 16 lonas, radial, liso.	975,00
--	--------

ITEM 32

Fornecedor: JK Pneus Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
----------------------------	----------------

Pneus novos 17,5 x 25, 16 lonas, convencional, com trama de aço, capacidade mínima de carga 11.360 kg.	2.600,00
--	----------

ITEM 33

Fornecedor: JK Pneus Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
----------------------------	----------------

Pneus novos 1300x24 16 lonas	1.400,00
------------------------------	----------

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata

que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 05 de outubro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

FLAVIO VAZ

Procurador

### Ata de Registro de Preço 182/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 182/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 182/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E OBRAS

Aos trinta (30) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.079/2011 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de eletrodomésticos para reposição em diversos Centros Educacionais da Municipalidade, Secretaria de Educação, conforme os itens abaixo discriminados:

ITEM 02

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 49,00 (quarenta e nove reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Câmara de ar para pneus 1.000x20	49,00

ITEM 03

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 42,00 (quarenta e dois reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Câmara de ar para pneus 900x20.	42,00

ITEM 04

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 55,50 (cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Câmara de ar para pneus 1.100x22	55,50

ITEM 07

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 89,00 (oitenta e nove reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Câmara de ar para pneus 1.400x24	89,00

ITEM 08

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 89,00 (oitenta e nove reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Câmara de ar para pneus 1.300x24	89,00

ITEM 09

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 11,80 (onze reais e oitenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Protetor 750x16.	11,80

## ITEM 12

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.  
Preço cotado para o Item: R\$ 37,50 (trinta e sete reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Protetor aro 24.	37,50

## ITEM 15

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.  
Preço cotado para o Item: R\$ 17,00 (dezessete reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Protetor aro 20.	17,00

## ITEM 17

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.  
Preço cotado para o Item: R\$ 22,00 (vinte e dois reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Câmara de ar 750x16 bico curto de borracha.	22,00

## ITEM 18

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.  
Preço cotado para o Item: R\$ 20,00 (vinte reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Protetor aro 22.	20,00

## ITEM 19

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.  
Preço cotado para o Item: R\$ 82,00 (oitenta e dois reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Protetor aro 25.	82,00

## ITEM 23

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.  
Preço cotado para o Item: R\$ 116,00 (cento e dezesseis reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Câmara de ar 17,5x25.	116,00

## ITEM 34

Fornecedor: Siga Bem Distribuidora de Lubrificantes Ltda.  
Preço cotado para o Item: R\$ 115,00 (cento e quinze reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Câmara de ar 19,5x24.	115,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.  
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 05 de outubro de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

OSNEI RAHMEIER  
Sócio Administrador

**Ata de Registro de Preço 183/2011**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 183/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 183/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 102/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 102/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E OBRAS

Aos trinta (30) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Modelo Pneus Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.079/2011 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de eletrodomésticos para reposição em diversos Centros Educacionais da Municipalidade, Secretaria de Educação, conforme os itens abaixo discriminados:

## ITEM 01

Fornecedor: Modelo Pneus Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 399,00 (trezentos e noventa e nove reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 750x16, convencional liso.	399,00

## ITEM 11

Fornecedor: Modelo Pneus Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 627,00 (seiscentos e vinte e sete reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneu novos 750/16 radial borrachudo, 16 lonas.	627,00

## ITEM 30

Fornecedor: Modelo Pneus Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 882,00 (oitocentos e oitenta e dois reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 12x16,5, 12 lonas TR.	882,00

## ITEM 35

Fornecedor: Modelo Pneus Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 2.650,00 (dois mil, seiscentos e cinquenta reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pneus novos 19,5x24, 16 lonas, TR.	2650,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.  
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 05 de outubro de 2011.  
MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

IGELSO LUDOVICO CECON  
Sócio Gerente

**Ata de Registro de Preço 185/2011**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 185/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 185/2011

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 099/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

Aos oito (08) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Itajaí Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.103/2011 e, do edital de Concorrência em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais e prestação de serviços na execução de iluminação pública, manutenção e construção de redes de distribuição de energia elétrica urbana e rural energizadas e desenergizadas, nas tensões até 34,5 Kv no município, conforme os itens abaixo discriminados:

**ITEM 01**

Fornecedor: Cooperativa de Eletrificação Rural do Vale do Itajaí Ltda.

Preço cotado para o Item: Conforme relação de itens descritos pela empresa

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Conforme relação de itens.	Conforme relação de itens descritos pela empresa

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 06 de outubro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

MAURINO STUPP

Diretor Superintendente

**Ata de Registro de Preço 188/2011**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 188/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 188/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte (20) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Fronza Artefatos de Cimento Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.133/2011 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

**ITEM 03**

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 21,25 (vinte e um reais e vinte e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,40.	21,25

**ITEM 05**

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 25,40 (vinte e cinco reais e quarenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Lajota sextavada de concreto 25x25x08.	25,40

**ITEM 07**

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 158,50 (cento e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,80 PA2.	158,50

**ITEM 11**

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 58,00 (cinquenta e oito reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Grelha de concreto para boca de lobo 0,75x0,55m	58,00

**ITEM 13**

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 90,00 (noventa reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,60 PA2.	90,00

**ITEM 17**

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 12,15 (doze reais e quinze centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Meio fio de concreto pré-moldado 1,0x0,30x0,10m. com canto superior arredondado.	12,15

**ITEM 26**

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 32,50 (trinta e dois reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tampa cega de concreto 80x50x8cm.	32,50

**ITEM 27**

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 23,90 (vinte e três reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Peiver 10x20x5.	23,90

**ITEM 28**

Fornecedor: Fronza Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 32,50 (trinta e dois reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Peiver 10x20x8.	32,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura,

ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.  
Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2011.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

ALDO FRONZA  
Sócio Administrador

### Ata de Registro de Preço 189/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 189/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 189/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte (20) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Cimentari Artefatos de Cimento Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.133/2011 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

#### ITEM 01

Fornecedor: Cimentari Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 13,89 (treze reais e oitenta e nove centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,30.	13,89

#### ITEM 02

Fornecedor: Cimentari Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 12,34 (doze reais e trinta e quatro centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,20.	12,34

#### ITEM 06

Fornecedor: Cimentari Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 41,79 (quarenta e um reais e setenta e nove centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,60.	41,79

#### ITEM 12

Fornecedor: Cimentari Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 13,80 (treze reais e oitenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,20, perfurados para drenagem.	13,80

#### ITEM 20

Fornecedor: Cimentari Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 30,95 (trinta reais e noventa e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,50.	30,95

#### ITEM 21

Fornecedor: Cimentari Artefatos de Cimento Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 41,75 (quarenta e um reais e setenta e cinco centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Grelha de concreto para boca de lobo 0,70x0,40.	41,75

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2011.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

NILVA FRONZA  
Sócia Gerente

### Ata de Registro de Preço 190/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 190/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 190/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte (20) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Comercial Nobili Ltda. ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.133/2011 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

#### ITEM 04

Fornecedor: Comercial Nobili Ltda. ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 75,60 (setenta e cinco reais e sessenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,60 PA1.	75,60

#### ITEM 08

Fornecedor: Comercial Nobili Ltda. ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 162,00 (cento e sessenta e dois reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 1,00 PA1.	162,00

#### ITEM 09

Fornecedor: Comercial Nobili Ltda. ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 207,00 (duzentos e sete reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
----------------------------	----------------

Tubo de concreto 1,00 PA2	207,00
---------------------------	--------

## ITEM 30

Fornecedor: Comercial Nobili Ltda. ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 2,00 PA1.	960,00

## ITEM 31

Fornecedor: Comercial Nobili Ltda. ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 520,00 (quinhentos e vinte reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 1,50 PA2.	520,00

## ITEM 32

Fornecedor: Comercial Nobili Ltda. ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 297,50 (duzentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 1,20 PA2.	297,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

JAIME JOSÉ FISTAROL JUNIOR

Sócio Administrador

**Ata de Registro de Preço 191/2011**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 191/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 191/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte (20) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Britagem Santa Tereza Ltda. ME., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.133/2011 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

## ITEM 10

Fornecedor: Britagem Santa Tereza Ltda. ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 37,00 (trinta e sete reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pó de brita basalto para PMF.	37,00

## ITEM 16

Fornecedor: Britagem Santa Tereza Ltda. ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 37,00 (trinta e sete reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Pedrisco para PMF passando na peneira 3/8 e retida na 5/16.	37,00

## ITEM 18

Fornecedor: Britagem Santa Tereza Ltda. ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 37,00 (trinta e sete reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Base brita graduada faixa "A" do DEINFRA.	37,00

## ITEM 22

Fornecedor: Britagem Santa Tereza Ltda. ME.

Preço cotado para o Item: R\$ 36,50 (trinta e seis reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Brita nr. 1 de granito ou basalto.	36,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe. Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2011.

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

DIEGO LEGGI FREGADOLLI

Administrador

**Ata de Registro de Preço 192/2011**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 192/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 192/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte (20) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Pré-vale Pré-moldados de Concreto Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.133/2011 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

## ITEM 14

Fornecedor: Pré-vale Pré-moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 238,00 (duzentos e trinta e oito reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 1,20 PA1.	238,00

## ITEM 15

Fornecedor: Pré-vale Pré-moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 1.198,00 (um mil, cento e noventa e oito reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 2,00 PA2.	1198,00

## ITEM 25

Fornecedor: Pré-vale Pré-moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 117,30 (cento e dezessete reais e trinta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 0,80 PA1.	117,30

## ITEM 29

Fornecedor: Pré-vale Pré-moldados de Concreto Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Tubo de concreto 1,50 PA1.	450,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2011.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

GILMAR JAEGER  
Diretor Administrativo

**Ata de Registro de Preço 193/2011**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 193/2011

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 193/2011

PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2011

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2011

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Aos vinte (20) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e onze (2011), na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no prédio da Prefeitura, localizado na Praça 25 de Julho, Centro, o Município de Rio do Sul, devidamente representado e assistido, e a empresa Mineração Pouso Redondo Ltda., por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº 2.133/2011 e, do edital de Pregão Presencial em epígrafe, ao Registro de Preços para aquisição de materiais de construção para aplicação em obras de pavimentação, drenagem e manutenção de vias públicas, Secretaria de Obras, conforme os itens abaixo discriminados:

## ITEM 19

Fornecedor: Mineração Pouso Redondo Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 29,00 (vinte e nove reais)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Brita corrida.	29,00

## ITEM 23

Fornecedor: Mineração Pouso Redondo Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 36,90 (trinta e seis reais e noventa centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Brita nr. 2 de granito ou basalto.	36,90

## ITEM 24

Fornecedor: Mineração Pouso Redondo Ltda.

Preço cotado para o Item: R\$ 33,50 (trinta e três reais e cinquenta centavos)

DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO
Rachão com bitola igual ou superior 4.	33,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 12 (doze) meses, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta apresentada na Licitação em epígrafe.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Rio do Sul, 13 de outubro de 2011.

MILTON HOBUS  
Prefeito Municipal

ANTONIO LAZAREK  
Sócio Administrador

**CÂMARA MUNICIPAL****Decreto Legislativo Nº 1229**

DECRETO LEGISLATIVO Nº 1.229, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011  
Outorga Título de Cidadão Rio-sulense ao Senhor Pedro Furlan Pereira

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu promulgo o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica outorgado o Título de Cidadão Rio-sulense ao Senhor Pedro Furlan Pereira, pelos relevantes serviços prestados ao Município de Rio do Sul.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data da sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI  
Presidente da Câmara

**Resolução Nº 637**

RESOLUÇÃO Nº 637, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2011

Altera a Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010 que "Fixa valor e estabelece critérios para pagamento de diárias e indenização de transporte no âmbito do Poder Legislativo de Rio do Sul"

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições regimentais, conforme preceitua o artigo 40, inciso IX, da Resolução 597, de 13 de dezembro de 2010 - Regimento Interno da Câmara. Faço saber a todos que a Câmara de Vereadores decretou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, caput da Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010 que "Fixa valor e estabelece critérios para pagamento de diárias e indenização de transporte no âmbito do Poder Legislativo de Rio do Sul", que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Fica a Mesa Diretora do Poder Legislativo autorizada a conceder diárias para cobrir despesas de hospedagem e alimentação aos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Rio do Sul, quando se deslocarem em missão de serviço ou estudo de interesse da Administração Municipal, conforme artigo 67 da Lei

Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

”(NR)

Art. 2º Fica alterado o parágrafo 1º, do artigo 2º da Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010 que “Fixa valor e estabelece critérios para pagamento de diárias e indenização de transporte no âmbito do Poder Legislativo de Rio do Sul”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º

§ 1º Poderá a Mesa Diretora autorizar a utilização de meio próprio de transporte, que será ressarcida na ordem de 20% (vinte por cento) do valor do menor preço pago pelo município do litro da gasolina, por quilômetro rodado, conforme artigo 71 da Lei Complementar nº 207, de 28 de setembro de 2010, através de crédito direto na folha de pagamento.

”(NR)

Art. 3º Fica alterado o parágrafo único, do artigo 7º da Resolução nº 588, de 05 de outubro de 2010 que “Fixa valor e estabelece critérios para pagamento de diárias e indenização de transporte no âmbito do Poder Legislativo de Rio do Sul”, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º

Parágrafo único. Caso o evento não se realize ou o participante, por motivos justificáveis, não se desloque do município, os valores recebidos serão restituídos à Administração, no prazo máximo de dois dias úteis” (NR)

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 16 de novembro de 2011.

CLÁUDIO CIMARDI

Presidente da Câmara

## São Bento do Sul

### PREFEITURA

#### Altera a Carga Horária e Dá Outras Providências

LEI Nº 2908, DE 07 DE NOVEMBRO DE 2011.

ALTERA A CARGA HORÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam reduzidas, sem prejuízo da remuneração, as cargas horárias semanais dos cargos efetivos de Advogado, Fisioterapeuta, Terapeuta Ocupacional, Assistente Social, Técnico de Raio X, Técnico de Segurança do Trabalho, Engenheiro de Segurança do Trabalho e Médico do Trabalho, segundo os Anexos I, II, III e IV da presente lei, que alteram, respectivamente, os Anexos I, II e V da Lei nº 344, de 23 de dezembro de 1998, e o Anexo V da Lei Municipal nº 56, de 18 de maio de 2011.

Art. 2º. É lícito, ainda, a redução da carga horária mencionada no artigo anterior, com 50%, desde que com a proporcional redução da remuneração.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 07 de novembro de 2011.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

ANEXO I

“ANEXO I

DA LEI Nº 344, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998

QUADRO DE PESSOAL DOS CARGOS EFETIVOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL”

NÍVEL	QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CHS	REQUISITOS
9	2	Advogado	20	Ensino Superior no curso específico e inscrição no órgão de classe da região
8	18	Assistente Social	30	Ensino Superior no curso específico e inscrição no órgão de classe da região
10	2	Engenheiro de Segurança do Trabalho	30	Ensino Superior no curso específico e inscrição no órgão de classe da região
8	3	Fisioterapeuta	30	Ensino Superior no curso específico e inscrição no órgão de classe da região
13	1	Médico do Trabalho	30	Ensino Superior no curso específico com Título de Especialização e inscrição no órgão de classe da região
7	4	Técnico em Raio X	24	Ensino Médio completo com curso técnico e inscrição no órgão de classe da região com conhecimento em informática
7	4	Técnico Segurança do Trabalho	30	Ensino Médio completo com curso técnico e inscrição com conhecimento em informática
8	4	Terapeuta Ocupacional	30	Ensino Superior no curso específico e inscrição no órgão de classe da região

#### ANEXO II

“ANEXO II

DA LEI Nº 344, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998

QUADRO DE PESSOAL DOS CARGOS EFETIVOS DO SAMAE”

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CHS	REQUISITOS
1	Assistente Social	30	Ensino Superior no curso específico e inscrição no órgão de classe da região

#### ANEXO III

“ANEXO V

DA LEI Nº 344, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1998

QUADRO DE PESSOAL DOS CARGOS EFETIVOS DO IPRESBS”

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CHS	REQUISITOS
1	Assistente Social	30	Ensino Superior no curso específico e inscrição no órgão de classe da região

#### ANEXO IV

“ANEXO V

DA LEI MUNICIPAL Nº 56, DE 18 DE MAIO DE 2011

QUADRO DE PESSOAL DOS CARGOS EFETIVOS DO EMHAB”

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	CHS	REQUISITOS
1	Assistente Social	30	Ensino Superior no curso específico e inscrição no órgão de classe da região

# **ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE do MUNICÍPIO de SÃO BENTO do SUL NO EXERCÍCIO de 2011.**

DECRETO Nº 0881, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL NO EXERCÍCIO DE 2011.

MAGNO BOLLMANN, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais,  
Considerando, o art. 7º, I da Lei nº 4320/64, que dispõe que a Lei do Orçamento poderá conter autorização ao Poder Executivo;

Considerando, o art. 6º, da Lei Municipal nº 2681/10 que autoriza a abertura de crédito adicional suplementar:

## **DECRETA**

Art. 1º. Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 873.320,00 (oitocentos e setenta e três mil e trezentos e vinte reais) no orçamento vigente do Município e suplementará a seguinte dotação orçamentária no orçamento vigente:

Órgão:02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 02 - Bombeiros

Atividade: 2.004 - FUNREBOM - BOMBEIROS

440 4.4.90.52.00.00.00.00.0305 - Equip. Mat. Permanente. R\$ 40.000,00

Órgão:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação ensino.

249 4.4.90.52.00.00.00.00.0001 - Equip. Mat. Permanente. R\$ 100.000,00

Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil.

431 3.3.90.30.00.00.00.00.0001 - Material de Consumo. R\$ 270.000,00

428 4.4.90.52.00.00.00.00.0001 - Equip. Mat. Permanente. R\$ 40.000,00

Atividade: 2.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino fundamental, jovens e adultos e Educação Especial.

393 3.3.90.30.00.00.00.00.0001 - Material de Consumo. R\$ 305.000,00

395 3.3.90.39.00.00.00.00.0001 - Outros Serv. Terc. PJ. R\$ 10.000,00

396 4.4.90.52.00.00.00.00.0001 - Equip. Mat. Permanente. R\$ 35.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

7 3.3.90.14.00.0.002.00 - Diárias - Civil R\$ 8.000,00

8 3.3.90.18.00.0.002.00 - Auxílio Financeiro a Est R\$ 4.000,00

15 3.3.90.37.00.0.002.00 - Locação de Mão de Obra R\$ 11.000,00

Atividade: 2.202 - Operação e Manutenção do SAMU

62 3.1.90.11.00.0.257.00 - Venc. e Vant. Fixas PC R\$ 24.000,00

Atividade: 2.203 - Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico

40 3.3.90.30.00.00.0.264.11 - Material de Consumo R\$ 8.000,00

Atividade: 2.301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária

73 3.3.90.30.00.2.266.15 - Material de Consumo R\$ 5.000,00

72 3.3.90.14.00.0.266.15 - Diárias - Civil R\$ 5.000,00

Atividade: 2.302 - Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica

79 3.3.90.30.00.0.266.16 - Material de Consumo R\$ 2.070,00

83 3.3.90.39.00.0.266.16 - Outros Serv. Terc PJ R\$ 6.250,00

Art. 2º. Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1º, será utilizado como fonte de recurso à anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade: 02 - Bombeiros

Atividade: 2.004 - FUNREBOM - BOMBEIROS

439 4.4.90.51.00.00.00.00.0305 - Obras e Instalações. R\$ 40.000,00

Órgão:07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 01 - Secretaria de Educação

Atividade: 2.021 - Coordenação, manutenção e ampliação ensino.

507 3.3.90.46.00.00.00.00.0001 - Auxílio-Alimentação. R\$ 100.000,00

Atividade: 2.022 - Coordenação, manutenção e ampliação da Educação Infantil.

434 3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Venc. Vant. Fixas - PC R\$ 290.000,00

433 3.1.90.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patronais. R\$ 20.000,00

Atividade: 2.026 - Coordenação, Manutenção e Ampliação - Ensino fundamental, jovens e adultos e Educação Especial.

389 3.1.90.11.00.00.00.00.0001 - Vencimentos e Vant. Fixas - PC. R\$ 250.000,00

390 3.1.90.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patronais. R\$ 10.000,00

392 3.1.91.13.00.00.00.00.0001 - Obrigações Patronais Inst. Prev. R\$ 90.000,00

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Atividade: 2.054 - Ações Voltadas à Atenção Básica

107 3.3.90.46.00.0.002.00 - Auxílio Alimentação R\$ 18.000,00

20 3.3.90.47.00.0.002.00 - Obrig. Trib. Contr R\$ 4.000,00

26 3.3.91.39.00.0.002.00 - Outros Serv. Terc. P R\$ 1.000,00

Atividade: 2.202 - Operação e Manutenção do SAMU

65 3.1.91.13.00.0.257.00 - Obrig. Patr. Inst. Prev. Próp R\$ 24.000,00

Atividade: 2.203 - Ações Voltadas ao Atendimento Odontológico

42 3.3.90.39.00.00.0.264.11 - Outros Serv. Terceiros PJ R\$ 8.000,00

Atividade: 2.301 - Ações Voltadas à Vigilância Sanitária

76 4.4.90.52.00.0.266.15 - Equip. e Material Perm R\$ 10.000,00

Atividade: 2.302 - Ações Voltadas à Vigilância Epidemiológica

78 3.3.90.14.00.0.266.16 - Diárias Civil R\$ 2.000,00

80 3.3.90.32.00.0.266.16 - Mat., Bem ou Serv. Dist. Grat R\$ 1.000,00

81 3.3.90.33.00.0.266.16 - Passag. E Desp. Com Loc R\$ 2.950,00

82 3.3.90.36.00.0.266.16 - Outros Serv. Terc. PF R\$ 2.370,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2011.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

## **Designa Comissão**

DECRETO Nº 0882, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2011

DESIGNA COMISSÃO

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

Art. 1º Ficam designados os Servidores Laura Correa, Jocemari Telma Teixeira, Tiago Martinhuk, Alexandre Vinicius Weiss e Viviane Moser, para sob a presidência da primeira, constituírem a Comissão de abertura, análise e julgamento das propostas referentes ao Edital de Tomada de Preços nº 349/2011, a realizar-se às 09:00 horas do dia 17 de novembro de 2011, na sala de reunião da sede do Município de São Bento do Sul.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 11 de novembro de 2011.

**MAGNO BOLLMANN**

Prefeito Municipal

**Listagem de Portarias**

O Prefeito Municipal DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, resolve baixar as seguintes Portarias:

Portaria nº 8236, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Marise Lang Stanchack. Professor. SEMED.

Portaria nº 8237, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio.

Maristela Becker Lobermayer. Professor. SEMED.

Portaria nº 8238, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Marlene Kraus. Professor. SEMED.

Portaria nº 8239, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Marli Lehnert. Professor. SEMED.

Portaria nº 8240, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Marli Teresinha Schroeder Tomelin. Professor. SEMED.

Portaria nº 8241, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Neide de Fátima Bonete Cabral Vargeniak. Professor. SEMED.

Portaria nº 8242, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Neide Nilceia Agostini Ceregatti. Professor. SEMED.

Portaria nº 8243, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Nilvane Aparecida Rudnick. Professor. SEMED.

Portaria nº 8244, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Noeli Regina Novak dos Santos. Professor. SEMED.

Portaria nº 8245, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Noeli Renner Duvoisin. Professor. SEMED.

Portaria nº 8246, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Olindina Bonett Gomes de Andrade. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8247, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Orlanda Muller dos Santos. Professor. SEMED.

Portaria nº 8248, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Otilia Schoffel Pscheidt. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8249, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Patricia Beier Paszeuk. Professor. SEMED.

Portaria nº 8250, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Ragli Jaqueline Branco Oleinik Soares. Professor. SEMED.

Portaria nº 8251, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Regina Mônica Cieslinski. Professor. SEMED.

Portaria nº 8252, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Renata Braga Teixeira da Silva Spitzner. Professor. SEMED.

Portaria nº 8253, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Rita Inês Alexi Schoffel. Professor. SEMED.

Portaria nº 8254, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Roberto de Matos. Vigia. SEMED.

Portaria nº 8255, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Rosane Maria Hubl Korpanec. Professor. SEMED.

Portaria nº 8256, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Rosane Ziemann. Professor. SEMED.

Portaria nº 8257, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Rosangela Oszika. Professor. SEMED.

Portaria nº 8258, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Rosangela Ruda Bassani. Professor. SEMED.

Portaria nº 8259, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Rosangela Theile. Professor. SEMED.

Portaria nº 8260, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Roselaine Ester Rambo. Professor. SEMED.

Portaria nº 8261, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Roseli de Fátima Ruzanowsky. Professor. SEMED.

Portaria nº 8262, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Roseli de Souza Ferreira. Professor. SEMED.

Portaria nº 8263, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Roseli do Carmo de Oliveira. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8264, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Roseli Hackbarth. Professor. SEMED.

Portaria nº 8265, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Roseli Schmidt. Professor. SEMED.

Portaria nº 8266, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Roseli Terezinha Luy. Professor. SEMED.

Portaria nº 8267, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Rosilene Aparecida Sucky Heiden. Professor. SEMED.

Portaria nº 8268, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Rosimara Hannemann. Professor. SEMED.

Portaria nº 8269, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Rosimeri Hannemann da Silva. Professor. SEMED.

Portaria nº 8270, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Ruthe Maria de Almeida. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8271, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Sandra Krachinski Farias. Professor. SEMED.

Portaria nº 8272, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Sandra Niesukowski. Professor. SEMED.

Portaria nº 8273, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Sandra Regina Bayerl. Professor. SEMED.

Portaria nº 8274, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Seoni Ângela Bobato. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8275, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Silvane Terezinha Bayerl. Professor. SEMED.

Portaria nº 8276, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Simone Rank. Professor. SEMED.

Portaria nº 8277, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Simone Rohrbacher Liebl. Professor. SEMED.

Portaria nº 8278, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Simone Sauer Rodrigues. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8279, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Sirlene Fatima da Silva. Professor. SEMED.

Portaria nº 8280, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Sonia Kachubowski de Lima. Professor. SEMED.

Portaria nº 8281, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Sueli Schlagenhauser Blaskovski. Professor. SEMED.

Portaria nº 8282, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Sueli Terezinha Zweifka Randig. Professor. SEMED.

Portaria nº 8283, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Susana Andréa Dal Bo Hlawatsch. Professor. SEMED.

Portaria nº 8284, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Tania Lucia Gruber. Professor. SEMED.

Portaria nº 8285, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Telma de Carvalho. Professor Especialista em Educação. SEMED.

Portaria nº 8286, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Teresa Maahs Renner. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8287, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Tereza Schultz. Prático de Serviços. SEMED.

Portaria nº 8288, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Vera Aparecida Ribeiro. Atendente Educativo. SEMED.

Portaria nº 8289, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Viviane Aparecida Pilat. Professor. SEMED.

Portaria nº 8290, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Viviane Consuelo Poerner dos Santos. Professor. SEMED.

Portaria nº 8291, de 01 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio. Viviane Henning. Professor. SEMED.

Portaria nº 8426, de 11 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio, no período de 16/11/2011 a 15/12/2011. Alexandre Bráulio Cordeiro. Odontólogo. SEMUS.

Portaria nº 8427, de 11 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio, no período de 01/11/2011 a 30/11/2011. Técnico em Enfermagem. SEMUS.

Portaria nº 8428, de 11 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio, no período de 16/11/2011 a 15/12/2011. Cláudio José Fagundes. Professor de Música I. FC.

Portaria nº 8429, de 11 de novembro de 2011. Concede Licença

Prêmio, no período de 03/11/2011 a 02/12/2011. Fernando Lutke. Fiscal de Obras. SEPLU.

Portaria nº 8430, de 11 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio, no período de 07/11/2011 a 06/12/2011. Ivone Pinto Caetano. Professor. SECAD.

Portaria nº 8431, de 11 de novembro de 2011. Concede Licença Prêmio, no período de 07/11/2011 a 06/12/2011. Viviane de Macedo Carneiro. Médico Neuropediatra. SEMUS.

Portaria nº 8432, de 11, de novembro de 2011. Declara Vago o Cargo de Auxiliar de Serviços, a partir de 16 de novembro de 2011, com fulcro no art. 47, VI, da Lei 228/2001. Joice Garcia Bahr. SEMOB.

São Bento do Sul, 17 de novembro de 2011.  
MAGNO BOLLMANN  
Prefeito Municipal

### Resumo do Pregão Presencial Nº359/2011

PREFEITURA DE SÃO BENTO DO SUL  
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº359/2011  
MENOR PREÇO GLOBAL

A PREFEITURA SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Secretário de Administração e da Pregoeira Municipal, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam a Lei 8.666/93 de 21/06/93, que receberá até às 13:45 horas do dia 30 de novembro de 2011, na sede da Prefeitura Municipal, na Rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO, SERVENTE, ENCANADOR E CARPINTEIRO, PARA AS UNIDADES EDUCACIONAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital completo, no Departamento de Suprimentos (Divisão de Compras) da Secretaria de Administração, sede da Prefeitura Municipal, no endereço acima especificado, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 16:00 horas. Ou ainda pelo site pelo endereço: [www.saobentodosul.sc.gov.br](http://www.saobentodosul.sc.gov.br).

São Bento do Sul, 18 de novembro de 2011.  
MARCO RODRIGO REDLICH  
Secretário de Administração

ROSIELE FENDRICH  
Pregoeira Municipal

### Extrato do Contrato Nº 314/2011

EXTRATO DO CONTRATO Nº 314/2011

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa EMPREITEIRA DE OBRAS LEÃO LTDA.

DO OBJETO: Fornecimento de material e mão de obra construção de Centro de Educação Infantil Padrão Pro-Infância Tipo C, situado na Rua Pedro Fleischmann, s/nº, Bairro Oxford, conforme Convênio nº 657470/2009 e de acordo com o memorial descritivo e projetos, decorrente do Edital de Tomada de Preços nº 305/2011. DO VALOR: R\$ 606.777,50 - valor total.

DA VIGÊNCIA: 09 (nove) meses, a contar desta data.

São Bento do Sul, 24 de outubro de 2011.

ASS: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

LOURIVAL NEGRELLI, pela Empresa Contratada.

**Extrato do Termo Aditivo Nº 309/2011**

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 309/2011

DA ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Empreitada de nº 221/2011, firmado entre o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA EPP, em 25 de julho de 2011, conforme Edital de Concorrência Pública nº 196/2011.

Considerando o objeto do Contrato de fornecimento de material e mão de obra para reforma parcial do Centro Administrativo Municipal e Espaço Municipal, situado na Rua Benjamin Constant, Centro, em São Bento do Sul, conforme memorial descritivo e projeto, e tendo em vista que a reforma da cobertura ficou impedida de ser realizada devido ao mau tempo, bem como, a utilização dos espaços por parte do Contratante para diversos fins atrapalhou o andamento dos trabalhos, fica prorrogado o prazo de execução por 01 (um) mês, a contar de 25 de outubro de 2011 e com término em 24 de novembro de 2011 e a vigência do Contrato por 01 (um) mês, a contar de 25 de novembro de 2011 e com término em 24 de dezembro de 2011.

As demais cláusulas e condições previstas no Contrato primitivo, firmado em 25 de julho de 2011, permanecem inalteradas.

São Bento do Sul, 18 de outubro de 2011.

Ass: MAGNO BOLLMANN, pelo Município.

JOÃO CARLOS DA SILVA, pela Empresa Contratada.

# São Lourenço do Oeste

## PREFEITURA

### Notificação de Recebimento de Recursos Federais - 16/11/2011

**ESTADO DE SANTA CATARINA**

Betha Sistemas

**PREFEITURA MUNICIPAL SAO LOURENCO DO OESTE**

Exercício de 2011

#### Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de São Lourenço do Oeste/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Período de: 16/11/2011 até 16/11/2011

Espécie		Recebido no Período
<b>Receitas Orçamentárias</b>		694.892,21
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	534.964,67
4.1.7.2.1.01.00.00.00	Participação na Rec. da União	518.161,69
4.1.7.2.1.01.02.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	517.975,63
4.1.7.2.1.01.02.01.00	Cota Parte do FPM 60%	310.785,38
4.1.7.2.1.01.02.02.00	Cota Parte do FPM 25%	129.493,91
4.1.7.2.1.01.02.03.00	Cota Parte do FPM 15%	77.696,34
4.1.7.2.1.01.05.00.00	Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	186,06
4.1.7.2.1.01.05.01.00	Cota Parte do ITR 60%	111,63
4.1.7.2.1.01.05.02.00	Cota Parte do ITR 25%	46,52
4.1.7.2.1.01.05.03.00	Cota Parte do ITR 15%	27,91
4.1.7.2.1.22.00.00.00	Transf. da Compen. Finan. pela Exploração Rec.Nat	398,41
4.1.7.2.1.22.20.00.00	Cota-Parte da Compen. Finan. de Recursos Minerais	398,41
4.1.7.2.1.34.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund. Nac. As.Social - FNAS	2.631,13
4.1.7.2.1.34.01.00.00	Transf. de Rec. Fund. Nac. As. Social	2.631,13
4.1.7.2.1.35.00.00.00	Transf. de Recursos do Fund.Nac.Des.Educação -FDNE	13.773,44
4.1.7.2.1.35.04.00.00	Transf Diretas do FNDE referentes ao PNATE	13.773,44
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	263.559,87
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	263.559,87
4.1.7.2.4.01.01.00.00	FUNDEB - MAGISTÉRIO	158.135,92
4.1.7.2.4.01.02.00.00	FUNDEB - OUTRAS DESPESAS	105.423,95
9.1.7.2.1.00.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-103.632,33
9.1.7.2.1.01.00.00.00	Dedução das Receitas de Transferências da União	-103.632,33
9.1.7.2.1.01.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM Formação FUNDEB	-103.595,12
9.1.7.2.1.01.05.00.00	Dedução de Receita p/ Formação do FUNDEB - ITR	-37,21

SÃO LOURENÇO DO OESTE, 18/11/2011

ROBERTO ZOLET  
CONTADOR CRC 025778/O-9

NORIVAL JOÃO CENCI  
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

# Schroeder

## PREFEITURA

**Aviso de Licitação Carta Convite Nº. 10/2011-FAS**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-1191

89275-000 - SCHROEDER - SC

e - mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br) site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO CARTA CONVITE Nº. 10/2011-FAS

PROCESSO Nº. 45/2011-FAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: contratação de empresa especializada para realizar Cursos Profissionalizantes a ser oferecidos ao público referenciado do CRAS - Centro de Referência de Assistência Social, órgão do setor de Assistência Social vinculado a Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC

Recebimento dos Envelopes até: 30 de novembro de 2011 às 15h45min.

Abertura do Processo: 30 de novembro de 2011 às 16h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h. Fone/fax (0xx47)3374-1191 ou pelo e-mail: [licitacao@schroeder.sc.gov.br](mailto:licitacao@schroeder.sc.gov.br)

Schroeder, 21 de novembro de 2011.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

**Dispensa Nº 08/2011-FMS****ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 8/2011 - DL**

**Processo Nr.: 30/2011**  
**Data: 18/11/2011**

Folha: 1/2

**Fornecedor: TELEJD INSTALACOES E TELECOMUNIC. LTDA EPP**

Código: 6738

Endereço: AV MAL DEODORO DA FONSECA 320 SL17e18

Cidade: JARAGUA DO SUL - SC

CNPJ: 85.225.894/0001-70

Inscrição Estadual:

**Objeto da Compra:** Contratação de empresa especializada para manutenção e aluguel da central telefônica para a Unidade de Saúde Centro, da Secretaria de Saúde e de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, para o período de 06 (seis) meses.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	6,00	Manutenção e aluguel da central telefônica para a Unidade de Saúde Centro, localizada na Rua Paulo Jahn, nº 147, Centro, no Município de Schroeder /SC, sendo Corp 16000 com 08 troncos, 32 ramais, placa de atendimento digital e 02 terminais inteligente 730.	MÊS	345,00	2.070,00

**JUSTIFICATIVA:****Artigo 24 da Lei 8.666/93:**

É dispensável a licitação.

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do incís artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

**TEXTO**

De acordo com o pedido feito pela Secretaria de Saúde e de Assistência Social o contrato com a empresa é devido a central já se encontrar instalada, apenas terá o custo da locação mensal, não tendo custos com a instalação dos equipamentos na Unidade de Saúde Centro.

SCHROEDER, 18 de Novembro de 2011

-----  
FELIPE VOIGT  
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA  
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO****Nr.: 8/2011 - DL****Processo Nr.: 30/2011****Data: 18/11/2011**

Folha: 2/2

**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER, 17 de Novembro de 2011

**Valor da Despesa:** 2.070,00 (dois mil e setenta reais)

**Pagamento.....:** 15 dias após recebimento do documento fiscal

**Inexigibilidade Nº 06/2011-FAS**
**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09  
 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
 C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC

**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Nr.: 6/2011 - IL

Processo Nr.: 46/2011  
 Data: 17/11/2011

Folha: 1/2

**Fornecedor:** SEMINA PRODUTOS EDUCATIVOS E SERVIÇOS LTDA - EPP

Código: 6930

Endereço: RUA MARACA, Nº 652,

Cidade: SÃO PAULO - SP

CNPJ: 04.115.617/0001-03

Inscrição Estadual: 116054356117

**Objeto da Compra:** Aquisição de material específico para psicologia para atender as necessidades do CREAS - Centro de Referência Especializado de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social da Prefeitura de Schroeder/SC.

**ITENS**

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	4,00	Boneco Família Colchete Avulso - bonecos avulsos agregados para representação de relações familiares no trato de violência sexual doméstica intra familiar ou da "nova família". Bonecos homem e mulher: adultos, jovens, adolescentes e idosos. Nas cores negro, moreno e branco. Esses bonecos só podem ser adquiridos, na compra da família completa (Família Colchete Sexuada). Este boneco deverá ser utilizado por um profissional responsável (adulto) que deve estar preparado para lidar com estas situações de identificação e transferência no jogo dos bonecos "ludoterapia", com o reconhecimento do que está sendo interpretado (seja pela criança, adolescente ou adulto), e saber como tratar o cuidado, a prevenção e o seguimento da situação apresentada, com o encaminhamento ao profissional/ instituição especializados se necessário for.  Medidas: 43 cm, 37 cm, 27 cm e 9 cm  Peso: 0,120 Kg	UN	69,00	276,00
2	2,00	Família Colchete Negra, Branca, Mista ou Indígena - bonecos de pano sexuais com colchetes para simulação no comportamento sexual, articulados, representando uma família extensa com nove bonecos. Saiba Mais: A família é composta: mãe, pai, bebê, casal de idosos, casal de jovens, bebê e adolescente. Utilizado para aplicação individual ou em grupos de saúde sexual, reprodutiva e prevenção de DST/AIDS com jovens, adolescentes, crianças e adultos. Aplicado como instrumento para ludoterapia e em temas sobre a violência doméstica e sexual. Acompanha sacola e instruções de uso. Nas cores branca, negra, mista e indígena. Estes bonecos deverão ser utilizados por um profissional responsável (adulto) que deve estar preparado para lidar com estas situações de identificação e transferência no jogo dos bonecos "ludoterapia", com o reconhecimento do que está sendo interpretado (seja pela criança, adolescente ou adulto), e saber como tratar o cuidado, a prevenção e o seguimento da situação apresentada, com o encaminhamento ao profissional/ instituição especializados se necessário for.  Medidas: 43 cm, 37 cm, 27 cm e 9 cm  Peso: 1,082 g	UN	460,00	920,00

**JUSTIFICATIVA:****Artigo 25 da Lei 8.666/93 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:**

- I - para aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**CNPJ: 83.102.491/0001-09  
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201  
C.E.P.: 89275-000 - SCHROEDER - SC**INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Nr.: 6/2011 - IL

Processo Nr.: 46/2011

Data: 17/11/2011

Folha: 2/2

**TEXTO**

A empresa Semina Produtos Educativos e Serviços Ltda - EPP é fabricante e detém exclusividade em todo o território nacional, na comercialização dos materiais solicitados conforme Processo/DIR/0640/11. Este material é essencial a ser utilizado pelos profissionais de psicologia no atendimento. São utilizados na representação de relações familiares no trato de violência sexual doméstica ou outras situações de violação de direito.

SCHROEDER , 17 de Novembro de 2011

-----  
FELIPE VOIGT  
PREFEITO MUNICIPAL**DESPACHO FINAL:**

Em vista das justificativas e fundamentações retro relatadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, aprovo a realização da despesa, independente de licitação.

SCHROEDER , 17 de Novembro de 2011

**Valor da Despesa:** 1.196,00 (um mil cento e noventa e seis reais)**Pagamento.....:** 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

**Termo Aditivo Nº. A67/2011 - PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A67/2011 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 14/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 78.218.187/0001-91, estabelecida na Rua Pedro Paulo Streit, s/nº, Bairro Avaí, na cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor Fabricio Hackbarth, inscrito no CPF sob o nº. 045.602.469-71 e Carteira de Identidade nº. 409920-0-SSSP/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 14/2011-PMS, celebrado em 08 de fevereiro de 2011, proveniente do processo licitatório nº 03/2011-PMS, modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 03/2011-PMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de material gráfico para suprir as necessidades das Secretarias de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Saúde e Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, consoante demais condições contratuais.

Considerando que se enquadra nos termos do art. 65, I, "b" da Lei Federal nº 8.666/98, c.c art. 65, § 1º, da mesma Lei, conforme parecer da procuradoria municipal;

Considerando o pedido feito pela Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do aditivo de 20 (vinte) blocos de ordem de compra, no valor total de R\$ 156,00 (cento e cinquenta e seis reais).

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) no item 22, aditivada a quantidade de 20 unidades, no valor de R\$ 7,80 (sete reais e oitenta centavos), valor total do item R\$ 780,00 (setecentos e oitenta reais) e na Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 27.416,20 (vinte e sete mil, quatrocentos e dezesseis e vinte centavos), sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	Qtde. Licitada	Qtde. Aditivada	UNI-DADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL ADITIVADO R\$
22	Bloco de Ordem de compra, 3x50 vias. Tamanho 15x21cm, cor 1x0 cor. Papel Autocopiativo 53g (1ª via branca picotada, 2ª via amarela picotada, 3ª via Azul fixa), numerado, colado e grampeado)	80	20	Unidade	7,80	156,00
VALOR TOTAL R\$					624,00	156,00

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 14/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo

Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de novembro de 2011.

CONTRATADA:

GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

FABRICIO HACKBARTH

CPF nº 045.602.469-71

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_

2ª \_\_\_\_\_

Nome: Orlando Tecilla

Nome: Marilene Busch

CPF nº. 311.753.079-34

CPF nº. 037.813.699-27

**Termo Aditivo Nº. A68/2011 - PMS**

TERMO ADITIVO Nº. A68/2011 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 05/2011-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: RAZIS SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 95.887.295/0001-76, estabelecida na Avenida Pref. Osmar Cunha, nº 251, sala 601, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.015-100, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pela Senhorita Letícia Bonatti Brandão, inscrita no CPF sob o nº. 003.398.379-85, portadora da Carteira de Identidade nº. 3.638.089-SSP/SC e o senhor Luiz Fernando Oliveira da Silva, inscrito no CPF sob o nº. 416.361.989-53, portador da Carteira de Identidade nº. 1/R 497.014-SSI/SC.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 05/2011-PMS, celebrado em 20 de janeiro de 2011, proveniente do Pregão Presencial nº. 101/2010-PMS, Processo nº. 186/2010-PMS, contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e esgoto para suprir as necessidades da Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental da Prefeitura de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando a necessidade da prestação dos serviços de forma contínua e tendo em vista a imprescindibilidade desse serviço público, e também considerando o disposto no artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da procuradoria municipal;

Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária 112 do ano de 2012.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria Saneamento e Gestão Ambiental no valor de R\$ 75.842,60 (Setenta e cinco mil oitocentos e quarenta e dois reais e sessenta centavos), para o ano de 2012.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo

entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª – Fica alterada a Cláusula Primeira (do objeto do contrato, e descrição) e na Cláusula Quarta (do valor do contrato), item 4.1, alterando o valor do contrato para R\$ 151.685,20 (Cento e cinquenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos), sendo:

ITEM	DESCRIÇÕES	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada para a gestão dos serviços do sistema de abastecimento de água e esgoto do município de Schroeder/SC, no que se refere: Serviço de locação de software para gestão do sistema de abastecimento de água e esgoto, com sistema gráfico, banco de dados em instalação física na máquina com atualizações constantes e necessárias para atendimento das necessidades locais;	12	Mês	998,55	11.982,60
02	Serviço de leitura estimado em até 50.000 hidrômetros anual, com entrega de fatura e atualização cadastral;	50000	Unidade	1,00	50.000,00
03	Serviço de entrega estimado em até 4500 avisos de corte anual impresso junto a fatura; d) Serviço de corte estimado em até 2000 cortes/ano do abastecimento de água por inadimplência com bloqueio no cavalete;	4500	Unidade	0,54	2.430,00
04	Serviço de corte estimado em até 2.000 cortes/ano do abastecimento de água por inadimplência com bloqueio no cavalete;	2000	Unidade	2,15	4.300,00
05	Serviço de liberação de desbloqueio estimado em até 2.000 liberações/ano do abastecimento com desbloqueio no cavalete;	2000	Unidade	2,07	4.140,00
06	Serviço de Implantação, Conversão/Migração de Software. Descrição dos serviços e especificação técnica do software em anexo.	01	Unidade	2.990,00	2.990,00
TOTAL R\$					75.842,60

Cláusula 2ª – Fica alterada a Cláusula Décima Quarta (da vigência) no item 14.1 do contrato nº 15/2008-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2012 até 31 de dezembro de 2012.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 05/2011-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo

Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de novembro de 2011.

CONTRATADA:  
RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA  
Letícia Bonatti Brandão  
CPF no 003.398.379-85

RAIZ SOLUÇÕES INTELIGENTES LTDA  
Luiz Fernando Oliveira da Silva  
CPF no 416.361.989-53

CONTRATANTE:  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER  
FELIPE VOIGT  
Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
Nome: Orlando Tecilla Nome: Marilene Busch  
CPF nº. 311.753.079-34 CPF nº. 037.813.699-27

### Termo Aditivo Nº. A69/2011 - PMS

TERMO ADITIVO Nº. A69/2011 - PMS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 262/2010-PMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder/SC, neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Felipe Voigt, e,

CONTRATADA: SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.257.322/0001-10, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco, nº 353, sala 01, Centro, na cidade de Jaragua do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.251-400, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pelo seu diretor Sandro Marcos Venturi, portador da Carteira de Identidade n.º 19R-2.443.3861, inscrito no CPF n.º 710.522.919-53, residente e domiciliado na Rua José Theodoro Ribeiro, n.º 499, Bairro Ilha da Figueira, CEP 89258-000, na cidade de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 262/2010-PMS, celebrado em 13 de dezembro de 2010, proveniente Dispensa de Licitação nº. 47/2010-PMS, Processo nº 188/2010-PMS, para contratação de empresa especializada em locação de central telefônica para a prefeitura Municipal de Schroeder/SC, consoante demais condições contratuais.

Considerando a necessidade da prestação dos serviços de forma contínua e tendo em vista a imprescindibilidade desse serviço público, e também considerando o disposto no artigo 57, II, da Lei Federal nº. 8.666/93, conforme parecer da procuradoria municipal;

Os recursos orçamentários destinados ao objeto em questão, provirão da dotação orçamentária 184 do ano de 2012.

Considerando o pedido de aditivo da Secretaria Planejamento, Gestão e Finanças no valor de R\$ 2.520,00 (Dois mil, quinhentos e vinte reais), para o ano o período de 6 (seis) meses.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica alterada a Cláusula Quarta (pagamento) o valor mensal de R\$ 420,00 (quatrocentos e vinte reais) e o valor do contrato para R\$ 7.560,00 (sete mil, quinhentos e sessenta reais).

Cláusula 2ª - Fica alterada a Cláusula Terceira (do prazo) do contrato nº 262/2010-PMS, prorrogando-se o termo final de vigência do contrato de 1º. de janeiro de 2012 até 30 de junho de 2012.

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 262/2010-PMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 17 de novembro de 2011.

CONTRATADA:

SINCROTEL ELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA

Sandro Marcos Venturi

CPF n.º 710.522.919-53

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

TESTEMUNHAS:

1ª _____	2ª _____
Nome: Orlando Tecilla	Nome: Marilene Busch
CPF n.º. 311.753.079-34	CPF n.º. 037.813.699-27

## Ata de Registro de Preço Pregão Presencial Nº 65/2011-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER

Página: 1/11

## ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2011

Número do Registro de Preços: 44/2011

Data do Registro: 18/11/2011

Válido até: 18/11/2012

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretarias de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de San

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	ÁGUA SANITÁRIA C/CLORO ATIVO - GALÃO C/5 LITROS.	GL	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	5,4000	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	5,4700	2
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	5,4900	3
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	5,5100	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	5,5300	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	5,5300	6
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	5,5300	7
2	ÁLCOOL LÍQUIDO HIDRATADO (92,8°INPM) FRASCO COM 01 LITRO CADA	FR	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	4,4200	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	4,4300	2
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	4,4400	3
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	4,4500	4
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	4,4800	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	4,5000	6
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	4,5000	7
3	AMACIANTE DE ROUPAS, COM 2 LTS.Composição: Tensoativo catiônico, ceramidas, preservante, umectante, corante, opacificante, perfume e água. Componente ativo: Cloreto de diaquil dimetil amônio.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	3,1800	1
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	3,1900	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,2000	3
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,2000	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,2200	5
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	3,2200	6
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	3,2200	7
4	BALDE PLÁSTICO COM CAPACIDADE PARA 15 LITROS NA COR VERDE.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,2400	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	3,2500	2
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	3,2800	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,3300	4
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	3,3300	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	3,3300	6
5	Borracha substituível para rodo de alumínio de 60cm.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	9,1500	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	9,1900	2
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	9,2000	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 2/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2011**

Número do Registro de Preços: 44/2011

Data do Registro: 18/11/2011

Válido até: 18/11/2012

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de San

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	Caixa de Palito de fosforo c/ 240un com 5cm, com fosforo clorato de potássio e aglutinantes.	CX	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	9,2500	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	9,2600	5
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	3,1700	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,1800	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,1900	3
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,2000	4
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	3,2500	5
7	Cera líquida incolor com polímero acrílico, emulsão de polietileno, antiderrapante, surfactante, plastificantes, dispersantes, conservante, essência e água. Frasco 750ml 350 Unidade 3,89 1.361,50	UN	JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (12182)		0	3,2500	6
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	3,2500	7
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,7700	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	3,7800	2
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (12182)		0	3,8300	3
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,8500	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	3,8900	5
8	COPOS DESCARTÁVEIS BRANCOS DE 180 ML NORMATIZADO PELO INMETRO COM 100 UNID. 5200 Unidade 3,00 15.600,00	UN	SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,8900	6
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	3,8900	7
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	2,9000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	2,9200	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,9300	3
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (12182)		0	2,9400	4
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,9500	5
9	COPOS DESCARTÁVEIS TRANSPARENTES DE 400 ML COM 100 UNIDADES CADA.	UN	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,9700	6
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	3,0000	7
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	5,9000	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	5,9200	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	5,9300	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	6,0000	4
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA (12182)		0	6,0000	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 3/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2011**

Número do Registro de Preços: 44/2011

Data do Registro: 18/11/2011

Válido até: 18/11/2012

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de San

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
10	DESINFETANTE DE 05 LITROS, EUCALIPTO OU LAVANDA COM GERMECIDA E BACTERICIDA	GL	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	6,0000	6
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	8,8700	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	8,8800	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	8,8900	3
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	8,9200	4
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	8,9400	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	8,9700	6
11	DESODORIZADOR EM AEROSOL DE AMBIENTE NO MÍNIMO 400 ML, FRAGRÂNCIAS DIVERSAS, COMPOSTO ÁLCOOL ETILICO, PROPILENOGLICOL, ANTIOXIDANTES, FRANGANCIA E PROPOLENTE.	UN	COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	8,9700	7
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	7,9000	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	7,9200	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	7,9300	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	7,9500	4
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	7,9500	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	7,9500	6
12	Detergente líquido neutro com 500 ml. Ideal para louças, talheres e utensílios domésticos. Com fórmula concentrada e biodegradavel.	UN	JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	7,9500	7
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,3700	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,3800	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,3900	3
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	1,4000	4
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,4400	5
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	1,4500	6
13	ESCOVA COM CERDAS PLASTICAS PARA LAVAR ROUPA COM NO MÍNIMO 102 mm x 260 mm.	UN	EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	1,4500	7
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,7000	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,7200	2
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	1,7300	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	1,7700	4
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	1,7700	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,7700	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 4/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2011**

Número do Registro de Preços: 44/2011

Data do Registro: 18/11/2011

Válido até: 18/11/2012

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de San

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
14	ESCOVÃO COM CERDAS DE PLÁSTICO COM CABO DE MADEIRA, MEDINDO 30CMX8CM	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	4,4900	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	4,5000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	4,5300	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	4,5300	4
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	4,5300	5
15	Esponja de lã de aço com agente antibactericida, fibra 100% virgem, pesando 60gr e 8 unidades por pacote.	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,8500	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,8600	2
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	1,8800	3
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,9500	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	1,9500	5
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	1,9500	6
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,9500	7
16	Esponja de limpeza dupla face multiuso, com espuma de poliuretano com agente antibacterias e fibra sisntetica abrasiva, medindo 110mmX75mmX20mm.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	0,4900	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,5000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	0,5200	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	0,5200	4
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	0,5200	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,5200	6
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	0,5200	7
17	Guardanapos 100% fibras naturais, tamanho 30cmX32,5cm, pacote c/ 50und.	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,1200	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,1300	2
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	1,1700	3
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	1,2000	4
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	1,2000	5
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	1,2000	6
19	Lenço de Papel, cor branca, medindo 14,8 x 21,5cm, embalagem com 50 unidades, produzido com matéria prima 100% natural. Ideais também para limpeza de objetos delicados, como cubetas.	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	7,8500	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	7,8900	2

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 5/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2011**

Número do Registro de Preços: 44/2011

Data do Registro: 18/11/2011

Válido até: 18/11/2012

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de San

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	7,9500	3
20	LIMPA VIDROS COM NO MÍNIMO 500 ML, EM EMBALAGEM COM GATILHO.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	3,8700	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,8800	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	3,9500	3
21	LIMPADOR / DESENGRAXANTE DE MÚLTIPLAS FUNÇÕES (para remoção de óleos, graxas impregnadas e sujeiras diversas de piso, vidros, mármore, banheiros, máquinas, fôrnicas, metais, estofados e carpetes) diluição máxima de 10% em água. Galão 5 litros.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	20,0000	1
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	20,0400	2
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	20,0400	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	20,0400	4
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	20,0400	5
22	LIMPADOR MULTI-USO C/ 500ML, VARIAS FRAGÂNCIAS. COMPOSIÇÃO: Tensoativo catiônico, ceramidas, preservante, umectante, corante, opacificante, perfume e água. Componente ativo: Cloreto de diaquil dimetil amônio.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,7200	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,7300	2
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	2,7400	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	2,7500	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	2,7800	5
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	2,7800	6
23	Lixeiro com tampa basculante com capacidade de 50 litros	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	62,5500	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	62,6000	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	62,6700	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	62,6700	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	62,6700	5
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	62,6700	6
24	LUSTRA MOVEIS CREMOSO, FRAGRÂNCIA DE JASMIM, QUE PROJETA DE MANCHAS DE ÁGUA - FRASCO COM 200ML	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,9500	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	2,9700	2
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	2,9800	3
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,0500	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	3,0700	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 6/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2011**

Número do Registro de Preços: 44/2011

Data do Registro: 18/11/2011

Válido até: 18/11/2012

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de San

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	3,0700	6
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,0700	7
25	LUVAS CIRÚRGICAS DESCARTÁVEIS TAMANHO M - CAIXA COM 100 PARES	CX	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	24,9000	1
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	24,9300	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	24,9600	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	25,0000	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	25,0000	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	25,0000	6
26	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. G (PAR)	PAR	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,5200	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	2,5300	2
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	2,5700	3
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,6300	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	2,6500	5
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	2,6500	6
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,6500	7
27	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. M (PAR)	PAR	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,5200	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	2,5300	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,6300	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	2,6500	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	2,6500	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,6500	6
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	2,6500	7
28	LUVAS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA FORRADA, INTERNAMENTE AVELUDADA, ANTIDERRAPANTE, ELABORADA COM LATEX DE BORRACHA NATURAL, TAM. P (PAR)	PAR	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,5200	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	2,5300	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,6300	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	2,6500	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,6500	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	2,6500	6
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	2,6500	7

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 7/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2011**

Número do Registro de Preços: 44/2011

Data do Registro: 18/11/2011

Válido até: 18/11/2012

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de San

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
29	MULTI-INSETICIDA AEROSOL - FRASCO C/ NO MÍNIMO 300ML.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	6,6300	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	6,6400	2
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	6,6500	3
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	6,7000	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	6,7200	5
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	6,7200	6
30	PÂ DE LIXO DE PLÁSTICO, 20CMX30CM	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,8600	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,8700	2
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	1,9500	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	1,9500	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	1,9500	5
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	1,9500	6
31	PANO CRU PARA TIRAR PÓ NA COR BRANCA, MEDINDO 40CMX20CM	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,8800	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	0,9000	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,9000	3
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	0,9000	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	0,9000	5
32	PANO DE CHÃO ALVEJADO COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 0,60 X 0,90 CM.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	3,0700	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,0800	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,8100	3
33	PANO DE CHAO CRU COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 0,60 X 0,90 CM	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	2,5300	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,5400	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,5700	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	2,5900	4
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	2,5900	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,5900	6
34	PANO DE PRATO GRANDE, NAS MEDIDAS MÍNIMAS DE 44 X 77 CM,	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	2,0400	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,0500	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	2,0700	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	2,0700	4

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 8/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2011**

Número do Registro de Preços: 44/2011

Data do Registro: 18/11/2011

Válido até: 18/11/2012

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de San

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	2,0700	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	2,0700	6
35	PAPEL HIGIÊNICO ESPECIAL, SUPERBRANCO, FOLHA DUPLA, NEUTRO COM NO MÍNIMO 30 M - FARDO COM 64 ROLOS.	FD	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	60,4800	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	60,4900	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	60,5400	3
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	60,5500	4
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	60,5700	5
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	60,5800	6
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	62,0000	7
37	Papel toalha cor branca (22,5X21) com 2 dobra, pacote com 1250 und.	PCT	TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	10,5100	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	10,5200	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	10,5700	3
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	10,8500	4
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	10,9000	5
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	10,9000	6
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	10,9000	7
38	PAPEL TOALHA FOLHA SIMPLES SUPER-BRANCO PARA TOALHEIRO, FOLHAS COM NO MÍNIMO 21X24,5 CM - CAIXA COM NO MÍNIMO 4.800 FOLHAS.	CX	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	59,7000	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	59,7900	2
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	60,0000	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	60,0000	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	60,0000	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	60,0000	6
39	PAPEL TOALHA FOLHAS DUPLAS SUPER ABSORVENTE PARA COZINHA, BOBINAS COM NO MÍNIMO 60 FOLHAS PICOTADAS. EMBALAGEM COM 2 BOBINAS	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	3,0000	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	3,0500	2
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	3,0700	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	3,0700	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	3,0700	5
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	3,0700	6

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 9/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2011**

Número do Registro de Preços: 44/2011

Data do Registro: 18/11/2011

Válido até: 18/11/2012

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de San

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	3,0700	7
40	PEDRA SANITÁRIA PERFUMADA COM NO MÍNIMO 25 G COM HASTE - AROMAS DIVERSOS	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	0,8700	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	0,8800	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	0,8900	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	0,9000	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	0,9000	5
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	0,9000	6
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	0,9000	7
41	Removedor de cera e de impermeabilizante, com pricipio ativo butil glicol. Frasco 5lts	GL	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	56,2000	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	56,2600	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	56,2700	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	56,3500	4
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	56,3500	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	56,3500	6
42	Repelente creme hidratante contra insetos para crianças menores de 6 meses, frasco com 200ml.	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	6,4900	1
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	6,5000	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	11,8500	3
43	Rodo para passar cera (2 em 1) com cabo.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	4,8500	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)	c	0	4,8800	2
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	4,9000	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	4,9000	4
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	4,9000	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	4,9000	6
45	Sabão em pasta biodegradavel, com 500gr. Composição: ácidos graxos, hidroxido de potássio, sal sódico do edna, corante, fragância e água.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,8300	1
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,8500	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	2,8500	3
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	2,8500	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	2,8500	5

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 10/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2011**

Número do Registro de Preços: 44/2011

Data do Registro: 18/11/2011

Válido até: 18/11/2012

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de San

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
46	SABÃO EM PEDRA GLICERINADO, PACOTE COM 200 G - 5 UNIDADES POR EMBALAGEM.	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	1,2900	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	1,3000	2
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	1,3400	3
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	1,3400	4
48	SABONETE LIQUIDO CONCENTRADO PEROLADO, CREMOSO,VARIAS FRAGANCIAS PARA HIGIENIZAÇÃO DAS MÃOS, GALÃO 05 LITROS	GL	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	14,8000	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	14,8400	2
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	15,8500	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	15,9000	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	15,9000	5
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	15,9000	6
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	15,9000	7
49	SACO PLASTICO BRANCO DE LIXO, 20 LITROS (38X52X0,04) C/ EMBLEMA INFECTANTE, C/ 100 UND.	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	6,5600	1
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	6,6000	2
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	6,6000	3
50	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 100 LITROS (73X87X0,07) 7 MICRAS ESPESSURA, C/ 100 UND.	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	29,9300	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	29,9400	2
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	30,0000	3
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	30,0000	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	30,0000	5
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	31,3300	6
51	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 30 LITROS (39X52X0,04) C/ 100 UND.	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	8,7900	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	8,8000	2
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	8,8500	3
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	8,8500	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	8,8500	5
52	SACO PLÁSTICO PRETO DE LIXO, 60 LITROS (62X75X0,07) C/ 100 UND.	PCT	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	14,4200	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	14,4500	2
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	14,4600	3

**ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SCHROEDER**

Página: 11/11

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 44/2011**

Número do Registro de Preços: 44/2011

Data do Registro: 18/11/2011

Válido até: 18/11/2012

**Objeto da Compra:** Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material de limpeza para atender as Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças; Secretaria de Saúde Assistência Social; Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer; Secretaria de San

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	14,4600	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	14,4600	5
53	SAPONÁCEO LIQUIDO CREMOSO - FRASCO 200 ML	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	2,3000	1
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	2,3300	2
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	2,3500	3
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	2,3500	4
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	2,3500	5
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	2,3500	6
54	VASSOURA COM CERDAS PIACAVA SINTETICA PLUMADA COM CABO DE MADEIRA.	UN	MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	7,4500	1
			J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	7,4600	2
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	7,5300	3
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	7,5300	4
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	7,5300	5
55	VASSOURA DE PALHA REFORÇADA COM CABO DE MADEIRA-	UN	J.P DE LIMA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA (10124)		0	13,3300	1
			TAF DISTRIBUIDORA LTDA (12049)		0	13,3400	2
			MAXIMA PAPELARIA LTDA (10643)		0	13,4000	3
			COMERCIAL CRONUS LTDA (11914)		0	13,4100	4
			SATELITE COMERCIAL LTDA EPP (11341)		0	13,4100	5
			JLM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA (12182)		0	13,4100	6
			EXPRESSÃO COM. DE MAT. DE INFORMATICA E SERV. LTDA (10763)		0	13,4100	7

SCHROEDER, 18 de Novembro de 2011.

# Timbó

## CÂMARA MUNICIPAL

### Audiência Pública

Câmara de Vereadores de Timbó  
Estado de Santa Catarina  
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Poder Legislativo de Timbó convida toda a comunidade para participar da AUDIÊNCIA PÚBLICA, promovida pela Comissão de Legislação, Justiça e Redação, que apresentará a Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Município nº 01/2011, que Altera dispositivos da Lei Orgânica Municipal. O objetivo da Proposição, fundamentada no art. 104 do Regimento Interno, é alterar a Lei Orgânica atualizando e adequando seu conteúdo às disposições das Constituições Federal e Estadual e entendimentos do TCE/SC, bem como melhorar a técnica legislativa, com correções gramaticais e ortográficas do texto, observando-se conceitos da língua portuguesa e doutrinários.

DATA: 23 de novembro de 2011

HORÁRIO: 18 horas

LOCAL: Plenário do Legislativo - Rua Germano Brandes Sênior nº 711, Sala 11, Timbó/SC.

Por vossa honrosa presença, desde já agradecemos.

ISMAEL MAAS  
Presidente da Mesa Diretora

RUBENS BORCHARDT  
Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação

# Tunápolis

## PREFEITURA

### Lei Nº 01057/2011 de 18 de novembro de 2011.

Lei nº 01057/2011 de 18 de novembro de 2011.

Concede um Abono Salarial aos Servidores Públicos Municipais de Tunápolis, na folha de pagamento do mês de dezembro de 2011 e adota outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal devidamente autorizado a conceder abono salarial aos Servidores Públicos Municipais de Tunápolis, do quadro de carreira, admitidos em caráter temporário e comissionados, exceto os agentes públicos que percebem subsídio (Prefeito, Vice-Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais e Conselheiros Tutelares), na folha do mês de dezembro de 2011.

Art. 2º. O abono referido no artigo 1º desta Lei obedecerá a carga horária e os valores constantes da tabela abaixo:

Carga Horária	10 Horas	20 Horas	30 Horas	40 Horas
Abono Salarial em Reais	31,25	62,50	93,75	125,00

Art. 3º O abono salarial previsto nesta Lei fica condicionado às

condições legais de comprometimento dos limites de gastos com pessoal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC., em 18 de novembro de 2011.

ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada Em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna.

### Lei Nº 010592011 de 18 de novembro de 2011.

Lei nº 010592011 de 18 de novembro de 2011.

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 189.181,60 (Cento e oitenta e nove mil, cento e oitenta e um reais e sessenta centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.022/2010, e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 189.181,60 (Cento e oitenta e nove mil, cento e oitenta e um reais e sessenta centavos), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.022 de 29 de outubro de 2010 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.03 EDUCAÇÃO INFANTIL

Proj./Ativ. 12.365.0005.2.012 Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 40.000,00

3.1.90.00.00.00.00.00.0114 Aplicações Diretas 6.181,60

Órgão: 05.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 05.01 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj./Ativ. 20.606.0013.1.014 Aquisição de Máquinas, Veículos e Implementos

4.4.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 106.000,00

Órgão: 06.00 SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade: 06.02 URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS

Proj./Ativ. 15.451.0009.2.028 Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo

3.1.90.00.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 37.000,00

TOTAL. ....R\$ 189.181,60

Art. 2º Para o atendimento do Crédito autorizado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Órgão: 03.00 SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade: 03.01 ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Proj./Ativ. 04.122.0002.1.005 Construção, Conservação do prédio

do Centro Adm  
3.3.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 1.500,00  
4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 1.368,00

Proj./Ativ. 04.122.0002.2.009 Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração

3.1.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 20.221,00

Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade: 04.02 ENSINO FUNDAMENTAL

Proj./Ativ. 12.361.0005.1.008 Mobiliário, Equipar e Informatizar Unidades Escolares

4.4.90.00.00.00.00.0114 Aplicações Diretas 6.181,60

Unidade: 04.06 ENSINO SUPERIOR

Proj./Ativ. 12.364.0006.2.018 Auxílio Financeiro para Estudantes

3.3.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 4.800,00

Órgão: 05.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 05.01 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj./Ativ. 20.605.0013.2.050 Programas de Subsídios Agrícolas

3.3.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 108.000,00

Órgão: 06.00 SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade: 06.01 TRANSPORTES NA SEDE E INTERIOR

Proj./Ativ. 26.782.0015.1.017 Aquisição de Máquinas, Veículos Equipamentos Rodoviários

4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 3.728,50

Unidade: 06.02 URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS

Proj./Ativ. 15.451.0009.1.021 Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos

4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 1.382,50

Órgão: 11.00 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

Unidade: 11.01 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL

Proj./Ativ. 16.482.0010.1.023 Aquisição de Área e Construção de Unidades Habitacionais

4.4.90.00.00.00.00.0304 Aplicações Diretas 42.000,00

TOTAL. .... R\$ 189.181,60

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 18 de novembro de 2011.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

### Lei Nº. 01058/2011 de 18 de novembro de 2011.

Lei nº. 01058/2011 de 18 de novembro de 2011.

Autoriza o repasse financeiro de até R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais) para as entidades que especifica, sediadas neste Município e contém outras providências.

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a repassar um auxílio financeiro no valor de até R\$ 5.500,00 (Cinco mil e quinhentos reais) para as entidades sociais especificadas, para custear despesas de manutenção, visando aquisição de móveis e

utensílios conforme plano de aplicação em anexo de cada Entidade.

Art. 2º O valor autorizado no artigo anterior, será distribuído às entidades Sociais do município de Tunápolis, conforme segue:

a) Até R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) para o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS ÚLTIMA PORTEIRA, inscrito no CNPJ 80.912.074/0001-33.

b) Até R\$ 3.000,00 (três mil reais) para o CLUBE DE DAMAS RECAN-TO UNIDO de Linha Canaleta, inscrito no CNPJ 01.241.718/0001-32.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão à conta do orçamento vigente no exercício de 2011.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis, SC, aos 18 de novembro de 2011.

ENOÍ SCHERER

Prefeito Municipal.

Esta Lei foi publicada Em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna.

### Decreto Nº 01417/2011 de 18 de novembro de 2011.

Decreto nº 01417/2011 de 18 de novembro de 2011.

Determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 189.181,60 (Cento e oitenta e nove mil, cento e oitenta e um reais e sessenta centavos), alterando a Lei Orçamentária nº 1.022/2010, e contém outras providências.

ENOÍ SCHERER, Prefeito do Município de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e especialmente a Lei 1059/2011,

Art. 1º O Chefe do Poder Executivo Municipal, determina a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor R\$ 189.181,60 (Cento e oitenta e nove mil, cento e oitenta e um reais e sessenta centavos), alterando a LOA - Lei Orçamentária Anual nº 1.022 de 29 de outubro de 2010 para reforçar as dotações abaixo indicada para o atendimento das despesas concernentes à manutenção, coordenação e desenvolvimento das atividades, em conformidade com as prescritas em Lei conforme segue:

Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS

Órgão: 04.00 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade: 04.03 EDUCAÇÃO INFANTIL

Proj./Ativ. 12.365.0005.2.012 Manutenção da Educação Infantil

3.1.90.00.00.00.00.0105 Aplicações Diretas 40.000,00

3.1.90.00.00.00.00.0114 Aplicações Diretas 6.181,60

Órgão: 05.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade: 05.01 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Proj./Ativ. 20.606.0013.1.014 Aquisição de Máquinas, Veículos e Implementos

4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 106.000,00

Órgão: 06.00 SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO

Unidade: 06.02 URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS

Proj./Ativ. 15.451.0009.2.028 Manutenção dos Serviços de Obras e Urbanismo

3.1.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 37.000,00

TOTAL . . . . . R\$ 189.181,60  
Art. 2º Para o atendimento do Crédito determinado no artigo anterior deste ato fica igualmente o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder à redução das dotações orçamentárias abaixo discriminadas e constantes do mesmo orçamento, a saber:  
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS  
Órgão: 03.00 SECRETARIA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJ. E FINANÇAS

Unidade: 03.01 ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS  
Proj./Ativ. 04.122.0002.1.005 Construção, Conservação do prédio do Centro Adm  
3.3.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 1.500,00  
4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 1.368,00

Proj./Ativ. 04.122.0002.2.009 Manutenção dos Serviços da Secretaria de Administração  
3.1.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 20.221,00

Órgão: 04.00 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES  
Unidade: 04.02 ENSINO FUNDAMENTAL  
Proj./Ativ. 12.361.0005.1.008 Mobiliário, Equipar e Informatizar Unidades Escolares  
4.4.90.00.00.00.00.0114 Aplicações Diretas 6.181,60

Unidade: 04.06 ENSINO SUPERIOR  
Proj./Ativ. 12.364.0006.2.018 Auxílio Financeiro para Estudantes  
3.3.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 4.800,00

Órgão: 05.00 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Unidade: 05.01 AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE  
Proj./Ativ. 20.605.0013.2.050 Programas de Subsídios Agrícolas  
3.3.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 108.000,00

Órgão: 06.00 SECRETARIA TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO  
Unidade: 06.01 TRANSPORTES NA SEDE E INTERIOR  
Proj./Ativ. 26.782.0015.1.017 Aquisição de Máquinas, Veículos Equipamentos Rodoviários  
4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 3.728,50

Unidade: 06.02 URBANISMO, INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS GERAIS  
Proj./Ativ. 15.451.0009.1.021 Aquisição de Máquinas, Veículos e Equipamentos  
4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 1.382,50

Órgão: 11.00 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL  
Unidade: 11.01 FUNDO DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL  
Proj./Ativ. 16.482.0010.1.023 Aquisição de Área e Construção de Unidades Habitacionais  
4.4.90.00.00.00.00.0104 Aplicações Diretas 42.000,00  
TOTAL . . . . . R\$ 189.181,60

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tunápolis - SC, 18 de novembro de 2011.  
ENOÍ SCHERER  
Prefeito Municipal.

Este Decreto foi publicado em data supra.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF  
Técnico em Controladoria Interna.

## Turvo

### PREFEITURA

#### Contrato FMS 07/2011

CONTRATO N.º 07/2011  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC  
CONTRATADO: ÚRSULA PAGNAN RANACOSKI FAVARIM  
DO OBJETO: O objeto do deste contrato é Locação de 01 (um) pavilhão em alvenaria com área de 194,27m², sito na Rod. SCT 285, Km 04 na localidade de Linha Contessi no município de Turvo/SC  
DA VIGÊNCIA: 01/02/2011 a 31/12/2011  
DO VALOR: R\$ 11.000,00 (onze mil reais)  
Data da assinatura: 01/02/2011

#### Contrato FMS 08/2011

CONTRATO N.º 08/2011  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC  
CONTRATADO: CIS - CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMESC  
DO OBJETO: O objeto do deste contrato e a prestação de serviços médicos especializados e exames complementares não prestados pelo Município, para atendimento a população local durante o exercício de 2011.  
DA VIGÊNCIA: 01/02/2011 a 31/12/2011  
DO VALOR: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais).  
Data da assinatura: 01/02/2011

#### Contrato FMS 09/2011

CONTRATO N.º 09/2011  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC  
CONTRATADO: LABORATÓRIO DAROS LTDA  
DO OBJETO: O objeto do deste contrato de Prestação de Serviços é a execução do Serviço para prestar exames laboratoriais, à secretaria de saúde deste município.  
DA VIGÊNCIA: 04/03/2011 a 31/12/2011  
DO VALOR: R\$ 78.112,00 (Setenta e oito mil cento e doze reais).  
Data da assinatura: 04/03/2011

#### Contrato FMS 10/2011

CONTRATO N.º 10/2011  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC  
CONTRATADO: ALEFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME  
DO OBJETO: O objeto do deste contrato e o fornecimento de medicamentos para serem usados nos postos de Saúde do município de Turvo - SC  
DA VIGÊNCIA: 10/03/2011 a 31/12/2011  
DO VALOR: R\$ 5.443,00 (cinco mil quatrocentos e quarenta e três reais).  
Data da assinatura: 10/03/2011

#### Contrato FMS 11/2011

CONTRATO N.º 11/2011  
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC  
CONTRATADO: DROGASAN HOSPITALARES LTDA - ME  
DO OBJETO: O objeto do deste contrato e o fornecimento de medicamentos para serem usados nos postos de Saúde do município de Turvo - SC  
DA VIGÊNCIA: 10/03/2011 a 31/12/2011  
DO VALOR: R\$ 19.978,00 (dezenove mil novecentos e setenta e oito reais).

Data da assinatura: 10/03/2011

**Contrato FMS 12/2011**

CONTRATO N.º 12/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADO: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAS HOSPITALARES LTDA

DO OBJETO: O objeto deste contrato e o fornecimento de medicamentos para serem usados nos postos de Saúde do município de Turvo - SC

DA VIGÊNCIA: 10/03/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 40.554,00 (quarenta mil, quinhentos e cinquenta e quatro reais).

Data da assinatura: 10/03/2011

**Contrato FMS 13/2011**

CONTRATO N.º 13/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADO: MEDSOUZA - PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

DO OBJETO: O objeto deste contrato e o fornecimento de medicamentos para serem usados nos postos de Saúde do município de Turvo - SC

DA VIGÊNCIA: 10/03/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 6.939,00 (seis mil novecentos e trinta e nove reais).

Data da assinatura: 10/03/2011

**Contrato FMS 14/2011**

CONTRATO N.º 14/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADO: DROGASAN HOSPITALARES LTDA - ME

DO OBJETO: O objeto deste contrato e o fornecimento de material de consumo p/ manutenção do sistema municipal de saúde do município de Turvo - SC

DA VIGÊNCIA: 10/03/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 24.264,69 (vinte e quatro mil duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e nove centavos).

Data da assinatura: 10/03/2011

**Contrato FMS 15/2011**

CONTRATO N.º 15/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADO: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAS HOSPITALARES LTDA

DO OBJETO: O objeto deste contrato e o fornecimento de material de consumo p/ manutenção do sistema municipal de saúde do município de Turvo - SC

DA VIGÊNCIA: 10/03/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 43.416,64 (quarenta e três mil quatrocentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos).

Data da assinatura: 10/03/2011

**Contrato FMS 16/2011**

CONTRATO N.º 16/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADO: FIMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALAR LTDA ME

DO OBJETO: O objeto deste contrato e o fornecimento de material de consumo p/ manutenção do sistema municipal de saúde do município de Turvo - SC

DA VIGÊNCIA: 10/03/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 7.957,22 (sete mil novecentos e cinquenta e sete reais e vinte e dois centavos).

Data da assinatura: 10/03/2011

**Contrato FMS 17/2011**

CONTRATO N.º 17/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADO: ALEFARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME

DO OBJETO: O objeto deste contrato e o fornecimento de materiais odontológicos p/ manutenção dos serviços odontológicos do sistema municipal de saúde do município de Turvo - SC.

DA VIGÊNCIA: 10/03/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 7.039,80 (sete mil trinta e nove reais e oitenta centavos).

Data da assinatura: 10/03/2011

**Contrato FMS 18/2011**

CONTRATO N.º 18/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADO: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAS HOSPITALARES LTDA

DO OBJETO: O objeto deste contrato e o fornecimento de materiais odontológicos p/ manutenção dos serviços odontológicos do sistema municipal de saúde do município de Turvo - SC

DA VIGÊNCIA: 10/03/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 59.425,00 (cinquenta e nove mil quatrocentos e vinte e cinco reais).

Data da assinatura: 10/03/2011

**Contrato FMS 19/2011**

CONTRATO N.º 19/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADO: FIMED MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA ME

DO OBJETO: O objeto deste contrato e o fornecimento de materiais odontológicos p/ manutenção dos serviços odontológicos do sistema municipal de saúde do município de Turvo - SC

DA VIGÊNCIA: 10/03/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 5.643,20 (cinco mil seiscentos e quarenta e três reais e vinte centavos).

Data da assinatura: 10/03/2011

**Contrato FMS 20/2011**

CONTRATO N.º 20/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADO: DROGASAN HOSPITALARES LTDA - ME

DO OBJETO: O objeto deste contrato e o fornecimento de Maquinas e Equipamentos, para os Postos de Saúde do município de Turvo - SC

DA VIGÊNCIA: 04/04/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 11.882,08 (onze mil oitocentos e oitenta e dois reais e oito centavos).

Data da assinatura: 04/04/2011

**Contrato FMS 21/2011**

CONTRATO N.º 21/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC

CONTRATADO: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAS HOSPITALARES LTDA

DO OBJETO: O objeto deste contrato e o fornecimento de Maquinas e Equipamentos, para os Postos de Saúde do município de Turvo - SC

DA VIGÊNCIA: 04/04/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 59.365,08 (cinquenta e nove mil trezentos e sessenta e cinco reais e oito centavos).

Data da assinatura: 04/04/2011

**Contrato FMS 22/2011**

CONTRATO N.º 22/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC  
CONTRATADO: ELOSUL MEDICAMENTOS E MATERIAS HOSPITA-  
LARES LTDADO OBJETO: O objeto deste contrato e o fornecimento fraudas  
geriátricas de diversos tamanhos a serem distribuídas para os mu-  
nicipes necessitados e carentes do município de Turvo - SC.

DA VIGÊNCIA: 04/04/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 69.325,00 (sessenta e nove mil trezentos e vinte  
e cinco reais).

Data da assinatura: 04/04/2011

**Contrato FMS 23/2011**

CONTRATO N.º 23/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC  
CONTRATADO: CLAUDIO MANFREDINIDO OBJETO: O objeto deste contrato e a Locação de 01 (uma)  
sala com área de 90m², situada na Rua Davi Zacaron, nº. 520,  
sala 02, no Bairro Centro, na Cidade de Turvo - SC, destinada ex-  
clusivamente p/ o funcionamento de fisioterapia municipal.

DA VIGÊNCIA: 04/04/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 4.905,00 (quatro mil novecentos e cinco reais).

Data da assinatura: 04/04/2011

**Contrato FMS 24/2011**

CONTRATO N.º 24/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC  
CONTRATADO: TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDADO OBJETO: O objeto deste contrato e a contratação de empresa  
especializada para execução da reforma geral e adaptação do pré-  
dio para instalação e funcionamento do PSF situado na Rodovia SC  
285 na comunidade de Linha Contessi no Município de Turvo - SC.

DA VIGÊNCIA: 14/04/2011 a 14/07/2011

DO VALOR: R\$ 23.949,19 (vinte e três mil novecentos e quarenta  
e nove reais e dezenove centavos)

Data da assinatura: 14/04/2011

**Contrato FMS 25/2011**

CONTRATO N.º 25/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC  
CONTRATADO: VOLTA GRANDE COMUNICAÇÕES LTDADO OBJETO: O objeto deste contrato e a contratação de empresa  
(agencia de publicidades) para executar serviços de inserções ra-  
diofônicas e publicações em jornais dos atos oficiais, institucionais,  
peças publicitárias de interesses sociais e veiculação de camp-  
anhas do Fundo Municipal de Saúde e do município de Turvo - SC,  
para o exercício de 2011.

DA VIGÊNCIA: 17/05/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 75.380,00 (setenta e cinco mil e trezentos e oitenta  
reais).

Data da assinatura: 17/05/2011

**Contrato FMS 26/2011**

CONTRATO N.º 26/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC  
CONTRATADO: PENSGRAF GRÁFICA E EDITORA LTDADO OBJETO: O objeto deste contrato e fornecer os serviços e  
impressos gráficos ao Fundo Municipal de Saúde de Turvo para a  
manutenção e funcionamento dos Postos de Saúde do município  
de Turvo - SC.

DA VIGÊNCIA: 28/09/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 75.311,50 (setenta e cinco mil trezentos e onze  
reais e cinquenta centavos)

Data da assinatura: 28/09/2011

**Contrato FMS 27/2011**

CONTRATO N.º 27/2011

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE TURVO/SC  
CONTRATADO: LABORATÓRIO DAROS LTDADO OBJETO: O objeto deste contrato e fornecer e prestar exames  
laboratoriais, à secretaria de saúde do município de Turvo - SC.

DA VIGÊNCIA: 10/11/2011 a 31/12/2011

DO VALOR: R\$ 58.111,00 (Cinquenta e oito mil cento e onze re-  
ais).

Data da assinatura: 10/11/2011

**Decreto 96/2011**

DECRETO Nº 096/11, de 09 de novembro de 2011.

SUPLEMENTA DOTAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO CARLESSI, Prefeito Municipal de Turvo/SC, no uso de  
suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no art.  
5º da Lei nº 2.046/10 (Lei Orçamentária Anual), de 07/12/2010**DECRETA**Art. 1º. Fica suplementado o crédito orçamentário no orçamento  
vigente do Fundo Municipal de Saúde do Município de Turvo no  
valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), assim classificados:

11.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

10.301.0046.2.051 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde e  
SF e ACS3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0002.0 (15) - Aplicações Diretas  
R\$ 40.000,003.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0064.11(21) - Aplicações Diretas  
R\$ 40.000,00Art. 2º. A execução do disposto no art. 1º correrá à conta do  
excesso de arrecadação do exercício de 2011, no valor de R\$  
40.000,00 (quarenta mil reais) da fonte (0002) Recursos Próprios  
e no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) da fonte (0064.11)  
Saúde Bucal.Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.  
Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo(SC), 09 de novembro de 2011.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e registrado o presente Decreto nesta Secretaria na data  
supra.

NESTOR RECO

Secretário de Adm. e Finanças-designado.

**Videira****PREFEITURA****Resolução Nº 020/11 - Conselho Municipal de  
Assistência Social**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 20/2011.

Dispõe sobre a aprovação de Prestação de Contas do Fundo  
Municipal de Assistência Social - FMAS do município de Videira,

referente ao terceiro trimestre de 2011.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**RESOLVE:**

1º - Aprovar sob a ata nº 162 de 31 de outubro de 2011, a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, referente ao período de julho a setembro de 2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira-SC, 31 de outubro de 2011.

JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA

Presidente do CMAS

**Resolução Nº 020/11 - Conselho Municipal de Assistência Social**

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lei Municipal nº 162/96 de 20/11/1996

RESOLUÇÃO Nº 20/2011.

Dispõe sobre a aprovação de Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS do município de Videira, referente ao terceiro trimestre de 2011.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

**RESOLVE:**

1º - Aprovar sob a ata nº 162 de 31 de outubro de 2011, a Prestação de Contas do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, referente ao período de julho a setembro de 2011.

2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Videira-SC, 31 de outubro de 2011.

JUSTINA INÊS FRUET DE LIMA

Presidente do CMAS

**Portaria Nº 0844/11**

PORTARIA nº 0844/11

Determina que a servidora Beloni Terezinha dos Santos exerça suas funções na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 14194/11,

**RESOLVE**

Determinar que, BELONI TEREZINHA DOS SANTOS, admitida para exercer o cargo de Zeladora, exerça suas funções, a partir de 27 de outubro de 2011, na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social, podendo, por interesse público, ser removida.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 27 de outubro de 2011.

Videira, 16 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Portaria Nº 0845/11**

PORTARIA nº 0845/11

Converte, para efeito de aposentadoria, o período de Licença Prêmio proporcional, não gozado, de Servidor Público que especifica

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no caput do art. 106 do Estatuto do Servidor Público Municipal (Lei Complementar nº 007/97) e, à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14.743/2011,

**RESOLVE**

Converter, para efeito de aposentadoria, o período não gozado de Licença Prêmio proporcional de 04 (quatro) anos, 2 (dois) meses e 29 (vinte e nove) dias da servidora CECÍLIA ADILES MEGIOLARO, Merendeira do grupo de Agente de Serviços Gerais, o qual será computado em dobro, totalizando 153 (cento e cinquenta e três) dias, os quais correspondem ao período compreendido entre 1º.04.1990 a 30.06.1994, em obediência ao caput do artigo 106 da Lei 007/97.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 16 de novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 16 dias do mês de novembro de 2011.

MARIA APARECIDA BOSCATTO

Secretária de Administração em Exercício

**Dispensa de Licitação Nº 22/2011 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/11 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/11 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/2011

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A PINTURA EXTERNA DO PRÉDIO DA ESTAÇÃO FERROVIÁRIA E DA CASA DO TELÉGRAFO, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

CONTRATADA: PALAZZO CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA.

VALOR R\$: 14.951,37 (catorze mil, novecentos e cinquenta e um reais e trinta e sete centavos).

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso I da Lei de Licitações.

Videira - SC, 17 de Novembro de 2011.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

**Tomada de Preços Nº 35/2011 - PMV**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 35/2011

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que se encontra aberta Tomada de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RUAS VEREADOR SERAFIN FERRONATO E WILMAR GRAZZIOTIN, NO LOTEAMENTO PEDREIRINHA, E RUA GUILHERME BRANDALISE, NO LOTEAMENTO EMANUELE, COM ÁREA TOTAL DE 2.387,32 M², INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM O MEMORIAL DESCRITIVO. As propostas e documentos serão recebidos até às 14:00h do dia 07 de Dezembro de 2011. O Edital completo está disponível no site [www.videira.sc.gov.br](http://www.videira.sc.gov.br) ou no Departamento de Licitações, no horário das 12:30 às 18:30. Informações através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira, 17 de Novembro de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal.

#### **Extrato do Termo Aditivo n. 0446/2010**

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0446/2010

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA  
CONTRATADA: NADIESKA CRISTIANI BAÚ  
CPF: 064.422.409-67  
VIGÊNCIA: de 11 de outubro até 09 de novembro de 2011  
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

#### **Edital de Convocação Nº 100/2011**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 100/2011  
PROCESSO SELETIVO Nº 009/2010

O Prefeito Municipal DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que fica convocada a candidata abaixo relacionada para comparecer no Departamento de Expediente, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumir as funções do cargo para o qual foi classificada no Processo Seletivo nº 009/2010:

CONVOCADA	CARGO
1 - VANEZA QUADROS DE GOIS	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

A convocada deverá apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho - Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- Uma foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimentos dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com processo seletivo

para o cargo;

Videira, 16 de novembro de 2011.  
WILMAR CARELLI  
Prefeito Municipal

#### **Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 146/11**

Ata de Registro de Preços nº: 146/2011  
Data de Assinatura: 04/11/2011  
Fornecedor : FILTROSUL COMÉRCIO DE FILTROS PEÇAS LTDA  
Valor : R\$ 2.460,44 (dois mil quatrocentos e sessenta reais e quarenta e quatro centavos)  
Licitação : Pregão Presencial nº 143/2011  
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE FILTROS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

#### **Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 147/11**

Ata de Registro de Preços nº: 147/2011  
Data de Assinatura: 04/11/2011  
Fornecedor : JULIO SILVESTRI ME  
Valor : R\$ 3.805,12 (três mil oitocentos e cinco reais e doze centavos)  
Licitação : Pregão Presencial nº 143/2011  
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE FILTROS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

#### **Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 148/11**

Ata de Registro de Preços nº: 148/2011  
Data de Assinatura: 04/11/2011  
Fornecedor : LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
Valor : R\$ 3.996,76 (três mil novecentos e noventa e seis reais e setenta e seis centavos)  
Licitação : Pregão Presencial nº 143/2011  
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE FILTROS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

#### **Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 149/11**

Ata de Registro de Preços nº: 149/2011  
Data de Assinatura: 04/11/2011  
Fornecedor : RISTOW COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO LTDA  
Valor : R\$ 21.300,61 (vinte e um mil trezentos reais e sessenta e um centavos)  
Licitação : Pregão Presencial nº 143/2011  
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE FILTROS DESTINADOS A MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DAS SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E AGRICULTURA.

#### **Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 150/11**

Ata de Registro de Preços nº: 150/2011  
Data de Assinatura: 07/11/2011  
Fornecedor : REFRIGERAÇÃO MOURA LTDA  
Valor : R\$ 15.876,00 (quinze mil oitocentos e setenta e seis reais)  
Licitação : Pregão Presencial nº 145/2011  
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PARA AS SALAS DO PAÇO MUNICIPAL, SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA E AEROPORTO MUNICIPAL "ANGELO PONZONI"

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 151/11**

Ata de Registro de Preços nº: 151/2011

Data de Assinatura: 07/11/2011

Fornecedor : ANILDO ANTUNES ME

Valor : R\$ 65.150,20 (sessenta e cinco mil cento e cinquenta reais e vinte centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 147/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE UNIFORMES PARA AS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E TURISMO.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 152/11**

Ata de Registro de Preços nº: 152/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : EMPRESA GRÁFICA CRUZEIRO LTDA

Valor : R\$ 856,00 (oitocentos e cinquenta e seis reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 70/2011- FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL IMPRESSO PARA USO NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES LABORAIS BEM COMO NA DISTRIBUIÇÃO DE INFORMATIVOS EM EVENTOS E CAMPANHAS DESNVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 153/11**

Ata de Registro de Preços nº: 153/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : VIDEGRAF ARTES GRÁFICAS LTDA

Valor : R\$ 19.533,00 (dezenove mil quinhentos e trinta e tres reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 70/2011- FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL IMPRESSO PARA USO NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES LABORAIS BEM COMO NA DISTRIBUIÇÃO DE INFORMATIVOS EM EVENTOS E CAMPANHAS DESNVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 154/11**

Ata de Registro de Preços nº: 154/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : GRAFISIL GRÁFICA LTDA

Valor : R\$ 7.373,50 (sete mil trezentos e setenta e três reais e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 70/2011- FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL IMPRESSO PARA USO NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES LABORAIS BEM COMO NA DISTRIBUIÇÃO DE INFORMATIVOS EM EVENTOS E CAMPANHAS DESNVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 155/11**

Ata de Registro de Preços nº: 155/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : GRÁFICA GUARAMIRIM LTDA

Valor : R\$ 1.490,00 (Hum mil quatrocentos e noventa reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 70/2011- FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL IMPRESSO PARA USO NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES LABORAIS BEM COMO NA DISTRIBUIÇÃO DE INFORMATIVOS EM EVENTOS E CAMPANHAS DESNVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 156/11**

Ata de Registro de Preços nº: 156/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : ALBGRAF FORMULÁRIOS CONTÍNUOS LTDA

Valor : R\$ 5.817,50 (cinco mil oitocentos e dezessete reais e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 70/2011- FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL IMPRESSO PARA USO NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES LABORAIS BEM COMO NA DISTRIBUIÇÃO DE INFORMATIVOS EM EVENTOS E CAMPANHAS DESNVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 157/11**

Ata de Registro de Preços nº: 157/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : GRÁFICA E EDITORA JGRAF LTDA

Valor : R\$ 3.662,00 (três mil seiscentos e sessenta e dois reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 70/2011- FMS

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL IMPRESSO PARA USO NO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES LABORAIS BEM COMO NA DISTRIBUIÇÃO DE INFORMATIVOS EM EVENTOS E CAMPANHAS DESNVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE SAÚDE.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 158/11**

Ata de Registro de Preços nº: 158/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : VIDELIVROS COMÉCIO DE LIVROS E JOGOS PEDAGÓGICOS LTDA

Valor : R\$ 30.141,10 (trinta mil cento e quarenta e um reais e dez centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 150/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL ESPORTIVO PARA USO NOS CEMEIS E NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 159/11**

Ata de Registro de Preços nº: 159/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : WR COMÉRCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

Valor : R\$ 9.313,52 (nove mil trezentos e treze reais e cinquenta e dois centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 150/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL ESPORTIVO PARA USO NOS CEMEIS E NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 160/11**

Ata de Registro de Preços nº: 160/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA

Valor : R\$ 371,75 (trezentos e setenta e um reais e setenta e cinco centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 150/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL ESPORTIVO PARA USO NOS CEMEIS E NAS ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 161/11**

Ata de Registro de Preços nº: 161/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : PROJETO CULTURAL LTDA

Valor : R\$ 21.312,00 (vinte e um mil trezentos e doze reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 149/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE

MATERIAL ESPORTIVO PARA USO NOS CEMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 162/11**

Ata de Registro de Preços nº: 162/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : STAUDT E FRANCESQUETT LTDA

Valor : R\$ 4.191,00 (quatro mil cento e noventa e um reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 149/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL ESPORTIVO PARA USO NOS CEMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 163/11**

Ata de Registro de Preços nº: 163/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : GRÁFICA AMÉRICA LTDA

Valor : R\$ 3.304,00 (três mil trezentos e quatro reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 150/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NOS CEMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 164/11**

Ata de Registro de Preços nº: 164/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : ROBERTO TESSARO E CIA LTDA

Valor : R\$ 32.181,30 (trinta e dois mil cento e oitenta e um reais e trinta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 150/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NOS CEMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 165/11**

Ata de Registro de Preços nº: 165/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : AQUINPEL SUPRIMENTOS PARA INFORMÁTICA E ESCRITÓRIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Valor : R\$ 39.607,50 (trinta e nove mil seiscentos e sete reais e cinquenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 150/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NOS CEMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 166/11**

Ata de Registro de Preços nº: 166/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : CARLOS AUGUSTO DOS PASSOS EPP

Valor : R\$ 31.780,20 (trinta e um mil setecentos e oitenta reais e vinte centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 150/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NOS CEMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 167/11**

Ata de Registro de Preços nº: 167/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : INFOTRIZ COMERCIAL LTDA

Valor : R\$ 23.853,10 (vinte e três mil oitocentos e cinquenta e três

reais e dez centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 150/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NOS CEMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 168/11**

Ata de Registro de Preços nº: 168/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : PROJETO CULTURAL LTDA

Valor : R\$ 33.700,80 ( trinta e três mil setecentos reais e oitenta centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 150/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NOS CEMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 169/11**

Ata de Registro de Preços nº: 169/2011

Data de Assinatura: 11/11/2011

Fornecedor : ORLEANS INFORMÁTICA LTDA

Valor : R\$ 3.020,04 ( três mil vinte reais e quatro centavos)

Licitação : Pregão Presencial nº 150/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NOS CEMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 170/11**

Ata de Registro de Preços nº: 170/2011

Data de Assinatura: 16/11/2011

Fornecedor : WLPN TRANSPORTES DE RESÍDUOS LTDA

Valor : R\$ 31.950,00 (trinta e um mil novecentos e cinquenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 151/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NOS CEMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 171/11**

Ata de Registro de Preços nº: 171/2011

Data de Assinatura: 16/11/2011

Fornecedor : ANINSETO DEDETIZADORA LTDA

Valor : R\$ 8.550,00 (oito mil quinhentos e cinquenta reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 151/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA USO NOS CEMEIS E ESCOLAS MUNICIPAIS.

**Extrato da Ata de REGISTRO de Preço Nº 144/11**

Ata de Registro de Preços nº: 144/2011

Data de Assinatura: 01/11/2011

Fornecedor : TECHNUS SONORIZAÇÃO LTDA

Valor : R\$ 95.500,00 (noventa e cinco mil e quinhentos reais)

Licitação : Pregão Presencial nº 144/2011

Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER OS EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

**Extrato da Ata RE Registro de Preço Nº 145/11**

Ata de Registro de Preços nº: 145/2011

Data de Assinatura: 01/11/2011

Fornecedor : J.A SONORIZAÇÕES LTDA  
Valor : R\$ 87.700,00 (oitenta e sete mil e setecentos reais)  
Licitação : Pregão Presencial nº 144/2011  
Objeto : REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE SONORIZAÇÃO PARA ATENDER OS EVENTOS A SEREM REALIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

## Vitor Meireles

### PREFEITURA

#### Decreto Nº 085/2011

DECRETO Nº 085/2011

DESAPROPRIA IMÓVEL E DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidas pela Lei Municipal de nº 0764, de 30 de dezembro de 2010 e pela Lei Municipal de nº 0802, de 07 de novembro de 2011.

#### DECRETA:

Art. 1º - Desapropria, de forma amigável ou judicial:

I - O TERRENO URBANO, situado no lado par da Rua Santa Catarina, á 372,00 metros da esquina com a Rua Expedicionária Jacinto Fossa, Cidade de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 1.105,83m<sup>2</sup> (um mil, centos e cinco metros e oitenta e três decímetros quadrados), confrontando na FRENTE, com o lado par da Rua Santa Catarina, em linhas de 9,09metros, 11,88metros e 10,60metros; FUNDOS, com terras de Nelson de Almeida (Matricula 149/IB-SC), em linha de 16,06metros; LADO DIREITO, com terras de Aurita Moretti (Matricula 10.792/IB-SC), em linhas de 22,86metros, 7,24metros e 55,72metros; LADO ESQUERDO, com terras de Aurita Moretti (Matricula 10.792/IB-SC), em linhas de 4,66metros e 54,25metros; sem benfeitoria; de propriedade de AURITA MORETTI e DARCI MORETTI; pelo valor de 18.700,00 (dezoito mil e setecentos reais), a ser destacado do terreno urbano, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama/SC, no livro 2-RG, matricula nº 10.792 de 24 de agosto de 1987;

II - Uma parte ideal do TERRENO URBANO, situado no lado par da Rua Santa Catarina, á 447,00 metros da esquina com a Rua Expedicionária Jacinto Fossa, Cidade de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, formado por parte do lote de terras nº 2.674, da linha Alto Rio Dollmann, contendo a área de 602,48m<sup>2</sup> (seiscentos e dois metros e quarenta e oito decímetros quadrados), confrontando na FRENTE, com terras do Município de Vitor Meireles (Matricula 6.615 PG/SC) em linha de 16,06 metros; FUNDOS, com Rio Dollmann, em linha 19,14metros; LADO DIREITO, com terras de Nelson de Almeida (Matricula 149/IB-SC), em linha de 42,23 metros; LADO ESQUERDO, com terras de Nelson de Almeida (Matricula 149/IB-SC), em linha de 33,16metros; Sem Benfeitoria; de propriedade de Nelson de Almeida e Luzia Ordalha de Almeida; pelo valor de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), a ser destacado do terreno urbano, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama/SC, no livro 2-RG, matricula nº 149 de 20 de abril de 1976;

III - Uma parte ideal do O TERRENO URBANO, situado no lado par da Rua Santa Catarina, á 564,00 metros da esquina com a Rua Expedicionária Jacinto Fossa, Cidade de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, formado por parte do lote de terras nº 2.674, da linha Alto Rio Dollmann, contendo a área de 1.124,99 m<sup>2</sup> (um mil, cento e vinte e quatro metros e noventa e nove decímetros quadrados), confrontando na FRENTE,

com Rio Dollmann, em linhas 14,28 metros e 2,00 metros; FUNDOS, com terras de Antonio Berkenbrock (Matricula 2.691/PG-SC), em linha 16,25metros; LADO DIREITO, com terras de Nelson de Almeida (Matricula 149/IB-SC), em linha de 70,33 metros; LADO ESQUERDO, com terras de Nelson de Almeida (Matricula 149/IB-SC), em linha de 70,58 metros; Sem Benfeitoria; de propriedade de Nelson de Almeida e Luzia Ordalha de Almeida; pelo valor de R\$ 19.100,00 (dezenove mil e cem reais), a ser destacado do terreno urbano, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama/SC, no livro 2-RG, matricula nº 149 de 20 de abril de 1976;

IV - O TERRENO URBANO, situado no lado par da Rua Santa Catarina, á 486,00metros da esquina com a Rua Expedicionária Jacinto Fossa, Cidade de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 1.177,29m<sup>2</sup> (um mil, cento e setenta e sete metros e vinte e nove decímetros quadrados), confrontando na FRENTE, com terras de Nelson de Almeida (Matricula 149/IB-SC), em linha de 19,14metros; FUNDOS, com terras de Nelson de Almeida (Matricula 149/IB-SC), em linhas 14,28metros e 2,00metros; LADO DIREITO, com terras de Bertoldo Howe (Matricula 3.749/IB-SC), em linha de 69,44metros; LADO ESQUERDO, com terras de Bertoldo Howe (Matricula 3.749/IB-SC), em linha de 77,26metros; sem benfeitoria, de propriedade de Bertoldo Howe, pelo valor de 2.000,00(dois mil reais), a ser destacado do terreno urbano, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ibirama/SC, no livro 2-RG, matricula nº 3.749 de 29 de agosto de 1979;

V - O TERRENO URBANO, situado no lado par da Rua Santa Catarina, á 633,00 metros da esquina com a Rua Expedicionária Jacinto Fossa, Cidade de Vitor Meireles, Comarca de Presidente Getúlio, Estado de Santa Catarina, contendo a área de 915,91m<sup>2</sup> (novecentos e quinze metros e noventa e um decímetros quadrados), confrontando; FRENTE, com terras de Nelson de Almeida (Matricula 149/IB-SC), em linha 16,25metros; FUNDOS, com o lado par a Rua Santa Catarina em linhas de 13,38metros e 13,03metros; LADO DIREITO, com terras de Antonio Berkenbrock (Matricula 2.691/PG-SC), em linhas de 60,62metros e 8,38metros; LADO ESQUERDO, com terras de Antonio Berkenbrock (Matricula 2.691/PG-SC), em linha de 51,33metros; sem benfeitoria; de propriedade de Antônio Berkenbrok, pelo valor de 15.500,00 (quinze mil e quinhentos reais ), a ser destacado do terreno urbano, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Presidente Getulio/SC, no livro 2-RG, matricula nº 2.691 de 15 de setembro de 2006

Art. 2º - Fica declarado de Utilidade Pública, o imóvel objeto da desapropriação, para fins de readequação e implantação de pavimentação em parte da Rua Santa Catarina.

Art. 3º - O Executivo poderá, em caso de acordo amigável firmado com os proprietários dos imóveis expropriados, proceder o pagamento da indenização decorrente da presente desapropriação, até a data de 31 de dezembro de 2012.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente à época do registro da escritura e, em relação à indenização dos imóveis desapropriados, do orçamento vigente à época do efetivo pagamento.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário, em especial ao Decreto de nº 001/2011.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 17 de novembro de 2011.

IVANOR BOING  
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA  
VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.



**Decreto Nº 086/2011**

DECRETO Nº 086/2011, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011.

Dispõe sobre a designação de Banca Examinadora do Concurso Público nº 001/2011 e dá outras providências.

IVANOR BOING, Prefeito do Município de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, Inciso II, da Constituição Federal, que determina que a investidura em cargo ou emprego público seja precedida de aprovação em Concurso Público;

**DECRETA:**

Art. 1º. Ficam designados os Senhores JORMELICE IZABEL MA-ESTA PARDO SOUZA - COREN /PR 101074; NICHOLAS ROBERTO MATTOS GALHARDI VIEIRA - CRA/PR 18857; LEANDRO HADEKI OTANI - CRM/PR 25.549; ADRIELI VOLPATO CRAVEIRO - CRESS nº 7238; TAISE FABILLA AMADEU - RG: 8.747.459-3; MARCIA LIZ PALUDO -- CRF/PR Nº 10.365; EVANDRO ESTEVÃO MARQUEZONE - RG 8.434.592-0; E DSON FERNANDO MARASSI -CRO/PR 16.287; SABRINA CALARESI DE ARAUJO -CRN/PR 6031; VALKYRIA MATIE FUJIWARA - OAB/PR 48.022; JIMMY RAVIELI - DETRAN/PR Nº 20940;FERNANDO ROSSI - RG 10.282.924-7; e ALAN MENK DOS SANTOS - RG 8.411.886-9, para, sob a Presidência da primeira e Secretariado pelo segundo, constituírem a Banca Examinadora do Concurso Público nº 001/2011 da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles.

Art.2º Caberá à banca acima designada elaborar o conteúdo programático, elaborar as provas objetivas e as provas práticas e co-nhecer e julgar os recursos impetrados contra as mesmas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vitor Meireles, SC, 18 de No-vembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

**Decreto Nº 087/2011**

DECRETO 087/2011

Suplementa Dotações Orçamentárias por provável excesso de ar-recadação e Estabelece Outras Providências.

IVANOR BOING, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e fundamentos legais estabelecidos pela Lei Municipal nº 0754, de 10/12/2010.

**DECRETA:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplemen-tar as seguintes dotações orçamentárias:

0701 - SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

26.782.014.2033 - Manutenção de Obras e Serviços Públicos

33000000.00 - Outras Despesas Correntes

33900000.00 - Aplicações Diretas

0.1.2454 - Transf. de Convênios da União Outros R\$ 40.000,00

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos ter-mos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as

disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 18 de novembro de 2011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, \_\_/\_\_/\_\_\_\_.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

**Aviso de Licitação Leilão Nº 47/2011**

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 47/ 2011

O município de VITOR MEIRELES, com sede na com sede na R. Santa Catarina, Nº 1122, Centro, cidade de Vitor Meireles, SC, tor-na público aos interessados que fará realizar LEILÃO PÚBLICO às 14h 15min do dia 08 de DEZEMBRO de 2011, tendo como local o Auditório da Prefeitura. O leilão será conduzido pelo Senhor JÚLIO RAMOS LUZ, Leiloeiro Público Oficial de SC, matrícula AARC 162, JUCESC, para venda à vista de bens móveis inservíveis: LOTE 01: 01 HYUNDAI / H100 GL, potência 85 CV, capacidade para 12 pas-sageiros, ano 2000, modelo 2001, cor branca, placas MCI 7627, Renavam 791060764. LANCE INICIAL DE R\$ 5.000,00; LOTE 02: 01 ÔNIBUS URBANO MERCEDES-BENZ OF 1318, capacidade para 41 passageiros, Carroceria Marcopolo, ano 1991, modelo 1992, potência 184 CV, placas BWB 3824, RENAVAL 603789412. LANCE INICIAL DE R\$ 10.000,00; LOTE 03: 01 PEUGEOT BOXER M 330M HDI, Capacidade 16 Passageiros, ano 2005, modelo 2006, cor branca, placas MJC 7290. LANCE INICIAL DE R\$ 35.600,00; LOTE 04: 01 HYUNDAI H-100 VANGLEL, AMBULÂNCIA, motor 85CV, ano 2002, modelo 2003, diesel, cor branca, placas MDU 8781, Rena-vam 822215195. LANCE INICIAL DE R\$ 25.000,00; LOTE 05: 01 RETROESCAVADEIRA, MASSEY FERGUSSON, MODELO MF86 HS, ano 1992, série N. S 504610753, cor amarela. LANCE INICIAL DE R\$ 30.000,00; O Edital completo com as descrições poderá ser obtido na Prefeitura ou através dos sites WWW.PORTALDOLEI-LOEIRO.COM.BR ou WWW.VITORMEIRELES.SC.GOV.BR ou ainda pelos telefones (47) 3258 0211 (Prefeitura) ou (47) 3521 7730 com o Leiloeiro. Aplica-se à presente licitação, as disposições da Lei no 8.666/93, incluindo as alterações posteriores. Leia atenta-mente o Edital.

VITOR MEIRELES, (SC), 18 de novembro de 2.011.

IVANOR BOING

Prefeito Municipal

## Consórcios

### CIGA

**Edital de Concurso Público CIGA Nº 02/2011 - Sequência do Sorteio Público**

CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA

CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2011

SEQUÊNCIA DO SORTEIO PÚBLICO

A Comissão organizadora do concurso para os empregos públicos de Analista de Sistemas e de Técnico em Tecnologia da Infor-mação, aberto pelo Edital de Concurso Público CIGA nº 02/2011, informa a listagem dos sorteios, que serão realizados, de acordo com a notificação emitida anteriormente no dia 21 de novembro

de 2011 às 14h, conforme sequência abaixo:

Sorteio Público para o Emprego Público de Analista de Sistemas

Sorteio nº 01

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
50056	ERNANI CÉSAR DOS SANTOS	28º
49485	MARCELO MOREIRA FRANCO	

Sorteio nº 02

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49900	HENRIQUE LIMA LEITE	30º
49242	THIAGO DA SILVA LINO	

Sorteio Público para o Emprego Público de Técnico em TI

Sorteio nº 03

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49116	ANDERSON OPUSZKA SOARES	10º
49827	BRUNO INDALÊNCIO DE CAMPOS	

Sorteio nº 04

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49878	GEAN CARLOS LUCIANO MADEIRA	20º
50031	JACQUELINE NILTA VITORINO	

Sorteio nº 05

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49287	ROBSON DE CARVALHO	30º
50065	RUSSELO DE BONA PORTON	

Sorteio nº 06

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
50094	HÉVERTON LUIZ LUCCA	33º
49864	ILTON SUSSEL DANIEL	

Sorteio nº 07

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49885	ANA CARLA BATISTA CORRÊA	35º
50040	FLAVIO LUIS OLIVEIRA	

Sorteio nº 08

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49567	FELIPE RODRIGUES LUIZ	40º
49270	LUCAS AUGUSTO VIEIRA	

Sorteio nº 09

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
-----------	-----------	-----------------------

49663	HUDSON STEFFANI SOARES ROSA	49º
50092	JACSON ROBERTO STEFFENS	
49623	SIMONE MAGNA GOULART DE OLIVEIRA	

Sorteio nº 10

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49908	ANDREA FLORA PAUSEWANG	52º
49833	ELAINE CRISTINA CHAVES	

Sorteio nº 11

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49706	DIOGO FERNANDO DE SOUZA	55º
49862	LUÍS FELIPE NUNES	
50108	RODRIGO MAXIMIANO CIDADE	

Sorteio nº 12

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49368	ALLAN CABRAL DE SÁ	58º
50014	LEONARDO DA MAIA	

Sorteio nº 13

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49265	BRUNO GONZAGA	69º
50041	RODRIGO LUIZ LEANDRO	

Sorteio nº 14

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49938	FABIO ANTONIO MULLER	81º
49703	JULIANA OLIVEIRA LIMA	

Sorteio nº 15

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49154	EDUARDO BACK GARCIA	84º
49289	FERNANDO MARTINS GONÇALVES GÓRSKI	
49957	FILIPE CLASEN COSTA	

Sorteio nº 16

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49783	ANTÔNIO RAMIRES DANTAS	87º
50116	CLAYTON CAMINHA	
49974	DAVID CARLOS MARTINS	

Sorteio nº 17

Inscrição	Candidato	Classificação Parcial
49045	JEFFERSON LUIZ OSTROWSKI	91º
50089	LAURA JACQUES ANSELMO	
49779	SARAH MARTINS AMBROSI	

Florianópolis, 17 de novembro de 2011.

EDINANDO LUIZ BRUSTOLIN  
Presidente da Comissão do Concurso

---

## CINCO

---

### **Extratos das Atas de Registro de Preços do PE 0004/2011**

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATOS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0004/2011

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição em contratações futuras de Medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Municípios de Lebon Régis, durante o período de 16 de novembro de 2011 a 31 de janeiro de 2012.

FORNECEDORES:

A.G. KIENEN & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO328;

DIMASTER - COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALRES LTDA - Ata nº AT11CINCO329;

MARCOFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO330;

MEDIGRAM DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - Ata nº AT11CINCO331;

NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA - Ata nº AT11CINCO332;

PONTAMED FARMACÊUTICA LTDA - Ata nº AT11CINCO333;

PRATI, DONADUZZI & CIA LTDA - Ata nº AT11CINCO334;

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 13, de 08 de dezembro de 2010, Resolução nº 23, de 14 de abril de 2011 e suas alterações, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 16.11.2011 a 31.01.2012. PAL nº: 0008/2011 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0004. Registro de Preços nº: 0005.

Fraiburgo (SC), 16 de novembro de 2011

NELMAR PINZ

Presidente do CINCO

Prefeito Municipal de Fraiburgo